

PÓS N. 16
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

DEZEMBRO 2004

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.16, dez. 2004

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 16

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br

Home page: www.usp.br/fau

Indexação: *Índice da Arquitetura Brasileira*

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 16

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

Dezembro 2004

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz
Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva
Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Comissão de Pós-Graduação

Presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge
Vice-presidente Prof. Dr. Paulo Renato M. Pellegrino
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite
Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy
Prof. Dr. Mário Henrique D'Agostino (Suplente)
Profa. Dra. Denise Duarte (Suplente)
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme (Suplente)
Profa. Dra. Catharina Pinheiro (Suplente)

Representante Discente na CPG

Maria Beatriz Camargo Cappello

Comissão Editorial

Profa. Dra. Vera Pallamin – Editora-Chefe
Profa. Dra. Catharina Pinheiro
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Profa. Dra. Rebeca Scherer
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Secretária Acadêmica

Cristina M. Arguejo Lafasse

Jornalista Responsável

Izolina Rosa (MTb 16199)

Cronograma de Teses e Dissertações

Diná Vasconcelos

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Márcio Rodrigues Luiz

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (Centro de Tecnologia e Urbanismo – UEL)
Azael Rangel Camargo (EESC/USP)
Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)
Eduardo de Almeida (FAUUSP)
Ermínia Maricato (FAUUSP – MCID)
Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)
Luiz Carlos Soares (Universidade Federal Fluminense – UFF)
Jorge Fiori (Department of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)
Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)
Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)
Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)
Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)
Marta Rossetti Batista (Instituto de Estudos Avançados – IEB-USP)
Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)
Paulo A. Mendes da Rocha (FAUUSP)
Pedro George (Universidade Técnica de Lisboa – Portugal)
Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura – ESIA – México)
Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)
Sílvio Soares Macedo (FAUUSP)
Sonia Marques Barreto (Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE)
Wrana Panizi (UFRGS)
Yvonne M. M. Mautner (FAUUSP)



SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

2 | DEPOIMENTOS

010 TRADIÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NA
CONTEMPORANEIDADE
Mário Henrique Simão D'Agostino
Olgária Chain Féres Matos

3 | ARTIGOS

- 026 O MITO DA CIDADE-GLOBAL: O PAPEL DA IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERCIÁRIO EM SÃO PAULO
João Sette Whitaker Ferreira
- 050 O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE NAS CIDADES DO PÓS-FORDISMO E A MUDANÇA DO PARADIGMA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL
Nelson Baltrusis
- 068 A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO HUMANA
Adriana Fernandes de Oliveira
- 082 OS CÓRREGOS OCULTOS E A REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS
Vladimir Bartalini
- 098 INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, DE 1970 A 2001
Cláudia Maria Lima Ribeiro
Maria Aimée Chaguri Gallerani
- 114 EXEMPLO DE RECONVERSÃO ARQUITETÔNICA: DA ESTAÇÃO SOROCABANA AO MUSEU DO IMAGINÁRIO DO POVO BRASILEIRO – 1914 A 2002
Ivanise Lo Turco
Roberto Righi

4 | CONFERÊNCIA NA FAUUSP

- 132 PERMANÊNCIA E ATUALIDADE DA TEORIA DE CESARE BRANDI NAS INTERVENÇÕES DO INSTITUTO CENTRAL DE RESTAURAÇÃO, ROMA

5 | EVENTOS

- 148 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ACPUR
MESA-REDONDA
Wilson Edson Jorge

6 | RESENHAS

- 150 SPACES OF CAPITAL – TOWARDS A CRITICAL GEOGRAPHY
HARVEY, David.
SPACES OF HOPE
HARVEY, David.
Luiz Guilherme Rivera de Castro

7 | NOTÍCIAS

- 162 O QUINTO DESAFIO DO FÓRUM

- 164 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Em *Tradição, história e memória na contemporaneidade*, matéria de abertura desta edição, os professores Olgária Mattos e Mário Henrique D'Agostino conversam sobre mudanças na experiência do tempo e a dimensão histórica da ação. Comentam sobre a atual proliferação de referências e imagens, a qual não implica, necessariamente, em sentido, uma vez que não suscita a reflexão. Essa aridez, que confunde “ver e conhecer”, desqualifica o passado e os significados históricos, o que em arquitetura se faz exemplar no recente “neoclássico”. Ao trabalho da memória e à possibilidade de diferenciação em relação ao progresso de modo inédito sobrepõe-se um presente forjado no agora, curto, rápido e arriscado, em que a luta pela sobrevivência conta cada vez menos com o Estado e com espaços comuns, restringindo seus horizontes aos ditames e flutuações do mercado e à expansão da violência.

O bloco de artigos inicia-se com uma crítica à caracterização de São Paulo como “cidade-global”, desmontando argumentos que têm sido empregados neste sentido. À desconstrução desse discurso João S. Whitaker Ferreira contrapõe um exame acurado da produção do espaço urbano da metrópole, de modo a explicitar interesses e alianças próprios do “patrimonialismo” brasileiro.

Dando seqüência à discussão sobre políticas públicas ligadas à urbanização são apresentados três textos: no primeiro, Nelson Baltrusius se concentra na questão da habitação social, tratando da mudança de critérios da ação governamental quanto à habitação de baixa renda. Nessa modificação de procedimentos o autor destaca o papel dos financiamentos diretos às cidades implementados pelas agências internacionais, sem a mediação dos governos centrais. O segundo trabalho, da autoria de Adriana F. de Oliveira, versa sobre a tensa relação entre urbanização e preservação ambiental, buscando recuperar, historicamente, a implementação da legislação específica e as políticas de gestão, sobretudo no estado de São Paulo. Em continuidade a esse debate, Cláudia M. L. Ribeiro apresenta um estudo sobre expansão urbana e problemas ambientais com ênfase em recursos hídricos, baseado nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SP).

O tema da hidrografia é também trabalhado por Vladimir Bartalini, que propõe a extensão do conceito de “rede hídrica estrutural” – presente no plano diretor de 2002 para São Paulo – de modo a abarcar a “rede hidrográfica capilar”, constituída dos pequenos cursos d’água. A reconsideração da importância desses córregos, freqüentemente encobertos, poderia levar à reconfiguração de espaços remanescentes associados a seus trajetos, assim como a uma resignificação de sua importância na paisagem urbana.

Este conjunto de artigos finaliza-se com um estudo sobre a origem e transformações da antiga Estação Ferroviária Sorocabana, atual sede do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro e um dos recentes alvos das políticas culturais urbanas implementadas no centro de São Paulo.

Na Seção Conferências na FAUUSP publicamos uma matéria de Beatriz M. Kùhl dedicada à questão da preservação de bens culturais, na qual a autora organiza a transcrição de palestras proferidas por Giuseppe Basile, diretor do Instituto Central de Restauração de Roma. Em sua fala, Basile reflete sobre os preceitos teóricos de Cesare Brandi (1906-88), um dos fundadores da referida instituição e autor de *Teoria da restauração*, obra basilar nesse campo de pesquisa.

Em Resenhas, apresentamos um texto de Luis Guilherme R. de Castro sobre dois livros – *Spaces of capital – towards a critical geography* e *Spaces of hope*, ambos de David Harvey, um dos profícuos autores sobre teoria urbana crítica e os atuais processos sociais de produção do espaço. Em seguida o leitor terá acesso a uma notícia sobre o Quinto Fórum Mundial Social, encaminhando-se uma síntese de sua pauta temática e eixos de discussão.

Com esta edição, após três anos e meio à frente da *Revista PÓS*, finalizamos nosso trabalho de chefia da Comissão Editorial, atividade que nos foi extremamente gratificante e enriquecedora, quer pelo tipo de contato acadêmico que este fazer propicia quer pela amplitude e diversidade de pesquisa e conhecimento produzidos e divulgados por esta instituição.

Dra. Vera Pallamin
Editora-chefe

2 | *De*POIMENTOS

Crédito: Candida Maria Vuolo



Mário Henrique Simão D'Agostino
Arquiteto, mestre e doutor em arquitetura e urbanismo, professor doutor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP. Autor de *Geometrias simbólicas: Espaço, arquitetura e tradição clássica*, *A arquitetura, o corpo e o espelho*, *A obscuridade do arquiteto: Vitruvius e a redação dos Dez Livros de Arquitetura*.

Olgária Chain Féres Matos
Bacharel, mestre e doutora em filosofia, professora livre-docente do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. Autora de *Os arcanos do inteiramente outro*, *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*, *Filosofia, a polifonia da razão: Filosofia e educação*.

TRADIÇÃO, HISTÓRIA e MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

VERA PALLAMIN
COORDENAÇÃO DOS DEPOIMENTOS

pós-
IIO

“Sua tarefa é a de Sísifo: ao possuir as coisas o colecionador as deve despojar de seu caráter de mercadoria. Mas em lugar de seu valor de uso ele não pode emprestar-lhes senão um valor afetivo. O colecionador não sonha apenas com um mundo distante ou passado mas também com um mundo melhor no qual os homens estarão tão desprovidos de suas necessidades como nos tempos correntes mas as coisas estarão dispensadas da servidão de serem úteis.”

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 11, p.10, trad. de Ricardo M. de Azevedo.

“À experiência do choc feita pelo transeunte na multidão correspondia a do operário que lida com as máquinas. [...] A intervenção do operário na máquina é sem relação com a precedente exatamente porque constitui a sua reprodução exata. Toda e qualquer intervenção na máquina é tão hermeticamente separada da que a precedeu, como um coup no jogo de azar é distinto do coup imediatamente precedente. E a escravidão do assalariado a seu modo se equipara à do jogador. O trabalho de um e do outro é igualmente independente de todo conteúdo.”

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In: Os Pensadores* (Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas). São Paulo: Editora Abril, 1983, p. 44 e 45.

Mário Henrique Simão D'Agostino: Os escritos de Walter Benjamin, como *Paris, capital do século XIX*, *Sobre alguns temas em Baudelaire*, *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*, dentre outros, alentaram muitas das críticas à arquitetura moderna, em especial as do historiador Manfredo Tafuri e a correlata Escola de Veneza. Mas as condições de trabalho e vida contemporâneas talvez tornem ainda mais vívidas algumas das análises/analogias benjaminianas, em particular as do *jogo de azar* e do *coleccionador*. O coleccionador exacerba a angústia do tempo, dizia Benjamin; o jogo de azar, pelo reverso, a impossibilidade de experiência na sociedade capitalista. Tafuri vinculava o coleccionismo ao ecletismo da arquitetura oitocentista, plenamente incorporado às estratégias de mercado, o que nos força a pensar em seu dilema ou ambivalência, misto de reação e conformismo.

Olgária Chain Féres Matos: Acho muito importante você ter falado nisso. Atualizando essas questões da arquitetura, o simulacro da imagem sem protótipo resulta nesse neoclássico que se vê nas recentes construções, em São Paulo, talvez em todo o país, que não é um neoclássico ao estilo da Renascença, tal como, de início, Florença o concebeu, isto é, no âmbito de um diálogo com o passado, com a tradição, justamente para se diferenciar dela e advir o novo. O neoclássico contemporâneo, como não se refere a nenhum “original”, é simples repetição, é caricatura. Assim, toda superexposição acaba por ser uma inflação de imagens, as quais não remetem a nenhuma substância, por mais inconstante e variável que esta possa ser. A ausência de relação com o passado e suas edificações – isto é, seu modo de nascer, viver e morrer – inviabiliza qualquer experiência da

identidade, seja ela subjetiva, seja uma outra presença e inscrição no mundo. Vejo, no neoclássico contemporâneo, a imagem pela imagem; essa proliferação de imagens é simplesmente denotativa para o pensamento, não suscitam reflexão ou transformações internas de nós mesmos; constituem, a meu ver, formas de preenchimento do tempo que Benjamin denominou “tempo homogêneo e vazio” nas teses *Sobre o conceito de história*.

MHD: Um exemplo cotidiano, banal, mas sintomático: com as câmeras digitais, fotografar virou obsessão entre os jovens. Mero jogo de exibição, as fotos não significam nada, não registram nada, embora suscitem um apego similar ao do fervor coleccionista.

OM: O coleccionador é a personagem que vive do passado e no presente, simultaneamente, no que foi e no que é. Razão pela qual Benjamin estabelece uma diferença entre o *spleen* (o tédio) e a monotonia (*langeweile*, que em alemão significa “tempo de longa duração” – quer dizer, tempo que não passa). Qual a diferença entre *spleen* e *langeweile*? Baudelaire, a quem Benjamin se refere, lembremos, falava em *spleen* e *ideal* – em *spleen*, o tempo da repetição, o inferno, o sempre igual, mas também em *ideal*, o futuro, o paraíso, o novo. E é o tempo entrecruzado – o de Proust, o de Baudelaire – que constitui o tipo “splínático”, vamos dizer, enquanto a monotonia é o tempo que não passa. Por vezes, para matar o tempo, passar o tempo, este é preenchido com “atividades” sem sentido (esportes radicais, guerras, violências na vida urbana, etc.). Penso ser uma consciência difusa desse não-sentido das ações ou das coisas, o que faz preencher “intensivamente” os

momentos vividos, desviando-se um tanto deles por essa sofreguidão de fotografar. Claro que o horizonte disso tudo é a sociedade do consumo e do espetáculo. Assim, o aparelho digital é um tipo de consumo barato que consome imagens, ou ainda, acumula-as e não exige nenhum esforço ou imersão em seus objetos de “contemplação”: qualquer um de nós digitaliza, não importa muito a qualidade da imagem ou o que nela se observa. Os mais aficionados corrigem a imagem no computador e depois a enviam por e-mail. Toda essa “atividade” fotográfica não me parece apenas lúdica ou de entretenimento, mas um modo de contrair o tempo, já que não sabemos mais fazer a “experiência” de um tempo “qualitativo”, aurático, único e irrepetível.

MHD: Sede de tempo.

OM: Sede de tempo. É um tempo que sempre nos escapa, é o tempo do *après-coup*, não o alcançamos jamais e somos ultrapassados pelos acontecimentos. Quer dizer, esse sentimento de tudo e todos estarem sempre *dèmodès* significa que a novidade envelhece muito depressa, a sociedade do consumo e do espetáculo vive das novidades, dos modismos, da repetição do sempre igual ou de coisas muito parecidas, etc. E esse sentimento de “não se ter tempo” quanto mais tecnologia se produz, de ter-se menos tempo livre, origina-se, ao que tudo parece indicar, dessa indiferença com respeito ao tempo, daí preenchê-lo sem pensar nem como nem por quê. O tempo, hoje, é uma vivência perversa: poucos trabalham muito e muitos não trabalham, mas, mesmo assim, também não têm tempo para viver “as verdadeiras paixões e dramas que nos estavam destinados”. Abro um parêntese:

recentemente li uma entrevista, uma pesquisa sobre o tempo com os desempregados de várias camadas sociais, e as pessoas que tinham menos tempo não eram os que trabalhavam, os executivos, etc. – eram os desempregados! Eles se movimentam em “falso movimento”, como diria Wim Wenders: há o tempo em que se leva o currículo a alguém, o telefonema que se vai dar para conhecer o resultado, o dia que sai o jornal com oferta de empregos, ou seja, todo mundo sabe que isso vai resultar em nada, porém as pessoas se ocupam ativamente com o nada. E creio que isso também vai incidir na universidade sobre vários aspectos, por exemplo: essa indústria dos colóquios e o gênero *trash* que se criou: escreve-se 50 *papers* por ano para participar de vários colóquios, a fim de poder ter uma nota mais alta nas agências de fomento à pesquisa. Tudo incide na maneira como você trabalha. E, também, o esvaziamento do trabalho intelectual e o preenchimento com horas-aula para aluno, excesso de hora-aula para o professor, não há mais tempo para pesquisa. O trabalho intelectual, lento e reflexivo, passou a ser visto como obsoleto pela sociedade, mas, sobretudo, pelos próprios pesquisadores.

MHD: E tem sempre o fascínio do número, peculiar ao orbe mercadológico, no qual valor se afere com cifra. *Papers* valem como imagens, equivalem ao acúmulo de imagens. Aliás, nos cursos de história temos aulas infernais em que o professor derrama, na retina dos alunos, 30, 40 *slides*, às vezes em menos de uma hora – e que não servem para nada. É a ilusão de, ao fornecer grande espectro de imagens, ter-se um maior conhecimento de determinado assunto ou período. Proximidade não é vizinhança, dizia Heidegger – os romanos sabem bem o mapa turístico da Roma antiga, *caput mundi*, mas

isso não faz deles historiadores. Fritz Saxl, intelectual do círculo de Aby Warburg, grande estudioso das imagens, notava, na década de 30, que um dos traços mais curiosos da sociedade moderna é o fascínio por museus, o desejo desmesurado de ver, colecionar imagens, no mais das vezes sem o mínimo interesse pelo significado. Mas, voltando ao neoclássico, em um ensaio recente intitulado *O futuro do clássico*, Salvatori Settis observou que, logo após o 11 de setembro, o mullah Muhmmad Omar, cabeça do talibã, comparou a América a Polifemo, gigante cercado por um inimigo do qual não sabe dar o nome; o autor conclui: “*o destruidor dos colossais Buddha de Bamiyan se apresentava ao mundo como leitor da Odisséia*”. Qual sentido e relevância pode ter essa referência ao passado? Ela evidencia a morte do clássico, reduzido ao papel ornamental da citação (no pior sentido da palavra). Também na arquitetura temos, hoje, algo similar ao uso corriqueiro de expressões em grego e latim, como *polis*, *locus*, etc. As “citações” de colunas, entablamentos, capitéis e toda sorte de pseudo-antiguidades da arquitetura contemporânea não propiciam nenhum diálogo com a história; o acúmulo de referências não remete a nada, nem se perscrutam novas possibilidades expressivas. Esse historicismo, ao reverso do que vaticinam os pós-modernos, ao investirem contra o a-historicismo da arquitetura moderna, é uma forma de ausência ou negação da história. Em suma, *nossos mortos gozam todos de muito boa saúde*. Porém, creio que estamos diante de um fenômeno complexo: o da descrença nas narrativas históricas – seja no âmbito coletivo: de seu poder de articulação dos fatos em processos, seja no individual: de seu papel constitutivo da personalidade, sua

capacidade de ordenação das experiências de vida – o que, para a nossa geração... (na verdade, a minha não tanto; a minha foi mais a do “vamos fazer nosso dever de casa”). Tradição ou ruptura com o passado implicam na dimensão histórica da ação. É curioso como, hoje, a gente vê não tanto o predomínio de um tempo homogêneo e abstrato, mas a desqualificação deliberada do significado histórico.

OM: Estou de pleno acordo com você, Maique, porque a “difamação” da história é, hoje, a maneira cabal da perda do sentido e do uso de nossas vidas. Penso que há todo um processo de mudanças culturais e de sensibilidade, uma transformação, talvez, no aparelho psíquico que já assimilou a identidade entre passado e atraso, modernidade e progresso. Então, essa é uma das maneiras de rompimento ideológico com o passado, com o imaginário, com a ficção, etc. Não pode haver experiência diferenciadora entre o presente e o passado para poder redimensioná-lo e, eventualmente – como nos traumatismos – esquecer. O esquecimento ideológico, imposto pela hegemonia do tempo abstrato e de “longa duração” vazia, hoje, é, melhor dizendo, a maneira de reprimir e recalcar o passado. O verdadeiro esquecimento, dizia Benjamin, na senda de Freud, requer, primeiramente, o lembrar para depois esquecer e sentir-se renovado. Penso, então, que essa ideologia do progresso – a qual, durante muito tempo, foi ativa no mundo ocidental – esse “paradigma” está em crise, mas a idéia do moderno continua, na figura da ciência e da tecnologia, por exemplo, a impor-se e a impor um processo de desmemorização, de amnésia – situação que Benjamin reconhece nos poemas e na obra de Baudelaire, quando da urbanização de

Paris, a maneira de confiscar praticamente a história a seus moradores, a Paris medieval deveria desaparecer em nome da metrópole, da linha reta, como amnésia dos levantes populares e a seqüência das barricadas em Paris. Tudo se passa como se Hausmann quisesse colocar Paris inaugurando, a si mesma, auto-referida, etc., a cidade em que todos são estrangeiros, longe de todo o cosmopolitismo, porque lá todos se sentiam estrangeiros, em um mundo desconhecido, não-familiar e assustador, como bem o demonstra *O homem da multidão*, de Poe. Tanto que Benjamin, na *Passagen-werk (Livro das passagens)*, diz que Paris não estava sendo construída para ser a capital do século 19, mas a capital do mundo, e por quê? Porque era uma grande metrópole onde todos eram iguais, todos igualmente desenraizados, ninguém era de lá, até mesmo os estrangeiros. É uma cidade cosmopolita, etc..., mas também o habitante da própria cidade perde a experiência de pertencimento porque o espaço, como o tempo, deixam de ser qualitativos e passam a ser abstratos, teleguiados pelo consumo ou pela bolsa de valores sob Louis Napoléon, etc. Também Adorno, em suas *Minima moralia*, em um dos fragmentos, observa: “*Cada época cria os homens de que necessita*” e o homem moderno é sem compaixão, vazio, indiferente, sem experiências comunicáveis – o que o filósofo consagrou na expressão “frieza burguesa”, vida rasa, sem experiências, sem imaginação criadora, sem experiência de um espaço comum compartilhado, vivendo na “glacial solidão vazia de si”. Para Benjamin, todo esse espectro faz parte da “perda da aura”. No que diz respeito ao “momento otimista” da desaturatização – em que a massa, via reprodutibilidade técnica, poderia ter acesso

aos bens culturais, segue-se, em Benjamin, a idéia que ela resultou em “desartificação da arte”, isto é, as obras de arte as quais são obras-de-pensamento têm afetado também seu conteúdo e sua transmissão no presente, pois se acumulam sem serem compreendidas. É só pensar nas filas, em São Paulo, para ver Rodin, etc. Não faz sentido essa freqüentação das obras dos grandes mestres – aquelas que atravessam a barreira do tempo – porque não mais nos relacionamos com elas como forma de imersão, nelas e em nós mesmos, imersão da qual saímos transformados, “melhorados” como pessoas. O passado não transmite mais um “saber prático”, “civilizatório” na forma da experiência, do aprendizado para enfrentar infortúnio e boa sorte.

Tudo isso participa do que você dizia sobre o excesso de imagens a que são expostas nossas retinas, tão fatigadas (risos). Ele vem dessa relação com o passado que só se dá, para a maior parcela da população, na forma do acúmulo, no qual as coisas não fazem mais sentido, elas não dialogam mais umas com as outras, nem conosco. Hoje se criou uma idéia ou está criada uma idéia, uma identidade entre ver e conhecer, o fato de ouvir dizer ou ver seria o mesmo que já conhecer. Quando, na realidade, a visão instantânea abole a possibilidade de pensamento. Adorno, na *Teoria estética*, dirá que na modernidade, ou contemporaneidade, está em extinção uma faculdade de conhecimento – o que Kant chamava de esquematismo transcendental, a possibilidade de passarmos da imediatez da percepção sensível para seu conceito, seu sentido. Ou seja, há uma experiência sensível, depois o esquematismo transcendental transforma essa imediatez na percepção em imagem, quer dizer, em uma imagem ligada ao sensível, mas

também já é imaterial, está mais do lado do inteligível, do conceitual. Então, da instantaneidade da imagem para a compreensão dela, o esquematismo permitia a compreensão daquilo que era dado na imediatez. Nós não temos mais isso, porque na identificação entre imagem e conhecimento da imagem não temos, justamente, a experiência do pensamento estimulador, em uma tendência muito forte que Adorno reconhece nas formas artísticas. Que se tome, por exemplo, o *ready-made* e a *pop art* americana. O que faz Duchamp – o artista se vale do mais banal da produção em série, uma bicicleta, o que é mais corriqueiro e banal, ele retira o objeto de sua banalidade e transforma-o em objeto artístico, coloca no museu, ampliando a idéia do museu e desestabilizando convenções, como um quadro de Bacon “incomoda” uma parede! E a *pop art* faz o contrário, toma uma obra de arte e transforma-a em objeto de consumo, em objeto banal. Esses objetos não têm “aura”, nenhum elemento “cultural”, antes ligado à sua raridade e que, hoje, a obra “autêntica” repõe. Os objetos de arte tornados consumo carecem de aura e de alma. Com o fim das vanguardas, a gente se atrapalhou um pouco no mundo artístico, você não sabe mais reconhecer o que é arte, o que não é arte, e não é que isso tenha sido favorável ao imaginário artístico.

A arte é uma das maneiras de humanizar o homem, sua possibilidade de trabalho interno, do trabalho da paciência, que é o trabalho civilizatório. Essa perspectiva, para encurtar, a humanista, começa a desaparecer já ao final do século 19 e continua depois da Primeira Guerra Mundial. Há um ataque muito cerrado contra as humanidades em geral: filosofia, história, sociologia, antropologia, literatura, enfim,

processos importantes de luta contra a barbárie. Freud, naquele belíssimo ensaio sobre Michelangelo, *Moisés*, mostra, invertendo-a, toda a tradição interpretativa do “Moisés” bíblico celebrado e consagrado, sempre disposto no momento em que ele se encolerizou contra o povo adorador de imagens, e depois se sentou. E o que Freud descreve e analisa?

Michelangelo representa Moisés, pela posição das 12 tábuas da lei, pela posição dos artelhos, pelo movimento da barba e da cabeça a desencontrarem-se bruscamente, como no momento não da ira, mas de sua contenção e sublimação, o simétrico oposto do que se vive hoje, bem longe da “paciência do conceito”. E isso, dado o estágio do capitalismo atual que, ao contrário da sociedade liberal – a que conquistara direitos sociais, políticos e civis – faz o elogio da insegurança e do risco, “desinibe” a violência e promove-a em permanência. O que se denomina “fundamentalismo econômico” criou o “homem novo” – em tudo diverso daquele no qual pensava o maio de 68, que procurava novos valores qualitativos, novas razões de estarem juntos, de unir a arte e a vida, o trabalho e o prazer, etc. O “neoliberalismo” desfaz todo esforço civilizatório da história do Ocidente. De várias maneiras, cada período encontrou sua maneira de fazer isso, e vem o capitalismo e oferece – pela promessa do “ter imediato” de coisas: “eu quero, eu tomo do outro” – a barbárie nua. É tudo feito para você consumir a idéia do consumo, não é tanto do objeto, porque as pessoas, hoje, não querem ter o objeto, vê-se o tipo de violência das grandes cidades brasileiras, não é a idéia de consumir e ter aquilo que eu não tenho, é o que o outro não pode ter; não é que eu queira ter, eu só quero o que o outro não tenha. Então, você

tem uma universalização do sentimento da inveja e do sentimento que até encontra razões históricas no Brasil também, mas com algo de contemporaneidade, ela promete felicidade pelo consumo de bens materiais e frustra permanentemente essa promessa, por quê? Porque cria desemprego, cria mal-estar, cria a substituição imediata daquilo que você nem chega a saber se deseja mesmo. Creio ser toda uma mudança psíquica.

MHD: Pois é, o mercado só nos dá a opção de escolha entre um e outro objeto de desejo; e o prazer de consumo, por excelência, é o da aquisição do novo, verdadeira moeda de valor. Consome-se o novo, mas o fascínio da posse se desfaz na própria aquisição, com a violação do lacre. Uma vez adquirido o produto, perde o encanto. Por outro lado, a posse do “último modelo” é sempre uma promessa de distinção.

OM: Talvez não seja tanto o desejo do novo, mas da novidade. Não existe mais o novo, porque o novo é uma maneira inédita de você se relacionar com objetos do passado, porque ninguém parte do zero. Então a novidade se faz passar pelo novo, mas é tudo muito igual, é tudo muito parecido.

MHD: Concordo plenamente. A novidade de mercado se contrapõe ao *ultrapassado*, ao passado como *obsoleto*.

OM: É o que você dizia no início. Todas as pessoas, a sociedade de massa é totalmente mimética, é instantaneamente mimética: um tem, todos precisam, igualmente, ter os mesmos desejos ou simulacros de coisas. Então, a possibilidade de diferenciação, ela vem como? Na violência entre iguais.

MHD: Ante a necessidade de o mercado inovar continuamente, uma resposta plausível parece estar no aperfeiçoamento tecnológico. Mas é uma ilusão considerar o desenvolvimento tecnológico como parâmetro de valor, de desenvolvimento sociocultural. Em *Projeto e destino* Giulio Carlo Argan esmiuça essa utopia em voga. Subsumindo-se aos ditames produtivos, a corrida tecnológica não deixa lugar para uma intervenção crítica que “*conclua a série quantitativa e imponha o salto qualitativo*” – como fala Argan – “*a máquina se supera, portanto se critica, automaticamente*”. O único parâmetro é a própria superação. Por isso, as inutilidades da indústria automobilística, as bobagens em série, as quais ano a ano são inventadas para a diferenciação dos produtos, não sinalizam tanto um desvio de percurso.

OM: Justamente. Acredito que se a ciência e a tecnologia se perguntassem sobre a utilização de energia nuclear, em termos de para aonde estamos indo, seria uma pergunta sobre o sentido, o que não ocorre. Por que a ciência, hoje, não se pergunta ou nos pergunta para aonde vai ou deveria e poderia ir? Ela está diretamente vinculada ao capital e sua *performance* como capital. Ela vai, anarquicamente, para qualquer lugar, você não tem uma pergunta sobre os fins últimos, o sumo bem, a felicidade... Aliás, o simples fato de essas perguntas terem se tornado absolutamente ociosas já diz muito sobre o contemporâneo. A ciência, pelo menos até o século 17 no Ocidente, sempre foi a busca da justa vida e do bem-viver, mesmo não se sabendo bem o que isso signifique.

Mas o que são as usinas nucleares? O genocídio chamado de progresso. Mas por quê? Porque para a idéia de progresso toda morte é apenas um acidente de percurso

rumo a futuros gloriosos da ciência. Agora a ciência não tem nada a ver com a felicidade, esta se tornou objeto de pensamento e de vida obsoleto e até irrisório. Também não tem a ver com o bem-estar. Comparado com a vida de um homem da Idade Média, o homem moderno, que conta com a eletricidade, ele se aquece, enquanto o homem da Idade Média tinha suas maneiras de sobrevivência e suas estratégias de vida diferentes do mundo contemporâneo e, segundo Marx, em *O capital*, melhores, porque o servo da gleba possuía sua vida garantida tanto pela sobrevivência material quanto a espiritual, porque o senhor da gleba ou a Igreja tinham que se ocupar dele na doença, em seus sofrimentos, etc. E ele estava ligado à terra e vivia um tempo qualitativo, trabalhava no verão tantas horas por dia e, no inverno, não trabalhava o tempo inteiro, ocupava-se com as coisas de autoconhecimento, mesmo que fosse via teologia, etc., mas tinha uma relação com o mundo da cultura, mesmo se não-letrado.

Enquanto no mundo contemporâneo o homem foi jogado na insegurança, quer dizer, se a gente pensar o estado contemporâneo, essa tendência ao elogio da insegurança e do risco! A grande utopia de 68 era “não mude de emprego, mude o emprego de sua vida”, era a desalienação da vida, a reunião de vida e cotidiano, arte e vida. O neoliberalismo realizou uma revolução muito mais radical, criou o homem novo, que é o homem vazio, o homem cuja vida não tem sentido, é... isso que estávamos falando reiteradamente: o consumo pelo consumo. Não se trata apenas de criticar o consumo pelo consumo, mas de compreender nosso estado de heteronomia: não se é mais dono, senhor nem de seu tempo nem de sua vida. E essa circunstância tem relação direta com o

Estado e o mercado, quando o Estado se demissiona de sua função, a de lidar com uma temporalidade a longo prazo, porque ele existe para garantir a sobrevivência, a longo prazo, de todos os seus cidadãos. Então, a partir do momento em que as coisas tão essenciais ligadas diretamente à sobrevivência e, portanto, à vida, como a saúde, a educação, a aposentadoria e o lazer vão para o mercado, a vida fica à mercê de suas oscilações: no momento de sua aposentadoria ou de sua doença, você vai ter direito à vida, dependendo da oscilação do mercado. Você pode ter um plano de saúde, melhor ou pior, ter aposentadoria da qual nunca vai saber o valor, porque ela vai estar em uma cotação no momento de sua aposentadoria, ou seja, houve um confisco violento da própria vida. Então, quando se mata de qualquer maneira, a vida não tem mais valor, como diz Giorgio Agamben, “*nós estamos aí na condição do homo sacer*” – ou seja, aquele que pode ser morto ou assassinado a qualquer momento, sendo impunível o crime praticado contra ele. É obvio que isso é uma política de demissão do Estado como instrumento da vida pública de seus cidadãos, por quê? Porque não é só matar indiferenciadamente na guerra, a vida já passou a não valer mais nada, com o Estado o qual não tem mais a função de proteger a vida – ele, justamente, deixou isso para o mercado fazer e este desconhece limites morais. Não há mais o valor, o belo e o feio, o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, valores que, dada a velocidade com que as novas tecnologias alteram, aceleram o tempo, estão invalidados; depois da clonagem, depois da engenharia genética, aí começa-se a perguntar pela ética. A ética não pode chegar depois, porque depois não tenho nada para falar, porque já estou fazendo o que devia ser interrogado antes.

MHD: Durante o século 20 vimos a estetização da violência transformar-se em um dos maiores sucessos do mercado cinematográfico mundial. Benjamin falava, igualmente, na estetização da política. Não quero defender a censura ou coisa do gênero, mas é notório que a estetização da violência contribuiu e ainda contribui, em muito, para anestesiar o choque da guerra. *Venus-venenum-vinum*, não é de hoje que beleza e guerra seguem juntas, mas agora o “rapto dos olhos”, para usar uma expressão antiga, a suspensão do aqui-agora não perturbam mais. Somos refratários ao horror da guerra, entorpecidos com helênio. Nem sempre: a queda das duas torres em Nova York foi uma resposta, nefasta, a isso tudo. Talvez devêssemos mesmo falar de “politização da arte”. Luciano Canfora, em *Crítica à retórica democrática*, compara o ataque às torres ao ingresso de Alarico, comandante dos visigodos, no coração de Roma, em 14 de agosto de 410. Dois acontecimentos, então, inimagináveis. Santo Agostinho compreende bem que algo estava se quebrando; sobretudo por isso, como ajuíza Canfora, empreende sua grande revisão histórica – olhos postos no futuro – com o *De civitate Dei* (A cidade de Deus). A logística de guerra, hoje, objetiva neutralizar qualquer forma de memória, de revisão do passado – “não olhem para trás” é a palavra de ordem. Lição conhecida há um bom tempo: afinal, a incessante exposição do assassinato de Kennedy, a ilusão de sermos testemunha ocular não consistiu em um modo eficaz de impedir uma perspectiva histórica sobre o ocorrido, impedir que a situação americana fosse plenamente historicizada? Argan equipara a estratégia aos mecanismos mercadológicos: *“a reação deve ser instantânea e efêmera (...) somos continuamente alimentados, os americanos dizem ‘abastecidos’, de*

informações. Milhões de pessoas viram, na televisão, matarem Kennedy e depois Oswald. Os dois fatos mais enormes desde o final da guerra não foram historicizados, permanecem em nós como fatos de crônica ou símbolos; poucos tiraram dali um julgamento sobre a situação americana, sobre o conflito brutal de duas Américas”. Agora, porém, o alvo dos terroristas está na própria superexposição, na manipulação da imagem como símbolo maior da política norte-americana. No cinematográfico ataque às duas torres a “sedução da imagem” (o “espetáculo da guerra”) perdeu o encanto – o terrorismo nos devolveu o silêncio diante de fotografias de guerra, o pavor do mal.

Mas, voltando ainda à questão do pensamento analítico na filosofia, da filologia, aos quais você se referiu anteriormente, creio que, com os novos recursos tecnológicos, com a informática, a potencialização dos procedimentos de análise inflacionou suas pretensões científicas. Hoje, no entanto, temos, em paralelo, uma tendência inversa – a de reduzir tudo à “retórica”. Ou seja, a desconfiança na capacidade de interpretação, no trabalho intelectual, acadêmico, relegado à obra de ficção.

OM: Creio que também houve uma mudança na idéia de competência, normalmente está ligada a um conhecimento, é uma especialidade que existe e você está em uma posição, em um determinado cargo, ou seja, em qualquer instituição, dada sua competência, você é alguém com conhecimento daquela atividade à qual você está afetado. Enquanto hoje a idéia da competência não vem disso, estar em um determinado cargo lhe confere competência, não é que você tem competência e está no cargo. Assim, é

totalmente vazio, e não tem importância ter competência ou não, porque a idéia de eficácia tem de ser eficaz, você tem de ser pragmático, deve ter resultados, deve ser eficiente na política de resultados, etc. A academia não tem a mesma temporalidade das mídias, nem a mesma temporalidade da tecnologia.

MHD: Exatamente. As próprias aulas são cada vez mais “formatadas” pela mídia, pelos critérios televisivos da indústria de entretenimento. Só falta adotarmos, na faculdade, as apostilas de cursinho. Hoje, não importa muito a competência no sentido da formação intelectual do professor, o que vale é a capacidade de persuasão. Ele estar ali já é...

OM: A competência é o seguinte: Você tem sucesso? Você conseguiu sucesso?

MHD: Sim! É isso!

OM: Então, quem consegue se adaptar à anomalia é um bem-sucedido. Se você não se adaptou e não arrumou um emprego, hoje aqui, amanhã outro – o homem adaptado vai ter muitas profissões na vida, etc. – você fracassou nisso, é um derrotado e responsabilizado por seu fracasso, e ninguém vai lhe questionar que, na verdade, esse modo neoliberal de não-vida é o que torna todos, reduz todos os indivíduos à condição de um objeto sem defesa, em que o bem-sucedido é aquele que se dá bem, portanto enriquece ou se vira nesse mundo para sobreviver, enquanto aquele que não consegue sobreviver é um incompetente social... confinado à condição de eterno necessitado da benemerência e da filantropia. Estamos passando também por um momento de infantilização da sociedade. Desse modo, até na moda se

reconhece isso, ninguém é velho, todo mundo é jovem, porque não há mais a idéia do envelhecimento, há o fetichismo da juventude e a “promessa da vida eterna” pela ciência, em princípio! Retira-se à juventude a possibilidade de ser juventude. Então, o adulto se veste como o jovem se veste. Há uma padronização do gosto, uma padronização dos comportamentos... ninguém é mais jovem, porque todo mundo é jovem. (risos)

MHD: É a fantasmagoria do belo como juventude eterna. A nossa sociedade é generosa com a beleza, com várias formas de beleza, com todas as tribos. A beleza é uma peça-chave na “*performance* eficaz”, mas, convenhamos, ela não passa de um invólucro atraente. Fala-se muito em beleza grega. Na *Helena*, de Eurípides, a beleza se impõe como um velamento do interior, uma exterioridade que eclipsa a possibilidade do ser, transformando-o em um fantasma. Nós temos, hoje, algo similar? Pode ser, mas sem nenhuma dimensão trágica: afinal, Helena almejava cancelar a beleza do rosto! Por outro lado, pretender paralisar o tempo, preservando uma juventude ou beleza eternas, é o oposto do *puer senex* do Renascimento: o ideal do “jovem velho”. Para Marsílio Ficino, só com a maturidade, o arrojo e presteza de ação, próprios dos jovens, realizam-se em plenitude, pois não se perdem na ansiedade juvenil, moderando-se pela ponderação e prudência do agir. O tema foi retratado em uma conhecida gravura da Prudência, legada pelos antigos e reinterpretada por Ticiano. Nada disso faz sentido na modernidade, a juventude ou a beleza estão aí, à mão, basta ter dinheiro para comprá-las. O culto moderno dispensa maiores reflexões. Mas o que se compra, de fato?

OM: É, acho que essa coisa da moda também tem sentidos diferentes na história, em cada conjuntura. Mas na sociedade de massa ela não tem o sentido, vamos dizer, de diferenciação. Tudo bem você dizer: não, a moda é igual para todo mundo, mas a minha gravata é azul, a do outro é cinza, ou então aparece a cueca e as calças caídas para se estar na moda. Quando a Benetton estava em crise – ou outra grife, não sei – com a venda de gravatas, chegaram à conclusão por que se faziam poucas gravatas e elas eram muito caras, então, para fazer com que fossem consumidas, mudou-se uma cor, de uma linha azul para uma mais cinza e variou-se um pouquinho na quantidade de fio de seda, ou seja, algum material para diferenciar o todo. Mas, na verdade, é idêntico, uma gravata é totalmente idêntica a outra, não é mais objeto diferenciado.

Como a Mont Blanc, os médicos gostam muito disso, de exibir a Mont Blanc no paletó, em dia de casamento, alguma coisa assim... (risos). Quer dizer, a Mont Blanc, hoje, não quer dizer nada, é só um valor de troca, porque a Mont Blanc era o luxo do designer, era o luxo para poucos, era a beleza do objeto, era o deslize para poder escrever com aquela pena de ouro... Hoje, ela é um objeto que só tem valor de mercado. É como o colecionador de obras de arte, não é um amante de obras de arte, esse colecionador, ele só vê o valor de troca. Conhece o preço da obra, mas desconhece o valor da obra, então... Enquanto o colecionador do qual fala Benjamin no trabalho das passagens sobre o colecionador, esse colecionador, primeiro libera o objeto da corvêia de ser útil. Não é mais valor de troca, você coloca e dispõe os objetos, desestabilizando-os completamente, a começar pelas noções de espaço e tempo. Portanto, você coloca em

uma nova sintaxe objetos cuja procedência e temporalidade são absolutamente diversas e cria uma reunião única ali. E é uma forma de citação pela qual você tira o objeto do passado, mas devolve o passado de onde ele veio para o presente; assim, faz sentido para o presente. Por isso, e contra a corrente, Benjamin fala, na *Obra de arte*, que as obras de arte gregas, pela qualidade de seu material – o mármore – estavam destinadas a serem eternas.

Assim, o belo grego atravessa a barreira do tempo, e Baudelaire, que entendeu muito bem essa simultaneidade entre a antiguidade e a modernidade, vai dizer no *Elogio da maquiagem*, sobre as mulheres de seu tempo e do dândi. O dândi, o excêntrico, quer ser o único, quer recuperar a raridade, no momento em que você tem a multiplicação do mesmo em uma sociedade de massa. Então, ele se veste de maneira insólita, luvas até o cotovelo, luvas cor-de-rosa, roupa toda preta, a palidez no rosto, o chapéu surrado, gasto, mas chapéu diferenciado! Ele tem uma maneira de chamar a atenção, quer dizer, ele chama a atenção não sobre o que ele é, mas sobre o que não é, porque aquela vestimenta... também o que ele reconhece nas mulheres, no *Elogio da maquiagem*, dizendo que o pó-de-arroz é como mica de mármore: confere às mulheres modernas a dignidade e a nobreza de uma estátua grega. No moderno, ele conhece o mais antigo e, no antigo, reconhece o moderno.

Desse modo, essa relação do passado com o presente é de uma simultaneidade dos tempos e não é o tempo plasmado no agora, como isso que estamos vivendo hoje.

MHD: Como você observou em outra palestra aqui na FAU, para Ernst Block, “aos objetos modernos não é permitido envelhecer, apenas deteriorar”. A convicção

de a arquitetura se inscrever em um tempo radicalmente novo, com problemas e desafios totalmente inéditos, não nos desobriga de pensá-la em seu perdurar, seu envelhecimento. Mas a preservação da arquitetura moderna enfrenta uma situação bem distinta.

OM: Tenho a impressão que, como a idéia é o consumo rápido, as construções da arquitetura são feitas para durar pouco mesmo, seja pela má qualidade dos materiais, seja pelo descuido, seja pela produção em série, vinda pelo computador, etc... Já é feito para substituição rápida, então não será dado, a uma construção arquitetônica, durar.

MHD: Inclusive a contemporânea.

OM: Inclusive, porque é uma maneira de desmemória, não que se tenha de ficar com o passado como um fardo, mas é a relação com o passado, com sua história, de acordo com a idéia de experiência. Temos “vivências” e não “experiências”. A vivência é um choque não-compreendido, portanto, uma ferida que não cicatriza nunca, porque é um trauma o qual não pode ser transcendido, porque você não tem a memória dele, você não sabe... aquele mal-estar de onde veio, aquele medo. E no caso da experiência, era possível você tecer, coletivamente, uma história para poder esquecer. Uma dor, quando é narrada, é compartilhada, é mais vivível e suportável do que quando você tem vivência de um choque – é o que resulta, como Freud dizia, na afasia.

O que é afasia? Por que ele estudou tanto os neuróticos da guerra? Eles voltavam mudos dos campos de batalha daquela guerra mundial, não-enriquecidos de experiência, mas empobrecidos, porque não

havia uma palavra que pudesse expressar o horror, era um horror sem voz, o que eles viram e não podiam dizer. Esse horror se banalizou, o mal se tornou banal, porque nós vivemos essa tal mudança psíquica que creio ser a dificuldade de identificação com a dor do outro. Assim, essa faculdade de identificação, de compaixão, que tende a desaparecer, isola cada um em seu pequeno território – o que se chama, hoje, de individualismo, porém é a impossibilidade de transmitir experiências e ter experiências. E pensar o quanto se tem de multiplicidade de culturas, de temporalidades, de visões do mundo, de tudo, e nunca as pessoas se entenderam tão pouco. E o que se tem? Ao invés de um espaço comum no qual toda essa diversidade se cruza, vê-se particularismos que consistem em aprisionamento em uma única forma de ser e de pensar e de viver.

MHD: Acontece algo parecido com o comércio de artesanatos, de produtos regionais. Incorporados à dinâmica da produção em série, da produção em larga escala, despojam-se das qualidades que, presumivelmente, propiciam-lhes “individualidade” no mercado. Cestos indígenas são vendidos em grandes magazines, em lojas de grife no Brasil e no mundo, mas a singularidade das peças nada nos diz do valor religioso ou do significado dos padrões ornamentais, por exemplo. São objetos estranhos, cuja presença se cumpre na forma do silêncio. O distintivo cultural não convida a nenhum diálogo, ao reconhecimento do outro. Ou, quando deixamos que falem, só ouvimos a nós mesmos. A qualidade da fatura das peças, o ritmo, os padrões geométricos da composição respondem a uma sensibilidade abstrata – *sichtbarkeit*, se se quiser – que é nossa e não deles. Nenhum diálogo,

nenhuma troca de experiências. Somente Eco e Narciso, uma fala esvaída pelo redobro, um olhar cego pelo reflexo.

OM: Não há diálogo porque o exótico, o episódio do estrangeiro era o convite à viagem, como se vê, por exemplo, no romance de Flaubert, *Salambô, a cartaginesa*. Também no romance de Aloízio de Azevedo, *O cortiço*, o estrangeiro é, era, um convite à viagem!!! Hoje, o exótico, nós já o vimos antes de vê-lo... Então você pode transformar isso em uma experiência, são poucos que conseguem transformar um *déjà vu* em um *jamaís vu*, as coisas podem não serem novas, mas nosso olhar sobre elas pode sê-lo. Eis o desafio e a persistente utopia da imaginação no poder! Utopia bem-entendida: realiza-se o possível para depois realizar o que parecia impossível – a democracia, a liberdade, a felicidade, a simplicidade e a paz!

scripção da

re. S. João em ... em da ... a barra daquella banda por onde se podem ...
em forma de ... S. J. ... & braço ... de de ... por braço ...
muy pontual ...

Y VINDA DE ...

... ac 50

... realin

... das sev

... a depoz

... cinco libras ...

... de rocha viva

... e ...

3 | ARTIGOS

João Sette Whitaker Ferreira

Orientadora:
Profa. Dra. Erminia Maricato



MITO DA CIDADE-GLOBAL:
O PAPEL DA IDEOLOGIA
NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO TERCIÁRIO EM
SÃO PAULO

RESUMO

A “cidade-global” vem sendo difundida como o único modelo urbano capaz de garantir a sobrevivência das cidades no “novo” contexto da “globalização da economia”. A cidade de São Paulo não foge desse rótulo. Entretanto, os dados empíricos mostram que ela não apresenta nenhum dos atributos típicos da “cidade-global”. Isso não impede que o discurso dominante do pensamento único neoliberal, que tem como paralelos urbanos as teorias da “cidade-global”, do “planejamento estratégico” e do “marketing de cidades”, imponha uma visão – mais ideológica do que real – segundo a qual esses modelos seriam as únicas opções de urbanização aceitáveis. Apoiando-se nessa falsa realidade, os empreendedores urbanos da cidade conseguem canalizar os recursos públicos, de forma a sustentar a construção de supostas “centralidades globais terciárias”, desviando, assim, as políticas públicas das prioridades prementes ligadas a uma demanda social cada vez mais dramática. Uma análise mais pormenorizada mostra que a dinâmica de produção do espaço em São Paulo é baseada em coalizões entre as elites urbanas locais e o poder público, nada tendo, de “moderna”, e muito menos de “global”, sendo, na verdade, a expressão urbana das tradicionais e arcaicas relações sociais típicas do “patrimonialismo” brasileiro.

ABSTRACT

Throughout the world the global-city has been considered the only urban model able to guarantee the survival of the city within the new context of economic globalization, and the city of São Paulo is no exception. However, empirical data demonstrate that this city has none of the typical “global-city” attributes: it does not take an active part in world economic flows, it does not suffer from a structural de-industrialization, it lacks an advanced service industry leading other economic activities, and so forth. Nonetheless, the prevailing dialogue dominating single neo-liberal thought imposes an ideological discourse according to which this model would be the only acceptable option for the urbanization of São Paulo. Based on this false reality, urban developers successfully channel public investments to support the construction, for example, of a “total business district” in the area of the Pinheiros river, thus directing urgent public priority policies away from widening social inequalities. In a city where nearly half of the population is deprived of the basic rights of citizenship and is not even able to take part in formal urban dynamics, some groups of developers associated with public authorities are able to create a “city within the city”: a veritable “First World” island built within an urban matrix comprised of the traditional, archaic social relations of the urban underdevelopment of a country that still has to overcome the difficulties of its colonial heritage.

(1) Fernando Henrique Cardoso, Seminário Internacional Centro XXI, São Paulo, 1995, reproduzido In: Marco Antonio R. de Almeida (apresentação). *O centro das metrópoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome / Viva o Centro / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

(2) Ver autores como Friedmann, Smith & Feagin, Knox & Taylor, Timberlake, Sassen, Castells, Borja, Güell e Veltz, entre outros. Vale observar que estamos nos referindo à definição de “cidade-global”, a qual ganhou força conceitual nos meios acadêmicos de urbanismo, e preocupa-se, sobremaneira, com as novas configurações espaciais voltadas ao terciário moderno, atribuindo pouca importância – ou nenhuma – às gritantes desigualdades sociais que caracterizam as cidades modernas do mundo subdesenvolvido. Há outras definições, bem mais aceitáveis, dentre as quais a de Milton Santos, para quem a noção de “cidade-global” envolve também os antagonismos da desigualdade e da exclusão, associados a essas grandes metrópoles, os quais devem ser considerados em uma nova dinâmica de espaço e tempo própria justamente aos novos tempos da globalização.

(3) A nomenclatura varia para essas categorias secundárias: “Cidades-globais de influência regional”, “Cidades-Globais de segunda ordem”, etc.

(4) SÃO PAULO (Cidade) – Sempla. *O uso do solo segundo o cadastro territorial e predial*. São Paulo: Sempla, 2002.

SÃO PAULO, CIDADE-GLOBAL: O FATO MEDIÁTICO

“São Paulo será, talvez, no Brasil, a principal candidata à cidade mundial.”

Com essas palavras, durante um encontro internacional sobre cidades, em 1995 (ALMEIDA, 2001)¹, o então presidente Fernando Henrique Cardoso consolidava uma interpretação sobre as cidades contemporâneas que iria, rapidamente, tornar-se unanimidade nos meios empresariais, acadêmicos e governamentais.

Tal interpretação se tornou especialmente festejada nos meios acadêmicos do urbanismo desde que, em 1991, a pesquisadora Saskia Sassen publicou, nos EUA, seu trabalho intitulado *A cidade-global* (SASSEN, 1996). A idéia central é que no atual mundo globalizado, cujo paradigma é o da competitividade econômica, as cidades que se mantêm na liderança do cenário econômico são aquelas a conseguirem apresentar vantagens comparativas para atrair empresas transnacionais e os fluxos internacionais de capital financeiro, mantendo-se, assim, em evidência na economia globalizada.

Partindo dos exemplos de Nova York, Londres e Tóquio, e ampliando, em seguida, sua análise para uma rede hierarquizada de cidades, as teorias sobre a “cidade-global”² argumentam, portanto, que as novas dinâmicas de flexibilização e desregulação da economia, de aumento dos fluxos internacionais de capital, e de fortalecimento da economia de serviços, em detrimento da atividade industrial fordista-taylorista, estariam obrigando as cidades a adaptarem-se a uma nova demanda por edifícios, serviços e equipamentos, capazes de atender às exigências de um novo e moderno setor econômico, que Sassen chamou de “terciário avançado”. Quase todos os autores, e Sassen em especial, incluem a cidade de São Paulo na lista das possíveis cidades-globais, embora em posições hierárquicas inferiores³.

Essa suposta “vocação” da cidade de São Paulo para ser “cidade-global” passou, então, a ser discutida na academia, propagandeada pela mídia, festejada pelo capital imobiliário e incentivada pelo poder público, usando-se como prova o fato que vêm surgindo na cidade, desde meados da década de 80, novos bairros “de negócios”, concentrações de edifícios que a nomenclatura “globalizada” convencionou chamar de “inteligentes”, justamente por sua tecnologia de conexão com as mais avançadas técnicas da comunicação global. Assim como as cidades norte-americanas possuem seus *business districts*, em São Paulo também temos um World Trade Center e outros tantos centros empresariais sofisticados, concentrados na região do rio Pinheiros e da avenida Luiz Carlos Berrini, uma área a qual alguns especialistas gostam de chamar de “nova centralidade globalizada” da cidade.

Como de fato houve ali um acréscimo de cerca de 2 milhões de metros quadrados construídos entre 1991 e 2000⁴, com um número razoável de megaempreendimentos imobiliários terciários, isso parece ser prova suficiente de afinal podermos, sim, ser uma cidade-global, sem haver qualquer preocupação

(5) Ver, por exemplo, Nely Caixeta. Cadê a fábrica que estava aqui? *Revista Exame*, edição 661, 6 abr. 1998, e Os efeitos da concentração. *Revista Veja*, edição especial, maio de 2002.

em verificar se as dinâmicas e as disputas de poder a reger essa produção têm, de fato, algo a ver com a chamada “globalização”. Em outras palavras, o que parece legitimar a condição de “cidade-global” é tão-somente a existência de um mercado imobiliário terciário a abrigar empresas “transnacionais”.

As motivações que levaram cada um dos setores citados a patrocinar a nova classificação “global” da maior metrópole brasileira são aparentemente variadas. A academia parece ter seguido a velha tradição, em especial nos meios urbanísticos, de reproduzir quase automaticamente, por aqui, teorias e interpretações em voga nos grandes centros universitários do exterior – e, portanto, capazes de conceder destaque fácil e rápido a obras acadêmicas que os reproduzam – e as quais até hoje nunca se mostraram capazes de sustentar uma interpretação eficaz de nossa realidade urbana desigual, em um processo de importação intelectual o qual reitera o descompasso já apontado por Schwarz, quando propôs a matriz das “idéias fora de lugar”. Na realidade, esse procedimento parece destinar-se a reproduzir e difundir, por aqui, teorias que sustentem, academicamente, os interesses de hegemonia das classes dominantes nacionais. No caso da teoria da “cidade-global”, desdobraram-se teorias mais instrumentais, também discutidas pela academia, verdadeiras “receitas” para impulsionar a competitividade urbana global, inspiradas na reengenharia empresarial e nas modernas técnicas de propaganda, e que ficaram conhecidas como “planejamento estratégico” e “marketing de cidades” (VAINER, 2000).

Para o mercado imobiliário, o qual se insere no grupo social das “classes dominantes”, a participação nesse esforço de construção da imagem de uma “cidade-global” parece natural, pela mobilização que ele representa em torno de possibilidades de investimentos e rentabilidade em um cenário recessivo. Se o modelo da “cidade-global” favorece as classes dominantes, é porque favorece, essencialmente, como veremos, oligarquias arcaicas a atuarem no mercado imobiliário. É, sem dúvida, o mercado que tem mais a ganhar, e vem ganhando, com esse processo. A mídia, quanto a ela, sempre serviu no Brasil à reprodução dos mesmos interesses dominantes. Reforçando o coro da “cidade-global” paulistana, são inúmeros os artigos na grande imprensa⁵, especializada ou não, festejando a “vocação global” da cidade e suas “inquestionáveis” comprovações, como os cerca de 4 milhões de “turistas de negócios”, a modernidade de nossos *business districts*, a “substituição” da indústria pelos serviços, a moderna e “internacionalizada” rede hoteleira, a proliferação dos edifícios “inteligentes”, e assim por diante.

Já o poder público, tanto aqui quanto nos países industrializados, adotou, entusiasticamente, o discurso da “cidade-global” por motivos bem pragmáticos, merecendo uma explicação mais detalhada. A partir da década de 80, no cenário de crise de superprodução e desemprego, de desconcentração industrial em muitas cidades européias e norte-americanas, e de alta competitividade, a possibilidade de impulsionar parcerias milionárias com o setor privado, para a

(6) A aposta inicial dos empreendedores das Docklands, de utilização de um subdimensionado monorilho aéreo como única conexão de massa para a área, quase afundou a operação urbana. A salvação veio pela extensão, com fundos públicos, do metrô convencional para os arredores da área. Ver, a respeito, ROSSITER, Andrew; "Le redéveloppement des Docklands de Londres: l'échec était-il inévitable?" *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, n. 566. *Les Cahiers du CREHU*, n. 5, 1995.

construção de pólos urbanos capazes de atrair grandes empresas e negócios globais, mostrou-se uma via de salvação para prefeitos submersos em graves crises de governabilidade. Otilia Arantes (2000) já mostrou como grandes investimentos culturais se tornaram uma ótima oportunidade de construir-se as infra-estruturas necessárias para transformar cidades quase falidas em pólos de atração do grande capital global. Assim ocorre também com os grandes eventos internacionais, como jogos olímpicos e exposições universais. Centros de convenções, modernos aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, atrações turísticas e culturais, segurança, são justamente os atributos que os teóricos exigem das "cidades-globais", e de repente se tornaram objetivos a alcançar, justificados por algum grande evento, em uma simbiose de interesses políticos e imobiliários. O planejamento estratégico urbano se tornou, especialmente, útil, para tais fins e, de Paris a Nova York, passando por Londres, Atlanta, Bilbao ou Lisboa, são inúmeras as cidades a experimentarem essa receita de sucesso, a qual tem, em Barcelona, palco de uma gigantesca operação de reurbanização por conta dos jogos olímpicos de 1992, seu maior paradigma.

Em todos esses casos, vale notar, os interesses privados foram favorecidos por incentivos governamentais, por meio de importantes investimentos públicos. Na grande operação de renovação das docas londrinas, as conhecidas *London Docklands*, por exemplo, próximo de 1,3 bilhão de dólares de fundos públicos foram investidos no empreendimento, que, aliás, acabou sendo um grande desastre imobiliário, salvo somente em anos recentes, graças a mais investimentos públicos⁶. Em Barcelona, foram 5,5 bilhões de dólares públicos investidos na preparação dos jogos. Quase sempre, a mobilização de importantes fundos públicos – em momentos de restrição orçamentária – para incentivar projetos de renovação urbana, motivados ou não por grandes eventos internacionais, foram legitimados entre a população, justamente com o discurso que tais investimentos seriam a porta de entrada definitiva no chamado "arquipélago das cidades-globais", o que permitiria a atração de um volume de capital muito maior do que o investido pelo Estado. Um prognóstico arriscado, como em qualquer operação capitalista: os balanços, aliás, nunca são muito transparentes, e além do caso emblemático das Docklands (na qual uma das maiores incorporadoras do mundo acabou falindo), a cidade de Montreal, por exemplo, até hoje amarga as dívidas das Olimpíadas de 76, assim como em Atlanta os jogos bancados pela gigante dos refrigerantes não foram nenhum grande sucesso financeiro.

Assim como a teoria das "cidades-globais" atravessou os oceanos para pousar em nossas universidades, esse conveniente discurso político também tomou conta das metrópoles latino-americanas, e o planejamento estratégico se tornou moda entre os chefes dos executivos municipais, de qualquer perfil ideológico. Em um continente que sofre com as opções macroeconômicas neoliberais de estabilização monetária, adotadas na década de 90, e enormes restrições orçamentárias a dificultarem, sobremaneira, os investimentos em infra-

(7) A própria Saskia Sassen esteve em Bahia Blanca, Argentina, proferindo palestras sobre o planejamento estratégico da cidade, com Jordi Borja, líder dos projetos de Barcelona, o qual também esteve em São Paulo por diversas vezes, assim como em Santo André. Manuel Castells, destacado pensador do planejamento estratégico, ao lado de Borja, também compareceu, repetidamente, à cidade de São Paulo ao longo da década de 90, como em outras cidades do continente.

estrutura, o planejamento estratégico e suas possibilidades de parcerias público-privadas soaram como uma salvação para garantir aos prefeitos a “vitrine” necessária à sua governabilidade, e também à sua reeleição. Grandes obras de infra-estrutura – de repente possíveis graças a empréstimos privados específicos e ao empenho das agências financeiras multilaterais, especialmente empenhadas nesse tipo de ajuda – agradam aos investidores, proporcionam visibilidade aos governantes, geram empréstimos (negócios) para os bancos financiadores internacionais, além de supostamente “capacitar” a cidade para atrair os fluxos do capitalismo financeiro globalizado. Apoiados pelos próprios mentores do planejamento estratégico barcelonês, que, coincidentemente, tornaram-se consultores internacionais⁷, muitos prefeitos latino-americanos se lançaram, nesta última década, na aventura da “cidade-global”, candidatando-se à sede dos jogos olímpicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, oferecendo-se para sediar filiais de grandes museus, como o Guggenheim e a Cidade da Música, no Rio, incentivando grandes operações de urbanização voltadas para os interesses dos investidores imobiliários do setor terciário, como o Eixo Tamanduatehy, de Santo André (SP), ou o festejado Puerto Madero, em Buenos Aires.

A hipótese colocada neste artigo, baseando-nos no estudo do caso de São Paulo, é que as motivações das prefeituras de cidades latino-americanas em buscar sua governabilidade por meio da construção de uma imagem de “cidade-global” não são, simplesmente, um alinhamento a uma tendência generalizada no continente, mas sim uma máscara ideológica a escamotear uma máquina a serviço da canalização de fundos públicos para privilegiar os setores mais arcaicos do mercado imobiliário.

Desde já, uma ressalva deve ser apontada, sobre a escolha de limitar esta reflexão à cidade de São Paulo. Embora muitos autores brasileiros se detenham – com razão – em criticar o “city marketing” e o planejamento estratégico em cidades de países industrializados, não se pretende, neste artigo, entrar nesse julgamento, já que a realidade daqueles países é completamente diferente da nossa e mereceria uma análise mais detalhada. Mesmo em meio a uma forte crise econômica estrutural – originada ainda nos anos 70, na crise gerada pela exaustão do modelo de Bretton Woods e a adoção do modelo de endividamento, aos quais se sobrepôs a reestruturação produtiva gerada pela Revolução da Informática – o dinheiro disponível para gastos públicos, na Europa e nos EUA, ainda é, exponencialmente, maior do que no mundo subdesenvolvido. Aliás, os gastos públicos até aumentaram na Europa, na década de 90, supostamente no auge da globalização neoliberal (BATISTA JR., 2000). Além disso, os níveis de distribuição da renda naqueles países faz com que, grosso modo, falar em mercado ainda signifique falar na sociedade em quase sua totalidade. Todos consomem e têm relativo acesso aos serviços e equipamentos públicos (mesmo em níveis diferentes e com um recente, mas consistente aumento da exclusão), e, em certa medida, isso permite a criação de espaços públicos – mesmo apoiados

na instrumentação da cultura, como aponta Otilia Arantes – ainda minimamente democráticos em seu acesso e uso, apesar de gerados por megaempreendimentos financiados pelo capitalismo global.

Sem dúvida, tais empreendimentos indicam transformações claras na forma da hegemonia do capital na produção do espaço urbano, e eles têm gerado significativa valorização fundiária e imobiliária, e processos de gentrificação importantes. Foi o caso, por exemplo, da renovação urbana de Barcelona, que sofre forte contestação local, e o caso das Docklands londrinas, e isso, sem dúvida, descredencia esses modelos de planejamento, até mesmo quando aplicados em seus países de origem⁸. Porém, por questões de espaço e de foco, este artigo não se atém a essas questões, embora as consideremos relevantes, mas sim à problemática transposição desses modelos urbanísticos para a sociedade brasileira, cuja matriz é de extrema desigualdade social e concentração da renda. Trata-se, aqui, de verificar se a “tábua de salvação”, já em seus países de origem, polêmica, por acaso permite, na realidade subdesenvolvida, criar algum “efeito sinérgico” o qual resulte em investimentos emergenciais, como saneamento básico, habitação de interesse social, transporte público de massa, etc.

Um estudo empírico mais cuidadoso mostrou que, surpreendentemente, a cidade de São Paulo pouco corresponde, em que pese sua imagem “global”, a essa expectativa. Por vários ângulos os quais se procure verificar, a maior metrópole do continente parece mais marcada pelo arcaísmo de sua pobreza e da não-superação dos conflitos herdados de sua formação, historicamente desigual e excludente, do que por alguma nova dinâmica urbana determinada pela economia globalizada. Vale lembrar que estamos falando de uma metrópole na qual cerca de 40% da população vive em situação de informalidade urbana, com aproximadamente 1,2 milhão de pessoas morando em favelas⁹.

Há, basicamente, três formas pelas quais poderíamos averiguar se uma cidade responde ao rótulo de “global”: a primeira delas é a verificação daqueles atributos segundo os quais os teóricos qualificam uma cidade como “cidade-global”. Tais autores defendem que as cidades-globais abrigam um número significativo de sedes de grandes empresas transnacionais, com bolsas de valores de importância internacional, caracterizam-se por uma economia que transitou, majoritariamente, para o setor de serviços, oferecem centros de convenções, modernos aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, e, em decorrência, receberiam significativo fluxo de capital financeiro, de homens de negócios e de mercadorias. A importância de cada um desses atributos constitui uma hierarquia entre centros urbanos os quais se interconectam, formando o que alguns autores chamaram de “arquipélago mundial de cidades-globais”.

A segunda maneira – a qual não exclui a primeira – seria verificando até que ponto é significativo o surgimento na cidade de novas atividades terciárias de comércio e serviços que estejam, como defendem, por exemplo, teóricos como Sassen e Castells¹⁰, substituindo as atividades industriais do setor secundário,

(8) Ver DUCHER, Daniel; “Docks de Londres: un modèle en trompe-l’oeil”, *Urbanisme*, n. 229, Paris: fevrier/mars 1989; e “La outra cara Del Fórum de les cultures S.A.: Barcelona 2004, el fascismo posmoderno”, *Assemblea de Resistència al Fórum 2004, Espai en Blanc, Col·lectiu Ariadna Pi de l’Institut Català d’Antropologia, Bellaterra, Barcelona, 2004.*

(9) Dados de 2004 da Sehab/SP apontam 1.160.597 moradores de favelas; um censo de 2000, também da Sehab/SP, indica 1.597.986 moradores de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, e há uma estimativa de cerca de 600.000 moradores de cortiços e 8.000 moradores de rua, o que resultaria cerca de 35% da população na informalidade. Acreditamos que tais números nunca consigam representar o total real, pela dificuldade metodológica dos censos, estimando-se, por isso, um total de 40% da população na informalidade.

(10) Ver, entre outros, Saskia Sassen (1998 e 1999) e Manuel Castells (1999).

sendo esse processo supostamente característico da “nova economia global” e das “cidades-globais”¹¹. No mesmo sentido, pode-se verificar qual a importância, na economia da cidade, desse novo setor econômico – o “terciário avançado” – de acordo com esses autores, compreendem atividades ligadas à economia globalizada, como as de informática, assessoria jurídica a grandes empresas, marketing, comunicações, etc. Pode-se, por fim, verificar o quanto novos “distritos terciários”, em especial a já citada região da marginal do Pinheiros, efetivamente, concentram empresas desse tipo, e qual sua importância relativa no total das atividades econômicas da cidade.

A terceira forma de verificação seria a análise da origem do capital imobiliário, que vem, efetivamente, produzindo “centralidades terciárias globais”, como a da região da marginal do Pinheiros. Seriam grandes investimentos internacionais ligados aos fluxos de capital financeiro globalizados, os quais estariam financiando a construção de nossos modernos *business districts*, da rede hoteleira de negócios, dos centros de convenções, etc., assim como ocorreu, por exemplo, nos conhecidos *booms* imobiliários terciários ocorridos na década de 80, nos EUA, na Inglaterra e em cidades asiáticas como Bangcoc, Hong Kong, Cingapura e Kuala Lumpur?

É surpreendente afirmar que a cidade de São Paulo não se enquadra no rótulo de “global”, em nenhuma dessas três verificações possíveis, nem nos fenômenos, geralmente, associados à sua “globalização” são propriamente novos, levando-nos a dizer que a construção da imagem da “cidade-global” paulistana não corresponde a dinâmicas reais, mas sim parece responder a interesses específicos, a utilizarem-se dessa imagem de forma ideológica, para garantir sua hegemonia. É o que veremos a seguir.

SÃO PAULO: O MITO DA CIDADE GLOBAL

Quanto aos “atributos” tipicamente conferidos às “cidades-globais” aqui discutidas, seria razoável supor que São Paulo, sendo a maior cidade da décima primeira economia mundial, e a terceira maior metrópole do mundo, aparecesse ao menos entre as 20 mais importantes do planeta. Entretanto, segundo classificações dos próprios estudiosos das cidades-globais, em meados da década de 90, quando a construção de sua imagem “global” mais se intensificou, seu aeroporto sequer era um dos 25 maiores do mundo, tanto em fluxos de carga como de passageiros, a cidade não aparecia entre os 25 mais importantes “pares” de origem-destino, no tráfego internacional de passageiros, enquanto metrópoles periféricas menores de países de economia mais modesta, como Cingapura, Bangcoc, ou o Cairo figuravam nessa lista. São Paulo tampouco estava entre os 25 maiores destinos dos fluxos mais intensos de telecomunicações, nem seu porto era um dos 25 maiores do mundo quanto ao volume de *containers*. Por fim, em

(11) Caracterizando a economia “pós-industrial”, Castells observa: “A atividade econômica se desloca da produção de bens para a produção de serviços. A morte do emprego agrícola é seguida do declínio irreversível dos empregos industriais, em favor dos serviços que acabarão assegurando a maior parte dos empregos.” (CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998. p. 242.)

1984, na época da pesquisa de Saskia Sassen sobre as cidades-globais, São Paulo não abrigava – e continua não abrigando – a sede mundial de nenhuma das 500 maiores empresas transnacionais, dentre as 17 cidades analisadas pela autora (KOULIOUMBA, 2002). Vejamos, então, se, ao menos, pode-se verificar na cidade uma transição do emprego para o setor terciário.

O MITO DA TERCEIRIZAÇÃO DO EMPREGO E DAS “CENTRALIDADES DO TERCIÁRIO AVANÇADO”

A segunda forma citada acima merece uma análise mais detalhada. A idéia que São Paulo estaria passando, como no caso de algumas economias desenvolvidas estudadas por Castells, de um perfil industrial para outro essencialmente terciário, não sobrevive a um estudo mais cuidadoso. Em primeiro lugar, vale notar: como qualquer grande centro urbano desde os tempos da Roma antiga, São Paulo sempre teve mais atividades terciárias de comércio e serviços do que industriais. A indústria paulistana esteve, desde a década de 50, especialmente concentrada nos municípios da periferia, sobretudo, na região do ABCD. O município de São Paulo, embora tenha abrigado – e ainda abrigue – atividades industriais de porte, por outro lado, sempre se caracterizou por receber em seu território atividades terciárias “de comando”, simplesmente pelo fato de a cidade ser, há mais de 50 anos, o pulmão do crescimento econômico do país e do continente. Até aí, não haveria, portanto, nenhum fato novo na era da “globalização”, e fica difícil entender qual a novidade – equiparando-se o peso das inovações tecnológicas dos edifícios em cada época – de uma concentração de edifícios terciários modernos na região da marginal do Pinheiros, nos dias atuais, em relação à concentração de novos e modernos (para a época) edifícios na avenida Paulista da década de 70, aliás, em grande parte também ocupada por sedes de empresas multinacionais. Como já disse Paulo Nogueira Batista Jr. (2000), referindo-se ao fenômeno da globalização, a idéia do “novo” como legitimadora de um cenário econômico – em nosso caso, urbano – deve ser vista com cuidado, pois esconde um peso ideológico, fazendo parecer novo o que nem sempre o é.

Assim, uma análise mais precisa da atividade industrial e do perfil dos empregos, para verificar a hipótese de Castells, deve incorporar toda a região metropolitana (RMSP), a qual inclui os municípios industriais do ABCD. De janeiro de 1985 a janeiro de 2002, o nível de emprego na indústria caiu significativos 50,68%¹², o que parece corroborar a tese de Castells. Entretanto, o número de assalariados sem carteira aumentou, entre 1985 e 2000, cerca de 130%, sendo o segmento o qual mais cresceu na economia informal (JACOBSEN et al, 2000). Por outro lado (nível de ocupação na indústria, medido pelo Dieese, caiu 15,8%, bem menos do que o nível de emprego. Este último computa

(12) Fonte: Dieese/ Sistema SERVE, índice base jan. 85=100, jan. 2002=49,32.

(13) Foram consideradas as seguintes categorias: Engenheiros, arquitetos e assemelhados; técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados; biólogos, engenheiros agrônomos e assemelhados; economistas e técnicos de administração; trabalhadores de profissões científicas e assemelhados; diretores e gerentes de empresas – Fonte: RAIS/Mte, 1999.

(14) Dados da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, 1999-2000.

pessoas, efetivamente, empregadas com carteira, enquanto o nível de ocupação engloba também pessoas exercendo atividades informais. Isso mostra que o fenômeno mais significativo quanto ao emprego, na RMSP, é muito mais o aumento do setor informal e a extrema precarização das relações trabalhistas do que propriamente uma “substituição” de empregos industriais pelos de serviços. Na RMSP, próximo de 55% da população ocupada está hoje na informalidade (DUPAS, 1998). A realidade brasileira parece ser, sem dúvida, bastante diferente das tendências observadas por Sassen ou Castells nos países industrializados, e a precarização do emprego é, para autores como Chico de Oliveira, a forma mais atual da exploração do trabalho e da acumulação capitalista no Brasil.

Castells verifica que no Canadá e nos EUA, “*a categoria dos gerentes, especialistas e técnicos, ou seja, as profissões ‘informacionais’ por excelência, ... representa cerca de um terço da população ativa no início dos anos 90*” (CASTELLS, 1998, p. 256). Em São Paulo, as empresas declararam à RAIS, em dezembro de 1999 (9 anos depois da análise de Castells para a América do Norte), um total de 3.111.585 postos de trabalho. Desse total, apenas 211.883 com empregos relacionados às especialidades citadas por Castells (considerando-se até um escopo provavelmente maior de profissões¹³). Isto é, apenas 6,8% do total de postos de trabalho com carteira assinada. Se considerarmos que esses postos representam apenas uns 50% da população ativa, já que o resto se encontra no trabalho informal, as profissões apontadas por Castells como típicas da sociedade “informacional” representam apenas 3,4% da mão-de-obra ativa na cidade de São Paulo. Por esses parâmetros, não há como falar, em nosso caso, de algum tipo de “economia terciária” centrada nos empregos no setor de serviços.

Além disso, mesmo que tenha havido um aumento de 14% dos empregos do setor de serviços entre 1989 e 1999¹⁴, o que permite pressupor alguma transferência do setor industrial para o de serviços, é impossível dizer que esta tenha ocorrido, majoritariamente, para os setores de “serviços avançados e globalizados”, pois os dados da precarização do emprego, citados acima, permitem supor que tenha havido uma transferência significativa para serviços de baixa qualificação, ou até mesmo da indústria para a mesma indústria (por meio da terceirização), sem relação com os avanços da “globalização”.

Assim, talvez não seja errôneo dizer que São Paulo estaria vivendo, mesmo de forma muito concentrada na região da avenida Berrini, o que Sassen aponta como “*a formação de um novo núcleo econômico urbano de atividades bancárias e ligadas à prestação de serviços que acaba substituindo os núcleos orientados para as manufaturas*” (SASSEN, 1998, p. 76). Porém, parece-nos mais importante entender que esse processo é pouco significativo, se o compararmos ao que os especialistas apontam como o *real* fenômeno contemporâneo na dinâmica do emprego na cidade: a total fragilização das relações de trabalho e o crescimento significativo tanto do desemprego quanto do trabalho informal.

Quanto à indústria propriamente dita, a discussão da tão propalada “desindustrialização” e a “nova vocação terciária” da cidade de São Paulo também deve ser feita com cuidado. Nas palavras de Sassen, “*muitos dos antigos grandes centros industriais dos países altamente desenvolvidos sofreram um acentuado declínio*” (SASSEN, 1999, p. 7), abrindo espaço para que alguns deles, justamente, refortalecessem-se em função de sua capacidade de concentrar novos tipos de serviços voltados a novos tipos de indústrias pós-fordistas. Embora ela seja cuidadosa ao não confundir a diminuição do emprego industrial com um suposto desaparecimento da indústria em si, a qual, ao contrário, vem se mantendo predominante em algumas economias desenvolvidas, a defesa da idéia do “fim” da era fordista e de seus modelos de concentração industrial nas cidades está presente em seu raciocínio e baseia-se na constatação verdadeira de essa reestruturação ter provocado relocalizações industriais e a obsolescência de bairros industriais urbanos, tanto na Europa quanto nos EUA.

Mas, como já dito, essas idéias são transpostas sem muito cuidado para a realidade brasileira, ganhando razoável destaque na mídia e nos meios especializados. Em documento da prefeitura de São Paulo, lê-se: a “*fuga de indústrias portadoras de processo produtivos baseados na exploração de mão-de-obra intensiva*” é um dos fatores que comprovam os “*impactos da globalização sobre a economia das cidades*”¹⁵. “*Cadê a fábrica que estava aqui?*” era o título de artigo da *Revista Exame*, de 5 de junho de 1998, comentando o “*esvaziamento industrial vivido pela capital paulista*”, um fenômeno, segundo o texto, implicitamente ligado à “*economia globalizada*”, à qual São Paulo teria de estar se adaptando (para alcançar sua condição de “*cidade-global*”, entenda-se). No mesmo sentido, em caderno especial sobre as perspectivas para o século 21, O *Estado de S. Paulo*¹⁶ também comentava: “*A cidade que já foi do café e depois, por muitos anos, da indústria chega ao futuro prestadora de serviços e voltada para os negócios*”. A associação dessa suposta tendência desindustrializante, com o surgimento de um “*centro de negócios*” voltado para o setor terciário na região da marginal do Pinheiros, é ainda mais claramente explorada pela revista *Veja*, em sua edição especial de maio de 2002. Em um artigo intitulado “*Os efeitos da concentração*”, a revista afirma que “*mais de 40% das indústrias foram embora*” da cidade, concluindo: “*em compensação, o tamanho da economia de serviços triplicou*”. Para ilustrar tal fenômeno, uma foto a não deixar dúvidas da localização escolhida pela economia de serviços: os modernos edifícios inteligentes do Centro Empresarial Nações Unidas, na marginal do Pinheiros.

É inegável que a economia brasileira está passando, em especial nos últimos dez anos, por um processo intenso de desmonte industrial, decorrente não de um novo “*perfil*” econômico da era pós-fordista, mas sim das opções macroeconômicas liberais de abertura do mercado e alta taxas de juros, que multiplicaram os processos de fusões e aquisições de empresas nacionais por grupos estrangeiros, e deslocaram o comando de suas operações empresariais

(15) SÃO PAULO (cidade). *Globalização e desenvolvimento urbano*. PMSP/Sempla, 2000/2001, p. 18.

(16) <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/especial/perspe/serv.html> – Caderno Especial “*Século 21: perspectivas*”, sem data.

para seus países de origem¹⁷. Ainda assim, o fenômeno da desindustrialização da RMSP não é tão efetivo quanto se pretende. Em primeiro lugar, a saída de muitas indústrias não se deve exatamente à “terciarização” da economia, mas à deseconomia gerada pela intensa urbanização: valorização fundiária e escassez de terrenos de grande porte para expansão das fábricas, trânsito caótico, alto custo de vida e falta de segurança para os executivos e, dizem alguns, atividades sindicais “organizadas demais”. Isso levou a um fortalecimento das cidades as quais compõem a chamada macrometrópole paulista, Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, que receberam parte significativa das indústrias (NOBRE, 2000). Assim, trata-se mais de um processo de “desconcentração e relocação industriais” do que de substituição da indústria por atividades de serviços.

Mas cabe ressaltar que a irreversibilidade desse fenômeno já é questionada. Estudos recentes da prefeitura de Santo André indicam que a simples alteração, em 2002, de lei estadual a qual limitava a expansão de indústrias, na área metropolitana de São Paulo, foi suficiente para provocar um início de inversão desse processo, com a volta para a região de importantes empresas, entre as quais a Cosipa, a qual decidiu instalar-se em Santo André – e não mais no litoral – um “porto seco” destinado ao escoamento de sua produção. Segundo Pamplona (2001a), da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, uma vez “cessado o processo de interiorização da indústria estadual do período 1970/85, ... após 1985, a indústria do ABC vem mantendo sua participação na indústria estadual”, levando o autor a afirmar, baseado em compilação de dados estatísticos: “desse modo, é falsa a idéia de que teria havido esvaziamento industrial do ABC em favor de outras regiões paulistas nos últimos 15 anos”, embora reconheça que as indústrias da região passaram por um processo de expansão conduzindo-as, em muitos casos, a ampliar suas atividades para o interior, outros estados ou mesmo o Mercosul, *mas “sem, abandonar, necessariamente, seu local de origem”* (PAMPLONA, 2001b). A pesquisa Seade/PAEP 1996, aliás, reforçou tais argumentos, mostrando a RMSP ainda como responsável por 60,4% do valor adicionado do estado, empregando 56,8% do pessoal ocupado e abrigando 57% das empresas industriais. Uma posição de liderança industrial significativa, tanto no estado quanto no país, mesmo em um processo paulatino de diminuição. No município de São Paulo, se, por um lado, observou-se, muito em função da precarização das relações trabalhistas, uma diminuição dos empregos industriais em torno de 13% entre 1986 e 1997, vale notar que a diminuição da atividade industrial foi de apenas 5% nesse período¹⁸, e que a área total de estabelecimentos industriais não decaiu, mas, ao contrário, cresceu 12,47% entre 1991 e 2000¹⁹.

Mas é quanto ao suposto “surgimento” do chamado “terciário avançado” e sua concentração nos novos “distritos de negócios”, como a festejada região da marginal do Pinheiros, que os dados empíricos revelam uma situação ainda menos consolidada. De fato, se selecionarmos, dentre o conjunto de atividades

(17) “A cada ano, o país recebe US\$ 20 bilhões em investimentos diretos e 70% dos recursos são usados para a compra de empresas existentes. Dados da consultoria Price Waterhouse Coopers revelam que o número de fusões no Brasil saltou de 186, em 1990, para 561, no ano passado”. Guerra de Titãs, *Isto é Dinheiro*, 27 de março de 2002.

(18) SÃO PAULO (Cidade), op. cit.

(19) SÃO PAULO (Cidade). *O uso do solo segundo o cadastro territorial e predial: Distritos municipais de São Paulo 1991-2000*. PMSP/Sempla, 2002.

empresariais classificadas pelo IBGE²⁰, aquelas relacionadas ao “terciário avançado”²¹, veremos que essa região, tão propagandeada como a nova “centralidade terciária” paulistana, na verdade, não é dotada de uma concentração significativa de empresas do setor, e, comparativamente, perde em importância para o centro de negócios surgido ainda na década de 70, a avenida Paulista, embora esta seja reiteradamente apontada pelo mercado como “em decadência”. Assim, do total de empresas atuando na cidade no setor “terciário avançado”, apenas 3,46% delas se situava, em 1999, na referida “centralidade global” da região da marginal do Pinheiros²². Em compensação, apenas a avenida Paulista, no mesmo ano, abrigava 2,20% das empresas do setor²³.

Se considerarmos que as regiões da Paulista e da marginal do Pinheiros reúnem apenas 5,66% (3,46% + 2,20%) das empresas do “terciário avançado” da cidade de São Paulo, cabe uma pergunta óbvia: onde estão as outras, quase 95%? Espalhadas por toda a cidade, e não concentradas em uma única “centralidade”. Em 1999, por exemplo, 1.187 empresas declararam a RAIS em São Paulo, sob a classificação “atividades de assessoria em gestão empresarial”, um ramo típico do que se entende por “terciário avançado”. Pois bem, essas 1.187 empresas estavam localizadas em 619 endereços diferentes, apenas 11 delas (0,92% do total) estando na região da marginal do Pinheiros, enquanto a avenida Ipiranga, sozinha, na região central, pouco associada a atividades “globalizadas”, apresentava 13 registros. Em outro exemplo, na área de “consultoria em sistemas de informática”, contou-se 323 empresas declarantes, distribuídas em 236 logradouros. Ou seja, 73,7% dessas empresas estão dispersas em ruas diferentes. É verdade que, neste caso, a “região da marginal do Pinheiros” lidera a concentração de empresas, com 13 registros. Ainda assim, essas 13 empresas representam apenas 4% do total. Da mesma forma, a Paulista aparece com o maior número de registros em um mesmo logradouro, porém apenas 11, ou seja 3,39% do total. O mesmo nível de espraiamento territorial verifica-se na análise para outros setores do “terciário avançado”, como “banco de dados”, “outras atividades auxiliares da intermediação financeira”, e “processamento de dados”.

A concentração do “terciário avançado”, na região da marginal do Pinheiros, mostra-se ainda menos significativa quando se considera o total de empresas da cidade *de todos os setores econômicos*. Nesse caso, as empresas do “terciário avançado” representam apenas 0,50% do total! Embora seja um setor que empregue bastante, ainda assim, o número de postos de trabalho os quais essas mesmas empresas oferecem é de apenas 0,95% do total de empregos da cidade. Mais uma vez, a avenida Paulista surge com uma força insuspeita para quem dá ouvidos aos rumores de sua “degradação”, com valores próximos ao do conjunto de avenidas da região da marginal do Pinheiros (FERREIRA, 2003). Esses dados se tornam ainda mais surpreendentes, se

(20) Cadastro Nacional de Atividades Empresarias – Cnae-IBGE.

(21) Trata-se de um conjunto de atividades de serviço às empresas com atuação global, que compreende, na classificação proposta pelos autores citados, por exemplo, empresas de consultoria empresarial, informática, consultoria jurídica empresarial, marketing, comunicação, etc.

(22) Trata-se das avenidas Faria Lima, Berrini, Águas Espraiadas e Nações Unidas (marginal do Pinheiros), e de algumas ruas transversais, assim como do bairro da Chácara Santo Antonio.

(23) Dados analisados a partir do Cadastro Empregador – Município de São Paulo, RAIS/Caged – Cegetip-Ministério do Trabalho e Emprego. In: FERREIRA, João Sette Whitaker, op. cit.

verificarmos que, entre os bancos e as companhias de seguro, empresas-modelo da economia financeira globalizada, poucos são aqueles, dentre os de maior porte, que escolheram a “centralidade terciária” da região da marginal do Pinheiros para instalar suas sedes: dos 48 maiores bancos atuando no Brasil, somente sete possuem suas sedes na região, e das 28 maiores companhias de seguro (de tamanho suficiente para constar entre as 1.000 maiores empresas do país em faturamento), somente três estão lá instaladas.

Tais números evidenciam que, além da atividade do “terciário avançado” não estar significativamente concentrada em áreas específicas, como supostamente ocorre nos *business districts* norte-americanos, ela, na verdade, é muito menos importante, e até quase insignificante – no que diz respeito ao seu número e aos empregos que geram – no conjunto das atividades empresariais da cidade, do que supõem as teorias a defenderem a “cidade-global” e a “transição” econômica para o terciário. Mesmo quanto ao faturamento, das mil maiores empresas atuando no Brasil, apenas 124, ou 12,4%, são do “terciário avançado”, sendo todas as maiores do setor industrial. A verdade é: no contexto latino-americano de economias, supostamente, em fase de “globalização”, pelo menos a cidade mais importante do continente não parece apresentar um fortalecimento significativo dos modernos setores econômicos ligados à economia global, e, com certeza, não de forma a justificar a enorme publicidade a qual vem sendo feita em torno do advento da “cidade-global” paulistana.

O MITO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO

A terceira forma de investigação sugerida para verificar a “globalidade” da cidade de São Paulo seria a análise da origem do capital imobiliário o qual produziu a suposta “centralidade terciária global” da região do rio Pinheiros. Seriam grandes investimentos internacionais ligados aos fluxos de capital financeiro globalizados que estariam financiando a construção dessa região? Poderíamos aventar a hipótese que a inserção da metrópole nas dinâmicas econômicas globalizadas, a justificar um tipo de “globalidade”, esteja acontecendo por meio da entrada e participação de capitais globalizados no setor de produção imobiliária de escritórios? A presença na região da marginal do Pinheiros de grandes empresas transnacionais como Microsoft, Compaq, Intel ou Nokia rapidamente insuflou os ideólogos da “cidade-global paulistana” a vislumbrar uma cidade semelhante às emergentes metrópoles terciárias da Ásia, como Bangcoc ou Kuala Lumpur, as quais passaram, na década de 90, por intensa atividade imobiliária no setor de escritórios, abrigando, hoje, as maiores torres empresariais do mundo. O que ocorreu na Ásia, e, eventualmente, poderia ter ocorrido também aqui, foi uma maciça entrada de investimentos externos no setor

imobiliário, financiando um *boom* imobiliário de escritórios sem precedentes (WILDERODE, 2000), o qual também aconteceu nos países industrializados na década de 80.

Esse aquecimento da atividade imobiliária de escritórios em outras partes do mundo sucedeu, em primeiro lugar, porque a intensa desregulação dos fluxos e investimentos financeiros promovidos por diversos governos neoliberais, nas décadas de 80 e 90, gerou uma ampliação dos investimentos no setor imobiliário, o qual passou a ser mais um setor de boa rentabilidade para o mercado. Por exemplo, a política de alta de juros e endividamento adotada pelos EUA, nos anos 70, fez com que o Japão direcionasse seus excedentes comerciais para investimentos no país, não só por intermédio de títulos negociáveis no mercado financeiro, mas também na aquisição de propriedades fundiárias. Segundo Wilderode (2000), os fluxos de investimentos japoneses, nos EUA, passaram de cerca de U\$ 5 bilhões em 1970-71, para U\$75 bilhões no período 1980-85 (WILDERODE, 2000).

Além da desregulação das economias, David Harvey (1992) já mostrou que, quando há crise de superprodução, da qual decorre uma queda nas taxas de lucros, ocorre uma transferência de capitais ociosos do setor produtivo estagnado para o setor imobiliário, a servir como escoadouro para os investimentos. A edificação do Empire State Building, em Nova York, por exemplo, iniciou-se poucos meses antes do grande *crack* na Bolsa de 1929, e o hoje destruído World Trade Center, também em Nova York, assim como a torre da Sears, em Chicago, as mais altas do mundo na época, também começaram a ser construídas pouco antes da crise do petróleo do início da década de 70. Isso aconteceu bem mais recentemente nas cidades da Ásia, quando a crise na economia japonesa, nos anos 80, levou os investidores desse país a canalizarem seu capital no setor imobiliário nos países próximos, promovendo o *boom* das cidades acima citadas.

Vale notar que, entretanto, nas cidades asiáticas, embora fique clara a relação entre a economia global e o impulso imobiliário de escritórios, não ficou demonstrado que essa dinâmica tenha, de alguma forma, promovido uma maior justiça social e urbana. As intensas e aceleradas atividades imobiliárias em Bangcoc, por exemplo, que levaram a produção anual de escritórios a mais de um milhão de metros quadrados, em 1994, e a de apartamentos residenciais a mais de 150 mil unidades²⁴, aceleraram também a valorização imobiliária em níveis astronômicos. A produção foi muito maior do que a demanda no pequeno e subdesenvolvido país asiático, gerando uma “bolha especulativa” a qual rapidamente estourou, com a quebra generalizada das empresas de incorporação. Foi esse, aliás, o estopim da hoje famosa “crise asiática” que assolou a economia global em 1997, tendo reflexos, inclusive, no Brasil. O aspecto nocivo desse tipo de atividade imobiliária internacionalizada não se restringiu, porém, às economias subdesenvolvidas: no final da década de 90, a falência da megaincorporadora

(24) À guisa de comparação, em 1996, um ano em que o mercado esteve especialmente aquecido, a média de lançamentos de habitações no mercado formal na cidade de São Paulo foi de 30.000 unidades (Fonte: EMBRAESP).

(25) É relativa até mesmo a idéia, defendida por alguns autores, que o surgimento de megaobras terciárias é fruto de uma “financeirização” do setor imobiliário, mesmo que em escala interna. A participação dos fundos de pensão no setor, na década de 90, foi resultado muito mais da flexibilização de algumas regulamentações de controle da ação dos fundos, do que sua entrada consciente no setor, em busca de alguma lucratividade diferenciada. Esse fenômeno durou pouco, reverteu-se com as novas alterações nas regulamentações, e é consenso entre muitos especialistas da área que o setor financeiro tem pouco ou nenhum interesse no mercado imobiliário, tido aliás como por demais desorganizado, pouco lucrativo e de risco considerável. Essa é uma das razões, aliás, pelas quais não se consegue, no Brasil, fomentar um mercado secundário de financiamento habitacional por um mercado hipotecário e securitizado como ocorre, por exemplo, nos EUA.

canadense Olympia & York, em decorrência do fracasso empresarial do maior empreendimento da requalificação das docas londrinas, em Canary Wharf, mostrou a fragilidade das “centralidades terciárias globais” e da suposta demanda à qual elas supostamente responderiam.

Além disso, o caso londrino mostrou que as apostas dos mercados imobiliários em projetos de renovação urbana em áreas centrais (as quais se tornaram modelos repetidos em muitas cidades latino-americanas), sempre com o comprometimento de fundos públicos, além de resultarem na expulsão das populações mais pobres do local e sua substituição por camadas mais ricas (DUCHER, 1989), trazem a contradição da crença em um “efeito sinérgico” de impulsão econômica em sociedades em crise, o que se reverteu, tanto no caso de Bangcoc como no de Londres, na falência de grandes incorporadoras.

Entretanto, se nos casos acima comentados das cidades asiáticas é possível entrever, mesmo sem evidências de ter sido uma vantagem para elas, uma ligação entre a economia globalizada e a produção imobiliária, esse argumento não pode ser usado para reforçar a idéia da condição de São Paulo como uma “cidade-global”. Isso porque apesar da intensa propaganda sobre uma suposta internacionalização do setor imobiliário terciário, o fato real é que os agentes mais atuantes são, em sua quase totalidade, tradicionais incorporadores locais.

Mesmo a presença de importantes empresas transnacionais no “distrito de negócios” da marginal do Pinheiros não é indicativa de nada. Uma análise mais detalhada mostrou que mais de 95% das empresas pesquisadas na região são apenas locatárias, incluindo-se aí as maiores multinacionais. Tais empresas pouco ou nada participam do processo de incorporação e produção imobiliária, podendo, inclusive, retirar-se da região e do país com relativa agilidade. Mesmo no que diz respeito à incorporação, durante a década de 90, das megaobras terciárias que tornaram a região famosa, como o Centro Empresarial Nações Unidas, o World Trade Center ou o Shopping D&D, o capital envolvido era essencialmente nacional, oriundo de fundos de pensão nacionais²⁵, a maior parte deles de empresas públicas, em função de regulamentações mais permissivas quanto à variedade dos investimentos desses fundos. Os empreendedores e construtores locais, estimulados por uma nova linha de financiamento abundante por parte dos fundos – cujos critérios de decisão de investimentos em determinadas obras e localidades foram, em muitas ocasiões, criticados por sua falta de transparência – especializaram-se em um novo e mais dinâmico setor de incorporação, voltado para o imobiliário comercial e de serviço, pois eram os que mais garantiam retorno e rentabilidade aos fundos.

No ramo hoteleiro, a sensação de internacionalização é exacerbada pelo fato de os empreendedores trabalharem com *bandeiras*, autorizações para uso de marcas estrangeiras, o que aliás ocorreu também no caso do World Trade Center, cujo vínculo com o homônimo norte-americano é apenas de direito de uso do nome. Hotéis freqüentemente citados como exemplos da internacionalização do

setor, como Meliá, Blue Tree ou Renaissance são empreendimentos tocados por empresários nacionais, embora a mídia construa, freqüentemente, imagem contrária. A revista *Veja*, de 4 de julho de 2001, trazia um artigo cujo subtítulo era claro: “Grupos estrangeiros investem bilhões de dólares e melhoram a qualidade da hotelaria no Brasil”. O texto era um enaltecimento à abertura liberal e seus efeitos sobre o ramo hoteleiro e a produção urbana: “*A abertura do mercado, que operou transformações significativas em vários setores, livrou a hotelaria nacional do cheiro de mofo*”. A situação, em alguns casos, beira o inadmissível: o Hotel Renaissance, por exemplo, um dos mais festejados ícones da “cidade-global”, era um empreendimento da brasileira Encol, financiado pela Caixa Econômica Federal. Com a falência da Encol, a Caixa repassou as ações para o Funcef, fundo de pensão do banco, para fugir do constrangimento de termos, um dos mais sofisticados hotéis da cidade nas mãos de um banco estatal, cujo papel deveria ser o de prover financiamento para a habitação social no Brasil.

Já no meio da década de 90, alterações nas regras dos fundos de pensão os levaram a diminuir novamente seus investimentos no setor imobiliário. Paulatinamente, foram substituídos por fundos de investimentos imobiliários, também nacionais, que agrupam, atualmente, pequenos e médios investidores pulverizados, muitas vezes individuais. Esse é, aliás, um dos meios de financiamento de parte dos novos hotéis destinados a atender à demanda dos homens de negócios da economia globalizada, inclusive alguns de redes internacionais, como a francesa *Accord*, a qual, embora citada na *Veja* como um exemplo da internacionalização do setor, financia, dessa maneira, suas unidades Íbis e Fórmula 1.

Por outro lado, a presença de algumas empresas estrangeiras atuando no país, no ramo de consultoria imobiliária, também ajudou a difundir a idéia da “internacionalização” do setor. Entretanto, empresas como a CB Richard Ellis ou a J. L. La Salle, e outras do mesmo ramo, são apenas gerenciadoras e consultoras imobiliárias, a maioria atuando no país há décadas, e não fazem incorporação ou construção.

Isso não significa dizer que não esteja ocorrendo, atualmente, alguma internacionalização do setor imobiliário. Uma importante construtora norte-americana vem atuando na cidade há alguns anos, promovendo incorporações de peso, e alguns poucos hotéis estão se implantando com o aporte de financiamentos externos. Vale observar, entretanto, que estamos falando de um movimento ainda incipiente, sucedido quase uma década depois de o discurso da “cidade-global” ter começado a ser construído. A verdade é que não se pode ainda considerar uma efetiva globalização dos fluxos de financiamento imobiliário em São Paulo, fato corroborado por especialistas do setor consultados. Segundo a pesquisa PAEP/Seade: “[a participação estrangeira] *no caso da construção civil, é praticamente inexistente, uma vez que as empresas de capital exclusivamente nacional são responsáveis por mais de 97% da receita bruta*” (COMIN, 1999).

A QUEM INTERESSA A “CIDADE-GLOBAL” PAULISTANA?

Se vimos que São Paulo não pode ser cunhada como “global”, após uma análise empírica mais cuidadosa; interessa, então, saber por que esse discurso ganhou tanta importância nos últimos anos. A resposta a essa questão é uma só: porque a imagem da “cidade-global” interessa aos investidores imobiliários e às elites fundiárias locais. E tal interesse surge, para além do *glamour* da imagem da cidade-global, pois a promoção da “cidade-global” legitima nos paulistanos a canalização de recursos públicos para promover a valorização fundiária e imobiliária desses *business districts*, e exacerbar as taxas de lucro resultantes desses empreendimentos. Por isso, a consolidação da imagem da “cidade-global” tornou-se uma questão ideológica²⁶: trata-se de fazer crer à população que os benefícios da “globalização” da cidade são imprescindíveis para sua “modernização” e sua “inserção econômica”, legitimando os esforços para construir a cidade-global, e garantindo a aceitação do fato de vultosos recursos públicos serem canalizados para regiões da cidade já ultraprivilegiadas.

Os urbanistas norte-americanos Logan e Molotch (1987), analisando a evolução urbana nos EUA, propuseram a teoria da “máquina de crescimento urbano”, segundo a qual o que direcionou o crescimento das cidades naquele país foram coalizões entre as elites fundiárias e imobiliárias e o poder público, destinadas a promover o “crescimento” a qualquer custo, segundo seus interesses hegemônicos. Para eles, a disputa urbana nos EUA se dá entre proprietários, interessados em lucrar com o valor de troca da propriedade urbana, e moradores, geralmente locatários, para quem importa o valor de uso e a qualidade de vida, acima dos interesses do “crescimento” (LOGAN e MOLOTCH, 1987). A transposição dessa matriz teórica para a realidade paulistana não pode ser feita automaticamente, mesmo porque a natureza do principal conflito urbano na cidade de São Paulo não está na disputa entre valor de uso e valor de troca²⁷, mas muito mais na luta de classes entre incluídos e excluídos da cidade formal. Uma disputa de caráter estrutural, a transcender o conflito intra-urbano entre proprietários e locatários, centrando-se na fratura social muito mais profunda entre os que estão e os que não estão na cidade. Vale sempre lembrar que, “global” ou não, estamos tratando de uma cidade a manter quase 4 milhões de habitantes na informalidade habitacional.

Entretanto, a idéia de uma coalizão entre as elites imobiliárias e o poder público para promover o crescimento da cidade nos vetores que lhes interessem tem paralelos indiscutíveis na dinâmica da produção do espaço paulistano, quando se trata, obviamente, da construção da cidade formal, e não das periferias esquecidas. Também aqui em São Paulo verifica-se, historicamente, um significativo favorecimento ao vetor sudoeste na aplicação dos investimentos públicos em infra-estrutura urbana, privilegiando as elites em seu deslocamento

(26) Adota-se, aqui, a definição marxista do termo, retomado no Brasil por Marilena Chauí, e, no caso urbano, por Flávio Villaça: a ideologia é a construção e difusão de uma versão da realidade que não é obrigatoriamente verdadeira, mas que interessa às classes dominantes para reforçar sua hegemonia.

(27) Embora as associações de moradores das áreas exclusivamente residenciais tenham significativo poder de mobilização e reivindicação, até mesmo por sua situação social privilegiada e seu conseqüente poder de pressão e de inserção na mídia, e consigam, apenas dentro dos limites da cidade formal, incentivar disputas significativas contra as forças do mercado imobiliário.

pela cidade, e promovendo uma importante valorização fundiária e imobiliária, cuja rentabilidade é evidentemente apropriada por essas mesmas elites. Esse processo, já apontado por vários autores (VILLAÇA, 2000; CAMPOS F^o, 1989), envolve especulação imobiliária associada a uma inversão de prioridades na alocação dos investimentos públicos, os quais se concentram nos bairros de elite em detrimento das periferias muito mais necessitadas. Assim, em um exemplo do patrimonialismo brasileiro, pelo qual o Estado mantém uma perversa proximidade com as elites hegemônicas, os fundos públicos urbanos se tornaram objeto da disputa entre setores dominantes.

É exatamente esse processo que ocorre no setor imobiliário de escritórios. Várias “frentes imobiliárias”, todas atuando dentro desse vetor privilegiado, disputam entre si a captação de recursos públicos que favoreçam a valorização de sua área. Nesse contexto, os grupos interessados em promover determinado setor organizam-se para fazer a devida pressão e lograr uma coalizão com o poder público, a garantir a vinda dos investimentos desejados. Essas “máquinas de crescimento” contam com a participação de empreendedores imobiliários, políticos interessados nos dividendos eleitorais das obras e, em alguns casos, nas possibilidades de ganhos escusos, e de alguns festejados arquitetos, os quais não só se beneficiam financeiramente das grandes obras, como alimentam sua publicidade no circuito *fashion* desse setor profissional, ganhando mais clientes e contratos. Nesse processo, a justificativa da “cidade-global” como instrumento necessário para a “modernização” da cidade, nestes novos tempos “globais”, torna-se um discurso poderoso.

O centro, a avenida Paulista, a região da marginal do Pinheiros, cada uma delas tem sua organização de empreendedores imobiliários – às vezes até associações –, empenhadas na mesma tarefa de atrair para si os fundos públicos que poderão garantir a “revitalização” (entenda-se, a revitalização do valor fundiário e imobiliário) de suas áreas. Sob o argumento, às vezes, bastante forte, que cada uma dessas regiões, por razões diversas, esteve ou está “abandonada”, e, por isso, “degradada”, e merece seu quinhão de investimentos públicos, cada um desses grupos irá atuar no Estado para fazer valer seus interesses, utilizando-se sempre do argumento de cada uma ser a melhor região para representar a “cidade-global” conectada ao capital globalizado.

Nesse processo, as periferias excluídas, que reclamam por investimentos públicos em infra-estrutura, continuam, dramaticamente, sem receber atenção, quando a situação demandaria uma completa reversão das prioridades desses investimentos, quase cessando os fluxos para as áreas mais privilegiadas. A gravidade da situação da população excluída exige um congelamento dos privilégios às áreas abonadas, tal o volume de investimentos demandado para reverter o quadro de pobreza existente. Enquanto isso não acontecer, teremos a continuação do processo histórico de valorização e revalorização da cidade formal – por meio das intervenções urbanas nas áreas “degradadas” para a construção

de “centralidades terciárias” – a expulsar a população pobre para sempre mais longe. O recente concurso do “Bairro Novo” mostrou como esse procedimento está enraizado até mesmo nas mentes de nossos planejadores: em uma área vazia, central, de cerca de um milhão de metros quadrados, o poder público pouco atentou, no edital do concurso, para a necessidade de exigir um número significativo (pelo menos 30%) de habitações sociais. O resultado foi a premiação de projetos os quais quase não as consideraram, porém previram pesados investimentos públicos – inclusive enterrando uma linha férrea – que só servirão para valorizar ainda mais a área, para a felicidade de seus proprietários, os quais se viram “premiados” por terem deixado seus terrenos vazios por anos, contrariamente ao Estatuto da Cidade. Sintomaticamente, a prefeitura já anunciou a primeira obra a ser realizada na área: a construção de um hotel com centro de convenções na avenida Matarazzo²⁸.

Mas na competição entre empreendedores para canalizar investimentos para sua “frente imobiliária”, é a região da marginal do Pinheiros que vem levando vantagem. Em março e junho de 1995, respectivamente, foram aprovadas na Câmara Municipal duas importantes operações urbanas, as da Nova Faria Lima e da Águas Espraiadas, ambas “coincidentemente” situadas em pontos estratégicos dessa “frente imobiliária”. O papel das operações urbanas e as obras delas decorrentes, no favorecimento direto aos empreendedores, foi naturalmente assimilado pelos setores ligados à produção da cidade, como mostra um insuspeito artigo da revista *Projeto Design*²⁹, de 2001, comentando os projetos hoteleiros empreendidos pelo senhor Alcides Diniz, no terreno que é, hoje, da Rede Globo: “o fator fundamental para que construções no terreno se materializassem... foi a abertura da avenida Águas Espraiadas, vizinha ao lote”.

Como, pela lei, os recursos arrecadados nas operações urbanas com a venda de solo-criado devem ser, exclusivamente, aplicados na melhoria da infra-estrutura viária da própria área da operação, tem-se a impressão que as avenidas saem “de graça” para a cidade, financiadas pela iniciativa privada. Entretanto, se a operação urbana se propõe a “vender” solo-criado para arrecadar fundos para a melhoria viária, estima-se que ela só possa ser realizada em áreas nas quais o mercado tenha interesse em comprar, sem o que a operação se torna, no jargão do mercado, um “mico”. Assim, as decisões de políticas de planejamento urbano acabam subordinando-se aos interesses do mercado e, para evitar “micos”, o poder público acaba precisando fazer investimentos prévios para sinalizar ao mercado que a área valerá o investimento. E esses investimentos nunca são computados nos custos das operações, evidentemente. Somente na gestão Paulo Maluf (1993-1996), a região da Faria Lima e da marginal do Pinheiros recebeu, em cerca de três anos, pouco mais de R\$ 4 bilhões em obras, a maioria municipais³⁰.

Corroborando o fato de serem governos conservadores e comprometidos com os interesses das elites, os quais, geralmente, patrocinam esses processos,

(28) *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro 2004. Agradeço ao professor Nuno Fonseca pela indicação.

(29) Do jornalista Adilson Melendez, *Projeto Design*, n. 255, maio de 200.

(30) Trata-se das obras de construção dos túneis sob o rio Pinheiros e o Parque do Ibirapuera, de melhoria da avenida Juscelino Kubitschek, de canalização do córrego Águas Espraiadas e construção de avenida do mesmo nome, e da melhoria dos trilhos, construção de novas estações e importação de novos trens com ar-condicionado na linha de trem urbano, ao longo do rio Pinheiros, que serve, justamente, à “centralidade terciária”.

Marques e Bichir (2001) mostram que as gestões Maluf e Pitta foram as quais mais se empenharam em patrocinar investimentos de valorização das “frentes imobiliárias”, destinando às áreas das classes altas 50% dos recursos da Secretaria de Vias Públicas. Segundo Nobre, “a Secretaria de Vias Públicas recebeu no primeiro quadrimestre de 1995 quase a metade do orçamento da prefeitura (46%), enquanto a área social, da habitação, da educação, da saúde e bem-estar juntas receberam 21% (JORNAL DA TARDE, 1995)” (NOBRE, 2000). Entretanto, a força ideológica do argumento da necessidade da construção da “cidade-global” parece ser tanta, que mesmo gestões “populares” continuam promovendo-a: além do citado “Bairro Novo”, foram abertos recentemente, em São Paulo, novos túneis – só para carros – na área da avenida Faria Lima, a qual também se beneficiou com um concurso visando à “reconversão urbana” do popular Largo da Batata, para moldes arquitetônicos mais adequados à “moderna” avenida terciária.

O que impressiona é, ao contrário do propagandeado, a Operação Urbana Faria Lima não ser paga – mesmo só considerando as obras da avenida – com os recursos gerados com a outorga onerosa. O custo previsto das obras a realizar na área da operação era, segundo documento da Sempla, de dezembro de 2000, de US\$ 150 milhões, incluindo US\$ 120 milhões para as desapropriações, sendo, em valores de outubro de 2002, o montante de R\$ 378.116.275,20³¹. No final de 2000, a Sempla anunciava ter arrecadado U\$ 42 milhões, ou seja, R\$ 105.872.557, em valores de outubro de 2002, apenas 1/3 do necessário para cobrir os gastos. Cerca de um ano depois, em setembro de 2001, na gestão Marta Suplicy, documento do grupo de estudo formado para analisar a operação urbana³² dava conta de uma arrecadação de 217.229.987 UFIRs, correspondente a R\$ 275.294.020,30, em valores de outubro de 2002. Percebe-se um déficit, se acreditarmos nos documentos oficiais, entre os gastos com as obras viárias (R\$ 378.116.275,20) e o capital arrecadado com a venda de solo-criado (de R\$ 275.294.020,30), de mais de 100 milhões de reais!

Além disso, para efetuar as melhorias viárias na área da operação, é necessário promover uma série de desapropriações. Embora seus custos sejam oficialmente computados nos valores acima mencionados, também não é dito que essas desapropriações geram inúmeros processos contra a prefeitura, e, conseqüentemente, um significativo volume de precatórios os quais, em compensação, não entram na soma final. No caso da Operação Urbana Faria Lima, nem mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, no ano de 2002, foi capaz de definir o total específico das dívidas relativas às desapropriações na avenida. Em entrevista à revista *IstoÉ*, em 16 de maio de 2001, o então secretário de finanças do município, o economista João Sayad declarou que o total de precatórios devidos pelo município estaria em torno de R\$ 4,5 bilhões. Segundo informações reservadas da mesma secretaria, desse total, de 2,5 a 3 bilhões seriam referentes a cerca de 3.000 precatórios

(31) SÃO PAULO (Cidade). *Operação Urbana Faria Lima*. PMSP/Sempla, 2000/2001, p. 7. Atualização dos valores para novembro de 2003 pelo índice IGP-DI, segundo fatores de conversão FUNDAP, Indicadores DIESP, São Paulo, v. 11, n. 92, set./nov. 2002. Válido para todos os cálculos do parágrafo.

(32) SEMPLA – Diretoria de Projetos Urbanos. *Estudo para fixação de critérios e procedimentos de referência para propostas interessadas à área indiretamente beneficiada da Operação Urbana Faria Lima*. Grupo de Trabalho inter-secretarias, criado pela Portaria 131 do Gabinete da Prefeitura, setembro de 2001.

relativos a desapropriações. Sabendo que na avenida Faria Lima ocorreram aproximadamente 400 desapropriações, e que os cerca de 3.000 precatórios relativos a desapropriações somariam ao redor de R\$ 3 bilhões (em valores de maio de 2001), uma regra de três indicaria que seria de 400 milhões de reais o montante devido em processos de desapropriação na avenida. Em valores de outubro de 2002, teríamos, então, a acrescentar, aos 100 milhões dos custos de obra não-cobertos, mais um montante de R\$ 497,45 milhões. No total, a Operação Urbana Faria Lima, apesar do discurso que ela “se pagaria” pela parceria com a iniciativa privada, custou aos cofres públicos, até aqui, mais de meio bilhão de reais! Isso sem contar os custos de túneis sob o Parque do Ibirapuera e do rio Pinheiros, e da renovação da avenida JK, os quais, estranhamente, não entram na soma dos custos da operação urbana, apesar de serem adjacentes a ela, e promoverem ainda mais valorização na área.

Como era de esperar-se, foi a região da Vila Funchal, diretamente beneficiada por essas obras, a que mais cresceu em área construída de escritórios no final da década de 90. Na outra ponta da avenida, um artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 25/6/95, não deixa dúvidas quanto aos benefícios pouco “globais” que a valorização da região significava: “*A região do Largo da Batata, dominada por casas simples e comércio popular, terá valorização mínima de 100% quando as obras da Faria Lima estiverem concluídas. Entre os proprietários que vão se beneficiar com a explosão imobiliária da área está o advogado e empresário Calim Eid, coordenador de duas campanhas eleitorais de Paulo Maluf, e que tem pelo menos 20 imóveis na região.*”³³

Abertura de avenidas, de túneis de utilidade discutível, modernização de linhas e estações de trens, interligações viárias entre bairros de negócios, entre esses bairros e o aeroporto, são alguns dos exemplos de como se canalizam investimentos públicos os quais, sorrateiramente, servirão de combustível para se vender a imagem onipotente da “São Paulo Cidade-Global”, permitindo a construção de hotéis, “edifícios inteligentes” e outras megaobras terciárias que só irão beneficiar os mesmos e arcaicos grupos de investidores imobiliários locais.

Mais do que globais, as dinâmicas que dirigem a produção da cidade de São Paulo são a representação do mais arcaico patrimonialismo, ou seja, da apropriação do público pelos setores privados dominantes, em prol de seus próprios interesses. No Brasil, em todos os momentos em que se colocou um contexto de construção autônoma de um capitalismo voltado para dentro, as elites nacionais optaram, sistematicamente, pela reimposição de sua hegemonia interna, promovendo a expatriação dos excedentes (DEÁK, 199X). Em outros países periféricos, a ausência de uma indústria nacional minimamente significativa relegou às elites um papel de simples coadjuvante interno dos agentes do comércio internacional. Aqui, pelo contrário, a reiterada aliança estratégica da burguesia com o capital internacional consolidou uma economia dependente, mas que permitiu internamente uma total e onipotente hegemonia

(33) Citado por Nádya Someck e outros, In: *O desenvolvimento da operação*. Paper Lares 2000, USP.

das elites na consolidação de uma sociedade estruturalmente desigual (SAMPAIO JR., 1999). O discurso da globalização foi incorporado pelas elites como o instrumento mais apropriado, no novo contexto do capitalismo financeiro, para perpetuar uma nova imposição de incorporação dos progressos técnicos do capitalismo hegemônico, o qual somente a ela beneficiará e lhe garantirá a manutenção de sua hegemonia interna. Nas cidades, e em especial na suposta “cidade-global” de São Paulo, aplica-se, ideologicamente, uma matriz de “modernidade” que não tem nenhuma intenção de, enfim, tentar superar a desigualdade estrutural herdada de nossa matriz colonial. A continuar assim, nunca se responderá à demanda por soluções que promovam, por fim, uma cidade socialmente justa.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, MARICATO e VAINER. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CAMPOS F^a, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. Vol.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *La ciudad informacional: Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*. Madri: Alianza Editorial, 1995.
- _____. *La société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.
- COMIN, Alexandre. Hierarquia e competição na economia paulista: Hora e a vez dos grupos econômicos. *SP em Perspectiva*, São Paulo, Seade, v. 13, n. 1, jan./jul. 1999.
- DUCHER, Daniel. Docks de Londres: un modèle en trompe-l'oeil. *Urbanisme*, Paris, n. 229, fevrier/mars 1989.
- DUPAS, Gilberto. O novo paradigma do emprego. *SP em Perspectiva*, São Paulo: Seade, v. 12, n. 3, 1998.
- FERREIRA, João S. W. *São Paulo: O mito da cidade-global*. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- JACOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: CUT/Editora Perseu Abramo, 2000.
- KOULIOUMBA, Stamatia. *São Paulo: Cidade-global? 2002*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes: The political economy of place*. Berkeley and Los Angeles/Califórnia: University of California Press, 1987.
- MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. *Espaços & Debates*, ano XVII, São Paulo, n. 42, 2001.
- NOBRE, Eduardo. *Reestruturação econômica e território: Expansão recente do terciário na marginal do Rio Pinheiros*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAMPLONA, João Batista. A atividade econômica nos anos 90 no grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, n. 3, 2001.

_____. A indústria do ABC. *Diário do Grande ABC*, 15 set. 2001.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia global. *Cadernos de Urbanismo*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Ano 1, n. 1, 1999.

_____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. *La ville globale*. Paris: Descartes & Cie., 1996.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, MARICATO e VAINER. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2000.

WILDERODE, Daniel J. Van. *Cidade à venda: Interpretações do processo imobiliário*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Cidade-global, globalização, produção do espaço urbano, urbanização periférica, mercado imobiliário.

Global-city, globalization, production of the urban space, peripheral urbanization, real-estate market.

Obs.:

Este artigo se origina na tese de doutorado defendida na FAUUSP em maio de 2003, sob orientação da Profa. Dra. Erminia Maricato.

João Sette Whitaker Ferreira

Arquiteto/urbanista e economista, mestre em ciência política, doutor em urbanismo, professor doutor de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e pesquisador do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (LabHab).

scripção da J.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

Y V A I N M V C

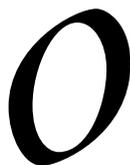
Mar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de unbr
i. axe opmto N. 2.
re. Heia, Sua pta. 10.
Tinas libras e meia a

de fivel de rocha viva
e faz a pmoa.:

Nelson Baltrusis

Orientadora:

Profa. Dra. Suzana Pasternak



CRESCIMENTO DA
INFORMALIDADE NAS CIDADES
DO PÓS-FORDISMO *e* A
MUDANÇA DO PARADIGMA DAS
POLÍTICAS DE HABITAÇÃO
SOCIAL

050

pós-

RESUMO

Este trabalho discute a informalidade no ambiente urbano do ponto de vista do mercado imobiliário informal em favelas.

Em um primeiro momento realizamos uma reflexão sobre o aumento dos assentamentos habitacionais informais nos países do Terceiro Mundo, passando pela situação das cidades latino-americanas, para finalizar com uma análise da problemática nas cidades brasileiras. Para esta reflexão apoiaremos-nos em documentos da Cities Alliance, e da UN-Habitat, bem como nos trabalhos de Gilbert, Smolka, de Soto, entre outros. O foco principal desta análise se baseia na questão da mudança de paradigma das ações dos governos em relação ao tratamento concedido à problemática habitacional para a população de baixa renda.

De acordo com Durand-Lasserve (2003), Cardoso (2003), Abramo (2003), o tratamento dado pelos governos mudou, porque as agências internacionais de fomento passaram a incentivar um novo enfoque no tratamento do financiamento de políticas para a habitação de baixa renda, visando ao combate à exclusão territorial e ao crescimento da produção de assentamentos informais. No novo modelo as cidades passam a receber financiamentos diretos das agências internacionais (sem a mediação dos governos centrais) para realizarem programas e projetos focalizados de combate à pobreza e à exclusão territorial.

ABSTRACT

This work discusses informality in the urban environment in respect to the informal property market in favelas. We begin with a reflection on the increasing number of informal settlements in third world countries, and subsequently consider the specific case of latin american cities before finally arriving at an analysis of the debate surrounding brazilian cities. This reflection will be based upon the works of Cities Alliance, Gilbert, Smolka, de Soto, and other authors. The principal focus of this analysis is based which evaluates the question of the paradigm shift in government actions related to the housing problem for low income populations.

As described by Durand-Lasserve (2003), Cardoso (2003), and Abramo (2003), the strategies used by governments changed, because international funding agencies began to encourage a shift in the negotiation of policies for low income housing to include the objective of combating territorial exclusion and the growth of the construction of informal settlements. In this new model cities receive funding directly from international financial institutions (without the mediation of central governments) in order to undertake programs and projects focused on combating poverty and territorial exclusion.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a questão do mercado imobiliário informal foi tratada como um tema secundário nas pesquisas sobre o desenvolvimento urbano e habitacional. O tema perpassava pelas pesquisas e textos que explicavam o crescimento da cidade “clandestina” ou “irregular” como parte de um processo migratório. Os pobres saíam do campo e deslocavam-se para a cidade grande em busca de oportunidades. Esse processo pode ser verificado em vários trabalhos de Kowarick (1979), Pasternak (1989), Maricato (1979), Valladares, entre outros. Se até meados do século 20 a população moradora das cidades não chegava a 30%, nos anos 90 ela ultrapassa a marca de 80%. A consolidação dos assentamentos informais, “clandestinos”, irregulares, realizava-se pela necessidade da reprodução do capital produtivo.

O debate teórico político em torno da dinâmica imobiliária e do padrão de acumulação do setor habitacional começou a ser desenvolvido, no Brasil, no início dos anos 80. Alguns autores como Cândido Malta (1985, 1986) procuram explicar o investimento na especulação imobiliária devido às limitações de nosso capitalismo dependente. Outros autores, como Carlos Lessa e Sulamis Dain (1984), apontam para o caráter político do setor imobiliário na formação de uma “sagrada aliança” entre os interesses do grande capital local e os do Estado. Para Kandir (1983), existe um movimento cíclico alterando momentos de alta e baixa de juros, configurando um **padrão especulativo**. Segundo Kandir, essa dinâmica só é possível em função de um processo de urbanização com baixo grau de regulamentação pública, o qual possibilite mudanças no uso do solo, promovidas pelos agentes econômicos articulados com o poder público. Inspirados nos trabalhos de Topalov, alguns autores: Ribeiro (1993); Ferreira & Câmara (1993), Rovatti (1993), procuram explicar a dinâmica imobiliária a partir da reprodução do capital neste setor. Para Vargas (1979), as dificuldades da produção de moradia residiriam em dois fatores: as relações “arcaicas” da propriedade privada do solo urbano e as características “tecnologicamente atrasadas” da construção civil.

A partir do final dos anos 90 e início de 2000, a pesquisa sobre a reprodução da cidade informal ganha o enfoque do mercado imobiliário informal com os trabalhos de Abramo (2000, 2003), que procura realizar uma teoria econômica sobre as favelas, e Baltrusis (2000), o qual destaca a existência de um novo segmento do mercado imobiliário: o submercado informal que procura atender, preferencialmente, a população de baixa renda, sem acesso ao mercado formal e aos programas estatais de provisão habitacional.

Este trabalho discute a informalidade no ambiente urbano do ponto de vista do mercado imobiliário informal em favelas, com o intuito de dar continuidade à pesquisa de doutoramento realizada na FAUUSP: “O mercado imobiliário informal e o processo de estruturação das cidades” sobre a dinâmica comercialização de imóveis em favelas na região metropolitana de São Paulo.

Em um primeiro momento realizamos uma reflexão sobre o aumento dos assentamentos habitacionais informais nos países do Terceiro Mundo, passando pela situação das cidades latino-americanas, para finalizar com uma análise da problemática nas cidades brasileiras. Para esta reflexão apoiaremos-nos em documentos da agência Cities Alliance e da UN-HABITAT, bem como nos trabalhos de Gilbert, Smolka, de Soto, entre outros. O foco principal desta análise se baseia na leitura realizada por Durand-Lasserve para o Banco Mundial, avaliando a questão da mudança de paradigma das ações dos governos em relação ao tratamento dado à problemática habitacional para a população de baixa renda. No novo modelo as cidades passam a receber financiamentos diretos das agências internacionais – sem a mediação dos governos centrais – para realizarem programas e projetos focalizados de combate à pobreza e à exclusão territorial.

A COMPETITIVIDADE DAS CIDADES E O AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIOTERRITORIAL

A mudança do modelo de cidade baseada nos princípios modernos, apoiada na produção fordista, na qual o Estado central é o ente determinante nos rumos do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da reprodução do espaço urbano. Para as práticas de apropriação do espaço urbano na sociedade pós-moderna, em que a cidade é “a senhora do próprio destino”, que faz de tudo para ingressar no circuito do capital da “nova economia urbana”, contribuiu sobremaneira para aprofundar os problemas de exclusão territorial. Para Daniel, *“os processos de transformação das últimas décadas combinam determinações de ordem econômica do tipo acirramento da competição intercapitalista, processos de transformação tecnológicas com decisões de natureza política que tem desdobramentos na economia. (...) particularmente, a decisões políticas das grandes potências internacionais, (...) e que levaram a processos bastante generalizados de abertura produtiva comercial, financeira e desregulamentação do mercado. É evidente que isso teve desdobramentos no que se refere ao papel da cidade. Um desses impactos é a tendência para o aprofundamento do processo de exclusão social”* (DANIEL, 2001, p. 80).

O desequilíbrio socioterritorial que a competitividade entre as cidades, nessa nova lógica da economia urbana, causou ao espaço urbano se reflete no comportamento e na forma de morar das diversas classes. Nas cidades pós-fordistas se agrava a polarização no espaço da cidade. Ao observarmos uma cidade, percebemos que os imigrantes, os trabalhadores pobres e os desempregados convivem precariamente, porém muito próximos dos trabalhadores com alta remuneração e das classes mais abastadas as quais residem em guetos elitizados. Gottdiener destaca que o processo de *“gentrificação nos bairros*

populares que criou novas formas de vida residencial dentro da cidade” não é capaz de reverter a polarização urbana entre as classes sociais.

Para Scott et al, essa nova forma de apropriação do espaço urbano provocou um desequilíbrio que contribuiu para a fragmentação da cidade. Em um extremo verifica-se a existência de *“comunidades maciças de pobres morando em cortiços e favelas e, no outro as comunidades não densificadas e bem equipadas das classes médias e ricas”* (SCOTT et al, 2002, p. 21). Essa situação vem contribuindo para aprofundar o processo de segregação socioterritorial e os conflitos dele decorrente: a fragmentação territorial, o crescimento da violência e do discurso da violência, o crescimento da pobreza urbana, entre outros. Caldeira analisa, em seu livro *Cidade dos muros*, como a desigualdade social é reproduzida em cidades contemporâneas. De acordo com esta autora, *“o novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno. O fato deste tipo de organização se espalhar pelo mundo inteiro (...) indica que o espaço urbano pode ser a arena na qual a democratização, a equalização social e a expansão dos direitos da cidadania vêm sendo contestados nas sociedades contemporâneas”* (CALDEIRA, 2000, p. 12).

Para atrair novos investimentos e tornarem-se mais competitivas, as cidades oferecem vantagens fiscais às grandes empresas transnacionais e, conseqüentemente, perdem capacidade de arrecadação e de investimento em obras de infra-estrutura básica. Esse procedimento contribui para aumentar o processo de fragmentação urbana, e, por mais paradoxo que pareça, deixa as cidades mais vulneráveis do ponto de vista da competição. Fernandes destaca: *“as políticas públicas têm-se deslocado gradualmente de considerações distributivas e de proteção social e provisão direta de serviços públicos, para enfoques voltados para a promoção econômica competitiva.”* (FERNANDES, 2002, p. 38). Formando um círculo vicioso, o qual, de acordo com Scott et al, se não houver *“um alto grau de responsabilidade as iniquidades sociais locais (na forma de disparidades de renda e bem-estar, acesso diferencial ao poder local, disparidades na provisão de bens e serviços públicos entre áreas diferentes dentro da cidade-região etc.) criadas pela busca da eficiência estarão prontas para conduzir ao conflito social e à instabilidade”* (SCOTT et al, 2002, p. 20).

A crise atravessada pelas cidades dos países em desenvolvimento perpassa pelo modelo pós-fordista da competitividade. Para Gottdiener, *“cada vez mais, as políticas urbanas tradicionais baseadas na dupla iniciativa de proporcionar as condições gerais de produção, de um lado e de redistribuição do valor, favorecendo o aumento dos salários indiretos da classe trabalhadora, de outro, vêm obtendo má reputação. Ao invés disto, os regimes municipais têm passado a promover um **bom ambiente de negócios** e o subsídio do crescimento”* (GOTTDIENER, 1990, p. 72).

As grandes cidades continuam atraindo um grande contingente populacional¹. Os recursos utilizados para gerar um “ambiente competitivo” levam

(1) Apesar de, em algumas grandes cidades centrais, a taxa de crescimento populacional vir diminuindo. Nos bairros e cidades periféricas contíguas às cidades centrais das regiões metropolitanas, as taxas de crescimento populacional têm sido muito grandes, principalmente, no que diz respeito à população de baixa renda.

os administradores urbanos a tratarem os problemas relacionados à desigualdade socioterritorial com “programas alternativos”, no caso das políticas habitacionais com programas de reurbanização e regularização de favelas, loteamentos clandestinos e irregulares e da flexibilização da legislação urbanística para conseguir captar recursos, visando financiar as referidas ações.

Os programas de urbanização e regularização de favelas acontecem de forma regular nas cidades brasileiras, desde a década de 80 do século 20. E apesar dos resultados positivos e das experiências denominadas de “exitosas”, elas ainda não foram capazes de contribuir com a diminuição da produção da irregularidade. Pelo contrário, o que temos visto é o crescimento dos assentamentos informais e irregulares. De acordo com Souza, a consolidação desse processo de produção irregular cria redes de economias informais, as quais se apóiam e dão apoio ao que a imprensa denomina “criminalidade organizada” (SOUZA, 2000). Já Abramo, em seu trabalho, denomina essa rede de “*economia da necessidade*”.

O AUMENTO DA HABITAÇÃO INFORMAL NAS CIDADES DO TERCEIRO MUNDO

Na maior parte dos países pobres ou “em desenvolvimento” os assentamentos precários e irregulares se transformaram em uma das principais formas de abrigar a população de baixa renda, excluída do mercado formal de produção de moradia e das políticas públicas de provisão. No Paquistão, elas são conhecidas como *Katchi Abadis*; em Cuba, *Focos Insalubres*; na Índia, os *Bustees*; no Peru, como *Barriadas*; no México, *Colonias Populares*; e no Brasil, *Favelas*. Seja qual for o nome, o fato é que esses assentamentos informais estão crescendo muito rapidamente. De acordo com o relatório *The Challenge of Slums*, realizado pela agência das Nações Unidas responsável pelos assentamentos humanos, a UN-HABITAT revela que, em 2001, cerca de um bilhão de pessoas viviam em assentamentos irregulares precários – aproximadamente 1/3 da população residente em cidades no mundo. Estima-se que, em 2010, cerca de dois bilhões de pessoas estarão vivendo precariamente em assentamentos irregulares.

O aumento do número de pessoas as quais vivem de forma precária em cidades pode ser explicado, também, pela expulsão da população residente no campo, que vai morar na cidade em busca de oportunidades. Esse fenômeno observado, principalmente, nos continentes a abrigarem os países mais pobres ou “em desenvolvimento”: África, América Latina e Ásia. Nestes países, os imigrantes saem de seus lugares de origem e chegam às grandes cidades, não-preparadas para recebê-los. Scott et al destacam que dentre os desafios urgentes das políticas sociais, em um mundo globalizado, seria o de “*acomodar da melhor forma as populações imigrantes em expansão porque há pouca dúvida de que a imigração*

(...) persistirá no século XXI. Parece óbvio que as populações imigrantes assumem um papel vital no desenvolvimento econômico e regional, tanto como força de trabalho barata, quanto como a de empreendedores inovadores (...). No entanto, sem medidas apropriadas para integração social, para a moradia e para a educação parece ser difícil manter ou ampliar o papel produtivo dos trabalhadores (...) e evitar confrontos políticos com a força de trabalho doméstica” (SCOTT et al, 2001, p. 17).

Apesar de esse fenômeno migratório não ser recente, ele ainda surpreende muitos governos incapazes de lidar com esta situação. Sem estrutura para atender a essa demanda, essas populações vão residir em moradias construídas em assentamentos informais, contribuindo, desse modo, com o aumento da irregularidade urbana. Podemos dizer que o aumento da competitividade entre as cidades – na nova ordem mundial globalizada – desloca o foco dos investimentos. Para ingressarem no circuito das cidades mundiais, muitas cidades dos países não-desenvolvidos deixam de investir em infra-estrutura básica e serviços para a população de baixa renda, e optam por aplicar os recursos em infra-estrutura de ponta, para atrair as empresas sedes do capital transnacional. Essa dinâmica faz com que nas cidades sedes do capitalismo globalizado, nos países do Terceiro Mundo, convivam, lado a lado, os centros dotados de edifícios modernos, os quais Castells (2000) denomina edifícios da “era informacional”, com a deterioração do ambiente urbano expresso pelo aumento do número de favelas e loteamentos irregulares e, conseqüentemente, o aumento da pobreza urbana (ACIOLY, 2003). Esse fenômeno é designado, pela literatura urbana, “cidade dual” ou “fragmentada”, a qual expressa, pelo território, a desigualdade que este modelo reproduz.

No entanto, não podemos, simplesmente, associar o aumento da pobreza, ou melhor, a incapacidade desses países de superar a situação de pobreza ou de vulnerabilidade social da maior parte de sua população com o fenômeno da produção de assentamentos e moradias precárias. Este fenômeno não pode nem deve ser explicado como uma extensão da pobreza. Vários autores destacam que esta relação não se dá automaticamente. De acordo com Smolka, a pobreza, por si só, não é suficiente para explicar o aumento dos assentamentos informais. Para Smolka, *“although the map of illegality corresponds to a great degree with that of poverty, the extent and persistence of informality cannot be explained by poverty alone. Not all occupants of informal settlements are poor, as many empirical studies in Latin America have proved in recent years. The rate of new irregular land occupations is much higher than the rate of increase in the number of new poor families. In Brazil, for example, the total number of favela residents has increased at five times the rate of poor residents, and a similar trend is seen in most large Latin American cities”* (SMOLKA, 2003, p. 4).

A informalidade cresceu à medida que o Estado central foi perdendo sua função reguladora e redistributiva. É certo que nos países do mundo não-

desenvolvido, quase não existiram experiências de estados de bem-estar social. Mas ainda assim, principalmente no pós Segunda Guerra, houve uma série de investimentos em infra-estrutura para implantar políticas desenvolvimentistas as quais proporcionaram a criação de algumas redes de proteção social. No caso das políticas habitacionais, começam a desenhar-se e implantar-se programas de construção em massa de conjuntos habitacionais, sobretudo nos grandes centros.

Os programas de moradia para baixa renda

Ao longo do tempo, a questão das favelas, ou dos assentamentos irregulares, foram tratados de diferentes formas pelos diversos governos e países nos quais o problema se apresentou. As políticas e programas variaram de uma atitude de ignorar o problema, passando por políticas de erradicação dos assentamentos, a políticas de urbanização e regularização. Nos últimos 40 anos, as políticas de provisão habitacional para a baixa renda sofreram mudanças significativas. Em um primeiro momento, as políticas se baseavam na produção de moradias, administrada e financiada pelo Estado. Como essa produção estatal não se demonstrou capaz de diminuir a demanda, os programas habitacionais diminuíram os padrões e cotas da moradia. De acordo com Valladares (citando GILBERT), esses programas cometeram um erro universal, ao *“construir um segundo padrão arquitetônico e de planejamento não condizentes com as necessidades da população pobre. As habitações oferecidas pelos programas governamentais saíram caras, apresentavam pouca flexibilidade de uso e foram mal localizadas no espaço urbano”* (VALLADARES, 1985, p. 37). Os programas de auto-ajuda e auto-emprego da moradia foram adotados como forma de incorporar a mão-de-obra de futuro morador e, assim, diminuir os custos das obras. No entanto, esses programas não conseguiram diminuir o ritmo de produção da cidade informal. Os governos passaram a adotar como políticas programas alternativos de incentivos à produção de moradia, descentralizaram as políticas e os programas, e flexibilizaram as legislações.

De acordo com Valladares (1985), a utilização de programas alternativos de políticas habitacionais não é recente nem uma solução exclusiva de países pobres. Para essa afirmação ela se utiliza do trabalho pioneiro de Harms (1982), a demonstrar como os países capitalistas se utilizam de programas alternativos desde o século 19, geralmente em um cenário de crise econômica ou financeira. Na Alemanha, no período de transição para a economia capitalista, foi adotada uma política habitacional baseada na ajuda mútua dos trabalhadores. Essa política foi adotada como uma resposta a Engels, o qual retratava, em seu livro *The conditions working class in England*, as péssimas condições de moradia dos trabalhadores nas cidades industriais da Inglaterra. Nos anos 30 do século 20, *“a Alemanha nazista colocou em prática uma política habitacional de auto-ajuda, baseada no princípio da economia sem dinheiro, com troca de trabalho entre*

desempregados". Ainda nos anos 30, no período da grande depressão, os Estados Unidos, "num contexto de crise econômica com altas taxas de desemprego e crescente mobilização social, uma agência pública na Pensilvânia criou em 1933 o que seria a primeira experiência norte-americana no gênero: um programa destinado a mandar os mineiros desempregados de volta para o campo onde formariam comunidades auto-suficientes". Na década de 40, a experiência americana, por meio de um programa de autoconstrução em Porto Rico, produziu cerca de 40.000 pequenas unidades habitacionais (HARMS, 1982, citado por VALLADARES, 1985, p. 35).

O discurso econômico "neoliberal" prega a intervenção mínima do Estado. Nesse sentido, a "mão invisível" do mercado urbano resolveria pelo mecanismo de equilíbrio de mercado o problema da falta de oportunidades para a demanda de baixa renda. No entanto, esse equilíbrio não se demonstrou eficiente e contribuiu para o crescimento da informalidade nas cidades e, conseqüentemente, com o aumento dos assentamentos informais e da moradia irregular. Porém, mesmo os economistas de cunho liberal admitem a existência de falhas no jogo competitivo do mercado de terras. Para Dowall, "o mercado opera para alocar terra em base de preço: o usuário potencial capaz de pagar o preço mais alto a ocupará. Colecionando e disseminando informação sobre o mercado de terra (será possível tornar) o mercado mais eficiente", corrigindo, assim, suas imperfeições de forma mais rápida e reduzindo o risco para o investidor. (DOWALL, 1994, p. 24).

De acordo com Acioly (2003), até os anos 70 as principais políticas adotadas para combater os assentamentos informais pelos governos baseavam-se na repressão, erradicação, expulsão e reassentamento. Entre os anos de 1950 e 1960, com as oportunidades criadas pelo pós-guerra, as principais cidades dos países "em desenvolvimento" atraem investimentos de empresas multinacionais. Os pobres vêem a cidade como a terra das oportunidades, do emprego e de melhoria da qualidade de vida. No entanto, quando eles chegam à cidade grande encontram a indiferença oficial e são obrigados a morar em favelas, ou em loteamentos irregulares, formando dois mundos que perpassam em torno do dilema da moradia: "o formal e o informal". Pasternak constata que, no final dos anos 70, já se tinha a percepção de as favelas terem vindo para permanecer. O fator migratório já não era o determinante para a consolidação das favelas, e sim, o crescente empobrecimento da população. Pasternak destaca: "os moradores das favelas não se instalaram logo de início no barraco onde moravam. Foram se deslocando no espaço urbano, numa trajetória de filtração descendente, dentro do processo de valorização da terra urbana e do empobrecimento da classe trabalhadora, das áreas centrais para as periféricas, das casas de alvenaria para os barracos das favelas" (PASTERNAK, 1997, p. 54).

Normalmente, até os anos 80, a tarefa de produção de provisão habitacional e de infra-estrutura urbana era uma tarefa dos governos centrais. Os governos

locais, em parceria com o central, procuravam combater o processo de favelização pela implementação de projetos de construção de moradias e ampliação da infraestrutura urbana. A política e os programas oficiais desse período baseavam-se na aquisição de terras e formação de bancos de terras para empreendimentos de novos bairros, visando atender à demanda de baixa renda. No entanto, essa política de provisão era cara e não se demonstrou capaz de atender à demanda, sempre crescente, de baixa renda. Em alguns países como o Peru, Indonésia, e Brasil, os moradores dos assentamentos irregulares se mobilizaram e começaram a pressionar o poder político em busca de melhorias em seus assentamentos e regularização da posse da terra. No Brasil, de acordo com Pasternak e Baltrusis, as políticas habitacionais, principalmente aquelas em relação às favelas e aos cortiços, *“eram, até 1984, altamente centralizadas a nível federal. Sempre existiram intervenções a nível local, mas até a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), em novembro de 1986, não tinham a relevância”* (PASTERNAK e BALTRUSIS, 2003, p. 17).

A partir dos anos 80 começam a ocorrer ações integradas, alternativas ao modelo centralizado, sem organizar programas de grande impacto. Nesse período foram criados, por governos locais, os primeiros programas de promoção de regularização da posse da terra e de melhorias nas favelas e assentamentos irregulares. Em geral, esses programas não passavam de respostas localizadas de governos locais às pressões da demanda por melhoria das condições de moradia – alternativas às políticas oficiais centralizadas de provisão de moradia. De acordo com Baltrusis, os programas de políticas habitacionais alternativas, como os que previam a *“urbanização de favelas e os mecanismos de regularização fundiária como a Concessão do Direito Real de Uso – CRDU – uma das principais reivindicações dos movimentos dos favelados começou a ser aplicado no início dos anos 80, principalmente, no Recife, em Belo Horizonte e em Diadema como políticas para o problema das favelas”* (BALTRUSIS, 2004, p. 16).

Nos anos 90, as políticas são coordenadas pelos municípios e enfatizam a gestão urbana descentralizada. Na nova lógica da economia mundial, a cidade é pensada como um todo e tem como principal foco a “produtividade da economia urbana”. Muitas dessas experiências se tornaram emblemáticas e serviram de base para que as entidades internacionais, como o World Bank e a UN-HABITAT, denominassem como “práticas exitosas” em habitação. Essas experiências passaram a fazer parte das recomendações das agências multilaterais de financiamento.

O quadro abaixo, baseado na exposição do professor Cláudio Acioly (2003), no curso sobre mercados imobiliários informais, sintetiza a mudança de tratamento da política de provisão habitacional e a questão dos assentamentos informais, no mundo, e no trabalho de Pasternak (1997) sobre as políticas habitacionais e urbanas no Brasil.

Doutrinas e respostas das políticas habitacionais para o problema da urbanização informal

Período	Doutrina	Política
Anos 70	<p>No mundo, apesar da existência de programas alternativos desde os anos 60, as principais políticas eram repressivas. A doutrina básica era a da erradicação dos núcleos favelados ou irregulares, pela expulsão e o reassentamento em áreas periféricas.</p> <p>No Brasil, também é marcada pela repressão aos assentamentos irregulares; porém, com o crescimento populacional urbano provocado pela industrialização, reflete na expansão das periferias urbanas pela autoconstrução da unidade habitacional em loteamentos irregulares ou clandestinos e o crescimento do número de favelas.</p>	<p>No mundo, as principais políticas se baseavam na aquisição de terras para a formação de um banco de terras, que poderia funcionar com regulador do preço de mercado e possibilitaria a reserva de terras para a construção em massa de conjuntos habitacionais. Como consequência desse modelo, vimos a expansão dos bairros periféricos.</p> <p>No Brasil, desde o Estado Novo de Vargas, nos anos 30, começa a consolidar-se uma política habitacional centralizada com programas de construção de novas unidades, erradicação de favelas e mocambos, e uma lei de controle dos aluguéis.</p> <p>Na década de 60, é criado o Banco Nacional da Habitação, reforçando a ideologia da casa própria.</p>
Anos 80	<p>No mundo, começa a ocorrer a mudança de paradigma – os organismos internacionais começam a opor-se ao financiamento de grandes conjuntos habitacionais. A nova ideologia passa a ser a da legalização da posse e formalização da ocupação, melhoria do local e dos serviços, financiamento de projetos integrados.</p> <p>No Brasil, esse período é marcado pelo processo de redemocratização do país. O principal gestor da política habitacional, o BNH, entra em colapso e acaba sendo extinto. Começam a coexistir, na esfera federal, programas do Sistema Financeiro Habitacional gerenciados pela Caixa Econômica Federal e com programas alternativos.</p> <p>Nesse período se iniciam as ações locais, descentralizadas (estados e municípios). As políticas são pontuais e compensatórias.</p>	<p>No mundo, as políticas e programas habitacionais privilegiam a descentralização e a integração das ações das políticas. Estas, em geral, são localizadas e não se preocupam em organizar programas em escalas globais. Geralmente, são programas curativos. O grande problema é não serem implantados programas preventivos, o que faz com que os problemas relacionados à expansão da irregularidade urbana se alastrem pelos grandes centros.</p> <p>No Brasil, começam a surgir programas alternativos e localizados, gerenciados não mais pelo governo central, mas pelos governos locais. Programas baseados na “nova ideologia” que, além da segurança da posse da terra e programas de melhorias, aliava o fator da participação popular.</p> <p>A crise econômica provocada pelo desemprego em massa, inflação alta e intervenções, nas políticas macroeconômicas desastrosas, causa o empobrecimento e o aumento da desigualdade socioeconômica da população. Uma das consequências dessa crise é a ocupação de terras.</p>
Anos 90	<p>No mundo, são priorizadas as ações locais e os governos municipais ganham força. A gestão urbana e a governabilidade passam a ser o foco das intervenções. Atrás do discurso de políticas para a cidade como um todo, percebe-se a ideologia para aumentar a produtividade e a competitividade urbana. As agências internacionais estabelecem o conceito das <i>best practices</i>.</p> <p>No Brasil, depois de várias crises econômico-financeiras, o Plano Real, como moeda do país, contribui para a estabilização econômica.</p>	<p>No mundo, há uma combinação de programas descentralizados, gerenciados por governos locais de melhoria de infra-estrutura e serviços + reestruturação física e configuração urbana + legalização dos terrenos; integração dos programas.</p> <p>No Brasil, os governos locais ganham um papel importante na promoção de assentamentos urbanos. Em geral, o governo federal ou as agências de fomento internacional financiam os programas de provisão e de melhorias, por parcerias.</p>

Fontes: ACIOLY, Claudio. *Curso de Desarrollo Profesional Mercados Informales: Regularización de la Tenencia de Tierra y Programas de Mejoramiento Urbano en América Latina*, 17 a 21 de novembro de 2003, Recife, PE, Brasil. PASTERNAK, S. Política habitacional no Brasil: Retrospectivas e perspectivas. *Cadernos LAP*, n. 21, 1987.

O paradigma e a mudança de paradigma

As experiências internacionais no tratamento da questão de produção de provisão e do combate à irregularidade refletem não somente as decisões internas de cada país, mas também a forma com que as agências multilaterais de financiamento trataram o tema. De acordo com Cardoso (2003), até meados dos anos 70 a preocupação do Banco Mundial estava voltada ao financiamento prioritário da infra-estrutura para o desenvolvimento, concentrando-se, principalmente, nos setores de energia e transportes. Para Cardoso, o Banco Mundial acreditava que o *“desenvolvimento econômico promoveria efeitos de crescimento econômico, de distribuição de renda e das oportunidades de emprego, gerando respostas ‘naturais’ de enfrentamento a pobreza”*. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento, comprometido com os programas sociais, tinha, até 1975, uma linha de empréstimos para programas de construção de conjuntos habitacionais (CARDOSO, 2003). Em relação às favelas e aos assentamentos irregulares predominava o mito de estas áreas serem o lócus do caos, da desordem, da marginalidade. Para combater estes “efeitos maléficos” era necessário erradicar as favelas e transferir sua população para conjuntos habitacionais produzidos pelo governo. Esses mitos começam a serem desmontados. Perlman, em pesquisa realizada em favelas no Rio de Janeiro, constata que, ao contrário do senso comum, os moradores das favelas são trabalhadores sem oportunidades de adquirir um imóvel regular. Turner (1969) afirma que as áreas de ocupação irregular e espontânea representavam para os pobres urbanos a possibilidade de mobilidade social, e que elas deveriam ser consideradas como uma expressão normal do processo de crescimento urbano nos países do Terceiro Mundo.

De acordo com Valladares, as idéias de Turner são *“apropriadas pelas agências de financiamento ao desenvolvimento urbano. (...) A idéia agora era a de levar os governos a oferecerem terra barata, infra-estrutura básica e segurança de posse aos habitantes das favelas, deixando a habitação por conta dos moradores, aos quais seriam oferecidos uma orientação técnica e pequenos créditos”* (VALLADARES, 1985, p. 38).

Nos anos 80 vários países latino-americanos vivenciam um processo de redemocratização. O discurso da descentralização começa a prevalecer em contraposição ao autoritarismo dos regimes anteriores. Ao mesmo tempo, o endividamento externo dos países periféricos desencadeia um forte processo inflacionário, levando-os a uma crise econômica e financeira. A receita das agências internacionais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional, é de os países endividados adotarem um programa de reajuste econômico. Contudo, os países que seguiram essas diretrizes não se demonstraram capazes de diminuir o processo de empobrecimento e de segregação espacial, pelo contrário, em alguns casos se agravou.

Isso se deu porque as políticas do Estado de bem-estar social, nos países centrais, começaram a perder força, e a nova lógica prega o Estado mínimo e,

deste modo, o mercado seria capaz de encontrar soluções mais racionais e equilibradas para o problema das cidades. Com a ausência do Estado central, as agências internacionais começam a incentivar políticas alternativas capitaneadas por governos locais, voltadas a projetos de combate à pobreza e de combate à exclusão territorial. De acordo com Cardoso, “os principais projetos apoiados são os de tipo site and service e slum upgrading, que eram concebidos como projetos experimentais, pontuais, em pequena escala e de baixo custo, buscando gerar dinâmicas locais que replicassem as experiências. Grande ênfase se dá então à busca de tecnologias e metodologias **alternativas** que reduzissem o custo dos investimentos e permitissem o aproveitamento de materiais e mão de obra local” (CARDOSO, 2003, p. 10).

O consenso em torno desse novo paradigma começa a ser construído em 1976, na Conferência Habitat, realizada no Canadá. De acordo com Cardoso, os especialistas “começam a construir um consenso internacional entre especialistas e policy-makers sobre a necessidade de mudar a política de **erradicação** das favelas por ações de urbanização que preservassem o patrimônio construído e, garantindo a **segurança de posse** e provendo a infra-estrutura, permitisse o investimento dos próprios moradores nas melhorias habitacionais” (CARDOSO, 2003, p. 12).

A mudança de paradigma em relação à política habitacional começa a ser colocada em prática a partir de 1990, quando o novo discurso do Banco Mundial procura atenuar os efeitos sociais das políticas de ajuste, articulando-as a estratégias de alívio à pobreza e à criação de *poverty safety nets*. De acordo com Cardoso, o documento de 1991, intitulado *Urban policy and economic development: An agenda for the 90's*, colocava no centro da agenda o aumento da **produtividade da economia urbana**, “como estratégia básica para enfrentar a questão da pobreza, aliada a ações específicas nesta área, (...) o aumento da produtividade da economia urbana visaria minimizar os impactos negativos do ajuste, criando alternativas locais para o crescimento do emprego e da renda. Uma das conseqüências deste ideário foi o desenvolvimento das estratégias de competição entre cidades, cujos efeitos danosos já foram suficientemente tratados pela literatura. Projetos urbanos programáticos ganham maior espaço nas linhas de financiamento do banco, recuperando a **urbanização de favelas** (slum upgrading), que passa a ser um componente fundamental dos projetos urbanos programáticos e passando a colocar como questão o scaling-up (ou seja, como sair dos projetos pontuais para ações de maior escala, a nível urbano e nacional), atingindo os pobres de forma mais ampla” (CARDOSO, 2003, p. 14).

Na maior partes dos países do Terceiro Mundo os recursos para a construção de novas unidades habitacionais são escassos. Adotar uma política de melhoria dos assentamentos informais pode significar uma economia nos gastos com provisão. Nesse sentido, o que se percebe é: os programas governamentais de auto-ajuda à construção, apesar de explorar a mão-de-obra do trabalhador, o

qual se vê sujeito à dupla jornada de trabalho, foi a solução “possível” para conter o crescimento dessa cidade informal. Porém, como veremos mais adiante, apesar de estes programas existirem há mais de 30 anos, a reprodução da cidade informal não diminuiu, pelo contrário, aumentou.

De acordo com Valladares, os teóricos da direita viam com bons olhos esse tipo de programa, pois acreditavam que “*os pobres eram capazes de resolver os seus próprios problemas*”. A crítica da esquerda se baseava, basicamente, no aspecto da exploração da mão-de-obra do trabalhador, o qual se via obrigado a uma dupla jornada de trabalho e na desobrigação do dever do Estado em prover habitação para a população de baixa renda.

Aspectos positivos e negativos dos programas alternativos

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Os programas alternativos são flexíveis, possibilitando que as famílias morem em uma habitação condizente com seus padrões culturais e seus recursos econômicos.	Para os críticos dos programas alternativos, a autoconstrução não expressaria a liberdade de construir, mas uma estratégia de sobrevivência.
Possibilitam o exercício da autogestão na produção da moradia e garante a autonomia na produção de seu espaço habitacional.	Quando o Estado promove a autoconstrução, na verdade, transfere sua responsabilidade (a provisão de habitação) para a população, que não tem alternativa, além de produzir sua própria moradia.
Redução do custo de produção pela eliminação, advinda dos lucros da construção e comercialização e da utilização da mão-de-obra não-remunerada das famílias.	Lentidão e descompasso na construção de moradia.
O exercício do “planejamento participativo” exerce um papel educativo no fortalecimento das relações entre os moradores e seus representantes e órgãos de gestão do poder público.	Valorização da terra e das habitações, colocando em risco – a longo prazo – a segurança da permanência das famílias mais pobres nas áreas onde ocorre a intervenção.

Fonte: VALLADARES, L. P. Políticas alternativas de habitação popular. Um vôo sobre a literatura internacional. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano V, n. 15, 1985.

Apesar das críticas, os programas de melhorias e de auto-ajuda se consolidaram. E, no entanto, a questão da informalidade não se resolveu. Há a constatação que não adianta melhorar as condições de moradia, se não houver um programa de titulação da propriedade da terra aos moradores desses assentamentos irregulares, já que o problema central destes é os moradores de favelas ou assentamentos similares raramente possuem os direitos de propriedade formal para permanecer nas terras as quais ocupam. Sem a posse segura da terra, as famílias de baixa renda dificilmente conseguirão recursos para investir na melhoria de suas moradias.

É preciso ter claro que nem todos os programas de urbanização em favelas e loteamentos irregulares conseguem reverter a situação de exclusão territorial. Bueno, em pesquisa realizada pelo Laboratório de Assentamentos Humanos da FAUUSP sobre os parâmetros de urbanização de favelas, destaca a quase impossibilidade de utilizar-se parâmetros para se urbanizar e regularizar favelas no Brasil. A diversidade de situações e de soluções técnicas construtivas e de

gestão entre os atores envolvidos é enorme, o que dificulta a padronização da intervenção. Cada urbanização ou intervenção em um assentamento irregular ou em uma favela é um caso único.

Da mesma forma que as chamadas “boas práticas” ou as “experiências exitosas” de programas habitacionais, em geral, não são passíveis de serem replicadas. Em muitos casos, os custos desses programas são altíssimos e as soluções muito específicas. De fato, eles não são programas de combate à informalidade, mas apenas uma “marca de governo” que as cidades precisam demonstrar para ingressar nessa lógica da competitividade.

De acordo com Gilbert (2003), em relatório sobre a política habitacional em países latino-americanos, realizado para o Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES), aponta que, na maioria dos casos, não há necessidade de programas sofisticados para atender à demanda por moradia, mas que os próprios governos criam expectativas com programas os quais necessitam de uma quantidade de recursos para financiamentos, tornando impossível atender a toda a procura.

Durand-Laserve e Clere (1996) destacam que os programas de melhorias em favelas e áreas degradadas nem sempre conseguem reverter, positivamente, a situação de exclusão territorial. Esses autores destacam que o processo de urbanização tem provocado três tipos de situação:

- A situação se deteriora – os custos das melhorias fazem com que as famílias tenham mais gastos familiares; o assentamento melhorado e regularizado atrai uma nova demanda e expulsa os moradores antigos. Nesses casos se verifica a total ausência do Estado após a intervenção.
- A situação se estabiliza – as melhorias e a posse da terra fazem com que as famílias se capitalizem, porém não o suficiente para superar a situação de exclusão territorial.
- A situação melhora – os moradores se apropriam das melhorias e o assentamento se consolida como um bairro formal.

De acordo com Acioly, a experiência internacional demonstra que a mudança da política habitacional produziu uma nova lógica do desenvolvimento urbano. Influenciado pelos trabalhos de Turner, *Freedon to built e Housing by people*, em várias partes do mundo, os assentamentos informais passaram a ser vistos, não mais como um problema, mas como uma parte da solução.

Turner critica as soluções habitacionais tipicamente “tradicionais”, como a construção de grandes conjuntos em áreas periféricas, e valoriza soluções “espontâneas” de autoprodução da moradia popular. De acordo com Fichter, Turner e Grenell, *“cuando los moradores controlan las decisiones capitales y son libres de hacer sus contribuciones al diseño, la construcción y la administración de una vivienda, tanto este proceso como el medio ambiente creado estimulan el bienestar individual y social. Cuando las personas no tienen control ni responsabilidad en las decisiones clave del proceso habitacional, por otra parte,*

los medios habitacionales pueden por el contrario convertirse en una barrera para la realización personal y en una carga para la economía” (FICHTER, TURNER e GRENNELL, p. 237, 1976).

Nesse sentido, as políticas e os programas seriam traduzidos em melhorias das condições de moradia, urbanizando os bairros periféricos e as favelas, integrando-as à estrutura urbana. Todavia, na maioria dos países não-desenvolvidos esses programas ainda são alternativos e complementares dos programas de provisão incapazes de atender à demanda.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro. *Mercado e ordem urbana. Do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Teoria econômica da favela. Quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: *A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003.

ACIOLY, C. Anotações de aula. Curso de desarrollo profesional sobre mercados informales: Regularización de la tenencia de la tierra y programas de mejoramiento urbano em América Latina, promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy, Recife-PE, de 17 a 21 de novembro de 2003.

BAHL, Roy W.; JOHANNES, F. Linn. *Urban public finance in developing countries*. Washington DC: Published for the World Bank by Oxford University Press, 1992.

BALTRUSIS, N. *A dinâmica do mercado imobiliário informal nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. *As áreas especiais de interesse Social – AEIS em Diadema. Viabilizando o acesso à terra urbana*. Relatório final da pesquisa Rede nacional de avaliação disseminação de experiências alternativas em habitação popular. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ-FASE), 2004.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, A. L. *Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários*. Brasília-DF: Ministério das Cidades, 2003.

COCKBURN, J. C. Formalization de la propiedad, cultura registral y credito in Peru. In: ABRAMO. P. (Org.). *A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003.

DANIEL, C. A. Desenvolvimento econômico local: Aliança e competição entre as cidades. *Espaço e Debates*, São Paulo: NERU, n. 41, 2001.

DE SOTO, Hernando. *The other path. The economic answer to terrorism*. Nova York: Basic Books, 1989.

_____. *O mistério do capital. Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DURAND-LASSERVE, A.; ROYSTON, L. (Ed.) *Houilding their ground. Secure land tenure for the urban poor in developing countries*. Londres: EARTHSCAN Publications Ltd., 2002.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: Lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 41, 2001.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Coord.) *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FICHTER, R. et al. *Significado de la autonomia*. In: TURNER, J. F. C.; FICHTER, R. (Coord). *Libertad para construir*. México: Siglo Veinteuno Editores AS, 1976.

GILBERT, A. *La vivienda en America Latina*, documento de trabalho do INDES. Santiago: INDES, 2003.

GOTTDIENER, M. Teoria da crise e reestruturação sócio-espacial: O caso dos Estados Unidos. In: PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. P. *Reestruturação urbana: Tendência e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

HARMS, H. Historical perspectives on the practices and purpose of self-help housing. In: WARD, P. *Self-help housing: A critique*. Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

KANDIR, A. *A instabilidade do mercado habitacional*. 1983. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1983.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Discursos sobre vulnerabilidade socioeconômica: Estados Unidos, França e Brasil*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPOCS, out. 2001, Caxambu-MG, 2001.

LABHAB/FAUUSP. *Relatório final da pesquisa Parâmetros para urbanização de favelas*. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos do Departamento de Projetos da FAUUSP, 1999.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: Algumas referências sobre o tema Estado e desenvolvimento. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MALTA, C. Bases para a análise de políticas urbanas – Os interesses em jogo. *Análise e Conjuntura*, São Paulo, n. 2, 1986.

MARICATO, E. M. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. Autoconstrução a arquitetura possível. In: *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MAYO, S.; MALPEZZI, S; GROSS, D. J. *Shelter strategies or the urban poor in developing countries*. Washington-DC: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 1986.

PASTERNAK, S.; BALTRUSIS, N. Um olhar sobre a habitação em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo: PRONEX/CNPq, EDUC, n. 9, 2003.

PASTERNAK, S. O quadro atual da habitação no Brasil: O déficit de moradias como instrumento para avaliação da política habitacional. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 203, 1992.

_____. Política habitacional no Brasil; retrospectiva e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa LAP*, São Paulo: FAUUSP, n. 21, 1997.

_____. *O Brasil e suas favelas*. In: ABRAMO, P. (Org.) *A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, Lincoln Institute of Land Policy, 2003.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favela, favelas: Unidade ou diversidade da favela carioca. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (Org.) *O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Org.) A produção da moradia nas grandes cidades: Dinâmica e impasses. In: *A crise da moradia nas grandes cidades. Da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ-Editora, 1998.

ROLNIK, R.; BONDUKI, N. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço com expediente da força de trabalho. In: MARICATO, E. M. (Org.) *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 41, 2001.
- SMOLKA, M. O. A regularização da ocupação do solo urbano: A solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. In: Fernandes, E.; ALFONSIN, B. (Coord.) *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- _____. Informality, urban poverty and land market prices. *Land Lines*. Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy. v. 15, ano 1, jan. 2003.
- SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: Tempos de crise? *Espaço e Debates*, São Paulo: Neru, n. 24, 1991.
- TURNER, J. F. C. *Vivienda, todo el poder para los usuarios. Hacia la economía en la construcción del entorno*. Madri: H. Blume Ed., 1977 .
- TURNER, J. F. C.; FICHTER, R. (Coord.) *Liberdade para construir*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1976.
- VALLADARES, L. P. *Passa-se uma casa: Análise da política de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Políticas alternativas de habitação popular, *Espaço e Debates*, São Paulo: Neru, n. 16, 1985.
- VARGAS, N. *Organização do trabalho e capital: Estudo da construção habitacional*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Coordenação de Programas de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Mercado imobiliário informal, exclusão territorial, favelas.

Informal real estate market, territorial exclusion, shantytowns.

Nelson Baltrusis

Sociólogo, mestre em urbanismo pela PUCCAMP e doutorando em Estruturas Ambientais Urbanas/Hábitat FAUUSP.

scripção da J.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

Y V A I N M V C

Mar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de unbr
i. axe opmto N. 2.
re. Heia, Sua pta. 10.
Tinas libras e meia a

de fivel de rocha viva
e faz a pmoa.:

Adriana Fernandes de Oliveira

Orientador:
Prof. Dr. José Luiz Fleury de Oliveira

a

IMPLANTAÇÃO DE *UNIDADES*
DE CONSERVAÇÃO EM *ÁREAS*
DE OCUPAÇÃO *HUMANA*

068

pós-

RESUMO

O problema da urbanização em áreas destinadas à preservação ambiental no Brasil ocorre concomitantemente à implantação de unidades de conservação, a partir da década de 30. Tal urbanização, geralmente, acontece de forma ilegal, quando: 1) realiza-se posteriormente à implantação de determinada unidade de conservação; 2) os assentamentos humanos preexistentes são incorporados, juridicamente, ao perímetro de preservação definido por lei. Surge, então, a questão central deste texto sobre o que fazer com os assentamentos humanos quando instituída a lei a definir o território a ser preservado. Para a melhor compreensão dessa problemática, realizamos um levantamento histórico relativo às políticas de gestão, legislação e ideários identificados nesse processo, desde sua origem até os dias atuais, sobretudo no Brasil e no estado de São Paulo. A relação entre urbanização e preservação ambiental tornou-se conflituosa, pois os ideais de preservação são opostos aos de uso e ocupação do solo pelo homem.

ABSTRACT

The problem of urbanization in areas set aside for environmental preservation in Brazil has been occurring simultaneously with the implementation of conservation areas since the 1930s. Such urbanization usually ignores the law when: 1) it happens after the implementation of a given conservation area; 2) the human settlements existed previously and are legally incorporated into the defined preservation perimeter of the conservation area. This brings up the central issue of this text, namely how to deal with these settlements once the preservation areas are established under the law. In order to better understand this problem, we performed a historical search on administration politics, legislation and ideas identified in this process, from its origin to the current days, in Brazil and more specifically in the state of São Paulo. The relationship between urbanization and environmental preservation became conflicting, because the preservation ideals are at odds with soil use and occupation by man.

“A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las. Fabrica para si modelos internos delas e, operando sobre esses índices ou variáveis as transformações permitidas por sua definição, só de longe em longe se defronta com o mundo atual.” (MERLEAU-PONTY, 1989, p. 47)

No estabelecimento de uma unidade de conservação no Brasil, independente de qual enfoque de valor a ela atribuído, verifica-se, a exemplo do ideário norte-americano (FERNANDES DE OLIVEIRA, 1999, cap. 6), que a política de preservação de áreas “naturais” não esteve inicialmente associada a uma preocupação com a possível existência de habitantes humanos.

Trataremos dessa questão sobre os aspectos apresentados a seguir:

1. Introdução à política de preservação ambiental no Brasil.
2. O assentamento humano em áreas destinadas à preservação ambiental.
3. A questão no estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO À POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO¹ AMBIENTAL NO BRASIL

A preocupação com a proteção dos ambientes e seus recursos naturais originou-se na Europa, como reflexo do período de intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista dos séculos 18 e 19. Mas a criação de unidades de conservação se originou no final do século 19, por iniciativa da sociedade urbana norte-americana e, com o objetivo de resguardar a natureza “intocada” (DIEGUES, 1994, p. 11), isto é, ainda preservada em suas qualidades biológicas, em oposição ao lugar ocupado pela sociedade urbana devastadora em suas formas de produção capitalista.

“O estabelecimento dessas unidades teve um grande aumento entre as décadas de 70 e 80 quando foram criadas cerca de 2.098 unidades federais em todo o mundo, cobrindo mais de 3.100.000 Km² ao passo que desde o início do século tinham sido criadas 1.511 unidades cobrindo aproximadamente 3.000.000 Km². Hoje, cerca de 5% da superfície terrestre são legalmente protegidos, através de 7.000 unidades de conservação, não somente a nível federal, mas de províncias, estados, municípios e também particulares, espalhadas por 130 países.” (DIEGUES, 1994, p. 13)

A preocupação com a preservação da natureza no Brasil iniciou-se, timidamente, no século 19, caracterizada por depoimentos e iniciativas individualizadas². *“As únicas medidas de contenção da devastação florestal vêm de Cartas Régias da Coroa Portuguesa, no século XVIII que estava preocupada com a falta de madeira para a construção naval portuguesa.” (DIEGUES, 1994, p. 102)*

(1) **Proteção, conservação e preservação** são conceitos que têm sido abordados segundo o ponto de vista dos diferentes autores de textos científicos e normas jurídicas, gerando várias interpretações para cada conceito. (FERNANDES DE OLIVEIRA, 1999, p. 6-8). No entanto, não desenvolveremos, aqui, uma exposição aprofundada acerca dessa questão; adotaremos o termo “preservação” no sentido genérico da palavra.

(2) José Bonifácio, em sua preocupação com o desmatamento das matas brasileiras, no início do século 19; André Rebouças, com propostas de criação de parques nacionais, em 1878; e, ainda, a criação do Serviço Florestal no estado de São Paulo, em 1896.

A manifestação governamental, nesse sentido, passou a ser relevante somente a partir do século 20, na década de 30, primeiro momento referencial da legislação ambiental brasileira, sendo criados, em 1934, os códigos de defesa dos recursos naturais, tais como: o de Caça, o de Pesca, o de Minas e o das Águas. No ano de 1937 ocorreu a criação do primeiro parque nacional: o Parque Nacional de Itatiaia. A Constituição Federal, do mesmo ano, “*definiu responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico*”... Sob o ponto de vista de Batalha e Hanan, “*O conjunto dessas legislações olvidou qualquer orientação relativa às ações de controle das fontes pontuais de contaminação ambiental. A atenção dispensada a esse assunto, na legislação ambiental brasileira, era mínima; conseqüentemente, inexistia estrutura operacional para o exercício da fiscalização ambiental.*” (1997, p. 48)

A evolução na instituição de áreas destinadas a parques nacionais prosseguiu de forma lenta. Na década de 40, foi importante o estabelecimento do Decreto n. 16.177, que demonstrou um posicionamento do governo diante de uma política de criação de parques nacionais (DIEGUES, 1994, p. 104). Nesse período, o ambiente do parque instituído era valorizado sob o ponto de vista favorável ao bem-estar e ao lazer humano, tendo sido apropriado como objeto turístico pelo Parque Nacional de Itatiaia.

“O Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro criado no Brasil, tem uma área de 10 mil hectares [...] Hotéis particulares e abrigos de hospedagem do próprio Parque servem ao turismo. Nos abrigos, a diária é de Cr\$10,00 sem comida. Reservas com bastante antecedência no próprio local ou no IBDF.” (Rodovia: mapa-roteiro. Brasil, 19--)

No 1º Encontro dos Governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, realizado em abril de 1970, Brasília, elaborou-se como documento o “Compromisso de Brasília”. Nele recomendava-se a “*proteção da natureza*” por meio da “*criação de serviços Estaduais, em articulação com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal*”, propondo aos estados e municípios “*o esforço pelo mesmo instituto empreendido para a implantação territorial definida dos parques nacionais*” (IPHAN, 1995, p. 163). No encontro seguinte, em 1971, o “Compromisso de Salvador” apresentou propostas ainda mais específicas:

“4. Recomenda-se que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetam áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especificamente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN, do IBDF e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área, a partir de estudos iniciais de qualquer natureza. [...]

(3) Como exemplos:

– Código Florestal, Lei n. 4.771, de 15 de set. de 1965, alterado pela Lei n. 7803/89;
– decreto de criação do IBDF, Instituto Bras. de Desenvolvimento Florestal, Lei n. 289, de 28 de fev. de 1967;
– instituição do PIN, Programa de Integração Nacional para a criação de pólos de desenvolvimento e de unidades de conservação na Amazônia a partir de 1970;
– Compromisso de Brasília, em 1970, e Compromisso de Salvador, em 1971, com o encontro de governadores de estado para a manifestação de apoio à política de preservação de bens naturais e, principalmente, de bens culturais. Foi recomendada a execução de planos diretores e obras públicas à orientação do IPHAN e do IBDF no que se refere aos bens culturais e naturais;
– criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Decreto n. 73.030, de 30 de out. de 1973, com o objetivo de estar ... “orientada para a conservação do meio ambiente, e ao uso racional dos recursos naturais.” (art.1^º).

(4) Lei n. 6.938/81, alterada pela Lei n. 7.804/89.

(5) De acordo com a Resolução Conama n. 001/86, “*impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais*”.

13. *Recomenda-se a convocação da FINEP e de órgãos congêneres, para o desenvolvimento da indústria do turismo, com especial atenção para planos que visem à preservação a valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.*” (IPHAN, 1995, p. 173)

Nota-se que, ao longo dos anos, a visão de preservação e valorização de bens naturais, assim como aqueles considerados de valor cultural, mantinha-se cada vez mais vinculada aos objetivos de desenvolvimento da indústria do turismo.

No entanto, a posição brasileira na Conferência da ONU de Declaração sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, demonstrou-se tímida, mantendo o país à margem de maiores compromissos, quando se eximiu da assinatura do termo de preservação proposto no evento. Isso porque a política nacional objetivava o desenvolvimento econômico por intermédio da industrialização, do crescimento do mercado interno e das forças armadas.

O segundo momento referencial à história de conservação do meio ambiente, no país, ocorreu a partir do final dos anos 70 e, principalmente, durante a década de 80, quando o governo se posicionou na implementação de uma política de proteção ao meio ambiente, seguindo as iniciativas européia e norte-americana. Até então, as atuações eram pontuais, tanto na instituição de códigos, leis e órgãos específicos, quanto no enfoque do recurso florestal, nas medidas de criação de parques “nacionais” e de controle à poluição³.

A partir da década de 80, foram estabelecidas a política nacional do meio ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)⁴, como estruturas jurídicas para a execução da política proposta. Esse sistema ofereceu maior autonomia de atuação aos estados e municípios. No setor executivo, foi organizada uma estrutura administrativa composta por:

1. Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, criado em 1984;
2. Sistema Estadual de Meio Ambiente, Sisema, instituído em 1986;
3. Artigo 225 da Constituição Federal de 1988;
4. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), criado em 1989.

Acompanha a estrutura jurídica do Sisnama as exigências de EIAs e RIMAs, estudos e relatórios de impacto ambiental, incorporados pela Resolução Conama n. 001, de 23/1/86, como metodologia de controle à implantação de empreendimentos impactantes ao meio ambiente⁵. Em princípio, é pela análise dos RIMAs que os governos devem conceder, ou não, os licenciamentos ambientais (LP – licença prévia, LI – licença de instalação e LO – licença de operação) para execução de obras ou atividades interventoras ao ambiente sujeito à preservação. A Constituição Federal de 1988 (capítulo VI, Título VIII) veio afirmar a política de descentralização, evidenciando as competências devidas à União, aos estados e aos municípios. Como consequência ao estabelecimento de uma estrutura executiva e política de meio ambiente no Brasil, foram,

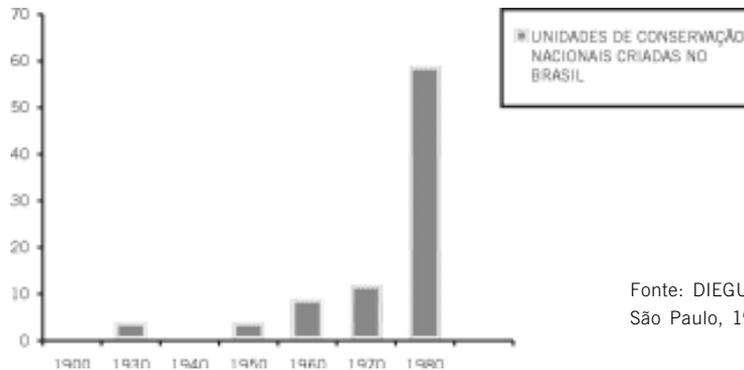
(6) Como exemplos significativos, citam-se:
 – Disciplina de ação pública de responsabilidade para danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico – Lei n. 7.347, de 24 de jul. de 1985;
 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988;
 – medidas de intervenção sobre o corte de vegetação na Mata Atlântica – Decreto n. 750, de 10/2/1993;
 – criação de parâmetros básicos para a análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica – Resolução Conama n.10, de 19/10/1993;
 – definições de vegetação primária, secundária e demais estágios de sucessão para aplicação nos procedimentos de licenciamento de exploração de vegetação – resolução conjunta Sema/Ibama, de 31/1/1994.

(7) O Manifesto Ecológico Brasileiro de 1976 incorporou dez organizações de ecologistas.

progressivamente, estabelecendo-se normas e planos de atuação, normas conceituais e de disciplina⁶.

A questão ambiental, nesse momento, também ganhou força nos movimentos ambientalistas. Os movimentos “de denúncia”, iniciados na década de 70⁷, assumiram-se como ONGs, muitas de caráter profissional, pressionando as decisões dos governos em um ou outro caso específico. O fato de poder sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, estimulou o interesse para a discussão entre a comunidade, inclusive a comunidade científica. Segundo Viola (1992, p 67), entre 1990 e 1991, o número de ONGs brasileiras cresceu de 40 para cerca de 800 organizações. Sua representatividade se tornou significativa nas negociações com os órgãos do governo responsáveis pela criação e administração de unidades de conservação. Dentre as ONGs, há os partidários daquele preservacionismo que consideram inoportuna a manutenção dos antigos habitantes do local.

Verifica-se, nesse mesmo período, grande empenho para a implementação de unidades de conservação. Pela evolução dos dados quantitativos, pode-se observar o aumento de áreas preservadas.



Fonte: DIEGUES, A. C. S., São Paulo, 1994, p. 14

Esse empenho não significava apenas uma consequência direta da política implementada. Segundo Diegues (1994, p. 106), eram também medidas de acordos entre o governo federal e entidades internacionais, as quais, para a concessão de empréstimos financeiros no período desenvolvimentista, exigiam do governo a efetiva implantação de áreas preservadas, principalmente na região amazônica. O interesse internacional pelas áreas naturais brasileiras acrescentou, ao caráter unicamente explorador do período colonial, o preservacionista e o científico, principalmente a partir da década de 80. Investiu-se, e ainda se investe muito, em projetos de pesquisa e defesa de ambientes naturais. Muitas das ONGs, com a perspectiva financeira para atuação, tornaram-se cada vez mais profissionais (VIOLA, 1992, p. 63). Entidades internacionais mostram prioridade de interesse ao ecossistema amazônico e, em seguida, à “mata atlântica”, alvo de grandes investimentos externos aplicados para fins de preservação.

O ASSENTAMENTO HUMANO EM ÁREAS DESTINADAS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

“Avaliando-se o período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil (1970-1986), em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, tampouco as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais.” (DIEGUES, 1994, p. 106)

O critério para a criação de unidades de conservação, desde os anos 30, sempre esteve fundamentado sob o ponto de vista do homem urbano que, observando a destruição dos recursos naturais, de ambientes ricos pela exuberância destes recursos e pelas belezas paisagísticas, buscava redutos de preservação, em ambientes em que não houvera a interferência do poder econômico na exploração destes recursos. Na visão do homem urbano, tais ambientes deveriam, portanto, permanecer livres da intervenção humana, como também livres de sua presença, a não ser para fins de pesquisa ou de turismo. A extensão de território incorporado a cada unidade de conservação é fator o qual, dentro desse critério, contribuiu para a falta de prévio reconhecimento e análise, negligenciando qualquer possibilidade de existência de assentamentos humanos.

O fato é que não haviam somente comunidades organizadas em pequenos núcleos urbanos e ocupações dispersas, como também e, na maioria das situações, configuravam-se como as chamadas “comunidades tradicionais” (DIEGUES, 1994, p. 12 e 79). Povos indígenas, caiçaras, entre outros, isolados geográfica e culturalmente, mantiveram grande parte de sua identidade sociocultural, assim como a preservação da natureza em seu hábitat.

A instituição da área a ser preservada submeteu-as, concomitantemente, à aplicação das normas previstas nos códigos florestal, de pesca, de caça, de minas e de águas. A forma de aplicação se tornou, no entanto, muito confusa diante das diferentes categorias de conservação implantadas: parques nacionais, áreas tombadas, reservas biológicas, estações ecológicas, monumentos nacionais e refúgios de vida silvestre, reservas extrativistas, APAs, etc. O gerenciamento público surgiu como consenso à necessidade de desenvolvimento de um plano de manejo para cada unidade, como proposta comparável ao plano diretor previsto para núcleos urbanos.

Sem plano de manejo, o conflito entre populações envolvidas prossegue desde a implantação das unidades. Dentre as populações, as de comunidades inseridas em áreas preservadas, funcionários dos governos, representantes de organizações simpatizantes do conservacionismo associado à manutenção dos modos de vida de comunidades tradicionais, turistas e até novos moradores. Todos discutem direitos de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais.

A aplicação dos códigos florestal, de caça, pesca e de águas em áreas de ocupação humana e, principalmente, onde a utilização dos recursos naturais pertencia ao modo de vida da população, é outro motivo de conflito nas comunidades, pois as impede de manter sua cultura fundamentada na pesca, na agricultura de subsistência e na extração dos recursos locais. Isso contribuiu para emigração de população e desestruturação das comunidades, dentre muitas, caiçaras. Segundo Diegues, “*Impossibilitados de continuar em seu modo de vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a migrar, engrossando as favelas de inúmeras cidades costeiras (Bairro do Carijó, em Cananéia-SP; Estufa, em Ubatuba-SP, Bairro dos Sapos, em Paraty-RJ).*” (1994, p. 119)

O mesmo autor afirma que, ainda no início da década de 90, o Brasil mantinha uma política conservadora visível nas propostas desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação: “*o SNUC é um ‘sistema fechado’, isolado da realidade do espaço total brasileiro que tem sido amplamente degradado e mal-desenvolvido há décadas*” (1994, p. 107-109).

A criação de reservas extrativistas foi uma tentativa de considerar a questão da manutenção das comunidades em seu hábitat e modo de vida. No entanto, permaneceu a posição autoritária de criação de unidades, sem a participação das comunidades atingidas por esta política. O diálogo se estabelece, principalmente, quando há a intervenção mediadora de ONGs ou quando os conflitos repercutem nos meios de comunicação, como casos de guerrilhas, a exemplo dos seringueiros da região amazônica. Encarar uma política de diálogo, contudo, significa investir em recursos sociais, econômicos e culturais, que não pertencem aos interesses governamentais. Assim, a criação de unidades de conservação no Brasil sofreu, e ainda sofre, com a superficialidade de sua existência.

NO ESTADO DE SÃO PAULO

A proposta de descentralização do poder, na década de 80, permitiu aos estados a formação de uma política administrativa própria, porém, interligada aos objetivos expostos pela política nacional de meio ambiente. Como consequência, nota-se que houve o aumento do número de unidades de conservação, principalmente, as estaduais, e, o território ocupado por uma unidade, muitas vezes, ultrapassa os limites de gestão de um único município.

As decisões jurídicas também foram pontuais na década de 70 e, no estado de São Paulo, temos como exemplo:

- O Decreto-lei complementar n. 2, que estabelece normas para a proteção das belezas naturais de interesse turístico, de 15/8/69;
- o estabelecimento de normas para preservação à natureza e defesa da paisagem, Decreto n. 52.892, de 07/3/72 e Resolução n.1, de 23/6/72, alterado pelo Decreto n. 9.484, de 03/2/77;

- a Lei n. 898 a disciplinar o uso do solo para a preservação dos mananciais, cursos e reservatórios de água da região metropolitana, de 18/12/75;
- a Lei n. 1.172, que delimita as áreas de preservação relativas aos mananciais e reservatórios de água e estabelece normas de restrição ao uso do solo em tais áreas, de 17/11/76;
- a Lei n. 8.468 de classificação dos corpos de água do estado, de 8/9/76;
- o Decreto n. 10.755 de enquadramento dos corpos de água na classificação prevista, de 22/11/77;
- o Decreto n. 22.717 de criação do Parque Estadual da Serra do Mar, de 30/8/77, e Decreto n. 13.313 “que incorpora a região de Picinguaba ao perímetro do parque”, de 6/3/79;
- Lei n. 1.563 de proibição de instalação de indústrias poluidoras em estâncias balneárias, de 28/3/78.

Na década de 80, a política administrativa do estado aderiu à política nacional e, com maior autonomia, estabeleceu os seguintes instrumentos executivos e legislativos:

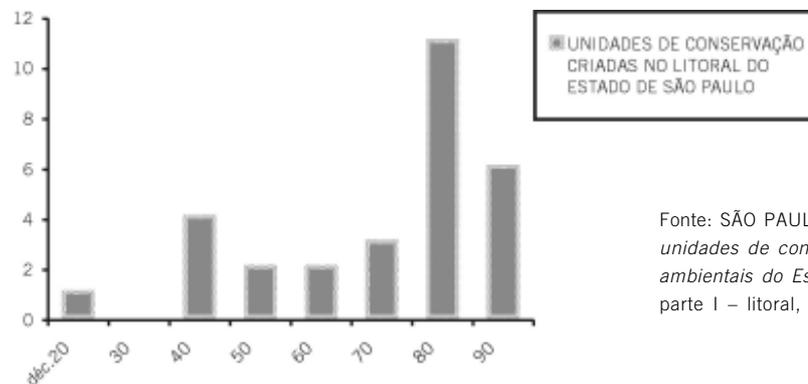
1. o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) em 26/4/1983;
2. a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) em 24/3/1986, incorporando o Consema e os institutos Geológico, Florestal e Botânico;
3. o capítulo IV: “Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento”, na Constituição do Estado de São Paulo, em 1989.

Entre 1981 e 1988, o governo estadual criou 20 estações ecológicas e 15 APAs estaduais. Dentre elas a APA da Serra do Mar, em 1984, além de decretar o tombamento de extensa área da Serra do Mar, em 1985 (SMA, 1984).

Assim, pode-se obter o gráfico abaixo, a demonstrar a evolução do número de unidades de conservação estaduais instituídas.

O principal alvo de preservação ambiental do governo estadual tem sido as áreas em que ainda existe a mata atlântica em seu ecossistema.

Originalmente, isto é, na época do Descobrimento do Brasil, ela ocupava uma extensa e contínua área desde o Rio Grande do Sul até o Ceará, cobrindo cerca de 1.085.544 km². Atualmente, está presente em apenas 95.641 km² de



Fonte: SÃO PAULO. *Atlas das unidades de conservação ambientais do Estado de SP.: parte I – litoral*, 1996

território, e destes, 17.314 km² pertencem ao estado de São Paulo. Do total de área de mata atlântica do estado, 45,77% pertencem às unidades de conservação, estando subordinadas à administração do Instituto Florestal, órgão da SMA (SMA, 1996, p. 3).

As massas de florestas, mangues e restingas pertencentes à área da mata atlântica apresentam-se fragmentadas devido à presença de ocupações urbanas, áreas de cultivo agrícola e de pastagens. A mata se mantém preservada, principalmente, nas encostas da Serra do Mar, isto é, nas proximidades do litoral, *graças às características geoclimáticas da serra que dificultaram a ocupação humana ao longo dos séculos.*

Observando o mapa de áreas preservadas do litoral do estado, notamos que quase todo seu território está contido, ou contém, algum tipo de unidade de conservação associado a algum ecossistema da mata atlântica.

Nota-se que nos extremos sul e norte do estado, nos municípios de Cananéia, ao sul, e São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba, ao norte, há unidades de conservação em cerca de 80% dos territórios municipais. São as localidades mais distantes da metrópole paulistana, o que contribuiu para a maior preservação em comparação às demais áreas do litoral. Constituem características específicas, no sul, devido ao ecossistema de mangues e restingas do estuário lagunar de Cananéia e, no norte, devido à proximidade da Serra do Mar à costa. As áreas de tombamento (SMA, 1985) e do Parque Estadual da Serra do Mar (SMA, 1979), genericamente, situam-se apenas acima das cotas 40 e 20 metros, respectivamente, buscando a preservação de áreas mais elevadas, onde há menor ocupação humana e a densidade da mata atlântica é maior. Contudo, no município de Ubatuba, o distrito de Picinguaba, ao extremo norte do município, os limites de tombamento e do parque atingem a cota zero, abrangendo também as praias do litoral; ao todo, sete praias.

Diante do fato, podemos não somente afirmar a existência de comunidades e ocupações esparsas, tradicionais ou não, habitando áreas destinadas às unidades de conservação, como questionar quanto à falta de compreensão para com as abordagens da questão.

É fato que o governo do estado não possui a dimensão de população assentada em cada unidade. Todavia, sabemos que as formas de ocupação ocorrem:

1. por meio de moradias dispersas ou aglomeradas em comunidades de antigos habitantes, isto é, daqueles que já se encontravam no local antes da implantação das unidades de conservação;
2. pela expansão urbana ilegal ocorrida após a implementação de áreas preservadas.

No litoral norte do estado de São Paulo, nota-se que todos os municípios contam com o plano diretor e um zoneamento os quais consideram as áreas definidas pelo governo estadual como unidades de conservação. Contudo, o processo de urbanização, o qual se tornou intenso a partir da década de 70,

vem-se impondo, por meio da ilegalidade, ocupando áreas destinadas à preservação, sem qualquer preocupação com as formas de implantação e com a preservação dos recursos existentes.

“O condomínio Green Park, 160 casas assobradadas, próximo à Cachoeira da Toca, em Ilhabela, é uma ferida na paisagem da ilha pela devastação que provocou. Hoje, está parado e com processos na Justiça. O ‘Cabanas de Ilhabela’ na Praia da Armação esteve interditado pela Justiça por causar danos ao meio ambiente, num processo movido pela Sociedade de Proteção ao Meio Ambiente de Ilhabela. O ‘Mirante da Ilha’, no bairro da Feiticeira, com 400 lotes numa área de 70 mil m², está embargado pela Procuradoria do Meio Ambiente por desmatamento em área de preservação permanente e invasão do Parque Estadual de Ilhabela. Em São Sebastião, o ministério público precisou intervir nos loteamentos ‘Urbe Costa Azul’, na Praia da Juréia, e no projeto da empresa Promarca, em Barra do Una, por estar destruindo o morro da orla marítima. Em Barra do Sahi, empreiteiras estavam aterrando um manguezal. Em Caraguá, o mangue do Rio Juqueriquerê está sendo aterrado por marinas, e o próprio rio, poluído com esgotos. A Tabatinga-Lagoa invadiu áreas de marinha e fechou o acesso às ruínas históricas da Praia da Lagoa (uma antiga fazenda de contrabando de escravos, construída no século 18).” (GALVÃO; SALGADO, p. 24)

A forma imperativa com a qual o mercado da construção civil vem atuando, desconsiderando as legislações municipais e estaduais, demonstra, claramente, que a existência do sistema jurídico, apenas, não garante o objetivo de proteção.

“O empresário Antônio Munhoz Bonilha Filho, diretor da Incorporadora Adiplan, diz que há poucos empreendimentos no litoral realmente confiáveis, principalmente, loteamentos. ‘Pelo menos 50% das terras estão em situação irregular’, afirma Munhoz, ele próprio um grande empreendedor no litoral.” (GALVÃO; SALGADO, p. 24)

A questão de implantação de unidades de conservação possui relação direta com o uso dos recursos e a ocupação do solo. A ocupação, por sua vez, envolve a importante questão de propriedade da terra.

A gestão do uso e da ocupação está sob responsabilidade dos órgãos administrativos da prefeitura municipal e do governo estadual. Há dificuldades em estabelecer uma boa articulação entre os vários setores administrativos dos governos e, também, no conhecimento e aplicação dos diversos tipos de leis e normas associados à determinada localidade.

Por outro lado, há apenas cerca de 40 anos o litoral norte passou do estado de isolamento geográfico e econômico para viver um intenso processo de urbanização fundamentado na atividade turística. Isso significa que muitas das terras abandonadas por fazendeiros, no início do século 20, configuraram-se em extensos territórios desprovidos de proprietários, ocupantes e títulos de

propriedade, parte delas ocupadas, posteriormente, por posseiros, dentre eles os caiçaras, organizados em comunidades, ou não. Muitos, provavelmente, possuem o direito de propriedade devido à lei de usucapião.

Por outro lado, delimitadas as áreas destinadas à preservação ambiental, o governo não possui, salvo algumas áreas, a propriedade das terras, apenas o direito de intervir sobre as atividades de uso e ocupação humana. A ilegalidade que há no litoral norte quanto aos registros de imóveis tem sido um problema para a gestão municipal e estadual e para os objetivos de preservação.

BIBLIOGRAFIA

- BATALHA, Ben Hur L.; HANAN, S. A. *Amazônia – Contradições no paraíso ecológico*. 3. ed. São Paulo: Cultura, 1997.
- BENJAMIN, César. *Diálogo sobre ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BRASIL. Código florestal – Lei n. 4.771, de 15 de novembro de 1965 (alterada pela Lei n. 7.803 18 jul. 1989). *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 set. 1965.
- _____. Classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional – Resolução Conama n. 20. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 jun. 1986.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. *Diário Oficial da União*, Senado Federal, título III, arts. 20, 21, 24, 26 e 30, 5 out. 1988.
- _____. Política Nacional do Meio Ambiente – Decreto n. 99.274, 1990 (alterada pela Resolução n. 1, 31 jan. de 1994). *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 jun. 1990.
- _____. Corte e suspensão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providências. Decreto n. 750, 1993. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 fev. 1993.
- _____. Plano nacional de gerenciamento costeiro, Lei n. 7.661, 1998. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 maio 1988.
- _____. Política nacional do meio ambiente – Lei 6.938, 1981 (alterada pela Resolução n. 10, de 19 out. 1993). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Poder Legislativo, 31 ago. 1981.
- _____. Estabelecimento de parâmetros básicos para a análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica – Resolução n. 10. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 out. 1993.
- BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMPOS, Marcio D’Olne; EUCALIO, A. et al. Saber mágico, saber empírico e outros saberes na Ilha dos Búzios. In: *Caminhos cruzados, linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTELLS, Manuel. O processo de urbanização: Relação histórica entre sociedade e espaço. In: *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Portugal: Presença, 1975.
- CNPq. *Glossário de ecologia*. São Paulo: Aciesp, n. 57, 1987.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1988.
- CORRÊA DA SILVA, Armando. *O litoral norte do estado de São Paulo: Formação de uma região periférica*. São Paulo: Edusp, Instituto de Geografia, Univ. de São Paulo, 1975.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/Edusp, 1994.
- ECHENIQUE, Marçal. Modelos: Una decisión. In: *La estructura del espacio urbano*. Barcelona, [s.n], 1975.
- EMBRATUR. *Projeto Turis*. Brasília. 1973. (mimeografado)
- _____. *Aproveitamento turístico – preservação ambiental*. Brasília, 1975. (mimeografado)

- FLEURY DE OLIVEIRA, José L. *Amazônia: Condicionantes da ocupação em assentamentos humanos*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- GALVÃO, Stella; SALGADO, Raquel. À ecologia. *HABITE-SE*. [s.n.], n.13, p. 21-26, 1988.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, P. F. *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.
- HOLANDA, SÉRGIO B. de. O sementeiro e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas patrimoniais*. Brasília: Ministério da Cultura, 1995.
- JORNALECO. *Juréia: Estação protegida*. São Paulo: Sec. Do Meio Ambiente do Estado, p. 6-7, [199-].
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de S. M. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp, 1991.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. *Os parceiros do rio Bonito*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964 (Coleção Documentos Brasileiros).
- MENEZES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura – Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo (Org.) *Turismo: Espaço paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. Tradução e notas de Marilena Chauí e Pedro de S. Moraes, São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- MIDAGLIA, Carmem L. Vergueiro. *Turismo e meio ambiente no litoral paulista*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- NEVES, Márcia C. A. *Código de Águas: Organização dos textos, notas e índices por*. São Paulo: Ícone, 1994.
- OLIVEIRA, Adriana Fernandes de. *Urbanização em área de preservação ambiental: O caso da Vila de Picinguaba, município de Ubatuba/ SP*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- RIBAS, L. C. *Proposta metodológica para avaliação de danos ambientais – O caso florestal*. 1986. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- RODRIGUES, Adyr B. (Org.) *Turismo e ambiente*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SÃO PAULO (Estado). Classificação dos corpos de água no Estado de S. Paulo – Decreto n. 8.468, 1976 (aprovação e regulamentação da Lei n. 997 de 31 maio 1976) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 8 set. 1976.
- _____. Criação do Parque Estadual da Serra do Mar – Decreto n. 10.251, 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 30 ago. 1977.
- _____. Aprova normas técnicas especiais relativas ao saneamento ambiental nos loteamentos urbanos e para fins urbanos – Decreto n. 13.069, 1978. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 29 dez. 1978.
- _____. Declara Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar – Decreto n. 22.717, 1984. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 21 set. 1984.
- _____. Tombamento da Serra do Mar – Resolução n. 40, 1985 (conf. Decreto n. 13.426, 16 março 1979), *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 6 jun. 1985.
- _____. Legitimação de posse e a permissão de uso das terras compreendidas na Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar – Decreto n. 28.347, 1988. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 22 abr. 1988.

SÃO PAULO (Estado). Preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo – Lei n. 6.134, 1988. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 2 jun, 1988.

____. Constituição do Estado de São Paulo – capítulo IV: Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, 1989. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 1989.

____. Sistema de aprovação de projetos de sistemas de disposição de efluentes – Lei n. 1.017, 1989 (altera dispositivos que menciona da Lei n. 684/83). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 18 dez. 1989.

____. A preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo – Decreto n. 32.995, 1991 (regulamentada a Lei n. 6.134 de 2 jun. 1988). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 7 fev. 1991.

____. Política estadual de saneamento – Lei n. 7.750, 1992. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 31 mar. 1992.

____. Enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto n. 8.468, 1976 – Decreto n. 10.755, 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 22 nov. 1977.

____. *Mata Atlântica/Serra do Mar*. São Paulo: SMA/Cetesb, [19--]. (Folheto informativo)

____. *Manual de orientação para estudo de impacto ambiental-EIA e relatório de impacto ambiental-RIMA*. São Paulo: SMA/Cetesb, 1992. (Série Manuais) .

____. *Listagem de informações necessárias para a análise de deliberação da CPLA/DAIA, quanto à necessidade de elaboração do EIA/RIMA, com relação a projetos urbanísticos*. São Paulo: SMA/Cetesb, 1992. (mimeografia).

____. *Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo: parte I – litoral*. São Paulo: SMA/Cetesb, 1996.

SCHERER, Rebeca. Introdução e história, teoria e método nos estudos de urbanização. *Cadernos de Pesquisa do LAP – Notas sobre planejamento e método*. São Paulo: FAUUSP, 1995.

SIMONNET, Dominique. *O ecologismo*. Lisboa: Moraes, 1981.

SOUSA, Telma T. A. *Diagnóstico para planejamento do meio físico de Ubatuba*. Taubaté: Universidade de Taubaté, 1991.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 3-14/june, 1996. *Habitat II – Goals and principles, commitments and global plan of action*. Istambul, [s.n.], 1996.

VER DE PERTO. Por que conservar a Mata Atlântica? São Paulo: Sec. do Meio Ambiente do Estado, n. 6, p. 3, ago. 1996.

VIOLA, Eduardo J. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1992.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Urbanização, meio ambiente, políticas de preservação, unidades de conservação e assentamento humano.

Urbanization, environment, preservation politics, conservation units, human settlement.

Adriana Fernandes De Oliveira
Arquiteta, mestre pela FAUUSP.

scripção da J.

re. S. João em op. em d. fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

YI VIXI M V C

Mar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de unbr
i. axe opmto N. 2.
re. Honra, Sua pta. sc.
Tinas libras e meia a

re. fivel de rocha viva
& faz a prima.

Vladimir Bartalini



S CÓRREGOS OCULTOS e
A REDE DE ESPAÇOS
PÚBLICOS URBANOS

082

pós-

RESUMO

Salvo poucos casos, a hidrografia de nossas cidades não está vinculada a parques ou, genericamente falando, às áreas verdes. A regra, até hoje, é a sobreposição pura e simples, sem a intermediação de áreas verdes, do sistema viário ao sistema hidrográfico. O plano diretor estratégico de 2002, para o município de São Paulo, propõe a correção do modelo usual para os vales que ainda não foram impermeabilizados por avenidas. Sobre esses vales, que compõem a chamada “Rede Hídrica Estrutural”, estariam apoiados parques lineares. Cumpre, no entanto, estender esse conceito à “rede hidrográfica capilar”. Trata-se de pequenos cursos d’água, a maioria ocultos, cujos únicos vestígios são becos e vielas resultantes de sua canalização e enterramento. Fazer aflorar, se não os córregos propriamente ditos, ao menos sua memória, é um trabalho necessário e possível. Além dos efeitos pedagógicos de trazer à consciência dos habitantes da cidade sua base natural recalçada, pequenas intervenções nessas áreas poderiam recuperar vielas, ruas e becos, hoje escuros, sujos e desertos, integrando-os à paisagem urbana.

ABSTRACT

Excepting a few cases, the hydrological net of ours cities is not linked to parks or green areas, but to avenues built over, or as close as possible, the rivers. The Master Plan for São Paulo, published in 2002, intends to correct the old model in the not yet impermeable valleys. On these valleys, that form the so called “Structural Hydrological Net”, parks would be set. But it lacks to extend this concept to the “capillary hydrological net”, formed by little streams, most of them hidden. Their only vestiges are narrow passages, or lanes, under which they were buried. To bring back, if not the streams themselves, but at least their memory, is something necessary and possible. Besides the pedagogical effects of bringing to concious the kept back natural basis of the city, small works in these areas could provide the rehabilitation of the lanes and narrow streets, that are dark, dirty and desert, and integrate them to the townscape.

É comum, em urbanismo e no planejamento, o emprego do termo “sistema” para designar o conjunto das partes ou etapas que, ao menos teoricamente, encadeiam-se, de modo coordenado, para atingir um determinado fim: sistema viário, sistema de transportes, sistemas de abastecimento, sistema de ensino, sistema de saneamento, etc. Mesmo que o funcionamento desses sistemas esteja longe de atender satisfatoriamente às demandas dos habitantes de nossas cidades, eles obedecem a uma certa racionalidade para atingir um objetivo previamente traçado.

Seria, no entanto, abusivo estender essas considerações para as chamadas áreas verdes ou, de um modo mais geral, para os espaços livres públicos, ao menos para a maioria das cidades brasileiras. Aqui eles nunca chegaram a formar um conjunto dotado de intencionalidade. Pode ter havido intenções nas partes, não no todo. Assim, cada praça, cada parque, cada área verde valem por si sós. Se há algum efeito de conjunto, ele é casual, não foi preconcebido.

Pode-se argumentar que para os demais sistemas, durante um tempo, também foi assim. As vias de tráfego eram abertas ou prolongadas para atender a necessidades imediatas ou a interesses específicos, sem muita preocupação com o geral ou com o futuro, até que se projetaram e executaram anéis viários, radiais, marginais. O mesmo teria acontecido com os transportes: a “integração modal”, embora ocorresse de alguma maneira – o percurso de uma pessoa, desde uma estação de trem até uma chácara nos arredores da cidade, podia envolver vários “modos”, como um carro ou um bonde puxado a cavalo, que a levasse até um determinado ponto e, a partir daí, o andar a pé ou em cavalgadura, até o destino final, não recebia os cuidados de hoje.

Para se adequar às novas situações e responder às novas necessidades, promoveram-se mudanças tanto no modo de gestão e na legislação como também se programaram e executaram-se intervenções no próprio corpo da cidade. Formaram-se consórcios, criaram-se parcerias, alteraram-se regras, efetuaram-se desapropriações e demolições.

Sem entrar no mérito desses feitos e longe de insinuar que eles testemunham algum tipo de evolução, o fato é que, ao menos em certos casos, circulação, transportes, abastecimento (água, energia elétrica, mercadorias, etc.), entre outros, existiram e continuam a existir políticas setoriais, ou seja, elaboraram-se planos e projetos os quais, bem ou mal, concretizam-se e ajudam a constituir os sistemas de circulação, transportes, abastecimento, etc.

Falar que isso não ocorreu e nem ocorre com os espaços livres e as áreas verdes seria constatar o óbvio. Entender por que isso se deu seria mais interessante, porém requereria mais munição do que a disponível para a elaboração destas páginas, embora seja possível suspeitar onde estão as chaves para sua compreensão: em última instância, na competição pelo espaço, arbitrada pelo preço da terra. Na cidade vista como mercadoria, o que não rende não vale a pena. Sob uma ótica estritamente econômica, também não vale a pena investir

naquilo que não é essencial para a reprodução da força de trabalho. Espaços livres ou áreas verdes para o desfrute desinteressado não estão entre as prioridades da maioria dos pobres e remediados os quais vivem nas cidades e, se forem públicas, nem da minoria dos ricos, embora, provavelmente quase todos, ricos e pobres, sonhassem com uma cidade que as tivesse e, de preferência, bem tratadas e bonitas.

Mas apesar de os sonhos e desejos também movimentarem o mundo, estas áreas verdes não parece que venha a emergir para o mundo real, sobretudo, no espaço paulistano, ao menos com o grau de idealização com o qual comparece nos planos.

É certo que tivemos de aprender a lidar com as restrições e insuficiências. Tanto que, no caso de São Paulo, apesar de os parques e áreas especiais de preservação, previstos no plano diretor estratégico de 2002, terem mais de onírico do que de concreto, eles são sonhos resignados (um paradoxo, mas não necessariamente negativo), conformados ao que restou.

Forçado pelas circunstâncias, o plano trabalha sobre os retalhos. Mas, não obstante vigiados pelo implacável superego, também conhecido como “a dura realidade”, os parques ali propostos não deixam de revelar um desejo profundo, típico dos sonhos.

Isso porque na proposta desenhada transparece a crença em um conjunto articulado de áreas verdes. Ele estaria apoiado na chamada “rede hídrica estrutural”, do que poderia advir uma série de vantagens, tanto do ponto de vista ambiental quanto recreativo e de organização visual do espaço urbano.

Os benefícios ambientais são óbvios, porquanto as áreas verdes marginais garantiriam, a um só tempo, a permeabilidade do solo e a proteção das margens a custos baixos. Do ponto de vista da recreação pública, áreas verdes situadas em cursos d’água, por serem lineares, oferecem maiores possibilidades de acesso à rede de espaços equipados para o lazer, pois se intrometem com maior eficiência no tecido urbano do que grandes superfícies concentradas. Se encarados sob o aspecto da organização da paisagem, os espaços verdes nos talvegues destacam, visualmente, as linhas definidoras do sítio urbano. Assim, conjugam-se e reforçam-se, mutuamente, os proveitos os quais podem resultar da sobreposição das áreas verdes à rede hídrica.

Não é uma descoberta nova, o que não desmerece a proposta, pois há boas idéias a desafiar o tempo. Mas é inevitável perguntar por que elas não se tornaram realidade e por que haveriam de tornar-se agora.

De fato, ao longo de nossa história, as calhas e as planícies de nossos principais rios foram comprometidas pela monofuncionalidade das avenidas, em obediência a uma visão pragmática de alcance inversamente proporcional às dimensões das vias nelas implantadas. Não que tenham faltado idéias de associar os rios às áreas verdes. Urbanistas como Saturnino de Brito, Ulhoa Cintra e Prestes Maia, sucessivamente, propuseram extensos parques ao longo do rio Tietê,

em seu trecho paulistano. Pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia, elaborado em 1929, não só o Tietê, mas também o rio Pinheiros e os córregos do Tatuapé, da Mooca e do Ipiranga integrariam o “Circuito de Parkways”, o qual dotaria a cidade de dezenas de quilômetros de parques lineares, ainda que, ressaltava o autor, sem aspirar àqueles idealizados por Olmsted, nos Estados Unidos, na segunda metade do século 19. A rigor, a possibilidade de um cinturão verde nos rios já fora aventada, para São Paulo, por Barry Parker, em 1918, durante sua estada aqui¹. Em 1950, quando se cogitava a retificação do rio Pinheiros para atender aos interesses da Light, outro urbanista estrangeiro, Robert Moses, buscava convencer sobre a conveniência de o poder público impor a reserva de áreas para parques naquele rio.

O potencial das planícies fluviais paulistanas para a implantação de áreas verdes ainda era considerável em 1965, levando-se em conta o que havia de espaços, então desocupados, ao longo dos rios mais importantes². Se, em meados dos anos 60, restavam tantos vazios marginais aos cursos d’água, imagine-se do que se dispunha nas décadas anteriores, quando foram construídas as avenidas Pacaembu e Nove de Julho, literalmente, sobre as várzeas dos córregos os quais lhes serviram de diretrizes. No entanto, não só se tamponaram os córregos, como não houve qualquer preocupação em reservar áreas verdes, além de canteiros centrais, os quais, ainda hoje, sobrevivem nas avenidas Pacaembu e na Nove de Julho, neste caso, apenas no trecho ao sul do espigão da Paulista.

A avenida Vinte e Três de Maio, a qual se sobrepôs ao córrego Ipororó, foi aberta já na década de 60. Se há ali algo a atenuar a reincidente oclusão do rio, são os largos canteiros centrais e os taludes laterais vegetados por lembrarem, embora apenas visualmente, que ali era um vale. Não se reviu, portanto, o conceito a fundo. Passada mais de uma década, o mesmo procedimento – tamponamento do curso d’água e tratamento dos taludes e dos canteiros centrais – foi aplicado na avenida Sumaré, sobre o córrego Água Branca.

Por mais condenáveis do ponto de vista ambiental, os casos das avenidas Nove de Julho, Pacaembu, Vinte e Três de Maio e Sumaré apresentam, ao menos, algumas veleidades urbanísticas. Afinal, as êxedras nas laterais das bocas dos túneis da avenida Nove de Julho buscaram recuperar, simbolicamente, as fontes formadoras do córrego Saracura. De suas paredes desciam cortinas de água que descansavam em tanques cuidadosamente desenhados, sendo todo o conjunto valorizado, à noite, pelo efeito das luzes, antes de a hidrofobia contaminar os valores urbanísticos dos responsáveis pela administração dos espaços públicos.

A avenida Pacaembu teve sua extremidade superior arrematada com categoria pelo estádio municipal e pela praça Charles Muller, dignificando (poder-se-ia dizer, em uma perspectiva ambientalista, como um mausoléu) as nascentes do córrego.

Corroborando o argumento que, em certos campos, quanto mais o tempo avança mais se retrocede, as avenidas Vinte e Três de Maio e Sumaré, apesar dos

(1) PARKER, Barry. Tow years in Brazil. *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, v. IX, n. 8, august, 1919.

(2) BARTALINI, Vladimir. *Parques Públicos Municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese de doutorado, FAUUSP, 1999. Vladimir Bartalini – “A municipalização do verde público na cidade de São Paulo: Da Administração dos Jardins Públicos e Arborização à Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios”, *Pós-Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 10, dezembro 2001.

canteiros e taludes verdes já citados, não chegaram a estabelecer laços significativos com as cabeceiras de seus respectivos córregos. Ambas atravessaram o espigão central, superando o obstáculo topográfico, sem o compromisso de desatar o nó górdio: cortaram-no com buldozers e reataram-no com viadutos prosaicos. Só mais recentemente a estação Sumaré do metrô, suspensa no divisor de águas, veio conferir alguma importância ao local de nascimento do rio. Alguns quarteirões abaixo, porém, com a insistência e a audácia de clandestinos, olhos d'água insurgem na encosta, tomam corpo e avolumavam-se o suficiente para escorrer por uma bica que passaria despercebida, não fosse a presença insólita de uma banheira velha, de ferro esmaltado, a reter a água, permitindo sua apropriação para diversos fins.

Se não ambientalmente corretas, as avenidas Pacaembu, Vinte e Três de Maio e Sumaré são, ao menos, belos sarcófagos, muitos pontos acima daqueles das avenidas Aricanduva (sobre o córrego de mesmo nome), Salim Farah Maluf (córrego Tatuapé), Luís Inácio de Anhaia Melo (córrego da Mooca), Eliseu de Almeida (córrego Pirajussara), Caetano Álvares (córrego Cabuçu de Baixo) e de tantas outras as quais, não atravessando zonas nobres, não mereceram os mesmos cuidados. A cena final desse espetáculo de impropriedades foi protagonizada pela avenida construída *sobre* o Tamanduateí, que reaparece obscenamente no parque D. Pedro II. É difícil evitar o contraponto com a via expressa em execução *sob* o rio Mapocho, o qual atravessa a cidade de Santiago, capital do Chile, em que pesem as críticas dos urbanistas sobre a conveniência daquela obra.

Aqui e ali despontam exceções que ficam por conta de alguns loteamentos projetados por urbanistas da primeira metade do século 20 os quais, em uma perspectiva ao mesmo tempo sanitária e estética, faziam coincidir áreas verdes e linhas de drenagem natural³. Outras, que se poderia chamar, com propriedade, de pontuais mesmo, devido às suas dimensões, são ilustradas por trechos dos córregos das Corujas (Pinheiros) e Tiquatira (Penha), nos quais os cursos d'água, a céu aberto, estão envolvidos por áreas verdes a permitirem a fruição por pedestres. Não passam de casos isolados aos quais não se deu continuidade, condutas que não vingaram, mesmo quando se apresentavam oportunidades favoráveis.

Quando não entaladas pelas pistas das avenidas, as margens dos rios serviram de chão para os mais pobres, desatendidos pela política habitacional. Nos casos de remoção, observa-se a regra de construir vias de automóveis, o mais rente possível do canal, para evitar futuras ocupações. Teria sido possível revegetar as margens desocupadas, implantar parques lineares? Decidiu-se sempre pelo não, com o argumento de as áreas verdes serem alvos fáceis para novas invasões.

Temos, portanto, uma forte tradição, na administração pública, de desprezo aos rios e de sobrevalorização do sistema viário. Não custa acreditar em mudanças nas condições concretas de produção da cidade e na mentalidade de

(3) Veja-se, a respeito, Célia Seri Kawai, *Os loteamentos de traçado orgânico realizados no município de São Paulo na primeira metade do século XX*, dissertação de mestrado, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, e *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*, edição patrocinada pelo HSBC, com apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, sem data.

alguns técnicos, mas, se há boa vontade no otimista, há também boas razões para o cético.

Segundo o plano diretor, a recuperação (parcial, incompleta) de importantes linhas naturais de drenagem, como áreas verdes, seria hipoteticamente viabilizada por operações conjugadas entre o poder público e os empreendimentos imobiliários da iniciativa privada.

Não serão pequenas as dificuldades para sua consecução. Os cursos d'água estão poluídos (quem escolheria morar em canais sujos, a céu aberto?) e são poucos aqueles cujas margens não estão invadidas. Transformá-los em parques pressupõe articulações com as políticas de infra-estrutura e de habitação social, o que demanda tempo e dinheiro. Se se formarem conjunções favoráveis, é quase certo que a implantação dos parques nos rios estará sujeita às vicissitudes do mercado, o qual definirá onde, quando e quanto fazer. Os bilros a urdirem essa rede estão em mãos invisíveis. Não se sabe o desenho que resultará, nem se haverá rede.

É fácil ser pessimista, mas seria injusto não reconhecer os aspectos positivos da proposta e mesmo suas possibilidades práticas. Só o fato de inscrever as áreas verdes nas várzeas dos rios ainda livres de projetos viários já é um ganho, pelo menos porque as compromete de antemão. São pedras no caminho da fúria viária, removíveis, sim, mas podem gerar um certo trabalho e fazem ganhar tempo, enquanto uma nova mentalidade em relação aos rios urbanos toma corpo na opinião pública e torna-se hegemônica no meio técnico.

Também há de creditar-se a favor da proposta o abandono de uma hierarquia tão rígida quanto inútil, que orientou por muito tempo os planos de áreas verdes: a classificação dos parques em metropolitanos, urbanos, setoriais, de bairro, de vizinhança. Tratando-se de áreas verdes, o conceito de rede parece ser mais apropriado do que o de sistema. Rede tem a ver com continuidade, espraiamento espacial, entrelaçamento, comunicação, equidade, o que não deve ser interpretado como apologia do homogêneo, do genérico, pois a rede não implica a anulação das especificidades, antes possibilita a versatilidade dos papéis dos diferentes parques os quais vierem a constituí-la.

O plano, porém, não estabelece prioridades nem desce a detalhes, atendo-se aos rios ou córregos mais aparentes, de maior visibilidade. Contudo, a rede hídrica e, por conseguinte, a rede possível de parques ou de espaços públicos ribeirinhos, é ampla e complexa, compreendendo cursos d'água das mais variadas magnitudes até, no limite, aqueles os quais, dados por insignificantes, foram tão ocultados, que somente um trabalho de investigação mais acurado, baseado na análise cartográfica e em uma quase arqueologia, a partir de vestígios esparsos, podem ser trazidos à luz.

São corriqueiros os casos de obliteração dos cursos d'água a comporem a trama mais fina, os capilares da rede hídrica. Podem ser encontrados em qualquer cidade, de qualquer porte. Muitos deles passam sob os quintais das

casas, quando não sob as próprias edificações. Atravessam o interior das quadras que os absorvem e, assim, disfarçam a modelagem original do relevo, desfigurando-a a ponto de impedir até mesmo que se reconheçam as linhas mais fundas por onde a água passa.

Outras vezes – e estas são as situações mais promissoras do ponto de vista aqui defendido – coincidem com vielas estreitas e tortuosas – as quais sublinham o desenho da drenagem natural. São passagens públicas, sem qualquer atrativo, mas públicas e, por isso, potencialmente reveladoras do que a produção material das cidades recalçou.

Um plano mais detalhado, ao alcance de uma subprefeitura, poderia prever a recuperação desses espaços, não propriamente como áreas verdes, porque são quase inexistentes as oportunidades de plantio ou de aumento significativo de permeabilidade do solo, mas, ao menos, como espaços livres integrados à rede de áreas verdes.

As vantagens resultantes possuem componentes pedagógicos – na medida em que intervenções que ali ocorram ajudarão a explicitar elementos básicos do suporte físico das cidades com os quais, conscientemente ou não, relacionamos cotidianamente – bem como de dignificação de espaços relegados ao abandono, recuperando-os para uma efetiva apropriação pública.

O CASO DO CÓRREGO ÁGUA PRETA

Poucos o conhecem por esse nome e, provavelmente, os que estão de passagem, e mesmo moradores mais recentes, nem sabem que sob aquelas vielas e ruas tortuosas passa um córrego.

A bacia do Água Preta é contígua à do Água Branca, ou Sumaré, e sua área, de 4,45 km², é maior do que a deste último⁴. Ainda assim passa incógnito, pois nenhuma avenida foi traçada sobre ele. No entanto, não só vias importantes, como as avenidas Heitor Penteado e Pompéia, estão contidas em sua bacia, como também equipamentos urbanos de grande expressão, como a estação de metrô Vila Madalena e o SESC Fábrica Pompéia se situam ao longo de seu curso.

As cabeceiras das linhas de drenagem a constituírem o córrego Água Preta se alinham em um arco que corresponde, grosso modo, ao traçado de algumas vias que são referências na região oeste da cidade de São Paulo: avenida Dr. Alfonso Bovero, trecho da avenida Heitor Penteado e rua Aurélia. Dessa cumeeira principal partem vários esporões divisores de água secundários, formando grotas acidentadas, sulcadas pelos contribuintes do Água Preta.

O curso do córrego principal só ganha maior definição a uma distância de quase um quilômetro do ponto mais alto da cumeeira, situado na confluência das ruas Cerro Corá, Aurélia e avenida Heitor Penteado. A amplitude altimétrica na região das cabeceiras é da ordem de 70 metros. Uma vez formado o canal de

(4) *Estudos e diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta*, realizados pela Hidroestudio, por encomenda da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb.



Foto 1: Bica improvisada aos pés de escadaria na rua Dr. Paulo Vieira
Crédito: Autor



Foto 2: Sob a rua Francisco Bayardo corre o Água Preta
Crédito: Autor



Foto 3: Bueiro na rua Pedro Lopes. Aqui se ouve o Água Preta
Crédito: Autor

escoamento principal, o rio percorre mais ou menos 3 km até desaguar no Tietê, em terrenos com declividade cada vez menor, de modo que, da altura do SESC Pompéia em diante, mal se distingue, no relevo, o sulco de drenagem. São, portanto, os cursos alto e médio que oferecem as situações de maior interesse, na medida em que os vestígios da água se apresentam de formas mais variadas.

Um dos indícios mais explícitos é o jorro contínuo a fluir aos pés de uma longa escadaria, na confluência das ruas Dr. Paulo Vieira e Salto Grande. Uma bica foi ali improvisada, sem qualquer atenção às ricas possibilidades paisagísticas que o local encerra, entre elas a praça Homero Silva, a menos de 50 metros (Foto 1). Mas, ao menos, a água está à mostra. Logo, porém, é engolida pela tubulação sob o leito das ruas ou sob passagens as quais, incorporadas às quadras que atravessam, são ocultadas ao olhar do público. O relato, mal começado, é interrompido. Só a cartografia revela que aquele curso d'água encontrará um outro, escondido sob a rua Francisco Bayardo a qual, por ser funda, estreita e sinuosa, e tendo uma escadaria para vencer a inclinada encosta, faz pressentir a existência de algum córrego (Foto 2).

A suspeita é confirmada uns 200 metros adiante, atravessada a avenida Pompéia, não pelos olhos, em um primeiro momento, mas pela audição e pelo olfato. O som e o cheiro fortes da água escapam por um bueiro no ponto mais baixo da rua Pedro Lopes, em uma área verde remanescente da desapropriação de uma frente de quadra. Pela grelha a proteger a abertura entrevê-se o fluxo volumoso, mesmo em épocas de estiagem (Foto 3).

Ali, um outro riacho se junta aos anteriores, e não é difícil deduzir que ele jaz sob a travessa João Mathias, uma viela longa e apertada, escura, suja e sem vida, a qual sobe da rua Pedro Lopes à rua Alfredo Gemi. Nesse ponto, o fio narrativo



Foto 4: Vale do Água Preta, na altura da Vila Anglo Brasileira
Crédito: Autor



Foto 5: Córrego Água Preta sob a viela Roque Adoglio
Crédito: Autor



Foto 6: "Encontro das águas" – um córrego anônimo desemboca no Água Preta
Crédito: Autor

se rompe de novo, pois a extensa quadra entre a rua Pedro Gemi e a avenida Heitor Penteado encerra o córrego em seu interior, impedindo que a exploração continue a montante.

Mas o relevo fala pelo rio eclipsado, ressaltando as formas de seu vale: à esquerda, ergue-se um dos esporões mais expressivos da bacia, no qual se instalou a Vila Anglo Brasileira, enquanto, à direita, a vegetação da praça Vicente Tramonte Garcia alude à situação primitiva da encosta (Foto 4).

Retomando o caminho a jusante, pela estreita travessa João Mathias, a vista se abre no largo da rua Pedro Lopes (no qual a água respira um instante) e logo se fecha para se distender de novo na praça Rio dos Campos e tornar a retrair-se até a rua Ciridião Buarque. Essa seqüência de distensões e contrações visuais, embora, virtualmente atraente, não tem nada a qualificá-la. Não há espaços preparados para as pessoas, nem mesmo na praça Rio dos Campos, de nome sugestivo, mas que não passa de uma rotatória. As calçadas são mínimas nessas ruas que rastreiam o Água Preta.

No entanto, uma vez cruzada a rua Ciridião Buarque, ouve-se novamente, por outro bueiro, o som do córrego a insinuar-se sob a viela Roque Adoglio, onde não entram carros. Ela é mais larga e luminosa que a travessa João Mathias, embora igualmente suja e sem vida, pois apenas os fundos descuidados das construções a faceiam (Foto 5).

O rio segue seu curso pela viela Estevão Garcia, a qual passa no meio da quadra formada pelas ruas Miranda de Azevedo e Bárbara Heliodora, e é aberta ao tráfego de veículos. Nem transcorridos 40 metros ele recebe, pela margem esquerda, um extenso afluente. Nenhum marco para celebrar o encontro dos rios (Foto 6). Só chama a atenção o terreno ermo, coberto de macega, relativamente amplo na embocadura e que vai se afunilando até se tornar uma passagem em chão de terra, zigzagueante,



Foto 7: Sob o beco, um afluente do Água Preta
Crédito: Autor

(5) A escadaria foi a solução possível para o projeto da rua Bento Vieira de Barros, o qual, dada a excessiva declividade do terreno, não pôde ser realizado.

espremida entre os muros das construções, que não incita a entrada (Foto 7).

Se a curiosidade vencer o receio, passados uns 100 metros, chega-se a uma via pavimentada que dá continuidade à viela intransitável. Sob ela continua a passar o córrego afluente, mas nada o denuncia. Seguindo rio acima, tudo o que se vê, à esquerda, são fundos das construções – casas, fábricas, galpões – da rua Miranda de Azevedo e uma pequena “área verde” oblonga, abandonada, provável “sobra” dos trabalhos de canalização do córrego. À direita alinham-se os muros de fundo dos lotes da rua Bárbara Heliadora, alguns dos quais se abrem para a viela, aliviando-lhe o aspecto sinistro. Ela dá de topo com a rua João Jabotan e ali pára, inspidamente. Começa e termina como se fosse uma rua qualquer e não estivesse transportando secretamente um rio.

No entanto, subindo a João Jabotan, à direita, a menos de 50 metros da extremidade da viela, está a praça Jesuíno Bandeira. A “praça” não é mais do que uma ilha de forma triangular, a organizar o encontro de várias ruas. Mas é arborizada e possui alguns bancos. Trata-se, portanto, de uma referência local. Simétrico à área arborizada, em relação à rua João Jabotan, abre-se um espaço asfaltado, uma espécie de largo, dando continuidade à praça, só que destinado ao trânsito de veículos. É outra referência, não só como contraponto à área verde e por apresentar uma certa coesão espacial, mas também por receber uma escadaria, elemento sempre revelador dos acidentes do relevo e, conseqüentemente, alusivo às cabeceiras do córrego⁵. Nenhuma vontade urbanística, porém, ligou esses “fatos”, ou índices, ao rio tão próximo.

Retomando o curso principal do Água Preta, a jusante da foz do afluente, outro empreendimento se anuncia à margem esquerda, entre a rua Bárbara Heliadora e a viela Estevão Garcia. As antigas casas já estavam demolidas em agosto de 2002, liberando, temporariamente, a visão da encosta do vale e, definitivamente, o terreno para a construção de grandes edifícios.

Não foi ainda possível obter informações sobre o projeto desse empreendimento, mas seria de admirar, caso ele previsse alguma relação significativa, do ponto de vista paisagístico, com a memória do rio que vagava a seus pés, ou ainda algum diálogo com a praça Diogo do Amaral, a qual lhe fica quase em frente, vertente acima, do outro lado da rua Bárbara Heliadora.

O córrego continua pela rua Dr. Francisco Figueiredo Barreto, logradouro oficializado a apresentar, em dois trechos do que outrora foi a margem esquerda, alargamentos do passeio (pequenos, embora expressivos no contexto), incorporados ao espaço público quando da canalização do rio. Um é mero chão

batido; o outro ostenta alguma vegetação plantada por iniciativa de um morador, mas sem critérios claros, e está mal mantido.

Cruzando a rua Desembargador do Vale, ainda é possível seguir os passos do córrego oculto pelo terreno ocupado por uma empresa de jardinagem a manter ali um pequeno viveiro de plantas. Mas logo se entrepõe a barreira de um condomínio residencial que dá frente para a rua Ministro Ferreira Alves, e cujo estacionamento, ao ar livre, está implantado sobre o rio. É preciso contornar a quadra, ou pela margem esquerda, pela rua Frei Henrique de Coimbra, ou pela margem direita, pela Miranda de Azevedo, para recobrar o fio da meada.

Dois áreas, impropriamente denominadas “praças”, podem servir de sinal: uma delas é a praça Tupã, um pequeno e declivoso triângulo arborizado que, embora não passe de um talude entre as ruas Frei Henrique de Coimbra, Rafael



Foto 8: Condomínio residencial, à esquerda, encerra o córrego sob seu estacionamento. Ao fundo, à direita, a “praça” Tupã
Crédito: Autor



Foto 9: Praça Daniel Berciano Villasol. Ao fundo, rua José Tavares de Miranda
Crédito: Autor

Correia e Ministro Ferreira Alves, é um testemunho “verde” da encosta do vale (Foto 8); a outra é a praça Daniel Berciano Villasol, também triangular e pequena, mas plana por estar em terreno de várzea (Foto 9). Apesar de serem partes do mesmo acidente geográfico e contíguas (apenas uma rua as separa), não houve qualquer tentativa de aproveitá-las para trazer à lembrança o rio escondido, o qual prossegue, ignorado, sob uma rua aberta há não muito tempo, denominada José Tavares de Miranda.

Essa via rasgou, diagonalmente, duas quadras que o rio atravessava. Interligando poucas ruas, seu efeito sobre o sistema viário é desprezível. É fruto típico da mentalidade segundo a qual qualquer rua é melhor que um córrego. Mas ela está lá, escondendo o rio e expondo os fundos dos lotes das quadras afetadas. O prêmio de consolação dessa iniciativa obtusa foi uma pequena praça triangular e plana, na intersecção com a rua Augusto de Miranda, chamada Ilza Weltman Hutzler. Ela é o par simétrico da praça Daniel Berciano Villasol, com a qual se assemelha na forma, nas dimensões e na situação topográfica. Porém, não houve nenhum esforço para relacioná-las paisagisticamente, nem por parte do projeto viário e, provavelmente, nem pelo projeto “Villa Bella”, grande empreendimento imobiliário, hoje paralisado, entre as ruas Miranda de Azevedo, Augusto de Miranda e José Tavares de Miranda, no qual há alguns anos estavam as instalações da Saturnia S. A.

O último rastro do rio fica ocluído no terreno da White Martins, reverenciado com um arvoredo na encosta que dá para a rua Venâncio Aires, a uma quadra do SESC Fábrica Pompéia. Daí em diante o talvegue se descaracteriza, e assim era mesmo antes da urbanização da região, pois já atinge os terrenos baixos da planície do Tietê e nela se perde de vez.

Só um plano simbólico, o Água Preta, é remido, ainda dentro dos limites do SESC Fábrica Pompéia, afastado dos olhares da rua. De fato, o “rio” meânico no interior do grande saguão, próximo à entrada do SESC alude a ele, e, mais adiante, o estrado do solário na área de lazer ao ar livre assenta sobre seu leito. No entanto, o córrego real, involucrado, chega pelos fundos, pela “entrada de serviço”. Do lado de fora, para além dos muros, o Água Preta é um enjeitado, um cômodo e uma ameaça (Fotos 10, 11, 12 e 13).



Foto 10: A memória do Água Preta é recuperada, simbolicamente, no SESC Fábrica Pompéia
Crédito: Autor



Foto 11: Estrado do solário do SESC, implantado sobre o leito do Água Preta
Crédito: Autor



Foto 12: O Água Preta entra no SESC pela “porta dos fundos”
Crédito: Autor



Foto 13: Do lado de fora, o Água Preta é uma ameaça
Crédito: Autor

Essa história pode valer para outros tantos pequenos cursos d'água que sulcam os bairros de nossas cidades. Vivem anonimamente, escondidos, e só na época das chuvas alguns deles emitem sinais. O Água Preta chegou a provocar desastres em algumas cheias, muitos anos atrás. Atualmente, seus "incômodos" se sentem apenas no baixo curso, inundando a área na qual se dá a confluência das avenidas Pompéia e Francisco Matarazzo⁶. Daí para cima ele está submetido, enquadrado. O método disciplinar, porém, deixou marcas a produzirem outros inconvenientes: os becos escuros, as travessas sem vida, as vielas sujas.

Em alguns casos a prevenção ou a resposta a esses problemas foi, como vimos, incorporar o canal subterrâneo às quadras ou aos lotes condominiais. Eliminam-se as vielas, só que, com elas, também se vai o que sobrou da memória dos rios, além de perder-se a oportunidade de urdir uma rede mais sutil de espaços públicos, destinada a pedestres e a ciclistas, a qual poderia ser uma alternativa para os passeios e deslocamentos no interior do espaço urbano.

O caso do Água Preta é exemplar, no sentido de permitir que o percurso entre uma estação de metrô, situada em suas cabeceiras, e instituições culturais, esportivas, educacionais, localizadas em seu curso baixo, a menos de 3 km de distância, possa ser vencido sem o sobe e desce exaustivo impostos pelas ruas existentes. Cabe ainda notar que, andando mais 1 km pelos terrenos baixos do Tietê, chega-se à estação Água Branca da CPTM, de modo que, pelo córrego, em uma distância menor a 4 km, integram-se dois meios de transporte de massa. O trajeto contrário, o da volta, seria o de uma subida branda, como a do rio. A diferença de nível entre os fundos do SESC Fábrica Pompéia, onde se encerrou a descrição do caminho do rio, e as praças e escadarias situadas na área das nascentes, no qual se iniciou o relato, gira em torno de 30 metros. A declividade até aí é, portanto, quase imperceptível. Ela se torna mais forte apenas nos 500 metros finais, que separam essas praças da estação de metrô, atingindo uma média de 10%.

São potencialidades. Seria possível realizá-las sem grandes investimentos materiais, embora exijam maior empenho de gerenciamento, algumas alterações em posturas urbanísticas e um papel mais incisivo do poder público na indicação de diretrizes para a aprovação de novos empreendimentos imobiliários e na atribuição de incentivos a usos e ocupações do solo, visando à integração qualificada desses espaços à vida urbana.

Os bairros da bacia do Água Preta são consolidados, com boa infraestrutura, fácil acesso e já passam, há alguns anos, por transformações cujo ritmo se acelera constantemente. Antigas casas, modestas no padrão, são demolidas e substituídas por edifícios de apartamentos. Muitas fábricas, de pequeno e grande porte, que podem ser encontradas ao longo de todo o trajeto do córrego, foram desativadas e suas instalações deitadas abaixo para dar lugar a condomínios verticais, ou tiveram seu uso reciclado.

(6) *Diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta*, op. cit.

Só no caminho descrito, estritamente na linha do córrego, há exemplos de sobra de oportunidades oferecidas para recuperá-lo, atuando não apenas sobre o espaço público, mas condicionando também os lotes e construções às melhorias que se deseja promover.

Um deles é o imóvel da antiga fábrica Eletro Acústica Ltda. que vai (ou a esta altura já foi) a leilão. Um de seus lados dá para a travessa João Mathias, sob a qual passa um dos afluentes do córrego. Seja qual for o destino que os novos proprietários designem ao imóvel, é o momento da prefeitura, ou da subprefeitura, encetar ações conjuntas para se rever a relação daquela lateral, hoje cega e hostil, com a viela, ou seja, com o vestígio do córrego.

Mais adiante, como já apontado, há um edifício em construção, na esquina da rua Miranda de Azevedo, dando fundos para o córrego. Já está aprovado e em obras, mas não seria ainda possível e razoável o poder público reivindicar um tratamento paisagístico dos recuos, condizente com aquela situação tão peculiar, e, atualmente, tão desprezada, de encontro de dois córregos e, assim, evitar que se erga um paredão opaco o qual só pioraria as condições presentes naquele espaço público?

Poucos metros a jusante assinala-se outro empreendimento, ainda na fase de demolição das construções antigas. Terá um extenso limite no córrego enterrado. Também já deve estar aprovado, no entanto, isso não significa, obrigatoriamente, que negociações, com vista à valorização da viela Estevão Garcia, não possam ser tentadas.

Há ainda o condomínio Villa Bella, na rua José Tavares de Miranda, no baixo curso, cujas obras foram paralisadas. É o momento do poder público preparar propostas para que, uma vez resolvidas as pendências judiciais que atingem aquele empreendimento e retomados os trabalhos, algo resulte em benefício da paisagem daquela rua sob a qual passa o Água Preta.

Isso tudo sem contar com as praças e outras áreas livres remanescentes de desapropriações, bem como com os pequenos largos e escadarias já referidos a ocorrerem de sobejo no trajeto. São espaços públicos, portanto, sob a tutela da municipalidade, plenos de possibilidades as quais só se consumariam, no entanto, se coordenados em conjunto. Eles podem deixar de ser peças isoladas, palavras soltas, como são hoje, e comporem, com outras peças, um texto ou um quadro com algum significado. Eles podem contar a história do rio.

Há, por fim, ainda outra frente de atuação possível e desejável, a da administração pública, em um trabalho mais próximo com os moradores da área, intervir diretamente nas travessas, becos e vielas, trabalhando seus pisos e as empenas, equipando-os com mobiliário adequado e mesmo permitindo e incentivando que se abram portas e janelas para eles (o que hoje ocorre clandestinamente). Pode também estimular os que expõem, visualmente, aos passantes, seus quintais arborizados, lembranças dos pomares que antes chegavam até a beira dos riachos.

Nada disso recuperará o córrego propriamente dito, nem beneficiará a drenagem pela permeabilidade do solo. Mas se essas ações não exumam o córrego, ao menos vivificam sua memória, ao integrar seus rastros à rede de espaços livres, verdes ou não, com alguma decência, ou decoro, como convém a tudo o que é público.

BIBLIOGRAFIA

- BARTALINI, Vladimir. A municipalização do verde público na cidade de São Paulo: Da administração dos jardins públicos e arborização à subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios. *Pós-Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 10, dez. 2001.
- _____. *Parques públicos municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. Estudos e diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta. Documento interno, s/d.
- KAWAI, Célia Seri. *Os loteamentos de traçado orgânico realizados no município de São Paulo na primeira metade do século XX*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PARKER, Barry. Two years in Brazil. *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, v. IX, n. 8, Aug. 1919.
- SÃO PAULO (cidade). *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*. São Paulo. Edição patrocinada pelo HSBC com apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, sem data.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Rede hidrográfica, cursos d'água ocultos, paisagem urbana.

Hydrological net, urban landscape, hiddens water streams.

Vladimir Bartalini

Professor e doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na graduação, e orientador no curso de Pós-Graduação. Pesquisador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC) da FAUUSP.

scripção da J.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

Y V A I N M V C

ar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de unbr
i. axe opmto N. 2.
re. Heia, Sua pta. 10.
Finnu libras e meia a

re. fivel de rocha viva
& faz a pmoa.:

Cláudia Maria Lima Ribeiro
Maria Aimée Chaguri Gallerani

i

INDUSTRIALIZAÇÃO,
URBANIZAÇÃO e RECURSOS
HÍDRICOS NAS BACIAS DOS
RIOS PIRACICABA, CAPIVARI e
JUNDIAÍ, De 1970 A 2001

098
pós-

RESUMO

O processo de industrialização e expansão urbana nos municípios das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, de 1970 a 2001, trouxe graves problemas ambientais, especialmente no que se refere aos recursos hídricos. O aumento do consumo de água e do lançamento de efluentes não-tratados nos rios comprometeram a disponibilidade e a qualidade desses recursos. Esse fato é comprovado pelos cadastramentos e medições efetuados por órgãos governamentais, relativos aos principais cursos d'água das bacias em questão. Neste ensaio, pretendemos examinar as causas e as características do referido processo de industrialização e urbanização, as conseqüências dele advindas no que concerne aos recursos hídricos, bem como procederemos a uma avaliação da legislação ambiental e dos instrumentos de gestão urbana relacionados à preservação ambiental dos municípios envolvidos.

ABSTRACT

The industrialization and urban growth process in the municipalities of the Piracicaba, Capivari and Jundiaí river basins, spanning from 1970 to 2001, has severely affected the environment, especially the region's water resources. The growth in fresh water demand and pollution of these waterways have jeopardized both the availability and the quality of this resource. These facts are confirmed by surveys of these river basins performed by government agencies. The objective of this article is to analyze both the causes and characteristics of this industrialization and urban growth process as well as its consequences on water resources. It will also evaluate environmental laws and environmental urban-management procedures in the above municipalities.

INTRODUÇÃO

(1) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Relatório Zero*, v. 1, p. 221.

(2) Idem, ibidem, p. 221.

Os graves problemas ambientais da região das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá – que constituem a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 5, resultaram do processo de industrialização e expansão urbana nos municípios dessas bacias nas três últimas décadas do século passado. Dentre esses problemas, destaca-se o comprometimento da disponibilidade e da qualidade dos recursos hídricos, decorrente do aumento do consumo de água e do lançamento de efluentes não-tratados nos rios.

No entanto, antes de procedermos a uma análise do referido processo de industrialização e urbanização, devemos ter em mente que a vazão natural dos principais rios formadores da bacia do Piracicaba sofre uma diminuição inicial já em suas cabeceiras, ou seja, no represamento e na reversão de água desses rios para a região metropolitana de São Paulo, pelo Sistema Cantareira.

Denomina-se Sistema Cantareira o complexo de quatro reservatórios interligados, obtidos pelas construções de represas nas cabeceiras dos rios Jaguari, Cachoeira, Atibainha (formadores da bacia do Piracicaba) e Juqueri, na Serra da Cantareira. Pelo sistema, há uma reversão da água desses reservatórios para abastecimento da RMSP; ou seja, parte das águas dos rios formadores da bacia do Piracicaba é retida e revertida em suas cabeceiras, reduzindo significativamente sua vazão natural.

Esse complexo foi construído na década de 70 pela Companhia Metropolitana de Água de São Paulo (COMASP), com a finalidade de duplicar o abastecimento de água da RMSP. Na época, a soma das vazões dos reservatórios era de 33 m³/s; dessa soma, 31 m³/s provinha dos reservatórios dos rios formadores da bacia do Piracicaba.

O sistema continua operando com a mesma “demanda de exportação” dessa bacia (31,2 m³/s)¹. Tal demanda constitui o maior fator de diminuição de disponibilidade hídrica da bacia do Piracicaba; sua magnitude pode ser avaliada pelo

fato de estar pouco abaixo da soma das demandas para uso doméstico e industrial em toda a bacia, a qual, cabe frisarmos, caracteriza-se pelo adensamento urbano e pela grandiosidade de seu parque industrial². (Ver Figura 1)

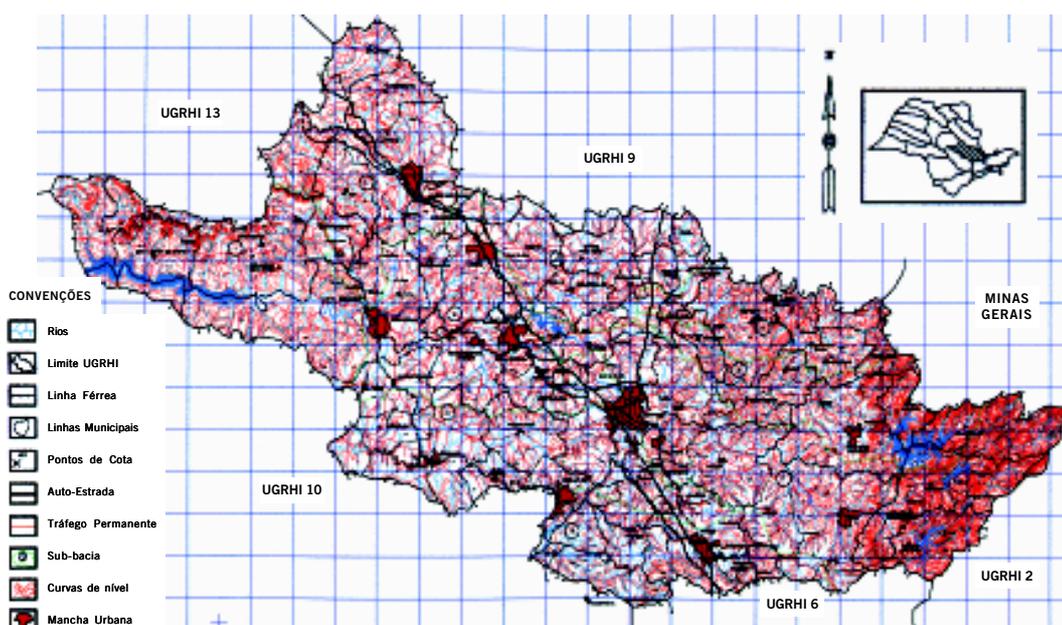


Figura 1: Mapa da UGRHI – 5

Fonte: Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Relatório Zero*

CAUSAS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Apontam-se duas causas fundamentais para o processo de desconcentração industrial da RMSP e interiorização no estado: as deseconomias dos *custos de aglomeração* na RMSP e as políticas de descentralização industrial adotadas pelos governos federal e estadual nos anos 70, reforçadas por políticas municipais³.

Se, por um lado, as políticas federais se basearam, em grande parte, na concessão de incentivos fiscais a outros estados, que provocaram a diminuição da participação relativa do estado de São Paulo na produção industrial do país, ao longo das décadas de 80 e 90⁴, por outro lado, o governo federal estimulou o processo de interiorização industrial no estado, implantando diversos projetos, dentre os quais se destacam: o refino de petróleo e petroquímica (Paulínia e São José dos Campos); o Proálcool (região de Campinas e Ribeirão Preto); o complexo aeronáutico e indústria de material bélico (Vale do Paraíba); o complexo do parque industrial de Cubatão; e, finalmente, a implantação de institutos de pesquisa e de empresas estatais no setor de telecomunicações e microeletrônica em Campinas⁵.

A intervenção no sentido da descentralização industrial realizada pelo governo estadual foi a criação de serviços de orientação aos empresários para a realização de investimentos no interior, além da adoção de normas rígidas de autorização e localização industrial para a RMSP, visando à preservação do meio ambiente. Zildo Gallo, professor da Universidade Metodista de Piracicaba, considera essas intervenções do governo estadual relativamente pequenas, se comparadas às das outras esferas de governo. De acordo com o professor, a principal ação do governo estadual a favor da descentralização industrial talvez tenha sido a realização de investimentos na construção, ampliação e recuperação da malha viária nos principais eixos de penetração industrial, como as rodovias Bandeirantes e Anhangüera⁶.

Já os municípios adotaram diversos expedientes para estimular a interiorização do desenvolvimento econômico, como a doação dos terrenos, a execução gratuita de infra-estrutura, a criação de distritos industriais e isenções de impostos e taxas municipais.

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Com o processo de desconcentração industrial da RMSP e interiorização no estado, a região das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá transformou-se em uma das mais avançadas da economia paulista.

Os principais fatores que contribuíram para essa transformação foram: localização, base agrícola diversificada e, no caso da região administrativa de Campinas, diversificação de sua base produtiva.

(3) GALLO, Zildo. O processo de industrialização e urbanização na bacia do Piracicaba (1970-2000). *Revista de Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 17, p. 11.

(4) Idem, *ibidem*, p. 12.

(5) Idem, *ibidem*, p. 11.

(6) GALLO, Zildo. Op. cit., p. 11.

O fato de a região possuir eixos viários de ligação entre a RMSP e grande parte do interior do estado e o Triângulo Mineiro tem atraído empresas que buscam se localizar fora da metrópole.

A base agrícola da região veio ao encontro do programa governamental de substituição energética (Proálcool) e ao incentivo às culturas de exportação, o que resultou na formação de um dos pólos agroindustriais mais importantes do estado. Dentre os municípios ligados à agroindústria destacam-se os do “triângulo agroindustrial”, formado por Piracicaba, Limeira e Rio Claro, produtor de açúcar, álcool e suco concentrado de laranja.

A diversificação da base produtiva da região administrativa de Campinas permitiu que, mesmo nos anos 80, marcados pela recessão, sua participação fosse crescente no Valor Adicionado da Indústria no Estado (de 15,1%, em 1980, para 17,6%, em 1987)⁷.

Na década de 90, essa região se mantém como a mais industrializada do interior de São Paulo, seguida pelas regiões de São José dos Campos e Sorocaba; seu Valor Adicionado Industrial oscila entre 18% e 21%, enquanto o da RMSP é reduzido em 6%⁸.

O fato de a cidade de Campinas constituir um pólo regional não impediu que outros núcleos urbanos da bacia recebessem investimentos industriais as quais caracterizam especializações; dentre eles, Paulínia (petroquímica), Piracicaba e Indaiatuba (equipamentos e implementos agrícolas), Americana e Nova Odessa (tecidos, borracha, mecânica e química), e Jundiaí (peças de reposição para a indústria automobilística).

Ainda em relação à cidade de Campinas, as funções terciárias têm se ampliado significativamente nos últimos anos, em função de seu papel de pólo regional e do dinamismo de sua indústria.

CRESCIMENTO POPULACIONAL E URBANIZAÇÃO

Os 57 municípios das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí possuem, hoje, cerca de quatro milhões e trezentos mil habitantes, com a quase totalidade (94%) habitando os centros urbanos⁹.

A bacia do Piracicaba é composta por 49 municípios – sendo 45 em território paulista, na região geoeconômica de Campinas, e o restante em Minas Gerais. Em 1996, possuía uma população de mais de três milhões de habitantes, 93% habitando os centros urbanos¹⁰.

A análise comparativa entre taxas de crescimento populacional e índices de urbanização nos municípios dessa bacia, nas décadas de 70, 80 e 90, atesta a intensidade do processo de urbanização de seus municípios: nos anos 70, a taxa de crescimento populacional foi próximo de 5,1% ao ano, e, o índice de urbanização, de 85%; na década seguinte, a população cresceu 3,1% ao ano e a

(7) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Op. cit., v. 1, p. 42.

(8) GALLO, Zildo. Op. cit., p. 14.

(9) SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental. *Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2001*, p. 38-39.

(10) GALLO, Zildo. Op. cit., p. 10.

taxa de urbanização atingiu 92%; nos anos 90, a população cresceu 2% ao ano, enquanto o índice de urbanização chegou a 93%¹¹.

Note-se que, apesar da diminuição do ritmo de crescimento populacional dos municípios nas décadas de 80 e 90, o índice de urbanização continuou a crescer, tanto na bacia do Piracicaba como nas do Capivari e Jundiaí.

Deve-se, ainda, observar que as taxas de crescimento populacional dos municípios da bacia do Piracicaba e da região administrativa de Campinas, de 1970 a 1996, mesmo decrescentes, foram superiores tanto às da RMSP quanto às médias do estado de São Paulo.

O ritmo de crescimento da população paulista vem diminuindo nas três últimas décadas, embora, no período de 1970 a 1996, tenha sido superior ao do Brasil. Essa diminuição deve-se, principalmente, à redução dos fluxos migratórios interestaduais.

Por outro lado, as transformações econômicas no estado de São Paulo, nas décadas de 70 e 80, provocaram modificações nas dinâmicas demográficas de suas regiões.

No início dos anos 70, houve uma distribuição dos fluxos migratórios entre a metrópole e o interior do estado. Algumas regiões do interior passaram a atrair fluxos migratórios crescentes. Esse fato, somado ao êxodo rural, decorrente do aumento do emprego urbano e de processos de modernização da agricultura e da pecuária, provocou uma urbanização acelerada do interior. Cidades consideradas de porte médio, transformaram-se, em menos de 20 anos, em pólos regionais de densos aglomerados urbanos.

Nos anos 70 e 80, as cidades-pólo das regiões administrativas, pertencentes às bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, cresceram menos do que as cidades de seu entorno, com exceção de Sorocaba.

Na região administrativa de Campinas, a qual teve o maior saldo migratório do estado, os pólos regionais de Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba e Rio Claro apresentaram taxas de crescimento menores do que a média regional no período, ao passo que cidades de seu entorno cresceram de forma mais acelerada.

Nos anos 90, essa tendência de diminuição do crescimento de Campinas e das cidades médias da bacia do Piracicaba confirmou-se; exceção feita à Hortolândia¹², os municípios que mais cresceram foram os de pequeno porte, como Artur Nogueira, Holambra e Santa Gertrudes.

(11) Idem, ibidem, p. 10.

(12) Município criado em 91, antigo distrito de Sumaré.

AGLOMERAÇÕES URBANAS

O processo de desconcentração industrial da RMSP e interiorização industrial, a que nos referimos acima, provocou uma conurbação praticamente contínua ao longo do eixo de penetração da Anhangüera, desde os municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato, na Grande São Paulo, até

Americana. Campinas e Jundiaí constituem os principais centros de aglomerações urbanas desse eixo.

A “Conurbação Campineira”

O “corredor” São Paulo-Campinas é considerado o principal eixo de estruturação da rede urbana das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em torno do qual se situam Sumaré, Hortolândia, Nova Odessa, Americana, Limeira e também Santa Bárbara d’Oeste e Piracicaba (estas últimas, localizadas na SP-304, bifurcação da Anhangüera).

Gallo se refere à “conurbação campineira” como sendo a aglomeração contínua entre Campinas, Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Hortolândia, Nova Odessa, Paulínia, Americana e Santa Bárbara d’Oeste¹³. Com exceção de Nova Odessa, que também possui um considerável parque industrial, esses municípios se encontram entre os dez mais industrializados da bacia do Piracicaba. No *Relatório zero*, da UFGRH 5, adiciona-se a esses municípios os de Americana, Monte-Mor e Indaiatuba¹⁴. Com a inclusão destes últimos, essa aglomeração contava, em 1991, com 1,7 milhão de habitantes¹⁵.

Os eixos viários da região constituem os principais vetores de expansão da aglomeração. Tomando Campinas como centro, o sentido da malha viária da região é radial. Além da Anhangüera (SP-303) e da Bandeirantes (SP-348) – uma rodovia fechada, ou seja, que não permite interligações –, suas principais rodovias são: Dom Pedro I (SP-65), Campinas-Mogi (SP-340), Campinas-Monte-Mor (SP-101) e Santos Dumont, além da Piracicaba-Anhangüera, citada anteriormente.

A aglomeração em torno de Jundiaí

Nos principais eixos de ligação entre São Paulo e Campinas: a via Anhangüera e a rodovia dos Bandeirantes, as cidades de Jundiaí, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista formam a aglomeração urbana que tem como núcleo Jundiaí.

A partir dos anos 70, a indústria automobilística impulsionou o desenvolvimento de Jundiaí, com a instalação de indústrias satélites. As indústrias se localizam em toda a área urbana, com algumas aglomerações ao longo da via Anhangüera, que corta a cidade, e ao longo do rio Jundiaí/ferrovia RFFSA/estrada velha de Campinas. Esta constitui o eixo por onde extravasou o crescimento urbano de Jundiaí, transformando parte do município de Várzea Paulista e, em menor grau, Campo Limpo Paulista, em cidades-dormitório. Acredita-se que este deve continuar a ser o principal vetor de expansão de Jundiaí¹⁶. Essa expansão é relativamente controlada, em virtude das condições de relevo e da presença de significativas áreas de proteção ambiental.

A legislação urbana de Jundiaí prevê a expansão do distrito industrial para noroeste, ao longo da rodovia Marechal Rondon e entre a Anhangüera e a Bandeirantes. Ao sul, entre estas rodovias, e também a sudoeste, são previstas áreas de ocupação rarefeita dedicadas à preservação ambiental (Serra do Japi).

(13) GALLO, Zildo. Op. cit., p. 10.

(14) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Op. cit., v. 1, p. 45.

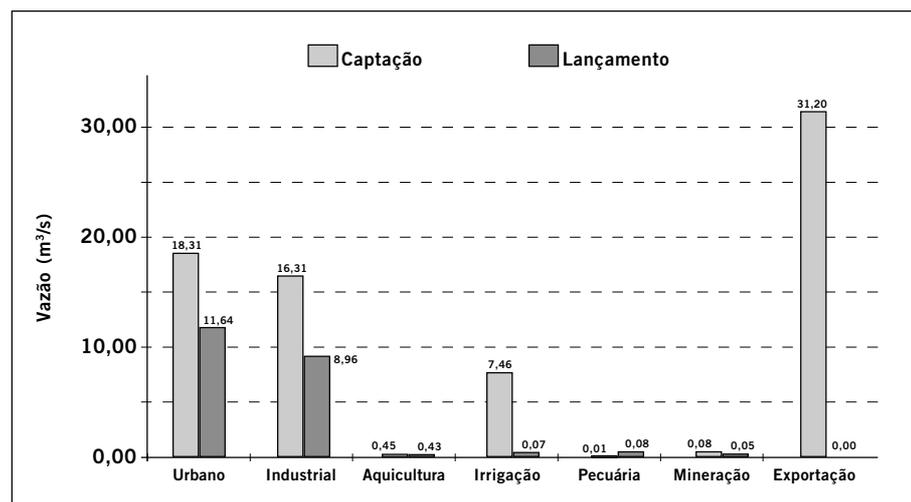
(15) Idem, ibidem, p. 45.

(16) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Op. cit., v. 1, p. 45.

INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

Referimo-nos, no início deste ensaio, ao comprometimento dos recursos hídricos advindos do processo de industrialização e expansão urbana nos municípios das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá. Há dois fatores a serem considerados na avaliação do nível de comprometimento desses recursos: a relação entre demanda e disponibilidade de água e a qualidade das águas. No *Relatório zero* supracitado, a análise da *demanda geral de água nas bacias* em questão demonstra que os maiores volumes de captação, excetuando-se a exportação pelo Sistema Cantareira, destinam-se, respectivamente, aos usos urbano, industrial e para a irrigação, suplantando amplamente aqueles destinados aos demais usos (aquicultura, pecuária e mineração)¹⁷. (Ver Figura 2).

Figura 2: Demanda Geral de Água na Bacia
Fonte: Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Relatório Zero*



No que se refere à *utilização dos recursos hídricos superficiais* na área total das bacias, compara-se, no relatório, a disponibilidade hídrica com as demandas cadastradas no DAEE/SP, chegando-se à conclusão: “as demandas cadastradas superam a vazão mínima de sete dias para dez anos de retorno... em percentual superior a 100%, e em relação à vazão média de longo período, observa-se que quase iguala a 50%”¹⁸. Ou seja, a relação demanda/disponibilidade mínima é superior a 100% (119%), o que classifica a região como crítica quanto à utilização dos recursos hídricos. O comitê, responsável pelo relatório, alerta para o fato de essa relação entre demanda/disponibilidade crescer para 182%, se, para efeito de cálculo, for considerada a reversão de água para o Sistema Cantareira¹⁹.

É importante observarmos que, ao se efetuar esse balanço, não foram computados os usos não-consuntivos²⁰ existentes na região, considerados pelos autores como sendo os de geração de energia, navegação e lazer e turismo. É

(17) Idem, ibidem, v. 1, p. 221.

(18) Idem, ibidem, v. 1, p. 255.

(19) Idem, ibidem, v. 2, p. 451.

(20) Conforme André Luís Ferreira, uso consuntivo é “aquele em que há perda de parte da água captada, por evaporação ou incorporação no processo industrial, e que, portanto, não é devolvida à sua fonte original...”. Em: Estimativas das influências ambientais decorrentes de instalação de usinas termelétricas na bacia hidrográfica do rio Piracicaba. *Revista de Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 17, p. 44.

provável que o uso de água para geração de energia não tenha sido considerado pelo fato de não existirem hidrelétricas de grande porte na bacia, na qual a evaporação da água represada é muito maior do que nas Pequenas Centrais Hidrelétricas. No entanto, o número de PCHs existentes na bacia do Piracicaba não é desprezível: são 12, construídas entre 1892 e 1952, algumas ampliadas ou repotenciadas posteriormente, várias desativadas nas décadas de 70 e 90. O maior represamento é o da Usina Hidrelétrica de Americana, no baixo rio Atibaia, com uma superfície de espelho de 1.325 hectares e um volume armazenado de 39 milhões de m³. As demais possuem pequenas represas ou apenas um dique para adução de uma parte da correnteza desviada para a turbina²¹.

No caso de implantações de projetos de termoelétricas na bacia, as estimativas são preocupantes. Tomemos como exemplo aquelas feitas por André Ferreira, no caso de instalação de Carioba II e da termoelétrica do Planalto Paulista, em Paulínia: no primeiro caso, o volume de água captado equivaleria às necessidades básicas de uma população de 138 mil habitantes, e, a evaporação, às de 91 mil. No segundo, o volume captado corresponderia àquele necessário para suprir as necessidades de 65 mil habitantes, e a evaporação, as de 41 mil²².

Em relação à *utilização da água subterrânea das bacias*, os estudos comparativos das reservas disponíveis nos aquíferos e da vazão de água subterrânea utilizada na região apontam para um comprometimento das reservas abaixo de 20%²³.

Passemos à avaliação da *qualidade das águas superficiais das bacias* do Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Os dados mais recentes são os apresentados no Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo, a apresentar os resultados das medições realizadas pela Cetesb em 2001. Esses resultados comprovam o impacto provocado nas águas das bacias pelas atividades de urbanização e industrialização. Vejamos as conclusões do relatório, para cada uma dessas bacias:

Bacia do Capivari

Dos três pontos de mediação da Cetesb, o que apresentou piores resultados é aquele situado a jusante do município de Campinas, ou seja, aquele que recebe os efluentes de origem doméstica e industrial provenientes desse município. Ao longo de praticamente todo o ano (janeiro a novembro), as águas monitoradas, nesse ponto, apresentaram “qualidade ruim”, o que significou uma piora acentuada em relação a medições anteriores.

Esses resultados não surpreendem, se considerarmos que Campinas possui menos de 10% de seu esgoto tratado. O que surpreende é uma porcentagem tão pequena de tratamento de esgoto em uma das cidades mais ricas do estado de São Paulo.

Cabe, ainda, lembrarmos que 10% da água consumida no município de Campinas provém do rio Capivari e que as águas monitoradas no ponto de

(21) Ver, a esse respeito, o livro de Fernando Amaral de Almeida Prado Jr. e Cristiano Abijao de Amaral. *Pequenas centrais hidrelétricas no estado de São Paulo*.

(22) FERREIRA, André Luis. Op. cit., p. 45.

(23) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Op. cit., v. 1, p. 255.

captação da cidade apresentaram qualidade entre “aceitável” e “boa”, ao longo de 2001.

Bacia do Jundiaí

As medições realizadas nessa bacia também comprovam o impacto da urbanização e da industrialização sobre os cursos d’água superficiais. O rio Jundiaí – nascente no município de Mairiporã, desaguando na margem direita do Tietê –, apresenta piora na qualidade de suas águas no sentido nascente-foz. Na divisa dos municípios de Várzea Paulista e Jundiaí os padrões de qualidade são “muito pouco restritivos”²⁴. Os valores mais críticos, equivalentes à “qualidade ruim”, situam-se no ponto de medição situado próximo à foz com o rio Tietê, a jusante dos municípios de Jundiaí, Indaiatuba e Salto, ou seja, no ponto em que suas águas já receberam os lançamentos de origem doméstica e industrial desses três municípios.

Os resultados indicam “condição crítica” de qualidade do rio Jundiaí, em 2001, com tendência de piora de qualidade em seu trecho inicial. Evidentemente, suas águas não são utilizadas para abastecimento público. O abastecimento dos municípios de Salto e Indaiatuba são feitos pelo ribeirão Piraiá, situado na bacia do Jundiaí.

O município de Jundiaí é abastecido com as águas do rio Atibaia, um dos principais formadores da bacia do Piracicaba.

Bacia do Piracicaba

Rio Atibaia

O Atibaia é considerado um dos mais importantes mananciais da bacia para fins de abastecimento público. Além do abastecimento do município de Jundiaí, é responsável por 90% do abastecimento de Campinas e por parte do abastecimento de São Paulo, pelo Sistema Cantareira.

A despeito disso, as medições realizadas pela Cetesb, nesse rio, comprovam as mesmas características de piora de qualidade do rio Jundiaí, ou seja, a piora se verifica à medida que suas águas vão recebendo esgotos domésticos e industriais não-tratados.

Os valores mais críticos foram os apresentados no ponto situado a jusante do pólo industrial de Paulínia e do ribeirão Anhumas, o qual recebe cerca de 35% dos despejos de origem doméstica de Campinas.

Outro dado importante apresentado no relatório é que as águas do Atibaia, no ponto de captação de Campinas, tem apresentado “níveis significativamente elevados de coliformes fecais, por conta de sua localização a jusante do Ribeirão Pinheiros, o qual recebe grande parte dos esgotos domésticos de Valinhos e Vinhedo”²⁵.

(24) SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental. Op. cit., p. 44.

(25) Idem, ibidem, p. 48.

Rios Jaguari e Camanducaia

Também no caso desses rios, os principais fatores de comprometimento da qualidade das águas são os lançamentos de esgotos domésticos sem tratamento. Os principais municípios poluidores são Amparo (sub-bacia do Camanducaia) e Bragança Paulista e Cosmópolis (sub-bacia do Jaguari). O trecho inicial do Jaguari, cujo ponto de medição se situa entre Bragança Paulista e Amparo, apresentou comprometimento das águas, em decorrência dos lançamentos de Bragança Paulista.

(26) Idem, ibidem, p. 51.

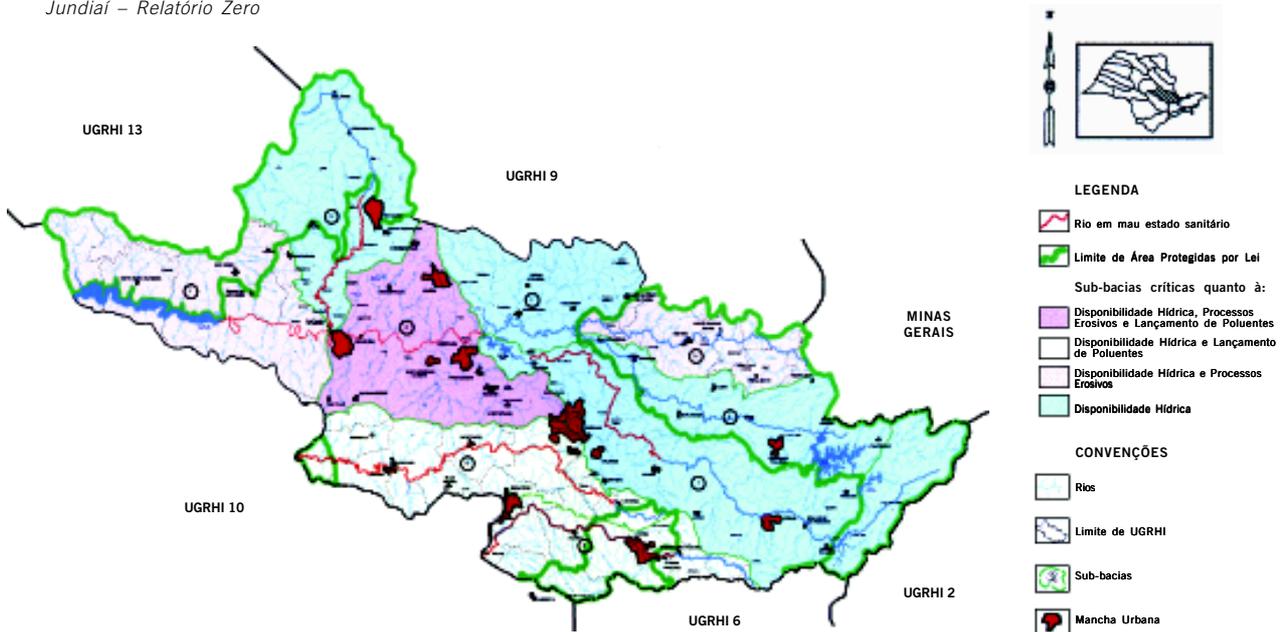
Rio Piracicaba

Assim como o Jundiá e o Atibaia, o rio Piracicaba apresentou piora de qualidade em 2001. Tal como nas medições de anos anteriores, o rio apresenta acentuada piora após o ribeirão do Quilombo, em que são lançados efluentes domésticos dos municípios de Campinas, Sumaré e Americana. Sua qualidade permanece comprometida no trecho seguinte, entre os municípios de Americana e Piracicaba, uma vez que recebe os lançamentos de Limeira, por meio do ribeirão Tatu, e de Santa Bárbara do Oeste, pelo ribeirão dos Toledos.

Em seu trecho final, antes da formação do reservatório de Barra Bonita, o Piracicaba apresenta recuperação, creditada pelos autores do relatório à maior disponibilidade hídrica, à “elevada capacidade assimilativa, além da ausência de fontes expressivas de poluentes”²⁶.

Os dados expostos acima sobre as três bacias reiteram os do *Relatório zero*, cuja avaliação do grau de criticidade dos rios formadores dessas bacias pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3: Mapa do Grau de Criticidade dos Rios
 Fonte: Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Relatório Zero*



LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS RECURSOS HÍDRICOS

As leis ambientais, direta ou indiretamente ligadas à proteção dos recursos hídricos, são de natureza federal, estadual ou municipal.

Embora a promulgação dessas leis tenha se iniciado, no Brasil, na década de 60, é na década seguinte que o comprometimento do abastecimento e da qualidade da água, na RMSP, impulsionou uma série de medidas legais no sentido de proteger as bacias de captação. Essas medidas estabelecem critérios para o uso e a ocupação do solo nessas regiões.

Uma delas, relacionada às bacias em estudo, foi a Lei Estadual n. 898/75, a qual, em seu artigo 2º, especifica como “Áreas de Proteção Ambiental” as áreas de mananciais de abastecimento de diversas regiões do estado de São Paulo, dentre elas a dos rios Capivari, Monos e Jaguari. Essa lei restringe os usos e as ocupações nessas áreas, tendo como objetivo a baixa densidade de ocupação e a restrição de atividades poluidoras.

No entanto, o processo de produção das cidades, pelas questões econômicas e sociais nele envolvidas, tornou inócuas as diretrizes estabelecidas nessa lei. A falta de uma política habitacional eficiente levou à ocupação de algumas das áreas de mananciais, especialmente nos maiores centros urbanos. As invasões e loteamentos clandestinos da área da represa de Guarapiranga exemplificam esse fato.

Essa situação e as discussões por ela suscitadas promovem uma série de avanços na legislação ambiental, nas esferas federal e estadual. A Constituição de 1988 foi um marco nesses avanços, dedicando um capítulo ao meio ambiente, além de abordar questões relativas a ele em outros dispositivos, “*como o artigo 170, que inscreve como um dos princípios da ordem econômica a defesa do meio ambiente... e o Art. 186, que exige o requisito da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e da preservação do meio ambiente para o cumprimento da função social da propriedade...*”²⁷.

As leis que se seguem a essa constituição, tanto em âmbito federal quanto estadual, dispõem sobre a criação de mecanismos de gestão dos recursos hídricos que possibilitem a implantação de ações concretas.

Dentre essas leis, destaca-se a de n. 9.034, de 27/12/94, a qual dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. É por ela que se estabelece a divisão hidrográfica do estado de São Paulo, criam-se os Planos de Duração Continuada (PDCs) e os comitês de bacias hidrográficas. Estabelece, também, as normas para elaboração e publicação anual do relatório de situação dos recursos hídricos no âmbito de cada comitê, e determina, ainda, que os primeiros planos de bacias a serem elaborados serão para as bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Alto Tietê e Baixada Santista.

Como consequência dessa lei, o *Relatório zero* é o primeiro relatório de situação de recursos hídricos da UGRHI 5. Nele, o comitê apresenta um quadro

(27) Resolução SMA, n. 77.

com a situação dos PDCs nas bacias, bem como as seguintes propostas em relação a esses programas: 1) a elaboração de *“um conjunto de programas prioritários para as diversas sub-bacias, compatíveis com os PDCs disponíveis”*; 2) o estabelecimento de *“critérios técnicos e socioeconômicos para enquadramento de projetos nos PDCs”*²⁸.

Em 1997, são promulgadas duas leis estaduais, particularmente relevantes à preservação dos recursos hídricos. A primeira delas, de 05/11, dispõe sobre o rio Piracicaba, restringindo as atividades industriais em suas áreas de drenagem. A segunda é a Lei Estadual n. 9.866, de 28/11, pela qual são estabelecidas as diretrizes e normas para a *“proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo”*. A importância dessa lei reside no fato de ela adotar claramente a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, e não mais os limites municipais.

Ainda pela Lei n. 9.866 são criadas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs), formadas por uma ou mais sub-bacias, reforçando a dimensão regional da gestão dos recursos hídricos e, conseqüentemente, aumentando a probabilidade de eficiência das ações no sentido da preservação.

Com o entendimento da bacia como unidade de gestão, foi possível a implantação de instrumentos de ação direta e indireta, bastante importantes para a questão ambiental. São eles: a) os Planos de Bacias, que visam, cada qual, diagnosticar a situação dos recursos hídricos de uma determinada bacia e integrar as ações dos vários planos, por intermédio dos comitês de bacias; b) o Plano Estadual de Recursos Hídricos, baseado nos planos de bacias, que estabelece diretrizes de uso, recuperação e proteção dos recursos hídricos e, conforme afirmamos anteriormente, cria os PDCs; c) o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), o qual cria um fundo estadual para o financiamento das ações; d) a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, um instrumento de gestão dos recursos em que o Estado autoriza o direito, por tempo determinado, de acesso direto à água, no que se refere às seguintes atividades: derivação ou captação de parcela de água, extração de água subterrânea, lançamento de esgotos ou quaisquer resíduos sólidos ou gasosos, tratados ou não, com ou sem diluição, transporte ou disposição final; e) a Cobrança pelo Uso da Água consiste em um valor a ser cobrado pelo uso da água, determinado pelos comitês de bacia, nos quais serão considerados os usos por captação, consumo e lançamento, assim como os volumes de água e a carga poluidora.

Esse entendimento da bacia como unidade de gestão vem ao encontro das indicações da Agenda 21, a propor uma série de ações a serem implantadas pelos diferentes níveis de planejamento e gestão, visando ao desenvolvimento sustentável.

No âmbito da legislação federal, devemos ressaltar que um dos objetivos do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10/7/2001) é garantir o desenvolvimento urbano-ambiental sustentável. O estatuto contém instrumentos de gestão importantes para a preservação do meio ambiente, referentes ao uso e à

(28) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Op. cit., p. 493.

ocupação do solo. Um desses instrumentos é a Transferência de Potencial Construtivo, a permitir que o dono de um terreno “*declarado de interesse ambiental, venda ou passe para outra propriedade dele, o direito de construção do que não pode mais construir ali*”²⁹. Esse dispositivo favorece o proprietário, uma vez que não há a figura da desapropriação, e, neste sentido, também desonera o poder público.

POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NAS BACIAS DO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

O *Relatório zero* apresenta um levantamento efetuado nas prefeituras e entidades locais de documentos relacionados à preservação ambiental; na análise desses documentos, o comitê deu especial ênfase à eventual existência de diretrizes de preservação ambiental, particularmente dos recursos hídricos. O levantamento atesta que, embora a maioria dos municípios tenha elaborado suas leis orgânicas contemplando aspectos ambientais, muitos deles não possuem documentos legais a disciplinarem o desenvolvimento urbano e rural e estabelecerem diretrizes para a preservação dos recursos naturais.

Tendo em vista essa situação, o comitê aponta para a necessidade de uma metodologia para capacitação dos municípios visando à sua instrumentação jurídico-institucional, especialmente em relação aos seguintes itens³⁰:

- Formulação de uma política municipal de recursos hídricos;
- criação de instrumentos para implantação dessa política;
- estabelecimento de normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos no âmbito municipal;
- criação de um sistema municipal de informações hidrológicas;
- “implantação de controle social da política municipal de recursos hídricos”.

O comitê formula, ainda, sugestões no sentido de viabilizar o planejamento e a gestão em caráter regional, tendo como premissa o reconhecimento da base físico-territorial para a formulação de políticas públicas. São elas³¹:

- Criação de um programa regional de conservação de solos;
- “revisão da legislação existente, de modo a compatibilizá-la com as diretrizes de gestão descentralizada e participativa”;
- “unificação dos limites geográficos da UGRHI como unidade de planejamento e gestão regional para outras esferas e áreas públicas, particularmente saúde pública e infra-estrutura”;
- “estudar estratégias para a criação de consórcios e associações, como forma de viabilizar soluções conjuntas para problemas comuns a vários municípios”;
- proposição de “programas associados a projetos integrados, contemplando ações conjuntas e interdependentes seguindo planejamento socioeconômico e ambiental”;

(29) ROLNIK, Raquel (Coord.). *Vamos mudar nossas cidades?*, p. 23.

(30) Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Op. cit., p. 493-494.

(31) Idem, ibidem, p. 494.

formulação de “*proposta para criação da Agência de Bacia da UGRHI 5*”;
proposição de “*medidas para a efetiva instalação e funcionamento da agência de bacia*”;

identificação de “*todos os procedimentos políticos, técnicos, jurídicos e administrativos, necessários à implementação dos eventos, ações, estudos, projetos e obras, constantes do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos da UGRHI 5*”.

A criação da região metropolitana de Campinas, em junho de 2000, deve favorecer as ações e soluções conjuntas para problemas comuns aos municípios que a integram, vindo ao encontro da proposta do *Relatório zero* de viabilizar soluções regionais. Essa região metropolitana não engloba todos os municípios da UGRHI 5 – são 19 municípios dentre os 49 da bacia do Piracicaba e os 57 da UGRHI 5. Mas se deve considerar que abrange os maiores e mais industrializados municípios da bacia do Piracicaba, responsáveis, em grande parte, pelo alto índice de poluição dessa bacia, sendo, portanto, de grande importância como instrumento de gestão regional.

Já os comitês de bacias se apresentam como instrumentos mais abrangentes, uma vez que tomam como unidade de gestão a UGRHI, vale dizer, o próprio meio físico-territorial.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: Senado Federal <<http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtm>> Acesso em: 28 abr. 2003.

CAMPINAS. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas. *Plano de gestão da área de proteção ambiental da região de Sousas e Joaquim Egidio – APA municipal*. Campinas: SPMA, 1996.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – UGRHI 5. Relatório técnico preliminar – “Relatório zero”*. S. l.: Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação, 2000.

FERREIRA, André. Estimativas das influências ambientais decorrentes de instalação de usinas termelétricas na bacia hidrográfica do Piracicaba. *Revista de Ciência e Tecnologia*, Piracicaba, SP, v. 9, n. 17, p. 43-47, jun. 2001.

GALLO, Zildo. O processo de industrialização e urbanização na bacia do Piracicaba (1970-2000). *Revista de Ciência e Tecnologia*, Piracicaba, v. 9, n. 17, p. 9-17, jun. 2001.

PRADO, Fernando Amaral de Almeida; AMARAL, Cristiano Abijao de (Org.). *Pequenas centrais hidrelétricas no estado de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Comissão Especial de Serviços Públicos de Energia (CSPE), 2000.

ROLNIK, Raquel. (Coord.). *Vamos mudar nossas cidades?* São Paulo: Instituto Polis, 2002.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 898, de 1 de novembro de 1975*. Disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da região metropolitana da Grande São Paulo. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/uso_solo/protECAO_manan/lei_est89875.htm> Acesso em: 28 abr. 2003.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 1.172, de 17 de novembro de 1976*. Delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o artigo 2º da Lei n. 898/75, e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/uso_solo/protecao_manan/lei_est117276.htm> Acesso em: 28 abr. 2003.

____. *Lei n. 9.034, de 27 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, a ser implantado no período de 1994 e 1995, em conformidade com a Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à política estadual de recursos hídricos. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/estadual/leis/9034_94.htm> Acesso em: 13 abr. 2003.

____. *Lei n. 9.825, de 5 de novembro de 1997*. Restringe as atividades industriais nas áreas de drenagem do rio Piracicaba. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/estadual/leis/9825_97.htm> Acesso em: 13 abr. 2003.

____. *Lei n. 9.866, de 28 de novembro de 1997*. Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/uso_solo/protecao_manan/lei_est986697.htm> Acesso em: 13 abr. 2003.

____. *Lei n. 870, de 19 de junho de 2000*. Cria a região metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas. Disponível em: EMPLASA <<http://www.emplasa.sp.gov.br>> Acesso em: 22 maio 2003.

____. *Resolução SMA n. 77, de 24 de novembro de 1997*. Disponível em: Legislação: licenciamento ambiental <http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/uso_solo/parques/res_sma7797.htm> Acesso em: 13 abr. 2003.

____. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. *Bacia do rio Piracicaba. Estabelecimento de metas ambientais e reenquadramento dos corpos d'água*. São Paulo: SMA, 1994.

____. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. *Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2001*. São Paulo: Cetesb, 2002.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). *Riscos técnicos coletivos ambientais na região de Campinas, SP*. São Paulo, Campinas, 70 p. Trabalho não-publicado.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Industrialização, urbanização, meio ambiente, recursos hídricos, bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, legislação ambiental.

Industrialization, urbanization, environment, water resources, Piracicaba, Capivari and Jundiá river basin, environmental laws.

Cláudia Maria Lima Ribeiro

Arquiteta urbanista, mestranda do curso de Pós-graduação em Urbanismo da FAU/PUCCAMP, professora das universidades São Francisco, São Marcos e UNIP – Campinas.

Maria Aimée Chaguri Gallerani

Arquiteta urbanista, doutoranda do curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIP – Campinas.

scripção da J.

re. S. João em op. em a. fundendo a barra daquella banda por onde se podem cortar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

YI VIXI M VTC

ar 50
realin
das sev
a de poz
Kamanta

l. axe opente N. 2.
re. Heia, Sua p. 10.
Finca libras e meia a
re. fivel de rocha viva
e faz a p. 10.

Ivanise Lo Turco

Roberto Righi

e

XEMPLO DE RECONVERSÃO
ARQUITETÔNICA: DA ESTAÇÃO
SOROCABANA AO MUSEU DO
IMAGINÁRIO DO POVO
BRASILEIRO – 1914 A 2002

RESUMO

Este trabalho se constitui de estudo analítico e crítico acerca da construção, uso e desenvolvimento da reconversão da Estação Sorocabana – desde sua criação, em 1914, até hoje. O edifício, inicialmente, foi a sede da rede ferroviária Sorocabana, voltada ao transporte de café e passageiros vindos do interior para a capital, passando, posteriormente, por uma adaptação à sua função, abrigando a então Delegacia de Ordem Pública e Social a partir da década de 30 até 1976, quando foi iniciado o processo de tombamento do imóvel. O edifício não possuía registros até o início do restauro e reforma inacabada para abrigar a Escola Superior de Música e teve sua função, finalmente, alterada para Museu do Imaginário do Povo Brasileiro.

ABSTRACT

This text is an analytical and critical study of the construction, use and renovation of the Sorocabana railway station – from its construction in 1914 to the present day. Initially the building was the headquarters of the Sorocabana rail company, which transported coffee and passengers between the capital and the western regions of the state of São Paulo. The building was then used by the government's Department of Political and Social Order from 1930 to 1976, the year when it was declared a historical landmark. The building had no formal records until its restoration and unfinished refurbishing, aimed at accommodating a music school. Finally the facilities were chosen to house a museum dedicated to Brazilian folklore.



Figura 1: Fachada principal da Estação Sorocabana.
Acervo Ramos de Azevedo
Crédito: Biblioteca FAUUSP – s/d

INTRODUÇÃO

O antigo edifício da Estação Sorocabana, Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (Deops), projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, na década de 10, passou por diversas funções ao longo do tempo, mostrando o desenvolvimento de sua transformação. Demonstra a importância de um maior incentivo de investimento por parte do setor público; cultivando a história de uma época, ligando o passado ao presente, preservando a memória cultural da cidade, pela reconversão arquitetônica da Estação Sorocabana em Museu do Imaginário do Povo Brasileiro e Memorial da Liberdade.

O trabalho se refere à preservação, conservação e restauração de bens patrimoniais de valor histórico e cultural, englobando a definição desses conceitos baseados em estudos elaborados por arquitetos os quais, desde meados do século 19, defendiam suas idéias estabelecendo a melhor forma de preservar-se a arte com a conservação e restauro de bens. A questão da relação do patrimônio com o entorno é apresentada, não historicamente, mas de “como” e “por quê” preservar um monumento dentro de uma malha urbana que deve possuir flexibilidade para expandir seu traçado, a qual, em alguns casos, pode impedir a manutenção do patrimônio. São abordados, ainda, os conceitos de reciclagem e requalificação de edifícios históricos tanto quanto os de subutilização e de burocratização, quando se analisam alguns exemplos que tiveram suas funções alteradas por conta de uma preservação que chega a abranger, em alguns casos, bairros inteiros.

PATRIMÔNIO: CONSERVAÇÃO, RECONVERSÃO E PRESERVAÇÃO

A preservação do patrimônio de São Paulo é um dos grandes desafios da cidade, devendo mostrar sua trajetória histórica, inspirando seu futuro. A herança cultural, ameaçada pela deterioração e caos urbanos, exige que se concentrem esforços em sua guarda e proteção para preservá-la como referência de sua existência.

A noção de patrimônio, de bens que possuam alguma representatividade dentro do processo cultural, vem legitimar a atividade do restauro, indispensável na manutenção e recuperação da integridade tanto de objetos como de monumentos

documentados. Entretanto, devem ser impostas limitações às intervenções para que não haja possibilidade de “falsificações” históricas ou estéticas.

O conceito de reconversão, muito utilizado na França, implica na transformação arquitetônica, reciclando os espaços, para que se possa melhor implantar um novo uso ao edifício (FAGGIN, 1994). A questão da viabilidade do uso da edificação quanto à sua estrutura física surge como indicação de: conservação, restauração ou preservação.

Com os dados obtidos nas pesquisas e estudos de projetos específicos, foi possível detalhar a arquitetura do edifício da Estação Sorocabana, objeto deste artigo, desde o início da implantação da ferrovia, até o presente momento, passando a maior parte de sua existência como um espaço designado à ordem social, quando ali passou a atuar o Deops e, mais tarde, o Decon, até que seu tombamento priorizasse, a princípio, a Escola Superior de Música, e agora, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro.

O fato de as edificações sobreviverem aos fins para os quais foram criadas e a necessidade contínua de adaptá-las a novos usos, faz com que se experimente um sentido de continuidade e permanência o qual se estende ao entorno físico em que sua vida vem se desenvolvendo (LEMOS, C., 1981).

O uso de edificações, em regiões “abandonadas”, como o caso de áreas industriais que foram desativadas e cujo antigo uso já não é mais possível, proporcionando, assim, atividades viáveis e adaptáveis àqueles imóveis e à sua região urbana, poderão ser estudadas a partir dos resultados de pesquisas a tratem da reconversão de edifícios, como no caso da Estação Sorocabana.

O interesse, cada vez maior, por edifícios antigos, de quaisquer natureza, é, sem dúvida, positivo e cresce paralelamente ao processo de incremento da remodelação urbana. Necessário se faz que sejam recuperados como autêntico laboratório de conservação.

Entorno

A conservação requer muito mais que a simples declaração de “área especial de requalificação urbana”, descrita por lei. Nesse sentido as entidades locais, em colaboração com as associações atuantes no entorno das edificações, devem seguir uma estratégia a qual, metodologicamente, constituam-se em estudar e catalogar os imóveis de cada zona, assinalando os pontos de conflito, prevendo o abandono e a conseqüente deterioração das construções.

Os projetos constituídos por reformas internas, com novas distribuições em plantas, a proporem alternativas de novos usos para os imóveis existentes, devem conter outros meios de concepção em sua elaboração. Os edifícios já catalogados devem ser documentados por fotos e plantas, de acordo com o projeto de conservação.

Encontrar usos atuais para os edifícios históricos é muito importante, não apenas por seu valor arquitetônico intrínseco, como também pelo fato de sua

conversão poder nos ensinar que as adaptações desses imóveis de importante valor histórico e artístico exigem uma respeitosa e erudita restauração, limitando a possibilidade de eleição dos usos por razões de sua importância diferenciada no contexto urbano, pela relevância social e cultural da atividade para a qual o edifício foi projetado *a priori*, e pela qualidade arquitetônica dos trabalhos de conversão, com relação ao caráter original do edifício (LEMOS, C., 1981).

A reconversão é vista como algo inevitável no meio arquitetônico para que se possa realizar uma verdadeira “obra de conservação”, como salvamento de edifícios em vias de desaparecimento, condenados a usos passivos, que *“transformaram os objetos arquitetônicos em grandiosas naturezas mortas”* (FAGGIN, C., 1994, p. 57). Segundo ele, tais imóveis tombados estão aí presentes em nosso dia-a-dia, sem uma serventia definida, o próprio poder público é conhecido como um mau usuário de seu patrimônio e, por conta desse fato, a população testemunha sua deterioração; hoje, após quase uma década, essa mentalidade já começa a ser superada, havendo uma grande preocupação por parte desse mesmo poder público de preservar-se o patrimônio da cidade. Definiram-se leis em todos os níveis para facilitar a obtenção de recursos financeiros, a fim de incentivar a preservação de edifícios.

O conceito de restauração passa a ser visto como uma das fases da conservação, e aí a história entra como ciência auxiliar ratificando procedimentos, a partir de seu método específico, e justificando a intervenção em objetos e obras de valor histórico ou estético, partindo de critérios como a integridade do objeto



Figura 2: Aérea do entorno do edifício da Estação Sorocabana
Fonte: Nelson Kon, 1996.
Em *POLO LUZ: Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*, p. 148

em questão, sem se preocupar em resgatar-lhe a aparência original, mostrando que o mesmo fez um percurso no tempo e essas marcas também são importantes enquanto documento de uma época.

Com a “desativação” das ferrovias, que agora passam a atuar com o metrô, suas estações se tornaram obsoletas, e voltar ao programa original seria muito dispendioso e de pouca valia histórica, principalmente pelo fato de o edifício da Estação Sorocabana já ter sido utilizado por outro órgão estadual – Secretaria de Negócios de Segurança Pública – no qual foram instaladas diversas delegacias, dentre elas, o Deops.

Todo projeto de preservação patrimonial exige observações importantes concernentes ao meio ambiente, tanto ecológica como socialmente, e respeito à cultura e à história impressas na vida da cidade.

As *Cartas patrimoniais* propõem que as medidas destinadas a preservar o bem deveriam ser tomadas com antecedência, a partir de estudos os quais determinem medidas para as reformas dos edifícios de importância histórica, como expressa a Carta de Paris, de 1968: “... a preservação dos monumentos deveria ser condição essencial em qualquer plano de urbanização, especialmente quando se tratar de cidades ou bairros históricos. Os arredores e o entorno de um monumento ou sítio protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu caráter.” (IPHAN, *Cartas patrimoniais*, 1995, p. 156)

O estudo das *Cartas patrimoniais*, tanto quanto de autores que analisam as cidades do ponto de vista urbano, revelam a possibilidade da reutilização dos edifícios monumentais, desde que compatíveis ao contexto socioeconômico urbano, considerando não somente os valores estéticos e a necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural destes monumentos, mas também a de seu entorno, zonas estas integradas ao processo de desenvolvimento, para que ocorra um equilíbrio entre o meio ambiente e as necessidades sociais e culturais dos habitantes da região.

As cidades deveriam manter a posição de seu traçado, crescendo segundo a direção e significados dos fatos mais antigos que dos atuais; entretanto, de acordo com a especulação, crescem desordenadamente. O que permanece é o método histórico, como Aldo Rossi bem o coloca: na realidade, “as permanências podem mostrar o que a cidade foi, por tudo em que o passado difere do presente”. (ROSSI, A., 1995, p. 49)

A simples aplicação de métodos de restauração não resolve todos os problemas das cidades, mas se pode apontar a possibilidade de procedimentos técnicos capazes de eliminá-los, ao menos parcialmente. Demolições e substituições “especulativas” não são a única solução possível para os centros históricos urbanos; outras intervenções alternativas, advindas de pesquisas científicas podem trazer um bom resultado à política de salvaguarda e revitalização do patrimônio histórico e artístico edificado.

Para acompanhar o desenvolvimento da obra, é de extrema importância criar um acervo documental ligado, a partir da investigação histórica, tanto à história política do país quanto à necessidade de reforçar o lado cultural da cidade (TAZZER, A., 1991).

Leon Batiste Alberti afirmou que o edifício não será a representação do espaço, mas sim o personagem que lhe dá o significado (ARGAN, G., 1992). Para Argan, a identificação da função não implica a inserção do edifício no contexto urbano (ARGAN, G., 1992). Piero Luigi Cervelatti propunha a retomada de uma perspectiva de organização territorial, a qual pudesse permitir uma política de maior utilização do “capital histórico” da cidade (CERVELATTI, P., 1976).

A Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), em 1982, elaborou planos de manutenção para o patrimônio histórico urbano, a fim de conter a especulação imobiliária (Cogep, 1982). Entretanto, esses planos se mostraram inadequados. As formas de preservação traziam prejuízos, tanto a proprietários como à cidade, pois os primeiros, sem incentivo ou autorização para preservar o bem, abandonavam-no à mercê de uma deterioração natural, a tal ponto, que sua recuperação se tornasse inviável (ANDRADE, R., 1952).

Essa mudança conceitual se rebateu na ação pública em São Paulo pois, nas décadas de 80 e 90, os planos da Cogep/Sempla foram revistos, incentivando a troca do direito de construir, possibilitando a preservação a partir da elaboração de leis de incentivos à cultura, como é o caso da Lei Rouanet (...). Como primeiro exemplo dessa troca bem-sucedida, temos a Casa das Rosas, onde o arquiteto Júlio Neves levantou um edifício de escritórios ao fundo do terreno, tendo sido, o projeto, beneficiado por um acréscimo de área em sua construção.

O centro histórico de qualquer cidade representa, por vocação, o ponto de partida da transformação urbana como bem cultural, econômico e urbanístico a ser conservado, atingindo a periferia, configurando o processo de renovação urbana.

CONCEPÇÃO ORIGINAL DA ESTAÇÃO SOROCABANA

Os homens estão em constantes mudanças, tentando vencer desafios à realização de suas necessidades e desejos de vida, tornando necessárias as renovações e adaptações ao seu hábitat. A construção que abriga suas necessidades de sobrevivência não pode permanecer a mesma, exigindo a concepção de formas novas, mais bem adaptadas às suas novas exigências. Então, o que fazer daqueles edifícios os quais surgem do passado? Será que sua “transformação” pode beneficiá-lo? A conscientização desse fato coloca a questão: qual deve ser o “tempo de vida” de uma construção?, entendendo-se por “tempo de vida” desde sua criação, com seu programa original, até o momento no qual se detecte que sua funcionalidade seja ou não conveniente para abrigar aquela

primeira função, ou outros usos a serem definidos no decorrer dos anos (SIMON, P., 1997).

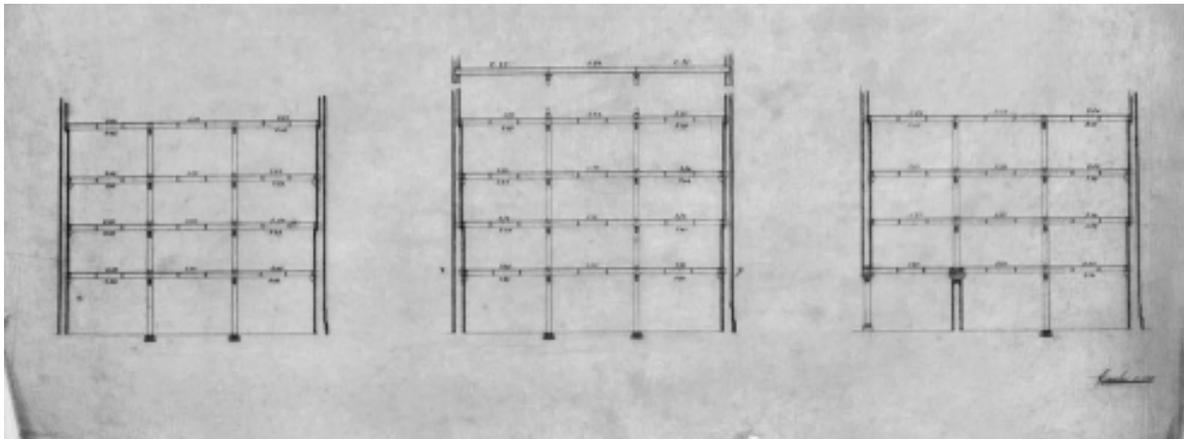
O antigo edifício da Estação Sorocabana, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, passou por diversas funções ao longo do tempo, visando preservar a história de uma época, ligando o passado ao presente, adaptando-se às necessidades culturais da cidade.

Inspirado na tradição européia, o arquiteto Ramos de Azevedo, responsável pela formação de nossos engenheiros e arquitetos no final do século 19 e início do século 20, elaborava seus projetos a partir de um sistema no qual as forças atuantes eram distribuídas por meio de paredes contínuas e maciças, dentro de um princípio estático (CARVALHO, M., 1999).

Segundo Beatriz Khül, “o uso do elemento de ferro nas edificações, é bastante antigo, sendo seu emprego mais comum o de reforço da construção, em tirantes e peças para consolidar paredes...” (KHÜL, B., 1998, p. 19). No entanto, para o projeto da Estação Sorocabana, de 1914, foi usada estrutura de ferro aparente, com colunas e vigas de ferro fundido, já difundido no século 19, libertando o edifício da sustentação da alvenaria de tijolos cuja única função é o fechamento das fachadas. Em alguns locais os pilares se encontram revestidos com material de tijolos, reboco, e preparados para pintura, mas isso não é uma indicação que no projeto original eles fossem totalmente revestidos. As vigas que suportam as lajes, não-engastadas à alvenaria, ou fachadas, são de ferro aparente, pintadas em cor lisa ou imitando madeira.

Na arquitetura, o ferro é conceituado não apenas como elemento decorativo (GOMES, G., 1986), mas como elemento estrutural importante, como no caso da Estação Sorocabana, onde a estrutura metálica aparente faz parte dos pilares e vigas de sustentação, desde o primeiro pavimento até a cobertura. Talvez esse seja considerado um dos edifícios de Ramos de Azevedo com arquitetura mais utilitária e menos decorativa, no qual a maioria dos pilares não foram revestidos, e a sensação, devido à fachada, é de as lajes terem sido construídas entre os pavimentos, posteriormente. Entretanto, o projeto original demonstra que essas lajes já faziam parte do projeto, vistas na Figura 3.

Figura 3: Cortes do projeto original de Ramos de Azevedo – Arquivo do Condephaat
Crédito: Ivanise Lo Turco, 2002



Analisando o processo de tombamento, constata-se a dificuldade de conseguir-se as plantas originais do projeto, obtidas pelo Condephaat em 1985, no escritório Severo & Villares, conforme ofício do arquiteto Marcos Antonio Osello à diretoria técnica do conselho. Em uma rápida conversa com o arquiteto e professor Carlos Lemos (2003), este esclareceu que teve acesso às plantas originais do projeto de estrutura metálica, quando de sua passagem pelo Condephaat. O professor Lemos afirmou que tais plantas possuíam suas legendas escritas em francês, e, provavelmente, a estrutura tenha sido adquirida da França, montada no local e, a partir deste fato, Ramos de Azevedo elaborou o projeto de alvenaria, envoltório do edifício.

O projeto é constituído de três blocos, sendo dois laterais e um central, separados por duas torres de escadas de estrutura em ferro, revestidas em mármore de carrara, e elevadores, presumindo-se que, no início, deveriam ser totalmente vazados e soltos da estrutura da escada. Em uma das reformas pelas quais passou o edifício, os elevadores abertos foram substituídos por elevadores fechados, formando caixas de concreto que hoje lá se encontram, conforme mostra a Figura 4.

Os blocos laterais são simétricos e compostos por quatro pavimentos; o central possui cinco pavimentos. O detalhe da fachada, contudo, não nos revela com precisão onde se encontram as lajes dos pavimentos, com suas janelas muito altas.

No pavimento térreo, amplos salões são sustentados por pilares quadrados, em ferro, nas dimensões aproximadas de 50 x 50 cm, sem revestimento. Em entrevista ao advogado e delegado, dr. Nembr Jorge (2002), hoje aposentado, ele afirma: *“os salões eram ocupados pelas diversas delegacias que faziam parte da então Secretaria de Segurança, instalada no edifício por volta de 1937 ou 1938, sendo a mais importante a Delegacia de Ordem Pública e Social.”*

Analisando um dos cortes, notamos que os segundo e terceiro pavimentos do bloco central possuem um pé-direito de 6,77 e 6,32 metros, respectivamente, e suas lajes são sustentadas por colunas de ferro fundido, pré-fabricadas, provavelmente importadas. Já nas torres laterais, o pé-direito do segundo

Figura 4: Planta do pavimento térreo do projeto original – Arquivo do Condephaat
Crédito: Ivanise Lo Turco, 2002

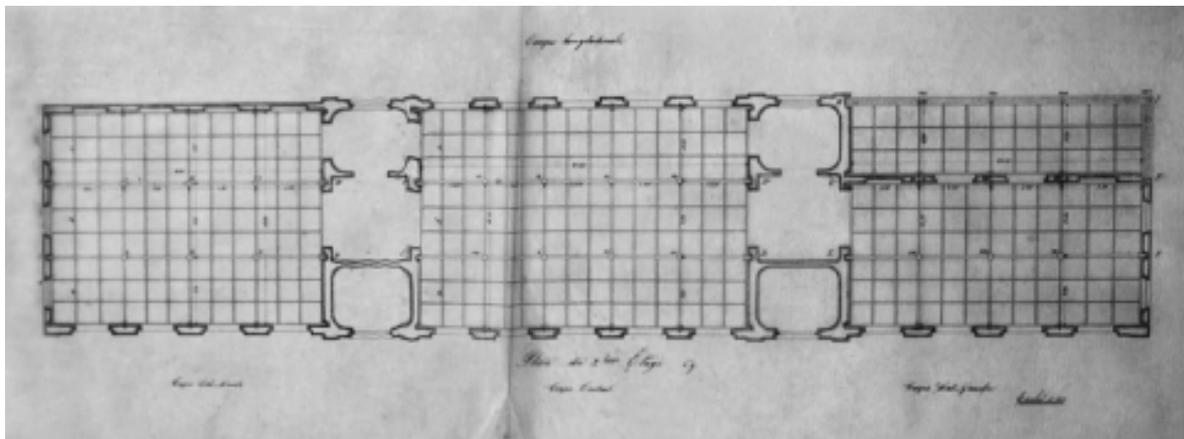




Figura 5: Quarto pavimento durante a obra de restauro e no dia da inauguração
Crédito: Ivanise Lo Turco

pavimento foi dividido em dois, mas não se criou ali um mezanino, mas um terceiro pavimento, a apoiarem-se sobre as vigas e colunas de ferro; as lajes parecem estar soltas, engastadas apenas nas paredes das torres das escadas.

No quarto pavimento os blocos laterais não possuem pilares, como os outros, formando vãos enormes, ou melhor, dois enormes salões em que vemos a cobertura em telhas vãs, com suas tesouras em ferro fundido, suportadas sobre as paredes de alvenaria. Notam-se ainda vãos fechados, mas que, originariamente, deveriam ser portas, que acompanham as janelas com seus belos arcos. O prédio foi terminado e preencheu sua finalidade até 1939.

A PRIMEIRA PROPOSTA DE RECONVERSÃO: A ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA

Segundo entrevista realizada com o arquiteto Haron Cohen, em março de 2002, anterior às reformas, sua proposta para a Escola Superior de Música, realizada em 2001, não foi implantada, não passando dos desenhos. Pretendia-se, dessa forma, tornar os espaços antes utilizados para armazenagem de materiais, ou escritórios, como durante o período em que ali se estabeleceu a estação ferroviária e, posteriormente, a Secretaria de Segurança Pública, em salas de aula.

Durante essa entrevista o arquiteto fez uma breve descrição do projeto, esclarecendo como ficariam organizados, especialmente, os pavimentos.

Para o térreo, projetou-se um auditório, localizado no bloco central, separado pelas torres das escadas, com capacidade para 300 pessoas, aproximadamente (incluindo mezanino); no saguão principal seriam distribuídos os sanitários, uma livraria, um café e a bilheteria. As entradas do edifício seriam distribuídas pelas portas da frente e laterais, e, no bloco oposto, ficariam distribuídos os camarins,

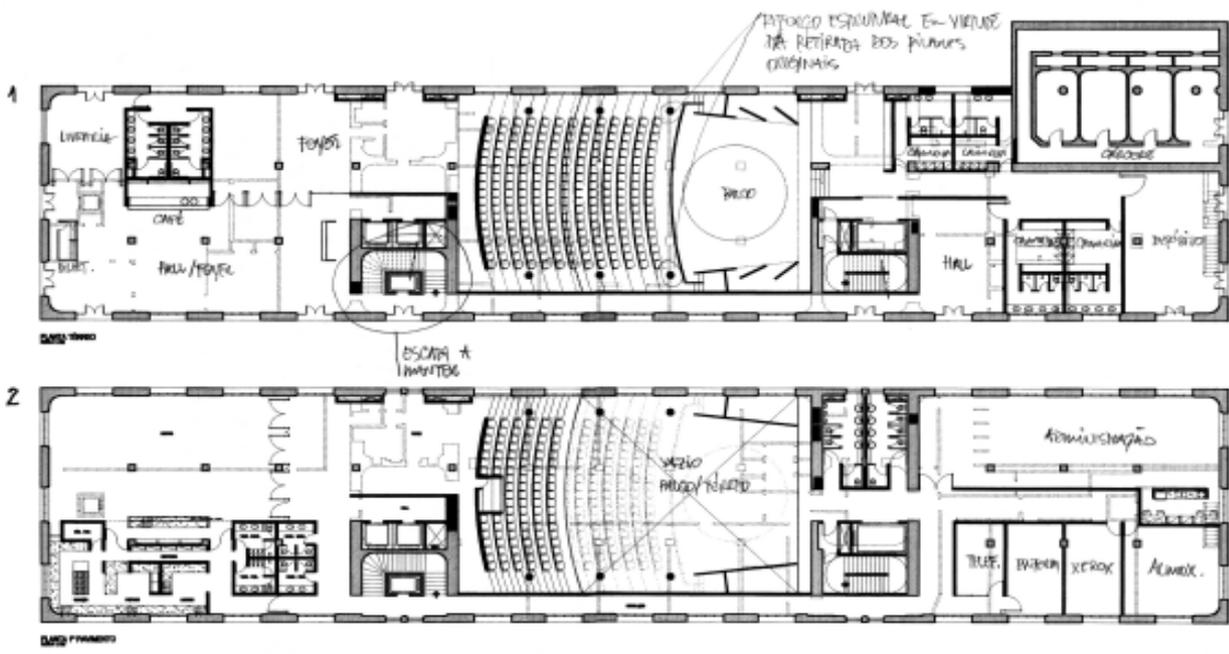


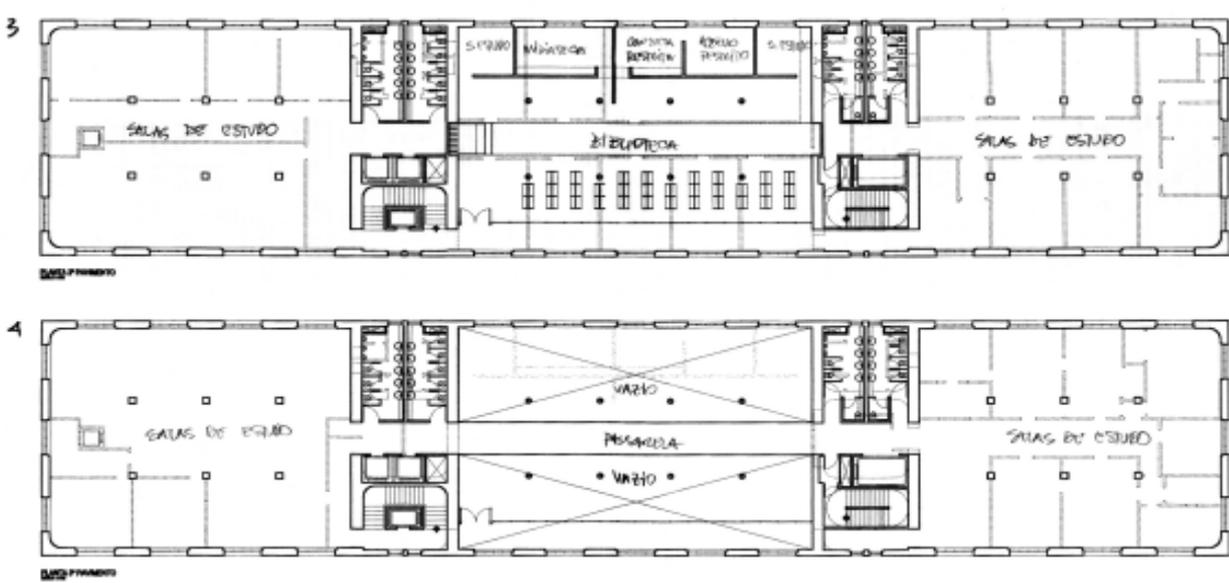
Figura 6: Plantas do térreo e do primeiro pavimento do projeto para a Escola de Música
Crédito: Arquiteto Haron Cohen

com sanitários e vestiários, além de um depósito de material cênico, conforme a Figura 6.

Para o segundo pavimento, os blocos laterais contariam com salas de estudo, com sanitários para uso dos alunos nas torres das escadas e elevadores. Nesse pavimento o bloco central deveria comportar a biblioteca e salas de acervo e consultas restritas.

Figura 7: Plantas dos segundo e terceiro pavimentos do projeto da Escola de Música
Crédito: Arquiteto Haron Cohen

Subindo ao terceiro pavimento, os blocos laterais contariam apenas com salas de estudo, ligadas por uma passarela que atravessaria o bloco central, como se vê na Figura 7.



No quarto pavimento foram reservados espaços para as salas de ensaio, salas de aulas teóricas e salas de coro e estúdios, nos blocos da direita, central e esquerda, respectivamente. O quinto pavimento seria utilizado pelas salas dos professores, diretoria, conselho e secretaria.

Apesar do esforço do arquiteto Haron, em distribuir os espaços em pequenas salas, as quais deveriam possuir revestimento acústico sofisticado, a Secretaria de Estado da Cultura optou por uma outra função, economicamente viável e de rápida execução.

A SEGUNDA PROPOSTA PARA RECONVERSÃO: O MUSEU DO IMAGINÁRIO DO POVO BRASILEIRO E MEMORIAL DA LIBERDADE

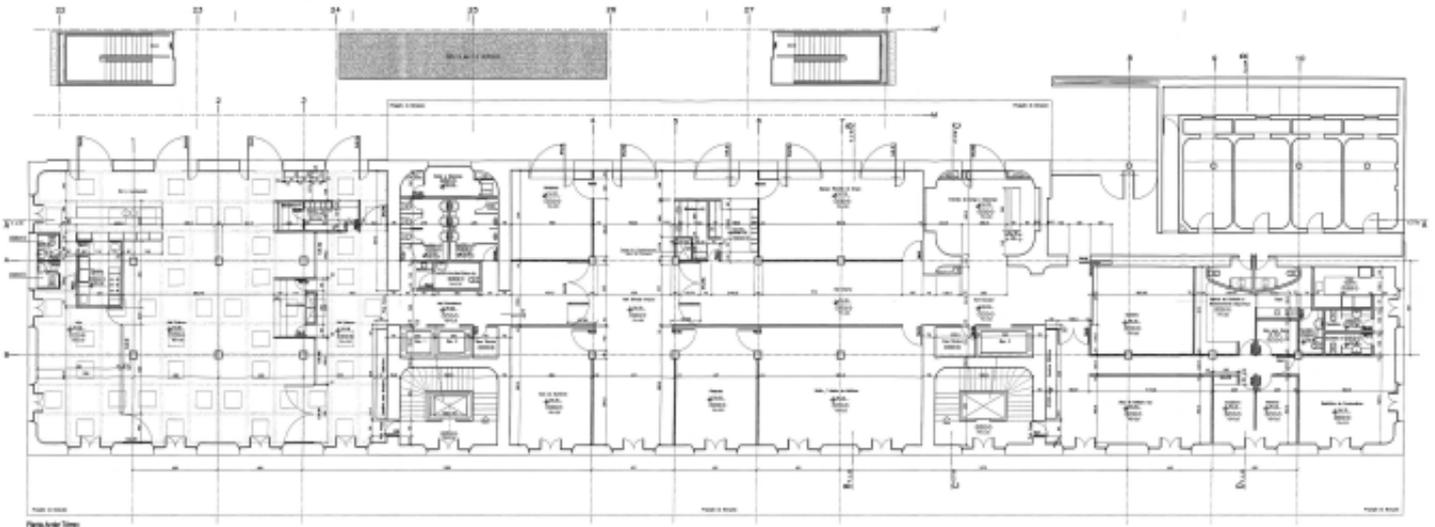
A nova função facilitou na elaboração do projeto final, pois não houve alteração de ordem estrutural, sendo criados os espaços adequados ao programa proposto pela equipe de museólogos.

Ainda durante a entrevista com o arquiteto Haron Cohen, este descreveu o novo projeto e sua preocupação, tanto quanto a dos museólogos, com relação às futuras visitas de grupos de estudantes, desde crianças até adultos, e para tanto foram criados dois acessos distintos, interligados por uma passagem com acesso aos elevadores para a visitação ao museu.

Pela entrada dos fundos, no bloco central desse pavimento, foram projetadas salas de monitoria, para todos os grupos; nessa área também foram projetadas as salas de pesquisa, reunião para grupos, além de um refeitório, e salas de *workshop* ou ateliê.

No térreo foram abertas entradas do museu, sendo a do público no bloco lateral esquerdo, cujo acesso é tanto pela frente como pelos fundos: pelo pátio

Figura 8: Planta do térreo do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro
Crédito: Arquiteto Haron Cohen



interno, ou pelo estacionamento. Nessa área foi criada uma loja, cuja localização permite o acesso tanto do visitante como do transeunte interessado por seus artigos ou produtos, integrando, assim, o museu à rua. Ao lado da loja foi projetada uma pequena lanchonete que deverá se integrar ao espaço externo para o qual se planeja a execução de um jardim, idéia semelhante à da Pinacoteca.

Pelos fundos há o acesso dos funcionários e entrada da carga que será guardada no depósito, até que se resolva seu destino: se encaminhada à reserva técnica no primeiro pavimento ou para alguma exposição. No depósito há uma sala de controle de segurança, o refeitório para os funcionários, com uma copa, sanitários, uma sala de som, responsável pela sonorização de todo o museu, a telefonia e a copiadora.

Ainda nesse pavimento – térreo – encontra-se o Memorial da Liberdade, no qual estão as antigas celas do Dops. O arquiteto declarou durante a entrevista que, logo ao assumir o projeto, verificou que as celas usadas pelos presos políticos não mais preservavam suas características, marcadas pelos fatos da época, porque durante dez anos o prédio foi ocupado pelo Decon, o qual era voltado ao problema de narcotráfico, de bandidos comuns, causando a destruição do histórico político ali registrado durante anos.

Propôs-se, para esse local, uma exposição permanente de 30 quadros que estavam no Palácio do Governo, e que ficarão expostos. A idéia era criar um museu o qual mostrasse, em primeira instância, os artigos dos direitos humanos. Dentro do Memorial serão colocados os arquivos dos presos políticos.

No 1º andar não haverá exposições, e resolveu-se, então, criar uma área para eventos que poderá funcionar tanto para o museu como para locação. Cohen descreve sua idéia: criar um espaço isolado às exposições, a ser usado apenas para eventos, sejam eles do museu ou não. No bloco central, foi projetada a área administrativa, com o departamento financeiro, recursos humanos, diretoria, sala de espera, ligada a uma sala de reunião e à assessoria da diretoria, além de comportar, nas duas torres, os sanitários, para clientes e público.

Figura 9: Planta do primeiro pavimento do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro
Crédito: Arquiteto Haron Cohen

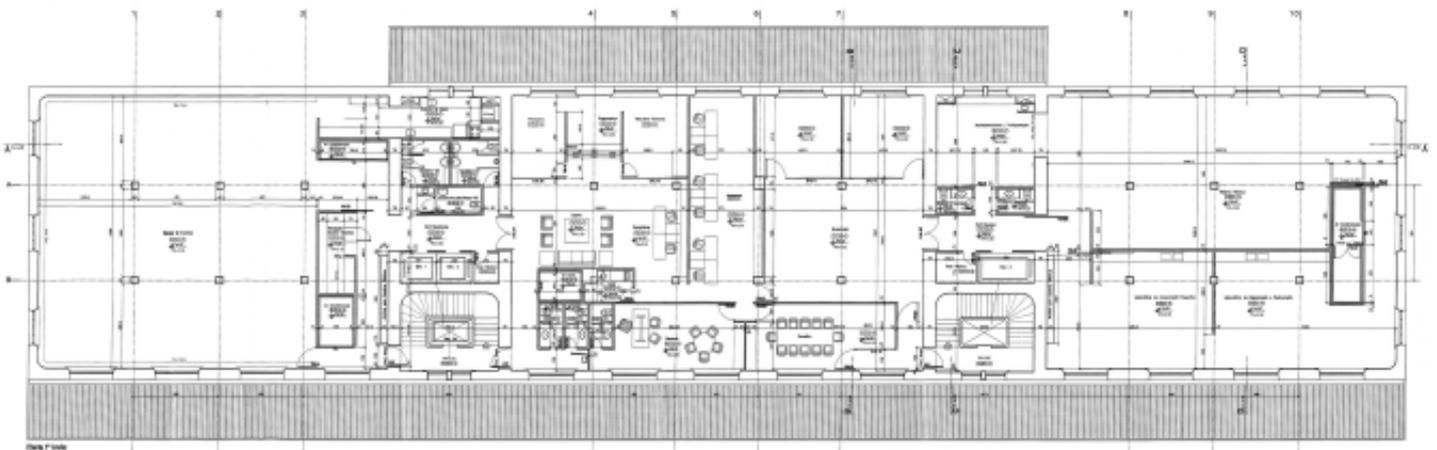




Figura 10: Vistas para o mezanino – dia da inauguração – 04.07.2002
Crédito: Ivanise Lo Turco

Figura 11: Planta do terceiro pavimento
Crédito: Arquiteto Haron Cohen

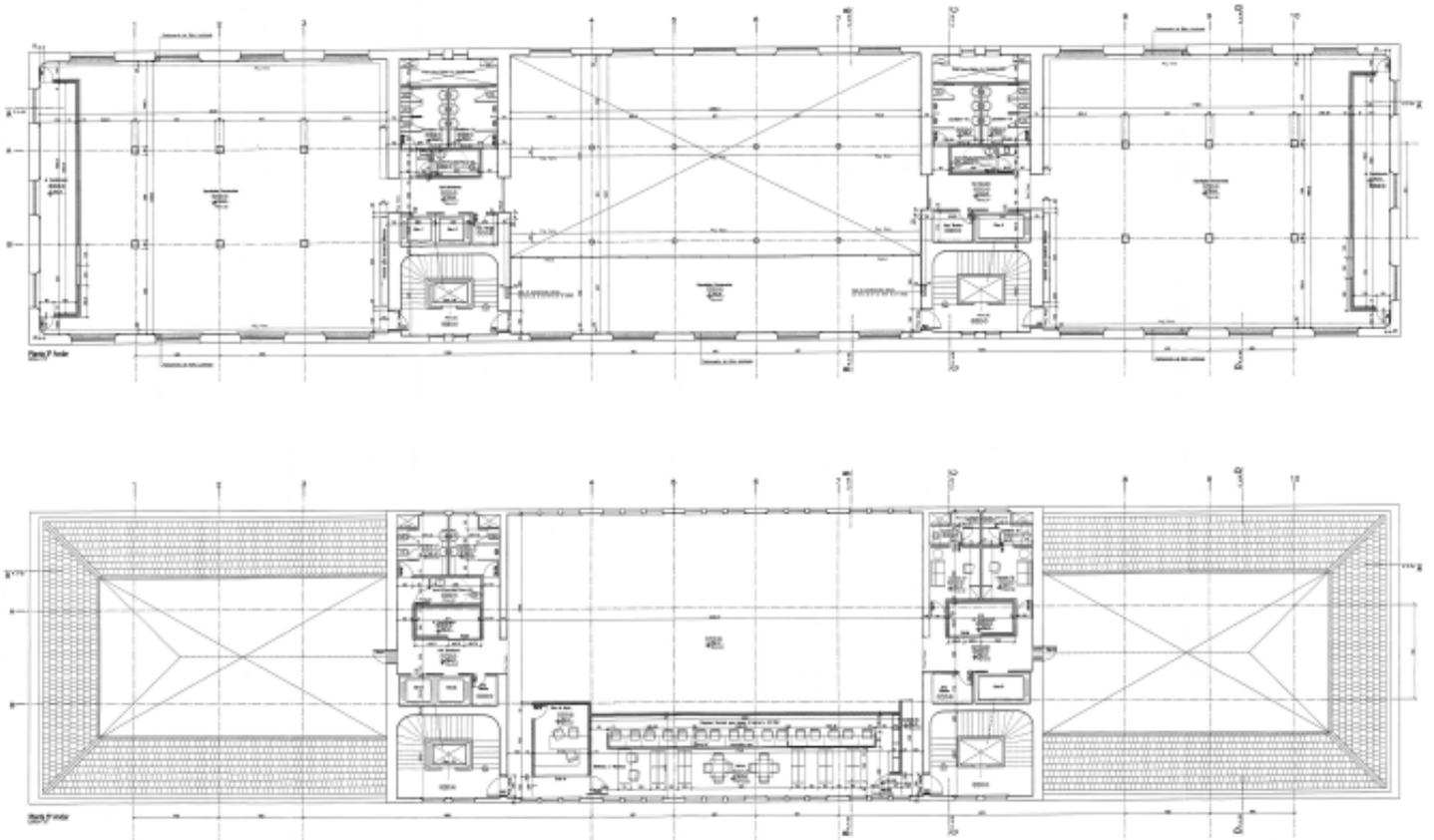


Figura 12: Planta do quinto pavimento
Crédito: Arquiteto Haron Cohen

A reserva técnica, laboratórios de conservação preventiva e restauro, que são as grandes áreas, de primordial necessidade em um museu, estão localizadas nesse mesmo pavimento, no bloco da direita. O arquiteto projetou essa área com uma boa ventilação, para a total eliminação de odores e gases que possam ser criados a partir dos produtos químicos armazenados. A manutenção da temperatura, a circulação do ar e o controle da umidade são vitais para o bom funcionamento de um museu e a conservação de obras e objetos de arte. Essa é uma área totalmente fechada, ainda porque objetos que precisam permanecer em uma determinada temperatura e não podem sofrer variações ficarão aí armazenados.

O público iniciará sua visita ao museu a partir do salão de exposições temporárias no 4º andar, no qual foram criadas pequenas salas de projeção, para que o artista que só trabalha com projeções de áudio e vídeo possa apresentar seu trabalho. O arquiteto considera que *“esse é o melhor piso do prédio, tem 5,5 metros de altura, em toda a sua área”*. (HARON, 2002). (Figura 10)

Como os segundo e terceiro pavimentos abrigam exposição permanente, o visitante poderá visitá-los ao descer do quarto pavimento pelas escadas. No 3º piso estão instalados os sanitários, nas torres das escadas e elevadores, bem como o ar-condicionado nas laterais, cujo principal equipamento se encontra instalado no segundo andar (Figura 11).

A passarela projetada no piso correspondente ao da biblioteca, na Escola de Música, visando à ligação entre os blocos pelo 3º andar, deu lugar a um mezanino projetado a partir das saídas dos elevadores, proporcionando ao visitante uma visão do segundo pavimento.

No último andar, o 5º, criou-se um auditório com capacidade para receber 130 pessoas, com um pequeno palco, camarins, uma sala de multimídia, e uma sala de apoio ao auditório. Nas salas com janelas que dão vista para a rua Mauá, foram projetadas uma para leitura e uma para pesquisa, dotada de terminais com acesso à Internet (Figura 12).

Reputa-se que o projeto é bastante objetivo e funcional, transmitindo uma sensação de conforto, tornando o ambiente agradável e arejado, proporcionando um bom aproveitamento dos espaços, facilitando a circulação dos visitantes, com exceção da entrada do Memorial, acanhada, devido à limitação oferecida pela localização das celas e à segurança.

O arquiteto propõe a visita ao museu a partir do quarto pavimento, onde são realizadas exposições temporárias, fazendo o visitante “passear” por todas as instalações do edifício; dessa forma o aproveitamento do espaço leva-o a uma valorização cultural, integrando o espaço à história, fazendo aflorar memórias de tempos remotos e participativos na vida daqueles que ali buscam conhecimento e até enriquecimento da alma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, recentemente inaugurado, ocupa o antigo edifício da Estação Sorocabana, e a Escola Superior de Música está sendo instalada no edifício do antigo Hotel Piratininga, e, portanto, com um novo projeto.

A história do edifício foi bastante conturbada e pouco se apurou sobre sua real função na Companhia da Estrada de Ferro Sorocabana e do Arquivo do Estado, até sua passagem para órgão de segurança, pois foi criada como depósito, usada, inicialmente, como estação, e finalmente, sede administrativa da companhia.

Ainda em 1937 a estação estava sendo usada pelos funcionários, e perto de um ano antes da inauguração da Estação Júlio Prestes, os funcionários começaram a trabalhar no prédio novo. As apreensões de presos políticos anteriores a 1940 foram feitas na Delegacia de Polícia de São Paulo, localizada no Pátio do Colégio, onde estava sediada o Dops, com a Secretaria de Negócios da Segurança Pública, tendo esta sido transferida em 1939 para a Estação Sorocabana, sendo o cárcere terminado só na década de 40, e aquele edifício, no Pátio do Colégio, foi demolido em meados de 1960.

A pesquisa realizada evidencia a valorização e o respeito à herança cultural da cidade, que, pela preservação patrimonial histórica de edifícios monumentais e de seu entorno, mantém o equilíbrio entre meio ambiente e suas necessidades sociais as quais estão em constante crescimento e desenvolvimento.

A ação do arquiteto sobre o edifício a ser preservado deve ser, primeiramente, de respeito aos valores arquitetônicos e à essência dos conceitos expressos nas *Cartas patrimoniais*. As intervenções nos edifícios históricos e culturais devem ser claramente determinadas, a fim de distinguir as diversas épocas e participações necessárias para a continuidade e presença do edifício. Ainda é essencial que a característica arquitetônica da época seja clara e representativa, aplicando-se técnicas e materiais similares que constituíram a construção do edifício, agora com a finalidade de preservar o patrimônio, devendo levar em conta tanto a sensibilidade como o conhecimento das formas das diversas épocas necessárias ao desempenho do restauro.

Em princípio o arquiteto deve estabelecer a vida do monumento como uma função primordial, mediante um uso que seja adequado à edificação e faça parte das necessidades atuais dos espaços, interligando-os ao contexto cultural, sem um restauro apenas de seu aspecto formal.

A importância da divulgação de estudos a possibilitarem a reconversão e reciclagem de edifícios deve sempre ser considerada para que se valorize o passado, com a preservação do patrimônio, da arte e da história, ampliando o interesse pela memória cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Leon Batiste. *On the art of buildings. Ten books. Capítulo X*. Londres: The MIT Press, 1999.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos históricos e arqueológicos*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História. Instituto Nacional de Antropologia e História de México, 1952.
- ARGAN, Julio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BEM, Sueli Ferreira de. *Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo. *Introdução à arquitetura*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- BLAY, Beatriz. *Estação de Ferro Sorocabana*. 1981. TGI – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1981.
- BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Tradução em espanhol de Maria Angelis Tojas Roger. Madri: Alianza Forma, 1995.
- CAMPOS NETO, Cândido Malta. Iluminando uma trajetória: Reservação, história e urbanismo. In: CAMPOS NETO, Cândido Malta; GALLO, Haroldo; CARRILHO, Marcos José et al. *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001. Coleção Mosaico: (Ensaio & documentos).
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988, 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DE FUSCO, Renato. *La idea de arquitectura – História de la crítica desde Villet-le-Duc a Persico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1976.
- DI MARCO, Ana Regina; ZEIN, Ruth Verde. *Sala São Paulo de Concertos – Revitalização da Estação Júlio Prestes: O projeto arquitetônico*. São Paulo: Alter Market, 2001.
- FAGGIN, Carlos. Arquitetura de reconversão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SÃO PAULO CENTRO XXI – ENTRE HISTÓRIA E PROJETO, 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP/FUPAM/BANK BOSTN, p. 57, 1994.
- FITCH, James Marston. *Preservação do patrimônio arquitetônico – Curso de preservação do patrimônio ambiental urbano*. São Paulo: FAUUSP, 1981.
- GALLO, H.; CARRILHO, M. J.; MAGALHÃES, F. O trabalho do restauro em arquitetura. In: CAMPOS NETO, C.; GALLO, H.; CARRILHO, M. J. et al. *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001. Coleção Mosaico: (Ensaio & documentos).
- IPHAN, *Cartas Patrimoniais. Caderno de Documentos*, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995.
- JORGE, Clóvis de Athayde. *Luz: Notícias e reflexões*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria da Educação e Cultura, 1971 (Série História dos Bairros de São Paulo).
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro em São Paulo e arquitetura ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- KUTTER, Vivian Polack. *Modelo de abordagem para edificações em situação de reciclagem*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LARKHAM, Peter J. *Conservation and the city*. Londres and Nova York: Routledge, 1996.
- LEAL, Fernando Machado. *Restauração e conservação de monumentos brasileiros*. Pernambuco: UFPE, 1977.
- LEMONS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Nobel. 1989.
- _____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.
- _____. *O que é patrimônio*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- MEYER, Regina; IZZO JR., Alcino. *Polo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.
- REVISTA DA POLÍCIA DE SÃO PAULO. São Paulo. n. 44, ano VI, dez. 1973.
- _____. n. 18, ano X, dez. 1989.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo: DPH, n. 199, 1991. ISSN 00349216.
- RIGHI, Roberto. O bairro da Luz: Das origens aos tempos atuais. In: CAMPOS NETO, C. M.; GALLO, H.; CARRILHO, M. J. et al. *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001. Coleção Mosaico: (Ensaio & documentos).
- ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RUSKIN, John. *Las siete lamparas de l'arquitectura*. Barcelona: 1944.
- _____. *As pedras de Veneza*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (Coordenadoria de Ação Regional). *Programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano – versão preliminar*. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento, jan. 1977.
- SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. *Relatório do Departamento de Ordem Política e Social – Resumo Histórico do D.O.P.S. – Tiragem do Departamento de Investigações de São Paulo em 1953*. São Paulo: Arquivo do Estado, s/d.
- SOUKEF JR., Antônio. *Cem anos luz*. São Paulo: Dialetto, 2000.
- _____. *Estrada de Ferro Sorocabana: Uma saga ferroviária*. Texto cedido pelo autor, 2001.
- TAZZER, Alejandro Marino. *La restauración arquitectónica – Retrospectiva histórica em México*. 2. ed. México: Editorial Trillas, 1991.
- TURCO, Ivanise Lo. *Exemplo de reconversão arquitetônica: Da Estação Sorocabana ao Museu do Imaginário do Povo Brasileiro – 1914 a 2002*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.
- VARRINE-BOHAN, Hugues. *Patrimônio cultural – A experiência internacional*. Notas de aula de 12.08.1974. São Paulo: Edição em Convênio: FAUUSP e IPHAN, 1975.
- VIOLETT-LE-DUC, E. Emmanuel. *Restauration*. Tradução Beatriz Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- _____. *Entretiens Sur L'Architecture*. Paris: Pierre Mardaga, éditeur, 1986.
- _____. *L'Architecture Raisonnée*. Paris: Hermann, 1964.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Museu, patrimônio, conservação, reconversão, monumento, entorno, reciclagem.

Museum, historical landmark, conservation, renovation, monument, surrounding, recycling.

Ivanise Lo Turco

Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito – atual UnG, em Guarulhos, e mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutoranda na FAUUSP e professora na Uninove.

Roberto Righi

Arquiteto, professor doutor do Departamento de Projeto da FAUUSP.

4 | CONFERÊNCIA
NA FAUUSP

Giuseppe Basile

Diretor do Serviço de
Intervenções em Bens Artísticos
e Históricos do Instituto Central
de Restauração (ICR) de Roma,
órgão do Ministério dos Bens e
Atividades Culturais da Itália

P

PERMANÊNCIA e ATUALIDADE
DA TEORIA DE CESARE BRANDI
NAS INTERVENÇÕES DO
INSTITUTO CENTRAL DE
RESTAURAÇÃO, ROMA

O título se refere a temas tratados em duas conferências (transcritas a seguir): uma no CPCUSP, no dia 30 de agosto, e outra na FAU-Maranhão, no dia 31 do mesmo mês – por Giuseppe Basile, diretor, desde 1987, do Serviço de Intervenções em Bens Artísticos e Históricos do Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma, órgão do Ministério dos Bens e Atividades Culturais da Itália e centro de referência mundial no campo da restauração. A vinda de Basile fez parte das atividades da disciplina de pós-graduação da FAUUSP, AUH – 816 Metodologia e Prática da Reabilitação Urbanística e Arquitetônica – e foi organizada por Beatriz Mugayar Kühl e Maria Lucia Bressan Pinheiro, professoras responsáveis pela disciplina. A atuação do Instituto Central de Restauração, na formação de profissionais, nas restaurações efetuadas, na produção teórica, a relevância das obras de arte sobre as quais trabalha, a excelência dos resultados obtidos, tornam-no referência incontornável, tanto na teoria quanto na prática. E tanto a teoria quanto a prática de atuação no instituto estão fundamentadas nas proposições de Cesare Brandi, depois reinterpretadas por seus alunos os quais atuaram e atuam no instituto. A vinda de Basile e a discussão dos preceitos teóricos a guiarem as intervenções do ICR são de enorme importância para analisar uma linha teórica continuamente experimentada e reexperimentada, na prática, em um país que é referência mundial no campo. Apesar da diversidade das realidades atuais, brasileira e italiana, existem muitos pontos em comum, sendo

também intuito das conferências aprofundar o tema da necessidade de trabalhar-se de modo fundamentado, com sólidos critérios e metodologia, mesmo na diversidade de situações e na variedade dos meios a serem postos em prática. Essas questões são de grande atualidade e relevância para uma atuação consciente e responsável das várias profissões envolvidas no campo da preservação, entre elas a de arquiteto, sobre o legado de outras gerações, para que possa ser transmitido, da melhor maneira possível, para o futuro.

O contato com Basile deu-se em função da recente tradução da *Teoria da restauração*, de Cesare Brandi, para o português (publicada pela Ateliê Editorial, de Cotia, em 2004)¹, dando início a um intercâmbio de correspondência e a uma série de reuniões e debates entre as professoras responsáveis pela disciplina supracitada e o professor Basile para discutir aspectos da *Teoria brandiana*, tais como a permanência de seus princípios na atuação do ICR, seus aspectos prospectivos e sua percepção na atualidade. Deve-se recordar que houve várias traduções recentes da *Teoria* para outras línguas, além da espanhola, existente há vários anos, tendo sido lançadas, ou estando em vias de completamento, traduções para línguas, tais como francês, grego, alemão, japonês e inglês.

Cesare Brandi (1906-1988) foi personagem eminente no panorama cultural do século 20, em especial no campo das artes. Formado em direito e letras, dedicou sua carreira à crítica e à história da arte, à estética e à restauração, atuando de

forma exemplar no serviço público. Brandi foi um dos responsáveis pela fundação do ICR em Roma, em 1939, dirigindo-o por duas décadas, quando passou a atuar no ensino universitário, inicialmente em Palermo e depois em Roma. Possui uma extensa produção bibliográfica, com muitos textos de essencial importância relacionados às áreas supracitadas, mas que também abarcam a poesia, diários de viagens, tendo sido, ainda, colaborador assíduo de jornais e periódicos.

Para discutir as proposições teóricas de Brandi, optou-se por evidenciar e ilustrar os mais importantes princípios da *Teoria*, com exemplos extraídos de restauros recentes realizados pelo ICR, todas eles conduzidas por Basile, por ser diretor do serviço de intervenções em bens culturais. Este, ademais, formou-se, em 1964, com Brandi, em história da arte na Universidade de Palermo, tendo depois seguido para Roma, onde se aperfeiçoou em história da arte com Giulio Carlo Argan (de 1965 a 1967), trabalhando, desde 1976, no Ministério dos Bens Culturais. Desde 1991 é também docente da Escola de Especialização em História da Arte, Universidade La Sapienza, em Roma. Os exemplos mais notáveis abordados nas conferências foram as restaurações das pinturas murais (de Cimabue, Giotto, Simone Martini, Pietro Lorenzetti, etc.) da Basílica de São Francisco de Assis (e a restauração da própria basílica), da Última Ceia, de Leonardo da Vinci, em Milão, das pinturas murais de Giotto, na Capela dos Scrovegni de Pádua.

A *Teoria da restauração*, de Cesare Brandi, inicialmente editada em 1963, permanece um escrito basilar e não-superado nesse campo do conhecimento. A apresentação de Giovanni Carbonara, para a edição brasileira, situa a elaboração teórica do autor em uma genealogia, com raízes na história e na filosofia, e evidencia muitas de suas características prospectivas e atuais. Na *Teoria*, Brandi articula sua excepcional capacidade intelectual com a vasta experiência prática que acumulou na direção do ICR, elaborando um texto denso, rigoroso, embasado em princípios sólidos e coesos, possuindo uma tal profundidade, que se torna uma fonte inesgotável,

à qual se deve sempre retornar para interpretar questões ligadas à preservação de bens culturais, a fim de poder enfrentá-las de modo fundamentado e responsável.

A restauração deveria ser entendida, na definição de Brandi, como:

*“o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro.”*²

Ou seja, é ação de caráter eminentemente cultural, que se transforma em ato histórico-crítico, alicerçado na análise da relação dialética entre as instâncias estéticas e históricas de uma dada obra. Fundamenta-se no “reconhecimento”³, na análise da conformação da obra em seus aspectos físicos e como imagem figurada, e de sua transformação ao longo do tempo, por meio de instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e historiografia da arte, crítica e estética⁴. Utilizam-se, assim, instrumentos mais refinados para analisar a relação dialética entre os valores históricos e formais da obra, ancorados, de fato, na história e na estética, e não mais apenas no “bom senso” preconizado por variados autores do século 19 e início do 20⁵.

Brandi procurou, com os preceitos teóricos que elaborou e de uma contínua verificação na prática, enfatizar o caráter da restauração como campo disciplinar autônomo, afastando-o do empirismo o qual caracterizara as ações até então, e integrando-o à história e à crítica, sem jamais descuidar dos aspectos materiais das obras de arte:

“Por isso, definindo a restauração como o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal, a reconhecemos naquele momento do processo crítico em que, tão-só, poderá fundamentar a sua legitimidade; fora disso, qualquer intervenção sobre a obra de arte é arbitrária e injustificável. Além do mais, retiramos para sempre a restauração do empirismo dos procedimentos e a integramos na história, como consciência crítica e científica do momento em que a intervenção de restauro se produz. [...] Com isso não degradamos a prática, antes, elevamo-a ao mesmo nível da teoria, dado que é

claro que a teoria não teria sentido se não devesse, necessariamente, ser verificada na atuação [...].”⁶

Por ser fundamentada na relação dialética entre as “instâncias” estéticas e históricas da obra (ou de um conjunto de obras), essas proposições exigem um esforço interpretativo, caso a caso, e a intervenção não pode ser enquadrada, *a priori*, em categorias fixas (como propusera Gustavo Giovannoni, por exemplo). Pois o restauro, segundo a bela asserção de Bonelli (retomando proposições de Philippot e do próprio Brandi), é “processo crítico em ação”, compreendendo o juízo histórico-crítico e sua tradução operativa, o qual deve partir das indicações fornecidas pela indagação da própria obra⁷. Mas o fato de cada restauração constituir um caso a ser analisado de modo singular – em razão das características particulares de cada obra e de seu transcorrer na história – e não obedecer a colocações dogmáticas, não significa que a intervenção seja arbitrária, sendo necessário a idéia subjetiva se tornar acessível a um juízo objetivo e controlável, alcançável apenas pela reflexão teórica.

Por isso, a restauração deve seguir princípios gerais, com a unidade de metodologia e conceitos consistentes para as várias formas de manifestação cultural, mesmo na diversidade dos meios a serem empregados para se enfrentar os problemas particulares de cada obra, sendo, em virtude disso, um ato histórico-crítico ancorado na história e na filosofia. Essa vinculação é essencial para aqueles que atuam na preservação de bens culturais, pois possibilita superar-se atitudes ditadas por predileções individuais, que qualquer ser pensante possui, e agir de acordo com uma deontologia profissional, alicerçada em uma visão histórica. É importante salientar que esse processo não é óbvio; ao contrário, é procedimento necessariamente multidisciplinar, o qual exige estudos e reflexões aprofundadas, não admitindo aplicações mecânicas de fórmulas, exigindo esforços de interpretação, caso a caso, e não aceitando simplificações.

Beatriz Mugayar Kühl

Professora no curso de graduação e professora orientadora no curso de pós-graduação da FAUUSP.

A RESTAURAÇÃO SOB A LUZ DA TEORIA, DE CESARE BRANDI: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS DA BASÍLICA DE SÃO FRANCISCO, EM ASSIS, POR GIUSEPPE BASILE

Tradução de Beatriz Mugayar Kühl

Nesta apresentação será mostrado, de forma sucinta, um trabalho que perdura desde as horas sucedidas imediatamente ao terremoto de 26 de setembro de 1997, e ainda hoje não pode ser concluído, sobretudo pela novidade e pela entidade da intervenção. Na realidade, é necessário distinguir a intervenção de salvatagem e restauração das pinturas murais que permaneceram *in situ*, da intervenção para recuperar, recompor, restaurar e recolocar as pinturas murais as quais desabaram da abóbada da Basílica Superior, reduzidas a diminutos fragmentos.

A primeira – apesar de concernir a uma superfície com cerca de 5.000 metros quadrados de decorações murais (deixando de lado, por ora, a consideração sobre o valor daquelas pinturas) profundamente danificadas, a ponto de, a princípio, parecer impossível sua recuperação integral – foi concluída em tempos extremamente rápidos, considerando-se que nos dois anos empregados para restaurar a Basílica Superior (do dia do terremoto até a reabertura, em 28 de novembro de 1999), muito mais da metade foi utilizada para a recuperação e restauração das alvenarias, algo que não consentia a execução de operações sobre as pinturas murais. No que concerne à intervenção nos fragmentos, deve-se recordar que o ponto de partida foi a recuperação de imensa massa de escombros da qual, por meio de trabalho forçosamente longo, porque atento e complexo, conseguiu-se extrair cerca de 300.000 fragmentos.

Concluído esse primeiro momento “heróico” do trabalho, do qual puderam participar também voluntários (sob um controle estrito dos restauradores), começou-se a primeira das fases

que conduziram, até esse momento, à recolocação de perto de 100.000 fragmentos; ou seja, reconhecimento e recolocação dos fragmentos sobre gigantografias realizadas em grandeza real – operação difícil e complexa para a qual não existem operadores já treinados, mas profissionais (arqueólogos, restauradores, historiadores da arte) os quais tiveram a oportunidade de passar por experiências análogas em outros lugares (é meu caso, pois tive a “sorte” de adquirir experiência similar por ocasião dos terremotos em Belice, no Friul, na Campânia e em escavações arqueológicas), existindo, por isso, poucos operadores idôneos no mercado.

Acrescentando-se que também as outras fases (recomposição, aplicação sobre novos suportes, realização de estucagem, reintegração das lacunas, recolocação na abóbada) apresentam grande dificuldade e que, ademais, no caso de Assis, começou-se a operar sempre depois de submetidas à discussão pública, com especialistas, as soluções paulatinamente prospectadas, será possível consentir que mesmo o tempo até agora empregado para a restituição dos oito santos do arco e do pano de abóbada⁸ de S. Jerônimo (80 m² no total) foi extremamente breve.

Seguindo a ordem de execução, a primeira iniciativa para a recuperação da decoração mural da basílica afetada pelo terremoto teve início poucos minutos depois do trágico evento. Dada a situação, pedir aos responsáveis do Corpo de Bombeiros, os quais procuravam com aflição os corpos das vítimas, para ter cuidado com a remoção daquilo que, a seus olhos, parecia simples restos, causou ao autor, naquele instante, um doloroso embaraço o qual até agora procura afastar, quando a recordação se volta para aqueles terríveis momentos.

Pedir que as escavadoras depositassem todo novo carregamento ao lado dos precedentes, de modo a formar uma série de montes no Prado que antecede a Basílica Superior, em vez de jogá-los logo a seguir ao ingresso, implicaria retardar a operação de limpeza, e isso seria inaceitável para os parentes dos desaparecidos. Mas não havia outro meio para evitar que se perdesse de vez a

esperança de recuperar algo da decoração parietal, naquela massa heterogênea de materiais que desabaram da abóbada.

Ao final de um dia tão funesto, quando os corpos martirizados das quatro vítimas já haviam sido recuperados e retirados, foi necessário opor-se com firmeza à intenção de remover os “escombros” resultantes do desabamento da zona da abóbada, no cruzamento da nave e do transepto. Buscava-se impedir, assim, que se causassem danos inevitáveis naquela parte dos escombros, constituídos de restos da decoração mural e, sobretudo, evitar que sua colocação fosse alterada, algo que tornaria muito mais difícil a tentativa de reconstituir as imagens originárias. Esperava, de fato, à luz de minhas experiências precedentes em situações análogas (sobretudo no Friul), poder organizar com calma e com a preparação necessária a atividade de recuperação dos restos da decoração parietal, com uma equipe de operadores especializados que trabalhassem no local, segundo a técnica das quadrículas, comumente empregada nas escavações arqueológicas.

A operação teria, certamente, requerido tempos muito longos e, por isso, apenas poderia ser executada quando fosse garantida a incolumidade dos operadores. Para estabilizar um edifício o qual passou por um terremoto, é necessário escorá-lo, mas no caso da basílica (justamente para minimizar os riscos depois do sucedido e em presença de uma atividade sísmica ininterrupta) foi preciso recorrer a um sistema novo, que consistiu em construir, em condições de segurança, módulos completos de andaimes, para depois colocá-los nos lugares a eles designados. Apresentou-se, então, um dilema que parecia sem solução: deixar no local os escombros, sabendo que pelo menos uma parte seria destruída, definitivamente, para dar lugar aos andaimes, ou removê-los e levá-los embora, mas com a certeza que, no melhor dos casos, seria necessário trabalhar com materiais remexidos e, portanto, confusos. A solução, efetivamente posta em prática, consentiu salvaguardar tanto a integridade quanto a colocação adquirida pelos materiais desabados da abóbada sobre o pavimento⁹.

Quando essa operação pôde ser efetuada, entre 28 de dezembro de 1997 e 2 de janeiro de 1998, três meses se passaram do dia do terremoto, no curso dos quais foram concluídas diversas outras intervenções requeridas pela situação de emergência.

A primeira intervenção conservativa de urgência, poucos dias depois do início do sismo, foi a dedicada a reconstituir a adesão entre a argamassa com a pintura e o suporte parietal, correspondendo ao pano da Pobreza, sobre o altar da Basílica Inferior. Aqui, com efeito, a argamassa estava perigosamente enfraquecida por causa do impacto do material que caíra do pano de S. Mateus de Cimabue (e aquele contíguo, estrelado) depois dos primeiros tremores do sismo, o qual havia atingido violentamente o extradorso da abóbada que se encontrava abaixo, depois de ter perfurado o pavimento da Basílica Superior, apesar de este último ter sido reconstruído no início dos anos 60 sobre uma laje de concreto armado. Outras intervenções emergenciais na abóbada da Basílica Inferior foram executadas, contemporaneamente, para consentir – como aconteceu realmente – uma pronta reabertura daquele edifício para o culto e para a fruição cultural.

A maior parte dessas operações pôde ser executada depois de 14 de outubro de 1997, ou seja, depois da espetacular, mas arriscadíssima, operação de “armação” do tímpano esquerdo da Basílica Superior. As zonas mais danificadas, de fato, correspondiam a todas, ou se encontravam nas proximidades da Capela de S. João, situada embaixo daquela parte da Basílica Superior, a qual, até aquele momento, apresentava o maior risco de ruir.

No que se refere a esta última, levando-se em conta o fato de o acesso ser proibido a quem não pertencesse às equipes de socorro do Corpo de Bombeiros, as primeiras intervenções emergenciais somente puderam ser efetuadas com andaimes “pênseis”, isto é, andaimes ancorados no teto do edifício, aos quais se tinha acesso por uma passarela, também, suspensa no teto¹⁰. Eles eram abaixados nas aberturas das zonas de abóbadas ruídas e, portanto, foi preciso

limitar-se a intervir ao longo das bordas da área desmoronada, procurando conter aquelas partes da argamassa e do estrato pictórico, as quais ameaçavam cair.

Parte significativa da operação só foi possível a partir de março de 1998, isto é, depois de esvaziados os “reforços” das abóbadas da enorme quantidade de materiais acumulados ou depositados ao longo de seis séculos¹¹, depois de ancorar as abóbadas ao teto, de maneira provisória, mas segura, e, por fim, depois de terminada a montagem do andaime especial, o qual devia servir, ao mesmo tempo, de escora para as abóbadas e de meio de acesso para alcançar as superfícies decoradas da nave¹².

Em realidade, somente, assim, foi possível ter plena consciência da enorme entidade dos danos que afetavam a superfície pictórica: com efeito, de baixo eram perceptíveis apenas as grandes lesões as quais atravessavam de lado a lado a alvenaria das abóbadas, mas certamente não aquelas que concerniam à massa com pigmentos (a miríade de lesões capilares, visíveis apenas com luz rasante) ou, ainda, apenas o estrato pictórico.

De perto foi possível, ademais, evidenciar um tipo de dano afortunadamente bastante limitado por sua extensão, mas concernente a dois trechos de pintura importantíssimos: os vultos de Cristo e da Madona, do sumo pintor romano Jacopo Torriti, no pano dos Grandes Intercessores. Eles pareciam atingidos por um gravíssimo fenômeno de não-adesão do estrato pictórico à massa, em consequência do achatamento induzido pelas ondas sísmicas e, certamente, teriam se perdido, se não houvesse sido feita uma intervenção de extrema urgência por parte de um grupo de professores e alunos restauradores do Instituto Central de Restauração¹³.

Ulteriores intervenções ligadas à emergência foram aquelas efetuadas para destacar os restos de decoração mural dos pedaços dos panos de abóbada que ruíram (entre os quais o Cristo do pano de S. Jerônimo) e de um par de santos do arco adjacente à parte interna da fachada, de modo a consentir a reconstrução das alvenarias de suporte, irremediavelmente danificadas pelo sismo. Quanto ao Cristo, estava-se a ponto de

reconstituir a adesão da argamassa ao suporte parietal, quando os últimos tremores (junho de 1998) tornaram necessária sua remoção. A intervenção realizada pelo Instituto Central de Restauração foi programada – segundo uma práxis corrente na atividade do instituto – como “canteiro piloto” e, portanto, com o objetivo (além de ocupar-se dos casos emergenciais) de efetuar o levantamento e documentar as condições da decoração parietal e determinar, operacionalmente, técnicas e material de intervenção¹⁴.

Ao mesmo tempo, eram realizadas longas e aprofundadas experimentações para determinar uma argamassa capaz de responder à exigência fundamental de não ocasionar danos ou prejuízo algum à decoração mural, mesmo mantendo a capacidade de proporcionar consistência estrutural às alvenarias de suporte, além de, obviamente, à massa com pigmentos.

A intervenção teve por objeto, sobretudo, a abóbada da Basílica Superior e foi articulada em três fases sucessivas, com duração total de cinco meses¹⁵.

A primeira fase consistiu em estucar, preventivamente, todas as lesões, microfaturas e descontinuidades da massa pintada; a segunda, em injetar a partir da parte inferior, com pressão natural, a argamassa especial elaborada de tal modo, que não necessitasse a introdução de quantidades abundantes de água e pudesse ser aplicada com pouca água; a terceira, enfim, na injeção, do alto do extradorso, de uma massa de composição análoga, mas menos líquida e, portanto, com melhor desempenho estrutural, com a finalidade de preencher todas as descontinuidades das alvenarias, reconstituindo, desse modo, sua unidade estrutural¹⁶.

Quanto às decorações das paredes, uma intervenção análoga de consolidação foi necessária apenas para as partes das paredes perimetrais nas quais antigas lesões reabriram: em particular, em correspondência à parede de fundo do transepto esquerdo e, de modo menos relevante, da parede de fundo do transepto direito e da parede esquerda da nave (a *Prédica diante do Papa Honório III*).

Com a reconstituição da coesão da argamassa e da adesão entre massa, estrato pictórico e suporte parietal, terminou-se a fase mais estritamente conservativa da intervenção e, assim, a decoração mural da Basílica Superior, que permaneceu *in situ*, poderia ser considerada protegida de riscos ulteriores.

Era, porém, convicção de todos, da Comissão para o Restauo da Basílica, assim como dos frades do Sacro Convento, que a intervenção devesse concernir também a aspectos menos vitais e urgentes, mas igualmente necessários para restituir ao sacro edifício o decoro anterior ao terremoto: retirando tudo aquilo que poderia interferir, de modo negativo, na leitura da obra, e operando com o objetivo de assegurar novamente sua plena fruição. Em termos técnicos, tratava-se de proceder à limpeza da superfície pictórica e de reconstituir, pelo menos potencialmente, a unidade da imagem, intervindo nas lacunas, isto é, nas zonas as quais permaneceram privadas do tecido pictórico.

As intervenções de limpeza se voltaram, principalmente, às pinturas das paredes e, em particular, àquelas sobre o soco saliente que percorre todo o perímetro da Basílica Superior, recobertas por um espesso estrato de pó, muito tenaz, formado em consequência do desabamento da abóbada, enquanto para as outras pinturas foi suficiente uma simples intervenção de remoção do pó.

A situação mais delicada se referia às pinturas representando as *Histórias franciscanas*, para as quais não foi possível empregar técnicas comuns de limpeza com base em líquidos, por causa de sua extrema reatividade à umidade, sendo necessário operar a seco, utilizando uma borracha tipo *wishab*.

Quanto à restituição do texto pictórico, três eram as opções teoricamente possíveis: não tratar de modo algum as lacunas, de forma que fosse imediata e dramaticamente perceptível a experiência traumática a qual afetou as pinturas; “fechar” as lacunas, também recorrendo a técnicas de reintegração facilmente reconhecíveis – de perto – como intervenção de restauro, privilegiando, desse modo, o aspecto estético da

obra; deixar visíveis as lacunas, mas as tratando de modo a que elas não interferissem negativamente com a leitura da imagem, conseguindo, assim, contemporizar as exigências estética e a histórica. Preferiu-se adotar a terceira opção, considerada a que mais respondia a critérios de correção metodológica e de respeito pela história da obra (em particular, nessas pinturas, por ocasião de precedentes intervenções de restauro, do século 19 em diante, as lacunas haviam sido integradas “a neutro”).

Desse modo, usou-se o recurso do “rebaixamento óptico” da massa empregada para preencher as lacunas de modo que não fosse perturbada a legibilidade das obras, mesmo sem reconstituir o tecido pictórico. Por conseguinte, foram excluídas técnicas de reintegração das lacunas, substancialmente miméticas, compreendendo-se aquela estabelecida há mais de meio século por Cesare Brandi, fundador e primeiro diretor do ICR, e conhecida em todo o mundo com o nome de *tratteggio*¹⁷.

Para o entulho retirado da basílica no próprio dia do terremoto, a intervenção emergencial poderia consistir somente na proteção das intempéries e de eventuais tentativas de subtração dos fragmentos que afloravam aqui e acolá¹⁸. Por isso, foram vigiados pela polícia e protegidos, na primeira noite, com telas de plástico e, logo depois, com tetos de ondolux.

Os fragmentos, à medida que recuperados por restauradores voluntários peneirando os escombros, eram colocados em tendas instaladas pelo Serviço de Proteção Civil, no largo diante da basílica. Com o aproximar do inverno, conseguiu-se transferir as caixas com os fragmentos recuperados para um ambiente do Sacro Convento, o Estábulo de Sisto IV, um dos poucos a permanecer utilizável. Mesmo se tratando de um local não muito amplo, a solução foi preferida em relação a outras mais funcionais, porque consentia em não “descontextualizar” os fragmentos.

Não foi possível, portanto, trabalhar, contemporaneamente, com todos os fragmentos recuperados da queda do arco adjacente à parte interna da fachada (os santos Rufino, Vitorino,

Bento, Antônio de Pádua, Francisco, Clara, Domingos e Pedro Mártir) e do pano de S. Jerônimo, mas foi necessário limitar-se a considerar apenas os primeiros.

O método adotado para o reconhecimento e a remontagem dos fragmentos foi aquele tradicionalmente empregado em casos do gênero: depois de uma primeira fase, na qual os fragmentos eram reagrupados com base em analogias elementares (cor, forma, etc.), procedeu-se a uma dúplice verificação de correspondência de caráter complementar: entre fragmento e a zona à qual correspondia na gigantografia, em grandeza real, e entre fragmentos cuja originária contigüidade encontra a confirmação pelo fato de “encaixarem-se”. Não se tratava de operações fáceis: seja porque os fragmentos recuperados estavam muito longe de constituir a totalidade da superfície que ruíra, seja, sobretudo, porque tinham dimensões mínimas (geralmente inferiores a uma moeda de um euro) e ademais com bordas repicadas. Apesar disso (e não obstante o ceticismo do qual era circundado o grupo de trabalho)¹⁹, já em novembro de 1997 havia sido reconstituído o vulto de S. Rufino e, até o primeiro aniversário do sismo, a figura inteira do bispo protetor de Assis.

Entretanto, em julho de 1998, havia surgido um problema aparentemente sem solução. Preparando-se para reconstruir as duas zonas de abóbadas desmoronadas com material análogo ao original (tijolos com argamassa à base de cal), parecia natural propor a reutilização daqueles tijolos que haviam mantido trechos mais ou menos relevantes da decoração pictórica, pelo menos para as duas nervuras transversais colocadas, respectivamente, entre o arco com os santos e o pano de S. Jerônimo, e entre o pano de S. Mateus e aquele estrelado confinante.

O temor, nada infundado, dos engenheiros estruturais da Comissão de Restauro era que a presença de tijolos, de sete séculos, que passaram pela prova da queda e de todas as peripécias sucessivas, pudesse enfraquecer a nova estrutura. A solução, compartilhada pelos responsáveis pela intervenção sobre o edifício, consistiu na junção “armada” de um certo número de tijolos

recuperados, até fazer com que se comportassem como monólitos. Desse modo, cerca de 1/3 das duas nervuras pode ser reconstruído empregando material original²⁰.

O trabalho continuava, contemporaneamente, em todos os oito santos, e, já na primavera do ano seguinte, a remontagem estava substancialmente completada. Surgia, naquele momento, um questionamento fundamental e uma dupla perspectiva. Se a situação fosse tal, pela quantidade e, principalmente, pela significância dos fragmentos recolocados, que se pudesse proceder à restituição potencial das oito imagens de santos, então seria possível continuar a obra de conservação e restauro, até recolocá-los no local do qual haviam desabado; enquanto, no caso oposto, seria necessário limitar-se a conservar e musealizar as imagens remontadas²¹.

Reconhecida, de modo realístico, depois de numerosos confrontos públicos com especialistas, a primeira opção como operacional, um último problema permanecia em aberto: qual método empregar para a restituição do texto pictórico. Procedeu-se, ainda uma vez, segundo o método, caro ao ICR, da intervenção-amostra (ou “intervenção piloto”), escolhendo-se para tal fim a dupla de santos mais significativa sob o aspecto técnico: os santos Rufino e Vitorino. Os respectivos fragmentos foram recompostos seguindo uma metodologia análoga àquela empregada em experiências anteriores, a começar pelos casos “históricos” dos afrescos quattrocentistas de Lorenzo da Viterbo, na Capela Mazzatosta da Igreja S. Maria della Verità de Viterbo, e daqueles de Mantegna e companheiros, na Capela Ovetari da Chiesa degli Eremitani, em Pádua²², que de resto se apresentavam como precedentes incontornáveis também, e diria, sobretudo, do ponto de vista da reintegração das imagens. Entre os dois casos, no entanto, além das inegáveis analogias, existiam diferenças não-transcuráveis. No caso de Viterbo, por exemplo, tratava-se de reconstituir a decoração de um ambiente inteiro, de dimensões reduzidas, unitário na relação espaço real – espaço figurativo, enquanto, diversamente, no caso dos oito santos (e do pano de S. Jerônimo), estava-se em

presença de uma parte mínima da decoração total da Basílica (180 metros quadrados de um total de 5.000), em um ambiente de imponentes dimensões (no qual, por isso, teria sido irrealista visar a uma distinguibilidade da intervenção de restauro mediante *tratteggio*), com uma decoração marcada de maneira macroscópica pelas precedentes restaurações, a começar pelos outros oito santos do arco, os quais permaneceram no local.

Por fim, um fator de diferenciação a não transcurar é dado pela ampliação da exigência de percepção da matéria original como signo inequívoco da autenticidade de uma obra, e, por isso, alterar o menos possível com “completamentos” da imagem, mesmo perfeitamente reconhecíveis.

A opção basilar, mesmo de modo provisório e experimental, foi aquela de não reintegrar, de maneira mimética, a imagem, limitando-se a reconstituir a unidade potencial pelo rebaixamento óptico das lacunas, ademais em perfeita sintonia com aquilo que havia sido feito, precedentemente, no tratamento das lacunas as quais permaneceram *in situ*.

Recolocado, antes da reabertura da basílica restaurada, o painel-amostra, deu-se prontamente a confirmação do previsto: as imagens dos dois santos reconstituídas funcionavam muito bem de perto, mas produziam um efeito de insuportável “tremelicação” quando se estava a 20 metros de distância e sob certas condições de iluminação natural (principalmente com luz rasante proveniente da rosácea), obviamente não-elimináveis. A solução do problema, pois (e também isso fora previsto), deveria ser remetida ao momento em que toda a decoração faltante daquela zona tivesse sido reconstituída, ou, pelo menos, quando também os outros seis santos fossem recolocados e, por conseguinte, toda a recomposição do arco, terminada. Somente assim teria sido possível reconstituir a estrutura formal da decoração, levando em conta a relação intrínseca com a arquitetura real e com aquela representada na pintura, fazendo com que as figuras dos santos sobressaíssem, o quanto possível, no interior das falsas bifores com fundo

azul, mesmo sem dever repristinar, mimeticamente, as partes faltantes. Os dados fundamentais de referência eram dois: na base do arco sobre o qual estão pintados os oito pares de santos estão duas trifores reais, que se referem, evidentemente, às bifores cosmatescas dentro das quais estão colocadas os santos; os oito santos que permaneceram no local, porque pintados sobre as paredes, chegaram a nós, porém, em más condições, com zonas completamente faltantes e outras reduzidas quase a um espectro – nesta situação, ademais não interessa somente a pintura do arco, mas boa parte da decoração da Basílica Superior (aproximadamente a metade), dos ciclos de Cimabue aos registros altos da nave e à parte interna da fachada (confinante com o arco). A consequência desta última constatação é: teria sido, no mínimo, incongruente tentar reconstituir uma pintura de modo a torná-la, pelo menos aparentemente, íntegra, graças a intervenções miméticas das partes faltantes, exatamente onde a ação do terremoto foi mais destruidora. Por isso, optou-se por uma solução a qual, apesar de esconder os traços de um evento tão terrível, garantisse, contudo isso, a melhor fruição possível da obra, atenuando ao máximo a interrupção do tecido pictórico correspondente à arquitetura pintada e ao fundo azul, e limitando-se a diminuir o distúrbio visual que teriam causado as lacunas no interior das figuras dos santos, se sua argamassa não tivesse sido opticamente “rebaixada” com aquarela, até que retrocedesse em relação ao emergir das zonas originais das imagens reconstituídas. Isso permitiu restituir a estrutura formal originária da obra, reconstituindo a relação espacial entre figura, arquitetura e fundo e, portanto, restabelecendo a continuidade inicial, tanto com os outros santos quanto com as trifores reais. A recolocação dos oito santos restaurados foi realizada até o dia 26 de setembro de 2001, depois de múltiplas discussões especializadas que culminaram no Congresso Internacional, realizado em Assis, em março daquele ano (*A realidade da utopia*); no ano seguinte foi recolocada a

decoração do pano de S. Jerônimo e da nervura, inspirando-se, obviamente, nos mesmos critérios²³. Quanto ao pano de S. Mateus, depois da seleção dos fragmentos dos escombros no pátio adjacente ao laboratório, foi feita a digitalização das 880 caixas nas quais estavam alojados os 120.000 fragmentos, com a conseqüente constituição de um “arquivo virtual” correspondente ao depósito de fragmentos reais, como momento propedêutico de um projeto de remontagem informatizado, que levou a colaborar com o ICR, inicialmente, a Universidade La Sapienza, de Roma (Departamento de Engenharia – INFOCOM) e, depois, o CNR de Bari (Instituto de Estudos de Sistemas Inteligentes para a Automação). Os primeiros resultados do projeto permitiram instituir um sistema de correspondência automática entre fragmento real e fragmento virtual, e alcançar (agindo sobre fragmentos de uma cópia, afresco do tamanho real da cabeça do santo) uma delimitação de áreas de maior probabilidade para a recolocação dos fragmentos. Ulteriores desenvolvimentos tornaram possível (atuando sobre uma cópia da inteira figura do santo) a exata colocação de quase todos os fragmentos, e, depois, iniciou-se a experimentação final, tendo por objeto a remontagem “ajudada por computador” das imagens digitais dos fragmentos do pano de Cimabue. Dos êxitos da operação dependerá a escolha de como proceder: da solução mais otimista (recomposição, restauro e recolocação), àquela diametralmente oposta (deixar os fragmentos nas caixas em que estão atualmente), passando por aquela intermediária (recompôr os fragmentos e expô-los em um museu, muito provavelmente constituindo um museu-arquivo das intervenções pós-sismo, no Sacro Convento)²⁴. Um discurso diverso concerne ao pano contíguo àquele de S. Mateus, pelo menos para a zona central a representar um céu estrelado, quase completamente refeito no curso das intervenções pregressas, pois serão utilizados critérios aos quais se recorreu até agora para a faixa decorativa perimetral e para a nervura transversal que une os dois panos de abóbada²⁵.

NOTAS

(1) Para alguns aspectos da *Teoria da restauração*, de Brandi, ver a resenha do livro feita por Claudia dos Reis e Cunha: Atualidade do pensamento de Cesare Brandi (www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/texto098.asp).

(2) BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê, 2004, p. 30.

(3) O “reconhecimento” da teoria de Brandi é um processo profundo e complexo de deixar-se penetrar na obra de arte e no processo que a produziu, reconhecimento do objeto e de sua forma em sua plenitude, buscada, por assim dizer, sua realidade ontológica. Suas formulações retomam certas proposições, por uma ascendência kantiana, explorando formulações com repercussões na estética e historiografia de variados autores, tais como Benedetto Croce, em cuja teoria o juízo de valor tem papel de destaque, Jean-Paul Sartre, Edmund Husserl, Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

(4) Para um aprofundamento do conceito de juízo crítico aplicado à história da arquitetura e sua relação com a restauração, vide os escritos de Cesare Brandi, com especial interesse por aqueles contidos em *Segno e immagine*. Palermo: Aesthetica, 1996, 3. ed. (1. ed. 1960), *Struttura e architettura*. Torino: Einaudi, 1975 (1. ed. 1967) e *Teoria generale della critica*. Torino: Einaudi, 1974.

(5) Vide, p. ex., Camillo Boito, *Questioni pratiche delle belle arti. Restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento*. Milano: Hoepli, 1893, p. 22, o qual recomendava: “bons olhos, bom critério, boa experiência, bom balanceamento e muito boa vontade de pesar tudo, também os escrúpulos, com ânimo desprovido de paixão e desinteressado.”

(6) Idem, p. 100-101.

(7) BONELLI, Renato. *Scritti del restauro e sulla critica architettonica*. Roma: Bonsignori, 1995, p. 57; 69. Philippot entende a restauração como interpretação crítica que não deve se limitar a uma expressão verbal, mas deve ser expressa em ação. Albert e Paul Philippot, Le problème de l'Intégration des lacunes dans la restauration des peintures, *Bulletin de l'Institut Royale du Patrimoine Artistique*, v. 2, p. 5-18. p. 6. 1959. Brandi já havia exposto que a restauração é “filologia em ação”, em 1954 [Brandi, L'institut central de la restauration a Rome, *Gazette de Beaux Arts*, jan. 1954].

(8) Trata-se da *vela* em italiano, ou seja, o pano de uma abóbada de aresta ou de abóbada de ogivas, etc., compreendido entre as arestas ou entre as nervuras. Por vezes é também denominado quarto ou “alvéolo”. ver., p. ex. João Mascarenhas Mateus, *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias*. Lisboa: Horizonte, 2002, p. 84-87. No livro de Wilfried Koch (*Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 93-94) aparece com a denominação de “unha”. Nesta tradução se optou pela denominação “pano”. (N. da T.)

(9) Sobre uma tela de plástico transparente, das dimensões do local do material que ruína, foi marcado um reticulado retangular

numerado progressivamente, no qual todo elemento correspondia às dimensões de uma caixa de coleta (obviamente, as caixas com o mesmo número poderiam ser mais de uma, distintas mediante letras do alfabeto, dependendo da altura em que os entulhos se encontravam naquela zona). Cento e vinte (120) bombeiros empregados na operação foram instruídos, antes de entrar em ação, de como operar na recuperação, e depois dirigidos durante as intervenções na basílica (sobretudo, com o objetivo de descartar, imediatamente, materiais alheios, cuja recuperação teria prolongado inutilmente o risco) pelo autor e pelo restaurador do ICR, Eugenio Mancinelli.

(10) Utilizando os andaimes montados para restaurar a fachada (a inauguração deveria ter ocorrido na iminente festividade do santo) e aproveitando a presença – sobre a rosácea – de um enorme óculo protegido por vidro, deixado semi-aberto para a aeração do forro.

(11) Dos estudos stratigráficos então efetuados resultou que o estrato mais antigo, bastante sutil, remontava ao século 15. A maior parte do material, porém, é do final do século 19, quando o monumento sofreu intervenções conservativas radicais.

(12) A função prevalente era escorar e, por esse motivo, em um primeiro momento, o andaime foi limitado à nave, a qual, decididamente, apresentava maiores riscos do que a zona do transepto e abside, também pela presença de duas grandes rachaduras.

(13) Foram os próprios alunos que solicitaram uma participação no canteiro para adquirir uma experiência de trabalho incomum. O canteiro didático teve, no entanto, de ser interrompido depois de poucos dias por causa da retomada, preocupante, das atividades sísmicas.

(14) A operação serve também para calcular com conhecimento de causa e, desse modo, com a máxima aproximação possível, tempos e custos da intervenção sobre toda a superfície.

(15) De junho a outubro de 1998, com emprego concomitante de cerca de 200 operadores, a maior parte dos quais pedreiros, mas guiados por restauradores responsáveis por intervir nas pinturas murais.

(16) A determinação da argamassa demandou três meses de intensíssima atividade experimental, confrontando várias firmas produtoras e avaliando o resultado em diversos laboratórios científicos.

(17) Trata-se de uma técnica inventada logo após a Segunda Guerra Mundial, justamente para responder de modo adequado ao problema de como reintegrar uma pintura em fragmentos; no caso em questão, a decoração mural das capelas Mazzatosta e Ovetari. Trata-se de uma série de traços sutis, paralelos, verticais, coloridos de modo diverso, a reconstituírem o tecido pictórico faltante, mas facilmente reconhecíveis, de perto, como intervenção de restauro, por causa do caráter abstrato de suas marcas e da técnica empregada (aquarela).

(18) O único caso foi o de recém-casados brasileiros, em lua de mel na Itália, que portaram consigo, de volta a seu país, um fragmento de afresco como recordação da tragédia à qual

havam assistido; mas, depois, restituíram-no à embaixada italiana após saber, pelos meios de comunicação, que se estava trabalhando para a reconstituição das imagens.

(19) A tal ponto, que um bem conhecido restaurador declarou, no *Giornale dell'Arte*, que não havia nenhuma esperança de recuperar o que quer que fosse, a não ser "pó colorido". Por conseguinte, o máximo da compreensão era representado por aqueles os quais admitiam a oportunidade de recuperar os fragmentos, mas apenas para guardá-los.

(20) Estabelecido um módulo de 30 cm de comprimento, os fragmentos dos tijolos foram unidos entre si com resinas epóxi, os vazios foram completados com tijolos novos (os mesmos utilizados para a reconstrução das duas zonas desabadas da abóbada) e, para preencher os interstícios, foi usada a mesma argamassa empregada para a consolidação da abóbada; ademais, foram inseridas barras de kevlar, de modo a "armar" o todo. Cf. *Il cantiere dell'Utopia* (p. 21-27), anexo ao Caderno n. 4 (setembro de 1998) sobre *La Basilica di S. Francesco in Assisi e Guida al recupero, ricomposizione e restauro di dipinti murali in frammenti. L'esperienza della Basilica di San Francesco in Assisi*, Roma, 2001, p. 70-73.

(21) Como aconteceu, para citar dois exemplos de experiência direta, com os fragmentos provenientes de escavação do vestíbulo do refeitório da Abadia de S. Vicente, em Volturno, representando alguns profetas, e com os fragmentos reaparecidos, inopinadamente, em um sarcófago romano durante as escavações arqueológicas sob a sacristia de S. Suzana, em Roma (aparecerem uma Madona com Menino Jesus e duas santas, cujo modelo é a Madona da Clemência de S. Maria, no Trastevere, e um frontão com o Cordeiro entre os dois Joões, o Batista e o Evangelista). Ambos foram recompostos, colocados sobre suporte, restaurados e expostos, respectivamente, no Museu de Venafrò (à espera de ser transferidos ao museu abacial) e na sacristia da igreja romana. Em casos do gênero, obviamente, não é possível fazer mais porque falta o suporte parietal originário. Um caso emblemático de como, diversamente, é necessário parar, pois, em caso contrário, beiraria-se ao falso, é representado pela Capela Ovetari: foram reconstituídos, de modo experimental, apenas dois painéis, os quais foram pendurados na parede da capela, como em um museu.

(22) Cf. *Mostra dei frammenti ricostruiti di Lorenzo da Viterbo*. Catalogo a cura di C. Brandi, Roma, Istituto Centrale del Restauro, maggio 1946 e C. Brandi, *Mantegna ricostituito*. in *L'Immagine*, 3, luglio-agosto 1947, p. 179-180.

(23) Nesse caso, os elementos de referência eram constituídos pela arquitetura, a qual concede fundamento espacial para a cena, pelo fundo, originalmente, dourado, e agora, caída a douração, amarelo escuro da "preparação" que fecha a cena, e pelas faixas policromadas perimetrais que delimitam um módulo repetido em todos os quatro panos com os doutores da igreja.

(24) Se a proposta formulada pelo autor durante o já citado congresso de março de 2001, acolhida por unanimidade pelos especialistas presentes, tanto que foi objeto de recomendação final, a de encontrar o necessário suporte financeiro, a realização poderia ocorrer até 2005. Tratar-se-ia, obviamente, de um museu constituído de objetos físicos (os achados de natureza variada recuperados dos entulhos, as contrafórmulas das pinturas recolocadas, as gigantografias, o modelo em escala do pano de Cimabue, etc.), já inventariados, de um banco de dados sobre as operações efetuadas e sobre a história conservativa pregressa, em curso de elaboração e, eventualmente, daquelas partes de pinturas murais desabadas e recuperadas, as quais não será possível recolocar.

(25) Ao problema do pano estrelado dedicou-se a mesa-redonda (*Ainda sobre a autenticidade: O caso do pano estrelado*), no encerramento do congresso internacional ocorrido em Assis, de 26 a 28 de setembro de 2002 (*A realidade da utopia*, ainda). A opinião prevalente foi a que não se poderia considerar o caso do mesmo modo dos arcos dos santos e do pano de S. Jerônimo, nem tanto porque se trata de uma representação, substancialmente, não-icônica (com todas as dificuldades que isso comporta em relação à operacionalidade, como já experimentado na atividade até agora desenvolvida para as zonas monocromáticas), mas porque chegou a nós quase completamente refeita e, portanto, substancialmente "falsa". Existe, por fim, um elemento o qual não pode permanecer ignorado ou transcurado, ou seja, os aspectos econômicos da operação como um todo (obviamente, não em sentido estritamente monetário); estando patente que a eventual decisão em sentido negativo não é prejudicial em nada, pois a operação pode ser retomada em qualquer momento (isso aconteceu com os fragmentos da Capela Ovetari não-recompostos pelo ICR, em 1947, e agora levados em consideração pelos responsáveis a uma tentativa de recomposição com ajuda de computador. A tentativa, na verdade, resultou em um insucesso, mas essa é uma outra história).

ATUALIDADE DA TEORIA DA RESTAURAÇÃO, DE CESARE BRANDI: ALGUNS EXEMPLOS POR GIUSEPPE BASILE

Tradução de Beatriz Mugayar Kühl

A versão em português da *Teoria da restauração*, de Brandi, recentemente publicada, depois de 40 anos de sua primeira edição em língua italiana, constitui, como se sabe, uma parte mínima da obra total do autor, mas seguramente é a mais conhecida e difundida.

Ainda mais importante é recordar que a *Teoria* é parte integrante de uma concepção filosófica da arte, que reconhece nesta atividade a expressão mais alta da criatividade humana. Os produtos da criação artística, em todas as sociedades civis, devem ser protegidos e o momento mais importante desta atividade é – inevitavelmente, porque constitui um imperativo ético – exatamente, o da “restauração”.

Qualquer pessoa, ao reconhecer uma obra de arte, tem a obrigação de impedir que ela seja lesionada de alguma forma, pois toda a humanidade, presente ou futura, tem o direito de desfrutar dela. Nem todos são, verdadeiramente, capazes de intervir diretamente na obra de arte, pois restauração não significa somente o restabelecimento da integridade física da obra, mas também dá lugar a uma complexa ação cultural que requer adequadas capacidades intelectuais (anteriores às manuais) as quais devem ser absolutamente excepcionais.

Brandi evidencia a necessidade de considerar a restauração como atividade crítica, isto é, “crítica em ação”, sem que isso implique desconsiderar a importância daquilo que, fisicamente, a obra de arte é constituída; essa é a dedução originada de uma de suas afirmações mais famosas: “*restaura-se somente a matéria da obra de arte*”. Ao mesmo tempo, o autor revela o temor de poder confundir-se o significado de suas palavras, segundo as quais, sendo a obra de arte eterna, não devemos nos preocupar, excessivamente, com o material utilizado, ou, pelo menos, com o material, originalmente, empregado na obra. Essa idéia é

explicitada no último capítulo da *Teoria*, completamente dedicado à “restauração preventiva” (este é um conceito muito amplo, apesar de menos específico do que aquilo que se costuma chamar “prevenção”).

Brandi sabe muito bem que o principal fator de degradação é aquele provocado pelo homem: de forma indireta (falta de cuidado, ainda que por falta de recursos, incapacidade de prevenir fenômenos de degradação ambiental, etc.) ou de forma direta (vandalismo, roubo, etc.), apesar de nem sempre serem ações voluntárias (intervenções errôneas nas obras de arte: utilização de produtos inapropriados para a conservação das peças, falta de competência técnica do operador, etc.).

É exatamente para poder remediar as intervenções de restauro inidôneas que Brandi pensou em fundar o instituto, onde poderia experimentar novas técnicas de investigação e de intervenção e, ao mesmo tempo, formar restauradores em condições de trabalhar nas obras de arte de forma adequada, em contraposição aos antigos “restauradores”, ainda que com muita freqüência estes últimos se revelassem excelentes artesãos. Segundo Brandi, a destreza manual é, sem dúvida, útil na restauração, mas não suficiente: de fato, uma intervenção de tipo artesanal pode comportar sérios riscos de desnaturação da obra. Surge, na obra de restauração, a necessidade de competências distintas, entre as quais se destaca a científica e, de maneira especial, a histórica. Esta última é que deve realizar a atividade de coordenação, porque Brandi quer sublinhar a importância, pode-se dizer polêmica, do aspecto principal, ou seja, o crítico.

As intervenções com objetivo de fazer os materiais da obra de arte durarem o mais longamente possível e aquelas visando recuperar, na medida do possível, as características originais da obra de arte, formam, conceitualmente, uma mesma idéia, ainda que, por comodidade, pudéssemos distinguir, esquematicamente, as operações de conservação das operações de restauração, segundo a concepção de Brandi.

A seguir, serão apresentados alguns exemplos relativos à minha experiência pessoal no âmbito

da “restauração”, com referências precisas a duas das proposições mais originais presentes na concepção de Brandi. A primeira se refere à estratificação histórica e, por isso refere-se à possibilidade de remover ou conservar adições à luz das duas instâncias, a histórica e a estética; a segunda concerne à possibilidade de reconstituir o texto artístico original (ou aquilo que se pareça o mais possível com o original), à luz do princípio da “unidade potencial” da obra de arte, sem recair no falso e tampouco se limitar à mera conservação.

Um exemplo é a abóbada da Capela da Madalena, na Basílica Inferior de Assis. Em foto feita 30 anos depois da restauração (quando da revisão anual costumeira das condições das pinturas da Basílica), não se entendia muito bem o que poderiam ser as manchas esbranquiçadas vistas desde o piso. Observando mais de perto, percebemos que foram produzidas pela alteração de um material sintético utilizado como fixador. Tratava-se do *vinavil*, naqueles tempos quase não-utilizado para a conservação dos materiais, pois pouco conhecido e, por isso, empregado de modo impróprio. Na figura da Madalena se observam dois tipos de manchas esbranquiçadas, algumas da mesma natureza das supramencionadas, outras de aspecto e consistência distinta – as mesmas se destacam na cena com *Jesus na casa do Fariseu*. Nesse caso, deparamo-nos com eflorescências salinas, típicas de uma situação na qual a umidade começa a secar nas paredes de suporte. Acontece que, durante muitos anos, a chuva se havia introduzido no interior, dando lugar a resultados bastante conhecidos... Reparados os danos e eliminadas as eflorescências salinas, algumas das partes fixadas com o *vinavil* haviam ficado cromaticamente alteradas por causa da umidade. A tentativa feita por nós (por ocasião da intervenção emergencial) para remover o produto sintético não deu resultados e não seria possível, pois a película da pintura embranquecia e, se seguissemos limpando, chegaríamos ao estrato preparatório. Conclusão: se não se conhece suficientemente bem o produto para a restauração – caso não tenha sido experimentado durante muito tempo –

é melhor não empregá-lo, porque as conseqüências podem ser nefastas.

Definitivamente, é melhor não intervir do que produzir danos ulteriores.

Felizmente nem todas as intervenções de restauro realizadas no passado causaram danos irreversíveis, apesar de, com freqüência, apresentarem muitos problemas. Exemplo é o teto, pintado a óleo, da Sala de Psiquê, no Palácio Te, em Mântua. Trata-se da obra mais importante de Giulio Romano; não se sabe com precisão em que data foi entregue em mãos de uma pessoa a qual, seguramente, não devia ser um restaurador. De fato, deve ter sido utilizado um produto sintético para que a película da pintura voltasse a aderir; o resultado foi torná-la vidrada e, portanto, muito mais frágil; não satisfeito com o que já havia feito, ocorreu-lhe costurar o suporte como se fosse um tecido, ou seja, prendendo-os com fios de metal e atando-os por trás da armadura de madeira na qual havia sido pregado o suporte. Caso seja verdade que existe um campo em que não ocorrem milagres (como o consentimento dos meios de comunicação...), este campo é o da conservação e restauração; apesar de tudo, considero que obtivemos um resultado honroso com nossa intervenção.

Como já havia mencionado na introdução, faço referência agora a um problema mais específico na restauração e tipicamente brandiano: qual tipo de comportamento deve-se assumir em presença de “reconstruções” ou “adições” à luz das duas instâncias: a estética e a histórica, não sempre – como se sabe – convergentes ou compatíveis entre si. O *puttino*, músico da abóbada da Sala de Psiquê, mostra o rosto e o cabelo completamente refeitos, em um estilo distinto do original.

Procedemos à recomposição, levando em conta a instância histórica: as alternativas – a destruição da parte refeita para dar lugar a uma lacuna, ou voltar a pintar uma lacuna por nós realizada – teriam sido injustificadas.

Analisemos agora outro caso: a Sala dos Estuques do Palácio Te. Chama a atenção a cor verde do fundo, difundida por todas as partes (a única exceção é *Marte em repouso*). Trata-se de um acréscimo e, por isso, é necessário decidir se a

pintura deve ser deixada como está ou se será necessário proceder à remoção do acréscimo, mas, antes de tudo, deve-se avaliar qual poderia ter sido o aspecto original da obra. Começemos pela análise do friso duplo: conheciam-se fontes (por exemplo, a descrição de Giorgio Vasari contando a vida do artista) a mencionarem que Giulio Romano se havia inspirado nas colunas triunfais romanas (tais como a de Trajano, de Marco Aurélio) esculpidas em mármore branco. De fato, onde o estrato verde era lacunoso, podia-se notar a cor branca, algo que confirmamos enquanto procedíamos aos primeiros ensaios de limpeza. Na abóbada, abaixo do estrato verde era possível entrever um fundo negro, pelo qual podíamos supor que o artista queria imitar os camafeus. A comparação dada pela secção estratigráfica foi a primeira confirmação, enquanto outras respostas nos eram proporcionadas pela comparação com outras obras de Giulio Romano, tal como o Palácio Ducal de Mântua. O nicho atrás da figura de *Marte em repouso* tinha uma estranha cor ferrosa: tratava-se, em realidade, de vários estratos de têmpera e ouro falso, debaixo dos quais fora possível descobrir a superfície original do afresco, que imitava um mármore de cor verde. Com a intervenção, foi possível restituir o texto pictórico original, dando-se prioridade à instância estética.

Em outros casos – como o próprio Brandi não se cansava de repetir – as situações podem ser problemáticas, caso da Anunciação, de Tiziano, na Catedral de Treviso. Para aqueles que conhecem o pintor, não é difícil verificar que as cores estavam profundamente alteradas e alguns elementos foram completamente repintados (como, por exemplo, o piso). Os primeiros ensaios de remoção do verniz (além de raios X e de outras indagações científicas) confirmaram essas hipóteses e evidenciaram os danos maiores escondidos pelas pinturas sucessivas. Conforme era efetuada a limpeza, a altíssima qualidade da pintura se destacava, mas, ao mesmo tempo, também surgiam os danos na superfície da pintura. Feita a reintegração das lacunas, a obra recupera sua “unidade potencial” e, por fim, revela-se por aquilo que tinha de ser: uma grande obra de arte.

O olho esquerdo foi reintegrado por *tratteggio*, operação extremamente difícil e dentro dos limites do consentido (poder-se-ia deixar sem olho uma figura tão sã e resplandecente?). Mas observando a tão curiosa perna esquerda do Arcanjo Gabriel, vê-se estar pintada com verniz e, portanto, não pode ser original. Evidentemente, Tiziano havia querido representar Gabriel, no momento em que detém o impetuoso vôo e, para não perder o equilíbrio, levanta a perna detrás o mais possível, a qual não cabe no espaço visível da obra; mas o desconhecido “restaurador” não havia entendido isso e, assim, introduziu uma perna-muleta. Dever-se-ia deixar ou remover a perna? Nós a deixamos como testemunho de erro de interpretação (afortunadamente, nesse caso, sem conseqüências para a pintura), mas, sobretudo, porque não se nota na obra, em sua totalidade. Referi-me, anteriormente, à recuperação da unidade potencial pela reintegração das lacunas: deve-se precisar que as várias técnicas (*tratteggio* ou rebaixamento óptico) não podem ser utilizadas sem haver definido antes o papel que cada uma desempenha na obra de restauração. Tomemos o exemplo do ciclo de Giotto na Capela dos Scrovegni, em Pádua.

No arco triunfal (com a Missão do anúncio a Maria e, abaixo, a Anunciação), depois das obras de restauração, em finais do século 19, as lacunas não foram pintadas de novo, como normalmente se costumava fazer, mas tampouco foram reintegradas com o sentido atual da palavra: foram trabalhadas com o “neutro”, ou seja, preenchidas com uma mesma cor, cinza ou marrom. O mesmo método foi empregado quando da intervenção em princípios dos anos 60, apesar de, naquele momento, o ICR, guiado por Brandi, já ter demonstrado, trabalhando de fato, o que significava “unidade potencial” e “restituição do texto original”. Obtivemos um resultado distinto na intervenção que realizamos há dois anos, levando em conta as exigências da restituição do texto original, ou seja, a capacidade de entender o que Giotto queria representar. Ele queria sobrepor, à estrutura existente, um edifício pintado, imaginando uma base encerrada na parte baixa (soco), de um material parecido com mármore, de

vários vãos, os quais, em correspondência com as paredes e com a abóbada, deixam transpassar a cor azul e constituem o cenário em perspectiva das cenas das paredes. Essa estrutura arquitetônica fictícia é a que sustenta todo o resto e, portanto, com o objetivo de respeitar as distintas funções, considerou-se oportuno reintegrá-la com o emprego *de tratteggio* (uma arquitetura descontínua não funciona) e trabalhar no resto da superfície por meio de rebaixamento óptico. Para evidenciar que na obra de restauração, atividade eminentemente crítica, não se pode tomar nada por certo ou preestabelecido, tomemos a enorme lacuna que corresponde à parte baixa da Anunciação, reintegrada por *tratteggio* (antes havia sido integrada com “neutro”; iniciamos pela aplicação de estuque e executamos depois a reintegração por *tratteggio*); uma aplicação mecânica do princípio já mencionado teria requerido a utilização do rebaixamento óptico (o qual, porém, não seria adequado para esse caso).

Gostaria de concluir minha fala recordando que o último capítulo da *Teoria da restauração* trata, significativamente, da “restauração preventiva”, ou seja, daquela atividade que o próprio Brandi define como “*mais imperativa e mais necessária*”

do que a restauração de extrema urgência. Como se sabe, a restauração é uma atividade desenvolvida sob dois pontos de vista complementares: o direto, ou seja, aquele voltado para a obra; e o indireto, ou, como normalmente se define, o ambiental. Com respeito a isso, o instituto desenvolveu um tipo de enfoque “passivo”, isto é, baseado em uma série de limitações (por exemplo, diminuindo o número de visitantes que entram concomitantemente) e de intervenções voltadas a otimizar as defesas da estrutura arquitetônica (interrupção da troca climática entre o interior e o exterior do edifício), ou também o uso de estruturas de fácil funcionamento, sem ter de utilizar sistemas os quais modifiquem drasticamente a situação. Essas medidas foram aplicadas pelo instituto em algumas das mais importantes obras italianas, escolhendo as que se encontram em maior estado de perigo em relação a outras, submetendo-as a ciclos diretos de intervenção e empregando, inclusive, instrumentos permanentes de controle, como no caso do *Quarto dos esposos*, de Mantegna, no Palácio Ducal de Mântua, ou ainda (e eu, pessoalmente) do *Cenáculo de Leonardo*, em Milão, da Capela dos Scrovegni, em Pádua, e da Basílica de São Francisco, em Assis.

5 | *e*VENTOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO e REGIONAL – ACPUR

MESA-REDONDA

Wilson Edson Jorge
Coordenador da ACPUR

A ACPUR, atualmente, está organizada em três linhas de pesquisa: economia, sociedade e território, políticas públicas urbanas, urbanismo e planejamento, contando com 23 orientadores. No dia 27 de agosto foi realizada mesa-redonda da área, visando a uma avaliação da mesma, enfocada, principalmente, sobre sua identidade e suas condições didáticas, de forma a nortear seu aperfeiçoamento e evolução, no contexto da pós-graduação da FAUUSP.

As discussões se orientaram para estabelecer uma base sobre questões críticas que envolvem a identidade da área: seu perfil, sua demanda, sua didática, as linhas de pesquisa, e o próprio processo para sua avaliação.

No desenvolvimento dos trabalhos, ficou explicitado que o perfil da área não é fruto de voluntarismos, mas vem sendo construindo historicamente.

A área tem três campos básicos de atuação, sendo dois deles os objetos principais de pesquisa: *a produção do território*; e *a ação do Estado sobre o território*; e o terceiro campo é *a produção do conhecimento*.

A ênfase didática da área tem sido o ensino da crítica e não o ensino do como fazer, o que condiciona sua demanda. De qualquer forma, é necessário conhecer o perfil dos alunos, para caracterizar melhor aquela demanda e para orientar a política do ensino perante as duas tendências que se observam, atualmente, naquele perfil: o acadêmico e o profissionalizante.

Às pesquisas não bastam ter um professor responsável, mas precisam se integrar em uma política mais ampla, a ser formulada na área e também na pós, a apresentar estrutura de suporte adequada, com a vinculação de alunos tanto da pós como da graduação, capaz de obter, sistematicamente, financiamentos e bolsas de estudo. É importante que aquela política também considere os trabalhos e pesquisas dos laboratórios atuais da FAU.

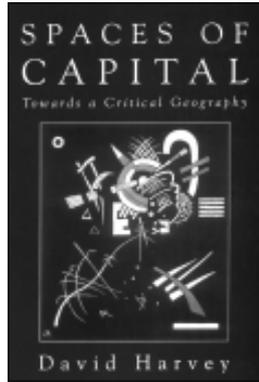
O processo de avaliação que a área deve manter, permanentemente, tem de ter, como referência, os critérios que vêm sendo utilizados pela USP e pela Capes. Aí se inserem, entre outros, as produções dos orientadores e alunos, a integração das linhas de pesquisa com os projetos de pesquisa, o tempo de formação dos alunos.

Posteriormente, a ACPUR disponibilizará documento com o conjunto de manifestações apresentadas durante a mesa-redonda, extremamente ricas e oportunas.

Wilson Edson Jorge

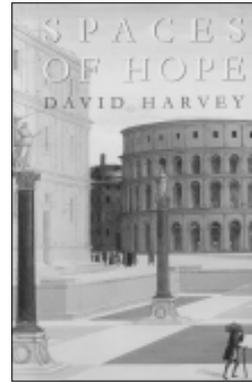
Professor titular do Departamento de Projeto, professor e orientador no curso de Pós-Graduação e presidente da Comissão de Pós-Graduação da FAUUSP.

6 | *Re*SENHAS



SPACES OF CAPITAL —
TOWARDS A CRITICAL
GEOGRAPHY

HARVEY, DAVID. NOVA YORK:
ROUTLEGE, 2001 (429 p.) ISBN
N. 0.415.93241.6



SPACES OF HOPE

HARVEY DAVID. BERKELEY & LOS
ANGELES (CALIFORNIA): UNIVERSITY
OF CALIFORNIA PRESS, 2000, 293 p.
ISBN N. 0.520.22578.3

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Urbanismo, espaços de esperança, futuros possíveis¹

Urbanismo e geografia têm muito em comum. O primeiro pode ser compreendido em sentido amplo, como campo de conhecimento e prática do e no urbano, entre as quais a ação projetual, campo de atuação de planejadores, urbanistas, arquitetos e engenheiros. Como campo de pesquisa e conhecimento, o urbanismo trata dos modos de vida das sociedades humanas e dos ambientes construídos, do processo de urbanização, e tende a constituir quadros normativos de interpretação e de ação sobre a realidade. A geografia é, por tradição, disciplina predominantemente analítica, descritiva, classificatória e interpretativa, tendendo a constituir explicações para o conjunto dos fenômenos territoriais, produzindo conhecimentos que irão alimentar e servir de fundamento para tipos diversos de ação sobre os territórios e os povos que os habitam.

Geografia e urbanismo se apresentam, na divisão de trabalho no campo das ciências humanas, como modalidades diversas de conhecimento, disciplinas portadoras de processos de treinamento que tratam de objetos relativamente autônomos, mas não independentes: suas inter-relações, interfaces e sobreposições são inúmeras e complexas. Sem dúvida, as afirmações acima podem ser questionadas sob vários aspectos, já que não são consensualmente estabelecidas e muito menos fornecidas de uma vez por todas. Geografia e urbanismo se definem e redefinem-se, continuamente, pela transformação de suas práticas, de seus objetos e do contexto social no qual se encontram.

Dois livros relativamente recentes de David Harvey podem nos ajudar a desvendar as relações entre geografia, urbanismo, mas também entre essas

disciplinas e outros campos afins de conhecimento. A trajetória intelectual e acadêmica de Harvey se entrelaça com a do desenvolvimento da abordagem crítica na geografia², ocorrida, principalmente, nos últimos 30 anos. A partir de questões e dificuldades levantadas no interior da própria disciplina e do confronto dessas questões com as grandes transformações na produção e apropriação do espaço no pós-guerra, um grupo significativo de geógrafos de variada procedência e formação busca alternativas mais abrangentes e mais comprometidas com a resolução das questões sociais. Uma das principais referências para essa corrente tem sido a abordagem da *produção do espaço*³, que se caracteriza pela utilização de categorias derivadas da economia política crítica para a análise dos processos socioespaciais e das realidades urbanas em particular.

Tendo como ponto de partida um extenso questionamento dos métodos e procedimentos de investigação e produção de explicações no domínio da geografia, Harvey aprofunda e amplia seus interesses de pesquisa para temas correlatos, que vão da justiça social ao meio ambiente, passando pelas questões da mudança cultural nas sociedades capitalistas contemporâneas, tema de um de seus dois livros publicados no Brasil, *Condição pós-moderna*⁴. Doutorando-se em Cambridge, em 1962, transferiu-se para os EUA, em 1969, especificamente para a cidade de Baltimore, onde esteve vinculado ao Departamento de Geografia e Engenharia Ambiental da Universidade Johns Hopkins. Baltimore, como Harvey aponta, veio a ser o pano de fundo para muitas de suas reflexões e escritos sobre questões urbanas. Sua atividade acadêmica e de pesquisa inclui passagens pela Universidade de Oxford, pela London School of Economics e pelo Programa de Doutorado em Antropologia do CUNY Graduate Center, ao qual, atualmente, encontra-se vinculado. Recebeu diversos prêmios, entre os quais o Vautrin Lud International Geography Prize, em 1995.

Os dois livros resenhados aqui são representativos dos interesses e do pensamento de Harvey. Como grande parte de seus livros⁵, foram produzidos pela agregação de material inédito a material já publicado em periódicos e obras coletivas. A reunião de artigos de diferentes datas, tratando de diferentes temas, pode representar um problema incontornável para autores pouco consistentes – não é este o caso. Uma tensão permanente é o substrato que concede unidade ao conjunto dos textos, relacionando-os uns aos outros, compondo um painel analítico a apresentar diversos aspectos da realidade sob diferentes perspectivas, unificadas de modo não-mecânico e não-linear. Os dois livros foram publicados com intervalo de um ano e a justaposição de seus títulos revela o contraponto entre os espaços do capital e os espaços da esperança. Ou, em outros termos, entre as chamadas *condições existentes* e as perspectivas de futuro. Começemos pela obra com data de edição mais recente, *Spaces of capital*.

O livro é composto por 18 capítulos: 14 artigos publicados entre 1974 a 1998; três textos inéditos, escritos para conferências e congressos realizados em 2000 e 2001 e uma entrevista publicada na *New Left Review*, em agosto de 2001, a qual serve de prólogo ao volume. O subtítulo da coletânea traz implícita a postura de contribuir para a construção de uma geografia e de uma teoria urbana críticas, atitude que o autor explicita no prefácio. Os textos são distribuídos em dois conjuntos. O primeiro agrupa artigos a tratarem das relações entre

conhecimentos geográficos e poder político. A ciência da geografia é despida de seu caráter neutro, pois a própria pretensão de neutralidade científica, tomada de empréstimo às ciências físicas, traduz uma posição ideológica de naturalização dos processos sociais, o que leva a assumi-los como independentes da história e da vontade humanas, conduzindo a uma atitude acrítica que contribui para a perpetuação do *status quo* na sociedade capitalista. Por outro lado, o método e as categorias criados por Marx, se tomados como proposições perenemente válidas ou verdades absolutas, não mais serviriam para a compreensão do real, pois seriam “*capturados pela rigidez de uma qualquer ortodoxia política*”, abrindo caminho para que análises objetivas de processos concretos fossem substituídas por “*fantasias políticas concebidas subjetivamente*” (p. 117). Harvey rejeita também o *relativismo sem forma* – característico das atitudes niilistas, cínicas ou simplesmente oportunistas – para o qual resvalam modos pós-modernos de pensar e agir, dirá em outras oportunidades⁶. Na segunda parte do livro, essa crítica será posta em prática pela aplicação do método e de categorias de análise derivadas de Marx a processos contemporâneos. A aplicação de Harvey nada tem de mecânica ou de dogmática, pois identifica as inconsistências e insuficiências da teoria marxiana, quando confrontada com os processos contemporâneos, principalmente, com relação aos aspectos espaciais e ambientais. Nessa primeira parte se destacam, ainda, a discussão da relação entre população e recursos, identificando ecos contemporâneos do pensamento malthusiano no pensamento ambientalista, assunto que virá a desenvolver e aprofundar em *Justice, nature and the geography of difference*; o desenvolvimento dos temas da fragmentação social-espacial, do particularismo militante que se contrapõe a ambições de caráter universal e das identidades locais/regionais diante da globalização. Um artigo de 1992 analisa a renovação urbana na área central de Baltimore, focalizando processos de segregação, gentrificação, empobrecimento da população, desindustrialização e empresariamento urbano.

A segunda parte do livro reúne, sob o título de *A produção capitalista do espaço*, os textos que tratam da “*geografia da acumulação do capital, da produção do espaço e do desenvolvimento geográfico desigual em uma perspectiva marxista*” (p. ex). Os temas abordados têm como objetivo geral desenvolver aspectos espaciais e territoriais da teorização de Marx para a crítica da economia política. Publicado em 1975 na revista *Antipode*⁷, o título do primeiro artigo é sugestivo: *A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria de Marx* (em tradução livre). Para Harvey, a eficácia da abordagem do espaço na teoria de Marx reside em, a partir das necessidades apresentadas pelo processo de acumulação de capital, poderem ser derivadas algumas condições para a estruturação do território. Esse tema será desenvolvido com maior profundidade e abrangência em *Limits to capital* (1982), a questão da *solução espacial (spatial fix)*, ou seja, a expansão geográfica dos domínios do capital como alternativa de solução para as crises de superacumulação e desvalorização – uma das questões centrais no desenvolvimento das pesquisas de Harvey e um dos grandes pontos cegos que identifica nas teorizações marxistas – é discutido em sua gênese, a partir de Hegel, Von Thünen e Marx (cap. 14). Os demais capítulos incluem uma discussão da teoria marxista do Estado, a

abordagem crítica do empresariamento como forma contemporânea modelar de gestão urbana, além de uma discussão dos aspectos geopolíticos da expansão capitalista atual.

A arte da renda: globalização e comodificação da cultura é o título do texto que encerra o livro, preparado para a Conferência sobre Local e Global realizada na Galeria Tate Modern, de Londres, em fevereiro de 2001. No artigo, Harvey começa por traçar paralelos entre a produção, distribuição e consumo de vinho e as relações entre a cultura (em sentido amplo) e a obtenção de rendas de monopólio. O ramo do vinho se desenvolve mundialmente, por meio de relações entre aspectos globais e locais. Assim, a produção e o mercado internacional de vinhos proporcionam um *“modelo útil para compreender um largo espectro de fenômenos na fase contemporânea da globalização”* (p. 402). Harvey estabelece a importância do discurso e da competição entre discursos para a obtenção de rendas de monopólio derivadas da *marca* do vinho. É o discurso, em suas diversas formas, que deve atestar a garantia de unicidade, originalidade, autenticidade e especialidade do produto. A partir dessas assertivas, passa a examinar, em seus traços fundamentais, a chamada *“dialética espaço-lugar”* – ou global-local – no discurso político e acadêmico do empresariamento urbano, e o papel do *“capital simbólico coletivo”*, o qual vem associado ao nome de algumas cidades – como, por exemplo, Barcelona – tomados como marcas distintivas, representando vantagens competitivas na atração de capitais. No último trecho do artigo e encerrando o livro, Harvey coloca a questão dos *espaços de esperança* opostos aos *espaços do capital*, da seguinte forma: *“usar a validação da particularidade, unicidade, autenticidade, dos significados culturais e estéticos em modos que abram novas possibilidades e alternativas”* em oposição à comodificação e monetização desses valores. Em outra obra, Harvey já havia desenvolvido um conjunto de argumentos para a fundamentação dessa postura. Passemos a examiná-lo.

Em *Spaces of hope*, Harvey não procura fugir da perplexidade diante dos inumeráveis paradoxos, complexidades e complicações do mundo contemporâneo. Ao contrário. A prevalência das narrativas que privilegiam o *“pós”* – pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-industrialismo, pós-marxismo, pós-colonialismo... –, no debate contemporâneo, vem acompanhada de uma insuficiência intrínseca para a caracterização dos fenômenos emergentes e para sua denominação autônoma em relação ao que é considerado *“pré”*. Ou seja, o pós-estruturalismo só pode definir-se como sucedâneo do estruturalismo, o pós-modernismo em relação ao modernismo precedente, e assim por diante. Embora Harvey não utilize o termo, trata-se de um impasse que Harvey se propõe resolver discutindo, inicialmente, as tendências contemporâneas de análise – e os recentes modismos intelectuais – por dois conceitos freqüentes no discurso contemporâneo: a *globalização* e o *corpo*. O primeiro aparece e firma-se como um dos conceitos hegemônicos para a compreensão da expansão econômica a partir dos anos 70. O segundo surge como resultado da convergência de dois amplos movimentos: o desenvolvimento das questões de gênero e sexualidade, por um lado (aos quais poderíamos acrescentar as questões de etnia e religiosidade); e dos movimentos pós-estruturalistas e desconstrutivistas, por outro lado, colocando

em xeque os aparatos teórico-conceituais que, tradicionalmente, apóiam-se em categorias universais predefinidas.

Harvey aqui denomina seu método de abordagem de *materialismo histórico-geográfico*, o qual incorpora uma “*concepção dialética relacional*” (p. 15), fortemente apoiada nas teorias de Marx. O pressuposto básico a orientar suas análises é não haver escolha possível entre o particular e o universal. Dizendo com outros termos, não haveria escolha possível entre analisar ou compreender um caso particular concreto e o concreto abstrato, cuja expressão é um conceito – por exemplo, *trabalho, capital, urbano* – que, ao mesmo tempo, é formado por inúmeras ocorrências particulares e limitadas e também as inclui, ou seja: as diferentes modalidades e formas do trabalho humano; os múltiplos e inumeráveis tipos, formas e quantidades de capital; os processos de urbanização os quais se desenvolvem, dando forma a inumeráveis e diversas cidades. Como o particular estará sempre implicado e internalizado no universal, e este naquele, a compreensão de um não pode prescindir da compreensão simultânea do outro e das relações intrínsecas entre ambos.

Em vários trechos do livro há referências implícitas e explícitas ao mote de Margaret Thatcher: “Não há alternativa”, a condensar a falsa utopia neoliberal que o livre jogo das forças de mercado produz o melhor dos mundos possíveis. O esforço de Harvey é no sentido de estabelecer procedimentos concretos para a construção de alternativas – o impasse a que nos referimos acima seria, assim, resolvido.

Além da Introdução palidamente resumida acima, o livro conta com mais 12 capítulos distribuídos em quatro partes, mais um apêndice. Os quatro capítulos da primeira parte tratam do enquadramento teórico e conceitual da noção de globalização. As idéias centrais que trazem são as seguintes: a expansão geográfica dos mercados é uma das condições do desenvolvimento do capitalismo, mas não ocorre sem conflitos; as diferenças de escala geográfica, de ritmos de desenvolvimento e de estratégias geopolíticas de expansão do capitalismo gera fortes barreiras à constituição de movimentos políticos unificados de oposição em escala global; na dinâmica da globalização contemporânea, a produção de espaço por diversos meios é um elemento constitutivo dessa dinâmica e não apenas um efeito derivado, o que traz implicações extensas para a análise e compreensão dos processos sociais e econômicos, os quais não mais podem prescindir da dimensão geográfica e territorial; a produção de fortes diferenciações geográficas e de escala exige análises extensas e específicas para cada escala espacial e análises globais das relações interescares. A questão dos direitos coloca-se, dessa maneira e definitivamente, em escala planetária, não mais como “direitos humanos” nos limites dos estados-nação, mas como direitos universais aplicáveis a cada membro individual de nossa espécie. As ações humanas, em geral, as práticas políticas e as práticas espaciais, em particular, mesmo realizadas em âmbito local possuem uma dimensão global inalienável.

A segunda parte trata “de corpos e pessoas políticas no espaço global”, em uma tradução literal do título. Em dois capítulos, Harvey desenvolve os seguintes argumentos: os diferentes corpos e tipos de corpos existentes na sociedade são resultado, principalmente, de um processo de sociabilização firmemente

amarrado aos processos diferenciados de trabalho, de educação e de transmissão de conhecimentos e hábitos pela convivência e comportamento; se processos diversos e de outras naturezas – metabólica, ecológica, psicológica – contribuem para a produção dos diferentes corpos, colocam-se como centrais as questões de “*como os corpos são produzidos, como se tornam significantes e referentes de sentido*” (p. 116) e como práticas internalizadas nesses corpos podem, por sua vez, modificar os processos que os produzem. Assim, as ações políticas de transformação passam, necessariamente, pela transformação dos corpos, ao mesmo tempo em que a transformação dos corpos passa pela ação política – já que o indivíduo humano é um animal político (Aristóteles), não se realiza gregariamente, mas *socialmente* (Marx), pois só pode se individualizar em meio e com referência ao conjunto de seus semelhantes. Finalmente, Harvey identifica a possibilidade de criar uma “moldura espacial alternativa à crescente fragmentação dos locais de trabalho” por meio de reivindicações políticas específicas – a campanha por um salário básico (*living-wage campaign*), por exemplo – que ofereceria a “*possibilidade de coalizões políticas de base ampla em diferentes escalas espaciais*” (p. 129), conectando o particular e local ao universal e global.

A terceira parte do livro traz “O momento utópico” (*The utopian moment*), desenvolvido em dois capítulos, *The spaces of utopia* e *Dialectical utopianism*. Nesses capítulos, Harvey desenvolve uma argumentação de caráter predominantemente normativo, conforme a tradição do pensamento utópico – e podemos acrescentar, do pensamento urbanístico. Em primeiro lugar, a cidade de Baltimore – na qual Harvey viveu períodos significativos em vários sentidos – é apresentada a nós de modo sintético e incisivo: sua história recente, sua população, seus movimentos políticos, a renovação urbana, os conflitos étnicos e a crise urbana que combina desindustrialização por fechamento ou migração das principais indústrias, diminuição dos postos de trabalho, degradação das áreas centrais, migração das classes médias para os subúrbios, empobrecimento da população, crise fiscal e diminuição dos investimentos públicos. Perante esse cenário urbano desolador – complexo e concreto, resultante da ação de forças locais e regionais combinadas com processos globais – Harvey mostra necessidade de formular políticas alternativas baseadas na esperança, reconhecendo que a retomada da tradição utópica pode contribuir para a descoberta de futuros possíveis por meio da imaginação e construção coletivas:

“Do mesmo modo como produzimos coletivamente nossas cidades, também coletivamente produzimos a nós mesmos. Projetos que prefigurem a cidade que queremos são, portanto, projetos sobre (nossas) possibilidades humanas, sobre quem queremos vir a ser – ou, talvez de modo mais pertinente, em quem não queremos nos transformar.” (HARVEY, 2000, p. 159, tradução livre).

Citando Mangabeira Unger, Harvey afirma: se aceitamos que a sociedade humana é feita e imaginada, devemos também poder acreditar que ela possa ser refeita e reimaginada⁸. Entretanto, as utopias espaciais – urbanísticas, arquitetônicas ou mesmo de comunidades rurais-urbanas – quando implantadas, tendem a degenerar, porque, no próprio processo de sua implantação, o processo histórico – social, econômico, cultural, político – assume o comando sobre as

formas espaciais as quais pretenderam modificá-lo. Aos utopismos “de forma” ou “de processo” do passado, Harvey contrapõe a necessidade de construção de um *utopismo de processo e forma*, a incorporar a produção do espaço e do tempo, aberto às potencialidades de experimentação com novas formas espaciais, mas também com novos processos e formas sociais, em uma perspectiva libertadora e transformadora, sem incorrer nas ilusões errôneas ou na vontade de fuga presentes nas utopias do passado. “*O futuro deve ser construído não a partir de uma matriz utópica e fantástica, mas através de transformações tangíveis dos materiais brutos que nos são dados em nossas condições presentes*” (p. 191). O desafio seria, portanto, o de construir um *utopismo espaço-temporal*, enraizado nas possibilidades presentes e que, ao mesmo tempo, apontasse trajetórias diversas, adequadas a diferentes situações geográficas e condições desiguais de desenvolvimento.

Na quarta parte do livro, discutindo a pluralidade de alternativas, Harvey começa pela exposição da bastante citada comparação de Marx, em *O capital*, entre o arquiteto e a abelha. A partir daí passa a discutir as capacidades e poderes humanos de dominação e transformação da natureza, a própria natureza humana incluída. O ato de “fazer arquitetura” é tomado como modelo da prática humana comprometida, espacial e temporalmente, com as inúmeras restrições, condicionantes e complicações de natureza material e social. O arquiteto não é um livre agente criador, não detém o controle sobre todos os aspectos do processo. Entretanto, em um dado momento, o livre jogo da imaginação e a vontade de criar desempenham um papel crucial para efetivar o projeto, seja de um edifício, seja de uma cidade. O papel da imaginação, do pensamento especulativo e da criatividade foi e é fundamental, tanto para o extraordinário desenvolvimento do capitalismo e para as soluções emergenciais de suas grandes crises quanto para a criação de alternativas a ele (p. 205). Nossa espécie desenvolveu capacidades que tornam possível a transformação do mundo, em grande escala, pela imaginação e pelo trabalho, apesar e além de suas limitações intrínsecas. Isso nos coloca, enquanto espécie, diante de um número determinado de estratégias de ação, em relação à nossa própria espécie, em relação às outras espécies no planeta e em relação às próprias condições do planeta, o que, conseqüentemente, traz responsabilidades de grande monta, seja em relação à natureza, de modo geral, seja em relação à natureza humana. Para identificar, mensurar e avaliar essas responsabilidades – ou seja, conhecê-las em profundidade e extensão – é necessário trabalhar com fronteiras relativas a espaço, tempo, escala e ambiente e, também, fronteiras estabelecidas entre disciplinas e campos de conhecimento. Daí a importância dos trabalhos de *tradução*⁹, de estabelecimento de linguagens comuns a possibilitarem a transferência de saberes para além de fronteiras delimitadas, não apenas entre nações e etnias, não apenas entre domínios científicos de conhecimento, mas também entre diferentes práticas sociais e seus agentes, posicionados em escalas geográficas e temporais diversas.

O capítulo final tem um título sugestivo, que evoca a dignidade e a importância histórica e social da profissão de arquiteto: “O arquiteto insurgente em ação” (*The insurgent architect at work*). Harvey convida os leitores – os quais

presume interessados em mudanças progressivas – a colocarem-se no papel de arquitetos, “*equipados com amplos poderes e capacidades, embrenhado em um mundo físico e social pleno de condições e restrições*”. Para mudar tal mundo, será necessário pensar estratégica e taticamente: o quê e onde mudar, quando e com quais meios, levando em consideração que devemos, de algum modo, continuar a viver nesse mundo enquanto a transformação estiver ocorrendo. Harvey então considera sete campos de atividade, a cada um dos quais corresponde uma assertiva: 1) o pessoal é político, e, mudando nosso mundo, mudamos a nós mesmos; 2) como a pessoa política é uma construção social, um conjunto de relações socioecológicas, é necessário um longo e permanente processo para mudar a vida cotidiana por meio da transformação do próprio processo de construção social; 3) como a política coletiva, muitas vezes, apresenta caráter conservador e retrógrado, é preciso transformá-la, pela construção de identidades coletivas que possam fazer a tradução do pessoal e do político para um terreno mais abrangente da ação humana; 4) como a universalidade só existe em relação à particularidade e vice-versa, toda forma de *particularismo militante* deve relacionar-se a seus referentes universais, e, por outro lado, todas as análises, interpretações e proposições com alto grau de abstração requerem um trabalho exaustivo de *tradução*, para que possam tornar-se concretas; 5) o ambiente construído e as instituições existentes facilitam determinados tipos de ações sociais e limitam outros – portanto, devem ser substituídos, mas o ritmo e a velocidade dessa substituição devem corresponder a possibilidades concretas de mudança; 6) a variedade e heterogeneidade das situações socioecológicas e econômico-políticas implicam o desenvolvimento de habilidades de *tradução* de aspirações humanas entre os mais diversos contextos, linguagens e discursos, pois “*sem tradução, formas de ação coletiva tornam-se impossíveis*” (p. 245); 7) como os *universais* são socialmente construídos e operam como instrumentos de poder, é necessário reconstruí-los ou reformulá-los de modo diverso – os universais devem ser construídos, principalmente, como *direitos*. Harvey apresenta, então, uma listagem de *direitos universais* a conquistar/ construir, baseada na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas: 1) o direito às oportunidades de vida; 2) o direito à associação política e ao bom governo; 3) os direitos dos trabalhadores no processo de produção; 4) o direito à inviolabilidade e integridade do corpo humano; 5) o direito à imunidade (ampliação das liberdades de pensamento, consciência e religião inclui o direito ao comentário crítico e à disputa, livres da ameaça de retaliação); 6) direito a um ambiente decente e saudável; 7) o direito ao controle coletivo dos recursos comuns; 8) os direitos das gerações futuras; 9) o direito à produção do espaço; 10) o direito à diferença, incluindo aquele do desenvolvimento geográfico desigual; 11) nossos direitos como espécie, inevitavelmente, acompanhados de deveres e obrigações (p. 248-252).

O capítulo se encerra com algumas advertências. A primeira mostra que podemos aspirar a transformações, mas nunca podemos escolher as condições sob as quais deverão ser realizadas, pois estas não dependem de nossa vontade – antes de sermos sujeitos desses processos, somos também objetos (como “abelhas operárias”, acrescenta Harvey). A segunda afirma que para imaginar o futuro,

além de ousadia, devemos ter presente o fato de não podermos nos libertar de três condições: de nossa posição atual, do alcance de nossa visão, e de onde podemos aprender – para dizer de outro modo, o futuro o qual podemos imaginar carrega sempre uma grande carga de ligação com o existente. A terceira é: não importa o quanto nos esforcemos, em um determinado ponto não poderemos saber, com certeza, quais serão os resultados que emergirão de nossas ações, pois não podemos, de antemão, antecipar as contingências e eventos devidos àquilo que não é conhecido ou incerto. Como o arquiteto o qual não pode prever todos os resultados, efeitos, conseqüências e usos a serem feitos da obra que concebeu. O fascínio do pensamento utópico tradicional, de forma ou de processo, deriva justamente daí: representam *“um mundo fechado de certezas e regras conhecidas, onde contingência e acaso, incerteza e risco, são resolutamente bloqueados”* (p. 254).

O Anexo, *Edilia, or “make of it what you will”* (faça disso o que você quiser) é ficção, narra um sonho sobre um mundo no futuro de 2020, povoado dos temas freqüentados pelos pensadores utópicos do passado. Por meio desse expediente literário, Harvey constrói uma imagem de futuro possível. Uma utopia de processo e de espaço, que lança mão de elementos provenientes da literatura de ficção científica: o progresso tecnológico, entretanto, não é soberano e não comanda as relações sociais, ao contrário. Não se trata também de um mundo fechado, sem conflitos – há risco e incerteza, mas os mecanismos de controle são coletivos e coletivamente controlados. Ao final, Harvey recorda Bellamy¹⁰, para quem, depois do sonho utópico, a realidade sua contemporânea se apresentou como pesadelo quase intransponível e, mesmo assim, acreditou que a Idade de Ouro – sem “medo, tensão, ansiedade, trabalho excessivo e noites de insônia” – não se encontrava no passado, mas no futuro.

Quais relevâncias podem ter essas reflexões e esses textos para o campo de conhecimento prático e teórico da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbanístico? Para responder a essa questão é necessário um preâmbulo. Na classificação das áreas de conhecimento, adotada pelo CNPq, arquitetura e urbanismo, e planejamento urbano e regional figuram ao lado de direito, economia, administração, comunicações e outros, na área de ciências sociais aplicadas (<http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm>). Sem dúvida, outras classificações podem ser feitas, e existem. Entretanto, não é possível negar que nessas disciplinas há tanto conhecimento produzido em outras especialidades das ciências humanas quanto uma tendência ao pensamento normativo, criador de regras, procedimentos e protocolos para a comunicação e a ação humanas. Uma das dificuldades da pesquisa acadêmica nessas áreas é que, muitas vezes, os quadros teóricos e conceituais mais desenvolvidos e consistentes encontram-se em outras áreas de conhecimento. Conforme a especificidade do tema ou objeto de pesquisa, devem buscar sustentação no aparato teórico e conceitual de uma ou outra disciplina investigativa. Assim, os textos de Harvey podem contribuir para a pesquisa e para a prática em arquitetura, urbanismo e planejamento, principalmente pelo estabelecimento de um quadro referencial a permitir diferentes aplicações e desdobramentos, na investigação, sobre alguns dos processos com os quais essas disciplinas lidam.

Em primeiro lugar, os textos apontam como um de seus aspectos centrais os processos sociais de produção do espaço e do ambiente construído, os quais constituem a própria substância daquelas disciplinas. Segundo, a análise e compreensão desses processos operam-se em uma perspectiva de grande amplitude histórica e geográfica e, ao mesmo tempo, possibilitam o desenvolvimento de análises específicas de casos particulares relacionados a um contexto global, podendo ser de grande auxílio na construção de quadros referenciais para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e políticas experimentais. Em terceiro lugar, embora não ofereçam respostas imediatas a problemas particulares, concretos, cotidianos, nem uma metodologia para a projeção de futuros possíveis, fornece-nos um conjunto de conceitos e de relações que podem ajudar a refletir criticamente sobre as práticas correntes em diversos níveis, escalas e lugares, situando-as em um contexto mais amplo e, quiçá, colaborar na construção de práticas arquitetônicas, urbanísticas e sociais transformadoras, a partir mesmo da reformulação das práticas existentes.

Outro aspecto relevante é fornecido pela aplicação de Harvey do conceito de *tradução*. Não se trata da simples transferência de modelos ou conceitos os quais “deram certo” em seus lugares de origem e que podem e devem, portanto, ser universalizados. A universalização indiscriminada e acrítica pode causar efeitos inócuos, indesejáveis e até contrários às intenções iniciais, dependendo das condições particulares e locais. Trata-se, principalmente, de considerar os efeitos desejados em contextos específicos, em relação a aspirações humanas de caráter universal – liberdades e direitos.

Dada a densidade dos textos, assuntos mais específicos não foram aqui abordados. No espaço de uma resenha, mesmo longa como esta, não seria possível fazê-lo. Entretanto, cabe ainda uma palavra sobre as fronteiras entre as disciplinas. O conceito usual de interdisciplinaridade é o de um conjunto de disciplinas estabelecidas que, pelos protocolos contratuais e de linguagem, negociam intercâmbios de alcance restrito, em uma área delimitada do campo de conhecimento, por um período também limitado, em geral, com o objetivo de resolver uma questão específica. A abordagem de Harvey, ainda que ancorada firmemente na territorialidade geográfica, é decididamente *transdisciplinar*, isto é, usa recursos e conceitos provenientes de disciplinas diversas para melhor iluminar os objetos os quais tem pela frente. Decididamente, não é um procedimento simplificador: exige muito de quem o pratica, e, sem dúvida, um longo aprendizado para quem se dispuser a fazê-lo. Mas sempre é tempo de começar.

Finalmente, para Harvey, a prática da teoria – praticar a teoria – é prática transformadora e não contemplação explicativa do mundo. No posfácio da reedição de *The limits to capital* (Londres: Verso, 1999, p. 446), podemos ler: “Um trabalho desse tipo não admite conclusão... A abertura de novas questões a responder, de novos caminhos de investigação, provoca simultaneamente a reavaliação de conceitos básicos... e o perpétuo rearranjo do aparato conceitual usado para descrever o mundo.” E, podemos acrescentar, dos instrumentos, processos e espaços criados com o objetivo de torná-lo melhor.

NOTAS

(1) Esta resenha foi elaborada com base em revisão de literatura, que integra o desenvolvimento de tese de doutorado cujo tema é *O planejamento urbano no contexto das tendências contemporâneas do processo de urbanização – As operações urbanas em São Paulo*, sob a orientação do professor Ricardo Toledo Silva.

(2) Em *Explanation in geography* (Londres: Edward Arnold, 1969) Harvey discute, exaustivamente, questões de método em relação à geografia, em uma abordagem que, posteriormente, ele mesmo irá qualificar como neopositivista. Em *Social justice and the city* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973), publicado no Brasil em 1980 como *A justiça social e a cidade* (São Paulo: Hucitec), pode-se acompanhar o desenvolvimento do programa de pesquisa de Harvey das *formulações liberais* – como ele próprio as chamava – para formulações críticas baseadas nos escritos de Marx. Pode ser traçado um paralelo entre esse livro de Harvey e aquele de Milton Santos, *Por uma geografia nova – Da crítica da geografia a uma geografia crítica* (São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978), no qual questões análogas são apresentadas.

(3) *Produção do espaço* é título do influente livro de Henri Lefebvre, até hoje não-publicado no Brasil: *La production de l'espace*. (Paris: Anthropos, 1974).

(4) *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural* (São Paulo: Loyola, 1994). Na tradução, o sentido do título na língua de origem foi ligeiramente deslocado, pois se refere a uma *condição de pós-modernidade*, menos universalizante e menos taxativa na aceitação tácita dos pós-modernismos que o título em português conota. O original é *The condition of postmodernity – An enquiry into the origins of cultural change* (Oxford: Basil Blackwell, 1989).

(5) Harvey tem 12 títulos publicados até o momento (abril de 2004). Desses, apenas quatro não aparentam esse procedimento de edição: *Explanation in geography* (1969), *The limits to capital* (1982), *The condition of postmodernity* (1989), e *The new imperialism* (2003). Sem incluir os aqui resenhados, os demais títulos são: *Social justice and the city* (1973), *Consciousness and the urban experience* (1985), *The urbanization of capital* (1985), *The urban experience* (1989), *Justice, nature and the geography of difference* (1996), *Paris, capital of modernity* (2003). Foi também co-editor, com Teresa Hayter, de uma obra coletiva, *The factory and the city: The story of the Cowley automobile workers in Oxford* (1993).

(6) A respeito das abordagens “pós”, na introdução de *Justice, nature and the geography of difference* (Oxford: Blackwell, 1996, p. 2), Harvey aponta o contraste de atitudes entre os participantes de um congresso acadêmico sobre globalização – hipercriticismo, ceticismo, desencanto, apatia – e a atitude dos participantes de um encontro regional de pastores pentecostais – confiante, envolvente, participante. Tal contraste o levou à seguinte reflexão: “A tarefa da análise crítica não é, certamente, provar a impossibilidade de crenças fundamentais (ou verdades), mas encontrar bases mais plausíveis e adequadas para essas crenças, que façam com que a interpretação e a ação política tenham sentido, sejam criativas e possíveis.”

(7) A revista *Antipode*, fundada em 1969, dedica-se à publicação e divulgação de artigos e pesquisas acadêmicas de inspiração radical em geografia. Encontra-se atualmente em seu 36º volume.

(8) Trata-se do livro de Roberto Mangabeira Unger, não-publicado no Brasil, *Social theory: Its situation and its task* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).

(9) O termo *tradução*, em sua origem latina, *traductione*, tem o significado de “ato de conduzir além, de transferir” (*Dicionário Aurélio*); o termo inglês *translation* guarda essa mesma conotação de transferência.

(10) Edward Bellamy (1850-1898), jornalista e romancista norte-americano, autor de *Looking backward 2000-1887* (1888).

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Professor do Departamento de Planejamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da FAUUSP.

lgcastro@mackenzie.com.br

7 | NOTÍCIAS

O QUINTO DESAFIO DO FÓRUM

De volta a Porto Alegre e renovado pela experiência indiana, um encontro traça vãos ambiciosos. Mais participativo e popular, o V Fórum também quer aumentar seu caráter propositivo.

Desde o dia 25 de janeiro de 2001 – quando teve início sua primeira edição –, o Fórum Social Mundial (FSM) acumulou muitas experiências. Foram três encontros no Brasil – de 2001 a 2003 – e outro em 2004, em Mumbai, na Índia. Neste ano, de 26 a 31 de janeiro, o FSM retorna a Porto Alegre, a cidade que o viu nascer.

A quinta edição do encontro será a primeira a colocar em prática uma nova metodologia – que pretende torná-lo mais participativo em sua organização, com maior inserção popular e mais conclusivo em seus debates. “*Vamos revitalizar o espírito de Porto Alegre*”, declara Antonio Martins, um dos representantes da Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC), no Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial 2005.

Renovado pela experiência indiana, o fórum quer aprofundar ainda mais suas características. Uma novidade no espírito de Porto Alegre 2005 é a vontade declarada pelo Comitê Organizador Brasileiro – responsável pela próxima edição do FSM – de transformar o fórum em um laboratório de alternativas. “*Queremos inserir na realização do encontro as práticas que já constroem outro mundo possível*”, afirma Gustavo Codas, representante da CUT no FSM. Por isso, na próxima edição, as práticas transformadoras serão mais valorizadas: a maior parte da organização utilizará *software* livre e os empreendimentos de economia solidária terão prioridade na hora de contratação de serviços ou produtos. Serão levados em consideração os aspectos ecológicos, como a reciclagem de lixo, e será dado destaque maior para a mídia alternativa.

Para tornar a organização do FSM mais participativa, foi feita uma consulta temática entre maio e julho de 2004. Mais de 1.800 organizações responderam, pela internet, quais os debates, sugestões de luta, campanhas, temas e desafios gostariam que fossem debatidos no V FSM. A partir dos resultados da consulta, foram definidos os 11 espaços temáticos do próximo fórum, ou seja, os temas em que se agruparão as atividades (oficina, seminários, painéis, etc.):

1. Firmando e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos – Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais.
2. Arte e criação: Construindo as culturas de resistência dos povos.
3. Comunicação: Práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas.
4. Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades.

5. Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário.
6. Economias soberanas pelos e para os povos – Contra o capitalismo neoliberal.
7. Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo.
8. Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal.
9. Paz e desmilitarização – Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida.
10. Pensamento autônomo, reapropiação e socialização do conhecimento (dos saberes) e das tecnologias.
11. Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos.

Também foram identificados três eixos transversais: Emancipação social e dimensão política das lutas, Luta contra o capitalismo patriarcal e Luta contra o racismo.

Com a nova metodologia, a intenção é incentivar a convergência entre organizações com temas comuns. Mais do que isso: permitir que o diálogo e a troca de experiências aconteçam antes mesmo da realização do evento, consolidando essa possibilidade de convergência em um processo o qual tenha continuidade também durante e após o V Fórum Social Mundial.

Mais informações para a imprensa

Escritório do Fórum Social Mundial de Porto Alegre

Jornalistas responsáveis:

Zilda Piovesan e Stela Pastore

Tel: (51) 3227.8622

Escritório do Fórum Social Mundial de São Paulo

Jornalista responsável:

Carla Prates

Tel: (11) 3258.8914

fsmimprensa@forumsocialmundial.org.br

TESES E DISSERTAÇÕES

Maio a setembro de 2004

Teses

GUILLAH NASLAVSKY

Arquitetura moderna em Pernambuco 1951- 1972.

As contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim

Fernandes Amorim

Data: 03.05.04

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos

SUN ALEX

Convívio e exclusão no espaço público: Questões de projeto da praça

Data: 27.05.04

Orientador(a): Profa. Dra. Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli

ANA CRISTINA FERNANDES VAZ MILHEIRO

Imenso Portugal culturas arquitetônicas portuguesa e brasileira um diálogo a três tempos

Data: 22.06.04

Orientador(a): Prof. Dr. João Walter Toscano

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO

Do centro aos centros: Bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo

Data: 28.06.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

ANA MARIA ANTUNES COELHO

O outro lado da rua

Data: 01.07.04

Orientador(a): Profa. Dra. Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli

MARISTELA MITSUKO ONO

Design industrial e diversidade cultural: Sintonia essencial. Estudos de casos nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos no Brasil

Data: 04.08.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos

NEYDE ANGELA JOPPERT CABRAL

A Universidade de São Paulo: Modelos e projetos

Data: 09.08.04

Orientador(a): Prof. Dr. Dácio Araújo Benedicto Ottoni

DANIELA MARTINS BÜCHLER

Louça de mesa da indústria brasileira: Produto e produtor

Data: 10.08.04

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

MIRIAM NOHEMY MEDINA VELASCO

Descentralização e política urbana em municípios de porte médio: Os casos de Alagoinhas e Barreiras na Bahia

Data: 16.08.04

Orientador(a): Profa. Dra. Rebeca Scherer

MARIA PRONIN

Interação do edifício com o ambiente urbano do espaço privado para o espaço público

Data: 20.08.04

Orientador(a): Prof. Dr. Siegbert Zanettini

PAULO ROMANO RESCHILIAN

A produção de assentamentos precários em São José dos Campos: A favela Nova Tatetuba, um exemplo para análise

Data: 23.08.04

Orientador(a): Profa. Dra. Erminia T. M. Maricato

NILSON FRANCO MARTINS

A hierarquização viária como tecnologia para as interfaces urbano-rodoviárias

Data: 10.09.04

Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA

A cidade e a arquitetura também mulher: Conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero

Data: 16.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

REGINA CUNHA WILKE

A dimensão do encantamento: Cenografia e tecnologias digitais

Data: 20.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

Dissertações

JOSÉ CARLOS MENDES ANDRÉ

Elementos para uma leitura da obra de Aparício Torelli, o barão de Itararé: Humor, projeto & design gráfico

Data: 20.05.04

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

ROBERTO ISRAEL EISENBERG SARUÊ

O Aeroporto de Congonhas e a cidade de São Paulo

Data: 26.05.04

Orientador(a): Prof. Dr. Candido Malta Campos Filho

PAULO EDUARDO MORETTO

Cartazes de propaganda cultural no Brasil cinco décadas de técnicas e linguagem

Data: 01.07.04

Orientador(a): Prof. Dr. Luís Antonio Jorge

LUCIANO TORRES TRICÁRICO

Modernidade e imagem urbana: Raptos de cidade na metrópole

Data: 23.07.04

Orientador(a): Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

MARIA CECÍLIA LUCCHESI

Curam-se cidades uma proposta urbanística da década de 70

Data: 09.08.04

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Cláudio M. Lima e Moreira

LUCIANA BOM DUARTE FANTINI

Arquitetura hoteleira: Avaliação de duas categorias na cidade de São Paulo. Elementos para a montagem de um método de projeto

Data: 12.08.04

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

FERNANDA BÁRBARA

O conjunto Ana Rosa e o Edifício Copan. Contexto e análise de dois projetos realizados em São Paulo nos anos 50

Data: 20.08.04

Orientador(a): Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer

SILVANA SERAFINO CAMBIAGHI

Desenho universal: Métodos e técnicas de ensino na graduação de arquitetos e urbanistas

Data: 25.08.04

Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI

Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: O bairro da Mooca

Data: 13.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl

MÁRCIA SAEKO HIRATA

Formação do espaço e espaço da formação. Contexto e prática do projeto participativo na RMSP

Data: 14.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos

CRISTIANE SOUZA GONÇALVES

Metodologia para a restauração arquitetônica: A experiência do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional em São Paulo, 1937-1975

Data: 23.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiros

GABRIELA DE GUSMÃO PEREIRA

Sobre projetar e sobreviver na rua – Um inventário de inventos

Data: 24.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos

PEDRO FIORI ARANTES

O ajuste urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas

Data: 24.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Erminia T. M. Maricato

LUCIANA TOMBI BRASIL

A obra de David Libeskind. Ensaio sobre as residências unifamiliares

Data: 24.09.04

Orientador(a): Prof. Dr. Luís Antonio Jorge

MARIA DA GRAÇA PLENAMENTE SILVA

A “irregularidade” na produção de conjuntos habitacionais de interesse social: O caso da Cohab-SP

Data: 28.09.04

Orientador(a): Profa. Dra. Marta Dora Grostein

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Adauro Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²Couchê fosco L2 90 g/m²Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)

Montagem

18 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

dezembro 2004

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

PÓS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

1. A revista aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.
2. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, cujos pareceres não serão divulgados.
3. Ao submeter um trabalho, o(s) autor(es) deve(m) assinar declaração de que são inéditos em português.
4. Os autores devem enviar seu nome e sobrenome da forma como desejam que seja publicado, sua formação profissional incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição), a relação do texto com sua dissertação ou tese, seu orientador e opcionalmente seu atual cargo (instituição e departamento).
5. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas de 30 linhas com 70 toques (de 21.000 a 42.000 caracteres), incluindo bibliografia apresentada de acordo com as normas da ABNT, resumo e abstract (de 1.500 e 2.000 caracteres), de 6 a 8 palavras-chave, no máximo 3 (três) ilustrações nítidas (fotos com no mínimo 300 DPI, formato tiff, com créditos), sendo apresentados em disquete (word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel), fonte 12, espaço 1,5, duas vias impressas.
6. Citações devem vir em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo página.
7. Os textos deverão ser encaminhados para:
Redação da Revista *PÓS*
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis
01240-000 – São Paulo
Informações: (11) 257-7688 ramal 30
e-mail: cpgfau@edu.usp.br
8. Os autores de cada edição terão direito a 3 (três) exemplares.

OBS. Resumos e abstracts são de responsabilidade dos seus autores.